

*Coleção Geografia
e Meio Ambiente*

GEOGRAFIA, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DINÂMICAS ESPACIAIS

**Anderson Pereira Portuguese
Jean Carlos Vieira Santos**
(organizadores)

Anderson Pereira Portuguez
Jean Carlos Vieira Santos
(organizadores)

GEOGRAFIA
EDUCAÇÃO AMBIENTAL
E DINÂMICAS ESPACIAIS

Ituiutaba, MG

2022



© Anderson Pereira Portuguez/Jean Carlos Vieira Santos (org.), 2022.
Editor da obra: Mical de Melo Marcelino.
Arte da capa: Anderson Pereira Portuguez.
Diagramação: Ayonara Cristina da Silva

Conselho Editorial – Grupo Geografia e Meio Ambiente

Editora-chefe: Mical de Melo Marcelino

Pareceristas brasileiros

Dr. Rosselvelt José Santos

Dr. Giovanni F. Seabra

Dr. Leonardo Pedroso

Dr. Jean Carlos Vieira Santos

Profa. Cláudia Neu

Dr. Antonio de Oliveira Jr.

Pareceristas internacionais

Dr. José Carpio Martín - Espanha

Dr. - Ernesto Jorge Macaringue - Marrocos

Msc. Mohamed Moudjabatou Moussa - Benin

Msc. Diamiry Cabrera Nazco - Cuba

Dra. Suel Noemi Alejandre Jimenez - Cuba

Todas as obras da Editora Barlavento são submetidas a pelo menos dois avaliadores do Conselho Editorial.

Todos os direitos desta edição foram reservados aos autores, organizadores e editores. É expressamente proibida a reprodução desta obra para qualquer fim e por qualquer meio sem a devida autorização da Editora Barlavento. Fica permitida a livre distribuição da publicação, bem como sua utilização como fonte de pesquisa, desde que respeitadas as normas da ABNT para citações e referências.

Editora Barlavento

CNPJ: 19614993000110.

Prefixo editorial: 87563/ Braço editorial da Sociedade Cultural e Religiosa Ilê Àse Babá Olorigin.

Rua das Orquídeas, 399, Residencial Cidade Jardim, CEP 38.307-854, Ituiutaba, MG.
barlavento.editora@gmail.com



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Geografia, educação ambiental e dinâmicas espaciais [livro eletrônico] /Anderson Pereira Portuguez, Jean Carlos Vieira Santos, (organizadores). -- Ituiutaba, MG : Editora Barlavento, 2022. PDF

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-87563-31-2 DOI 10.54400/978.65.87563.31.2

1. Artigos - Coletâneas 2. Desenvolvimento sustentável 3. Educação ambiental 4. Sustentabilidade 5. Desenvolvimento urbano sustentável 6. Desenvolvimento rural 7. Geografia I. Portuguez, Anderson Pereira. II. Santos, Jean Carlos Vieira..

22-111746

CDD-910

Índices para catálogo sistemático:

1. Geografia e meio ambiente 910

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

AGRADECIMENTOS AOS APOIADORES



**Universidade Federal de Uberlândia –
Campus Pontal**



Instituto de Ciências Humanas do Pontal



**Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação -
UFU**



**Programa de Pós-Graduação em Geografia do
Pontal – ICHPO/UFU**



Editora Barlavento

REALIZAÇÃO



Grupo de Estudos e Pesquisas sobre
**CULTURA, DESCOLONIALIDADE
E TERRITÓRIO**
CNPq/UFU

SUMÁRIO

Geografiologia: A epistemologia geográfica e o princípio da ciência geografiológica <i>Rodrigo Elias Cardoso e Carlos Alberto Póvoa</i>	12
Tipologias de uso, usuários e funções da água em bacia hidrográfica <i>Paulo Roberto Palhares Reis Junior e Flávio Rodrigues do Nascimento</i>	46
Perturbações ambientais causadas pela expansão urbana na bacia do Córrego Catarrão em Itaberaí (GO) <i>Rosana Márcia da Costa Silva Herculano e Vandervilson Alves Carneiro</i>	86
Diagnóstico do conhecimento sobre o estudo da paisagem e conservação em morro do Chapéu, Bahia <i>Gustavo Luis Schacht, Vanderlei da Conceição Veloso Júnior, Marcus Vinicius Costa Almeida Junior</i>	107
Impacto ambiental de trilhas em unidades de conservação: Estudo de caso da APA Serra do Gigante em Itapuranga / GO <i>Gabrielle Rodrigues Cunha Silva, Vandervilson Alves Carneiro</i>	137

<p>Conflitos socioambientais na área de proteção ambiental do Lajeado em Campo Grande/MS <i>Regina Maria de Oliveira Scatena da Silva, Maria do Socorro Ferreira da Silva e Vicentina Socorro da Anunciação</i></p>	151
<p>A natureza na obra “Portugal – O Mediterrâneo e o Atlântico”, de Orlando Ribeiro <i>Jean Carlos Vieira Santos</i></p>	183
<p>África no centro da economia mundial: Comércio transatlântico de escravos do século XVI ao XVII <i>Sandy Maria Gomes de Andrade e Jardel Silva França</i> .</p>	201
<p>O conceito de Cultura e sua abordagem na Geografia <i>Marília Cristina Silveira e Anderson Pereira Portuguese</i></p>	210
<p>A disposição da imigração judaica no território brasileiro: Uma abordagem Histórico-Geográfica <i>Carlos Alberto Póvoa e Hana Nusbaum</i></p>	249
<p>Paisagem Cultural: Do conceito clássico à reelaboração Contemporânea <i>João Paulo Miros Neves</i></p>	308

A reconfiguração da cidade de Rio Branco: A criação do bairro Cidade do Povo como forma de segregação espacial dos deslocamentos periféricos <i>Diego Correia Machado e Jardel Silva França</i>	239
Por uma Geografia urbana e regional dos lazeres: A imagética de um Nordeste turistificado . <i>Frederico do Nascimento Rodrigues e Eustógio W. C Dantas</i>	345
Estratégias praticadas pelos agricultores familiares frente ao COVID-19 no município de Uberlândia (MG) <i>Alessandra Rodrigues Guimarães e Sibeli Fernandes</i>	379
A Mercantilização da agricultura familiar enquanto estratégia de reprodução sócioeconômica . <i>Zenicléia Angelita Deggerone e Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad</i>	394
(In)Acessibilidade ao transporte público por homens obesos mórbidos <i>Francisco Ricardo Miranda Pinto e Carlos Antonio e Bruno da Silva</i>	420

Educação ambiental para os recursos hídricos no curso técnico em Agropecuária: Uma breve análise sobre o estado da arte <i>Joacir Aparecido Lourenzoni, Nubia Deborah Araújo Caramello, Patrícia Soares de Maria de Medeiros</i>	435
Ensino de Geografia Urbana e o estado como produtor consumidor de espaço: O caso da UFCAT <i>Gustavo Henrique Camargo Eufrásio e Carmem Lúcia Costa</i>	448
Sobre os organizadores e autores	463

GEOGRAFIOLÓGIA: A EPISTEMOLOGIA GEOGRÁFICA E O PRINCÍPIO DA CIÊNCIA GEOGRAFIOLÓGICA

*Rodrigo Elias Cardoso
Carlos Alberto Póvoa*

Introdução

Segundo Press, Siever, Grotzinger e Jordan (2006), tem-se cada vez mais percebido que a ciência é uma história de teorias suplantadas. E sempre que observadas mudanças nos níveis de percepções e interpretações da vida, do meio ou de fatos particulares ligados à existência do homem, forçoso se faz, que as ciências correlatas a estas peripécias se adaptem para poderem suprir às novas exigências que aferirão a esmera realidade contemplada (SANTOS, 1986).

Feitas tais considerações, importante se faz lembrar que inúmeros pensadores (SANTOS, 1986) (PRESS *et al.*, 2006) fizeram comentários sobre a carência de um olhar mais amplo nos quesitos metodológicos e paradigmáticos da Geografia, isso para não dizer das ponderações sobre a necessidade da criação de uma nova ciência com observações que extrapolassem as condições epistêmicas a ela ligada (SANTOS, 2006).

Vale ressaltar, que nem sempre essas novas ideias são aceitas nos momentos de suas criações, mostrando que certas mudanças de paradigmas e processos, apesar de verossímeis, são abafadas precocemente e isso acontece por elas não fazerem parte do âmbito de interesse da maioria. Desta feita, ao longo do tempo estas ciências negadas devem ser repensadas e

reapresentadas ao meio científico (BERNSTEIN e ROITMAN, 2015). Fazendo jus a isso, este compêndio tem em seu objetivo primeiro; analisar se a ciência pré-proposta por John Kirtland Wright (1925) é passível ou não de ser reapresentada como ciência; e caso seja, criar um corpo epistemológico para a mesma que tem por nome *Geografiologia*, emoldurando a ela novos olhares e preceitos paradigmáticos.

Materiais e Métodos:

Visa-se coletar e comparar informações e dados bibliográficos, nacionais e internacionais sobre a Geografiologia, ponderar de formas quantitativas e qualitativas o processo epistemológico geográfico; e assim verificar se as informações sobre a necessidade da criação de tal ciência são precisas. Observar-se-á com esta gama de dados, quais são suas diferenças e semelhanças, os problemas existentes e as fontes mais comuns. Estas ponderações serão redigidas com o uso dos métodos indutivo definindo bases de uma lei geral reafirmando-se a partir de um principio geral baseado em vários fenômenos geográficos onde comprovaremos ocorrências independentemente da realidade do objeto de análise da Geografia no espaço e no tempo sujeito infinitamente a repetição. Por fim, se necessário for, repropor a ciência em qualidades mais ampla e com perspectivas embasadas em condições epistemológicas, paradigmáticas e metodológicas, esperando-se que os dados coletados contribuam para outras considerações quanto à relevância e profundidade da apresentação do trato sobre a questão.

Priori

Quando Eratóstenes de Cirene (276 - 194 a.C.) cunhou o termo da palavra, Geographía (*γεογραφηία*), ele fez uso das bases etimológicas do grego antigo, onde Geo (Terra) somado a Graphos (Grafia) mais a adição do sufixo *-ia* traria a interpretação livre de *Ciência que descreve os fenômenos que ocorrem na Terra* (BARSA, 1998, p. 60-69), contudo, para ser equilátera tal conceitualização, competiria resolutamente a seu paradigma, um trabalho muito mais elaborado na construção de seus parâmetros epistêmicos e dos conhecimentos atribuídos a ela. Moraes (2005) também concordou com tal premissa ao propor que; pela Geografia ter seu objeto de análise no seu próprio significado etimológico: *descrição da terra*; torna-se imperativo em sua investigação descrever todos os fenômenos que ocorrem no planeta, o que representaria em si, uma ciência de síntese de todas as outras ciências.

Apesar disso é importante inferir, que sua epistemologia sofreu inúmeras mudanças metodológicas e conceituais desde sua proposta inicial e que em seu processo de edificação, várias alterações ocorreram tanto motivadas pelas mudanças nas correntes filosóficas, quanto por processos históricos vividos pela sociedade. Camargo *et al.* (2007) relata que somente nos entremeios do século XIX, com as propostas geográficas de Alexander von Humboldt, Karl Ritter e Fredrich Ratzel a Geografia passou a ter *status* de ciência e portanto só posterior a estes fatos passou a ser ensinada e praticada nas universidades.

Karl Ritter estruturando esse processo de reconstrução da *Erdkunde* (Geografia) como ciência e comensurando um novo paradigma posicionou a Geografia pela primeira vez como uma

ciência moderna (CAPEL, 2004), o que contrariava várias ponderações sobre os pretéritos ideais dos conceito-chaves geográficos e mostra que a Geografia pode ter uma ideia muito mais abrangente em seu *latus sensus*. Para Karl (*apud* Capel, 2004) o conceito de Geografia, usado no sentido de descrição da Terra é infeliz e confunde muito as pessoas, as quais tomam o objeto de análise pela própria ciência, ciência esta que por ser muito mais complexa possui a mais completa e cósmica visão sobre a imagem da Terra, capaz de “resumir e organizar em uma bela unidade de tudo o que conhecemos do globo” (RITTER *apud* CAPEL, 2004, p. 41), uma verdadeira teoria de tudo.

E para fortalecer tais ideais e salvaguardar de dúvidas sobre isso, o pai da geografia, Karl Ritter, determinou:

A geografia é a parte da ciência que estuda o planeta em todas suas características, fenômenos e relações, como uma unidade interdependente, e mostra a conexão deste conjunto unificado com o homem e com o Criador do homem (RITTER *apud* CAPEL, 2004, p. 41).

Ritter buscou ainda entender as bases além das relações fenomenológicas, ou seja, as formas interrelacionais entre a natureza e o homem por meio de leis primárias, que regeriam estes processos existentes no globo e além dele. Eis que:

“para a Geografia de Karl Ritter [...] a matéria é portadora de uma verdade divina e que, portanto, conhecer a matéria objetivamente é o caminho para a comunhão com Deus.” (Leitão, 2017, p.33).

Porém, tais condições cósmicas propostas por Ritter para a Geografia foram desbastadas, ideias abdicadas, pra não dizer sufocadas, devido aos novos ideais adotados nos meio

geográficos, uma conspiração silenciosa que calou essas condições grandiosas.

Os ditos “conhecimentos materialistas contemporâneos” podem afirmar que Ritter não tinha os conhecimentos científicos necessários para se abster de tais misticismos. Far-se-ia então necessário lembrar que Karl Ritter foi aluno de Johann Heinrich Pestalozzi um dos maiores iluministas, propositor da reforma educacional, criador do *método intuitivo* e um grande formador de cientistas e pensadores. Ritter enquanto aluno de Pestalozzi, foi inserido dentro dos parâmetros *Iluministas* e *Racionalistas*, onde a busca pela verdade e razão era o altar do conhecimento. Em uma época marcada por uma ênfase no método científico, juntamente com o crescente questionamento lógico e na constante busca pelo entendimento científico no campo geral: humano, psíquico e religioso, uma atitude capturada pela frase “*Sapere aude*” (“atreva-se a conhecer”) (GAY, 1996).

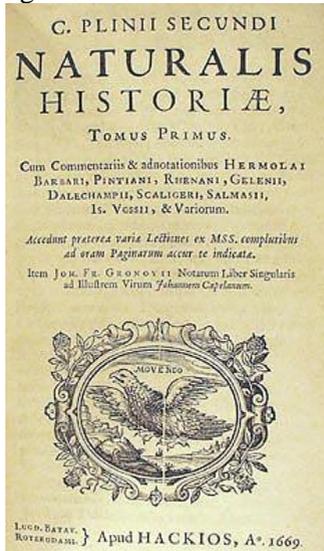
Coloca-se aqui então, uma pá de cal sobre esses pensamentos anti-ritteranos, pontuando que Karl Ritter ajudou nos embasamentos da ciência geográfica, que sem o qual, não teria alcançado o *status* reconhecido nas universidades, onde muito dos conhecimentos paradigmáticos criados por ele são, ainda hoje, mananciais de conhecimento. Logo, desacreditá-lo seria desabonar os próprios métodos usados para a criação e manutenção da Geografia.

Ainda que tais parâmetros estejam oclusos dos recentes apogemas geográficos, devido as suas novas vertentes de pensamento, faz-se necessário lembrar, que foi proposta uma nova ciência para poder resgatá-lo com preâmbulos não tão restritivos como os apregoados hoje nos meios acadêmicos e para empoderá-lo ainda mais. E esse trabalho foi desenvolvido por John Kirtland Wright (1925, p. 193) o qual propõe nesta

ciência, indiretamente, defesa às ideias de Karl Ritter (CAPEL, 2004), no artigo *The history of geography: a point of view*. Nele o geógrafo ainda destacou uma diferença importante entre “*história da geografia*” e “*geografia histórica*”, uma distinção, que conforme ele afirmou “às vezes confundida até mesmo por historiadores e geógrafos”, o que levou a Keighren (2005) fazer um estudo e a enunciar que John Wright ao determinar a “*geografia histórica*”, comensurou ser ela o estudo dos fatos geográficos como ocorreram no passado enquanto história da geografia, ideia conceitual que estruturou a criação da disciplina *história do pensamento geográfico*.

Por outro lado, para a ideia de “*história da geografia*”, Wright não fez referência a ela como um estudo temporal da ciência, distante disso, contemplou-a em uma categorização em desuso hoje, uma apreciação criada por Plínio (o velho) em sua obra *Naturalis Historiæ* (Figura 1), conceito usado com frequência em sua época e principalmente com preponderância nos séculos XVIII e XIX, um modelo enciclopédico com um conjunto variado de disciplinas científicas distintas, destinada a contemplar todas as complexidades de interpolações dos conhecimentos por meio de buscas das leis que regem as bases estruturais aquém e além da fenomenologia, tudo muito similar às ideias de Ritter. E para tal finalidade, cunhava John Kirtland Wright uma nova ciência para tratar e estudar a “*history of geography*” e onde a “Geografia faria o uso de seus conceitos”. Para isso deveria “ser chamada a história da [Geografia de] *Geografiologia* ou *Geografiografia* em analogia a *Historiografia*” (Wright, 1925, p. 193).

Figura 1: *Naturalis Historiæ*.



Fonte:http://lawlibrary.wm.edu/wythedia/index.php/C._Plinii_Secundi_Naturalis_Histori%C3%A6

Devido a interesses que fogem a compreensão, Wright não terminou o processo de construção desta ciência, nem tão pouco criou seus meios epistemológicos, eis que preferiu avançar na construção de axiomas para a elaboração da *Geosophy*, ciência que seria lançada posteriormente no ano de 1947 (WRIGHT. 1947, p.12). Por John Wright não ter concluído os preceitos fundamentais da *Geografiology*, a ciência ainda inexistente, contudo, foi aclamada e seus alicerces constituídos. Logo, não se pode deixar de reconhecer Wright como um de seus idealizadores e nem deixar de promulga-lo como seu primeiro lexicógrafo.

Faz-se lembrar, a essa altura, a exclamação de Jean Brunhes em 1910 quando inferiu: “A geografia humana ainda não está feita, temos ainda de fazê-la” (BRUNHES, 1910 apud SANTOS, 1978 p.17-18), da mesma forma, ter-se-á que bradar sobre a Geografiologia: “ainda não está feita, tem-se que construí-la”. E para isso, torna-se necessário se despende de acuidades mentais para solidificar este fomento, entretanto se a primeira vista parecer uma enorme pretensão querer propor uma nova ideia, tudo que está depositado nestas páginas falam por si mesmas, restando simplesmente, a tarefa codificadora de organizar estes preceitos já predeterminados e regentes, mas que precisam ser revistos e codificado em um formato mais crítico.

Outro ponto que fortalece a legitimidade das ideias geografiológicas é a análise sobre a carência epistemológica da Geografia, afirmada por vários pensadores (MORAES, 1981) (SANTOS, 1978, 1986), entre eles Moreira (2006, 2007, 2012), o qual sopesou que apesar de construídas em um processo crítico, as matrizes teóricas geográficas estão intimamente vinculadas ao processo homem-economia (Moreira 2006), ele ainda traz um resgate de sua práxis, pela valorização do espaço, numa condição tanto teórica, quanto prática (Moreira, 2012) e conseqüentemente em seu debate sobre a condição ontológica (Moreira, 2007), contemplando sempre as constrições de abordagens, tanto no espaço quanto na própria Geografia.

Lastória *et al.* (2012, p. 328), também contribuíra para esta análise, onde foi quisto que há uma vacância na configuração do estilo geográfico, por falta de uma nova epistemologia, que ao longo de décadas e em suas diferentes concepções, distante de uma linguagem cartográfica, a geografia apesar de propor inúmeros neologismos inserindo *geo* em sua conjuntura, falta clareza no que diz respeito à importância de

seus saberes e no desenvolvimento do chamado “raciocínio espacial”, condição imperativamente comensurada por seu trato, como um dos principais motivos da fragilidade da Geografia, enquanto matéria e ciência.

Em 1986, Milton Santos contemplou a necessidade de observar por meio de uma análise sintética a ciência geográfica, quando propôs uma *Geografia Nova*, contudo suas observações, apesar de amplas, criticavam apenas os processos de análises quantitativos e as conjunturas metodológicas da geografia, deixando outros tantos vieses sem serem analisados e pesquisados (SANTOS, 1986).

Não que a *geografia crítica* seja capenga, mas que algumas bases propostas por Santos não foram promulgadas e outras não observadas, conquanto para se entender outras complexidades que Milton Santos deixou de pontuar em seu livro *Por uma Geografia Nova: da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*, necessário se faz afastar o máximo possível dos *preconceitos geográficos* e abster-se de seus olhares limitadores de análise do espaço, para assim, se ter uma melhor compenetração e entendimento do objeto a ser analisado, objetivamente, fazendo uso de uma *luneta analítica*, criada por meio de uma outra ciência, Ciência esta que é proposta neste compendio.

E por meio desse olhar geografiológico, ter-se-ão condições contemplativas para expandir essa observação e assim poder-se-á fundamentar e regular os conceitos e os objetos científicos da Geografia, compor suas economias morais, protocolos intelectuais e virtudes epistêmicas necessárias para o exercício de certos tipos de racionalidade, que a geografia por si mesma não transpõe. É evidente que a Geografia já possui seus princípios, métodos e conceitos próprios, mas como o próprio

Moraes (1981, p. 126-127) ressalva, a ciência Geográfica convencional foge à pesquisa direta de si mesma como objeto de pesquisa em suas abordagens, [...] “o que compõe uma contradição ou irracionalidade”.

Por outro lado surge a análise de Santos (1986), que evidenciou existir um grave erro teórico e metodológico, ao se confundir a ciência com o seu objeto de análise, tal como se vê ao se pensar que discutir Geografia é o mesmo que discutir o espaço. Apresenta-se que, se uma ciência é definida por seu elemento de análise, em via de regras, quase nunca ela aprecia tanto seu objeto, quanto observa a si própria. E mais a frente, em suas mesmas ponderações, Milton Santos evidencia que este é o caso da geografia, cuja preocupação com seu objeto, o Espaço, sempre é deixado em segundo plano. Qualidade de fatos que faz ajuizar-se dever a Geografia se manter em seus *estudos espaciais*, deixando por conta da Geografiologia seus estudos epistêmicos, metodológicos e paradigmáticos.

Com efeito, dever-se-ia abrir legitimação para o uso desta ciência, desde que os preceitos a ela ligados cumprem suas bases metodológicas e conceituais, pois, com a amplitude deste fluxo de conhecimento em direção à sua objetividade, em condição demonstrável pelo crescimento do rigor de seu método, essa *epistemologia geografiológica* mostrará que as coisas são muito mais importantes, interessantes e convenientes do que a própria “objetividade” existente na Geografia, a qual se exhibirá não por ser mais puramente racional ou técnica, mas igualmente moral, social, para não dizer metafísica, tal como propôs Ritter, preambularmente comentada neste contexto teórico (CAPEL, 2004).

Outro ponto a ser cotado, é que existindo a Geografiologia e dando a ela o preceito de mensuradora do contexto das análises geográficas, a Geografia deixa de ser a ciência que absorve conceitos, ideias ou bases epistêmicas de outras matérias e passa a ser “a ciência de síntese, que trabalha com dados de todas as demais ciências” (MORAES, 1993, pp. 14), fazendo com que ela deixe de ser uma ciência coadjuvante em relação às demais, para ser a ciência que estuda onde todas as outras se desenvolvem. Consegue-se a partir disso, uma exploração nas múltiplas significações e manifestações da complexidade geográfica e por resultado dessa aproximação criada pela *Geografiologia epistemológica*, serão instituídas condições para fomentar uma abordagem atenta às noções e às circunstâncias, aos conceitos e aos contextos, sempre mais cuidadosamente articulada e preocupada com a cognição e de uma nova *geografização* (SANTOS, 2006).

Fundamentando a *Geografiologia*

Sempre que são propostas coisas novas, é necessário criar e fazer uso de novos termos e conceitos para uma linguagem pura e desambígua de outras ideias já formuladas, tudo isso para evitar a confusão inerente à variedade de sentidos de palavras homônimas (KARDEC, 2004). Os vocábulos Geografia, geógrafo, geográfico, têm aceção bem definida. Dar-lhes outra, para aplicá-los à Geografia, seria multiplicar as causas já numerosas de anfibologia. Com efeito, como definiu Estrada (2021) a “Geografia é a ciência do espaço social”, ciência que estuda as interações entre o homem e o meio

ambiente e sua dinâmica, assim, quem quer que se forme sobre a égide desta disciplina e a professe, é geógrafo (BRASIL, 1979).

Não se segue daí, porém, que o geógrafo estude a epistemologia geográfica profundamente, nem sua correlação com questões aquém ou além do espaço e muito menos com ciências tidas como pouco ortodoxas como: a quântica, os fractais, a metafísica e a exegética. Assim, em vez das palavras Geografia e geógrafo, emprega-se, para indicar a nova ciência, a que se vem referir, os termos Geografiologia e geografiologista, cujo feitiço grafado lembra a origem e o sentido radical (que mostra o sentido básico da palavra) e que, por isso mesmo, compõe o benefício de ser perfeitamente inteligíveis, deixando ao conceito Geografia a acepção que lhe é própria.

Dize, pois, que a Geografiologia ou ciência geografiológica tem por princípio as relações do Universo com a Geografia e conseqüentemente com suas conjunturas primeiras: suas epistemologias e paradigmas e o estudo das causas (leis primárias) por trás dos efeitos ocorridos no espaço expandido das condições puramente sociais. Os estudiosos da Geografiologia serão os geografiólogos, geografólogo ou, se preferir, os geografiologista.

Como efeito, neste tratado contém a ciência geografiológica; que em sua generalidade, prende-se à geografia, uma de cujas fase se apresenta, essa a razão por que traz no cabeçalho do seu título as palavras: epistemologia geográfica.

Há circunstancia que se faz necessário abordar bases informacionais, para que a estes preceitos todos entendam, por constituir um dos fechos de abóbada deste preceito conceitual geografiológico, o qual findará com qualquer objeto que possa

servir para inúmeras controvérsias, à míngua de uma aceção bem determinada: a fomentação desta construção epistêmica.

Fundamenta-se assim o termo *Geografiologia* (do grego antigo γεωγραφία (*geōgraphía*) composto pelo prefixo γεω (*geō-*), originado de γε (*gê*), o que implica á terra, adicionado o termo γράφω (*grápho*), que significa desenho ou gravação, em tradução livre "descrição da terra" + λόγος (*logos*), “*estudo*” em grego, com a soma do sufixo ία (*-ia*), usado para desenvolver substantivos de natureza diversa), propondo a ideia literal de *o estudo sobre a gravação da Terra* ou se preferir *Estudo da Geografia*, tal definição surgiu como um neologismo, mais precisamente uma palavra-valise, proposta por John Kirtland Wright (1925 apud) citada em seu artigo *The history of geography: a point of view*, fundamentando esta que seria a “*história da geografia*” e “*epistemologia geográfica*” (WRIGHT, 1925, 193), comentada pelo professor Zbigniew Zwoliński (2007) em sua palestra *O kształt t kierunku studiów GeoInformacja GI*, apontando-a como “*rainha das ciências*” (ZWOLIŃSKI, 2007, p.5) e posteriormente por Waldo Vieira (FREIRE *et al.*, 2020), propondo-a como uma ciência, todos três sempre em concordância paradigmática.

Tão logo emerge um desafio, que seria destacar do eixo central de toda realidade um campo específico, moldável a um paradigma independente e que, igualitariamente, continue integrado a essa mesma totalidade. E é neste interim que surge outra peripécia importante: a necessidade da criação de uma epistemologia para essa especialidade e, por consequência, sua fixação e atribuição passam pela “*metadisciplina*” e não o revés (SANTOS, 2006). Para Santos (2006), arquitetar uma disciplina, sua epistemologia e confeccionar sua metadisciplina são

intervenções simultâneas e conjugadas, pois, o mundo é um só. Pois:

Ele é visto através de um dado prisma, por uma dada disciplina, mas, para o conjunto de disciplinas, os materiais constitutivos são os mesmos. É isso, aliás, o que une as diversas disciplinas e o que para cada qual, deve garantir, como uma forma de controle, o critério da realidade total. Uma disciplina é uma parcela autônoma, mas não independente, do saber geral. É assim que se transcendem as realidades truncadas, as verdades parciais, mesmo sem a ambição de filosofar ou de teorizar (Santos, 2006, p. 11).

Pode-se, então, defini-la como *Paradigma científico polissêmico*, não apenas por ser o designador do registro epistemológico da Geografia, mas também por examinar em primeira mão as leis que existem por trás de seus processos e fenômenos. Determina assim, um modelo orientador das atividades, normas e métodos a serem seguidos, dando a ela condição de ser *passível de mensurar a geografia em condição endo- exogeográfico do caráter espacial, físico e humano*.

Observa-a como um *Paradigma científico* porque é uma *determinante conceitual científica e epistemológica* que determina um *exemplo e/ou modelo*. É a determinante de um *método padronizado* a ser acatado. É uma conjectura filosófica, matriz teórica do conhecimento ao qual se origina o estudo deste campo científico; um embasamento científico com métodos e valores concebidos como padrão para realização tanto em priori quanto a posteriori comprobatória; um referencial elementar que se apresenta como baluartes para estudos, análises e pesquisas.

Ela é polissêmica por ter em sua determinação paradigmática o atributo de conceitualizar, criar ou atribuir, palavra ou expressão, além de determinar um novo sentido as já existentes, hierarquizando-se como uma ciência cada vez mais clara por sua polissemia extinguindo em seu âmbito as condições de homônimas.

Pode-se referenciá-la passível de mensurar a geografia em condição exo-espacial, multidimensional nos campos físicos e humanos, por seu objeto de análise ser a *Geografia* além do *espaço geográfico*, contempla todas as bases geográficas e sustenta universalmente seus matizes conceituais, a qual poderá interpor a correlação entre geografia e o espaço em toda sua complexidade e universalidade.

Com tais preceitos predeterminados, podemos apontar as categorias geografiológicas, seu objeto e seus métodos.

Categorias geografiológicas

Dentro de seus parâmetros contemplam-se suas categorias que podem ser nomeadas: *Estrutura*, *Processo*, *Função* e *Forma*, todos atributos a serem contemplados na epistemologia da Geografiologia, sendo extremamente necessários a sua fundamentação. Observemos suas conjunturas individualmente, eis que:

O estudo dinâmico das categorias internas [...] supõe o reconhecimento de alguns processos básicos, originariamente externos ao espaço: a técnica, a ação, os objetos, a norma e os eventos, a universalidade e a particularidade, a totalidade e totalização, a temporalização e a temporalidade, a

idealização e a objetivação, os símbolos e a ideologia (SANTOS, 2006, p.13).

Estrutura

É ilustrada por Milton Santos (2006, p. 44) em *A natureza do espaço*, a complexidade funcional da estrutura como a dimensão estatística dos usos. E para Moles (1971, p.78) a complexidade estrutural de um estudo é correlata com o repertório de funções que podem ser conjugadas, ou seja, suas interações e potenciais de comutações.

Por esse viés pode-se dizer que a Geografiologia, em sua conjectura, exhibe uma *Estrutura* articulada conciliando três possibilidades, tripla atitude cognitiva, nomeadamente: a *Atitude Geral* ou epistêmica, que abrangerá os estudos epistemológicos, filosóficos e conceituais da Geografia; a *Atitude Corográfica* ou regional, contemplando condições sistêmicas de ciências geográficas que fogem dos circuitos espaciais ordinários da Geografia; e por último a *Atitude Universal*, que corrobora exhaustivamente para a concepção das *causalidades* que efetivam os processos fenomênicos no campo geográfico, além dos preceitos ordinários, sejam eles Morais, Sociais, Físicos, Metafísicos (ALIGHIERI, 1981), Fractais (CARDOSO, PÓVOA, 2021) Miméticos (NASCIMENTO, 2018), Relativistas, Quânticos (PETERMAN, 1994), Imponderáveis (DEBUS, 1996), Metaversos (ZUCKERBERG apud SCHOCH, 2021) *et cætera*.

Define-se aqui que não há superioridade cognitiva, ou maior precisão científica, nem origem ou primazia epistemológica ou maior eficiência na produção de conceitos e

em seu estilo metodológico em relação às ciências em voga. Estes são meramente estilos distintos em seus escopos e resultados.

Processo

A categoria *Processo* é considerada como o conjunto de mecanismos e ações a partir dos quais a estrutura se movimenta, alterando suas características no processo de criação e análise dos conteúdos geografiológicos e em seu desenvolvimento de hipóteses, os quais deverão ser testados, comprovados e/ou referenciados. Para este, servirão de parâmetros todos os métodos existentes ou passíveis de serem criados, desde que sejam verossímeis de comprovações (SANTOS, 1985).

Fatos desprovidos de probidade deverão ser reanalisados até que os resultados sejam consistentes com os fenômenos observados. E conteúdos teorizados por meio de bibliografia, deverão ser abalizados com fontes fiáveis e sempre procurando a escassez metodológica, esquadrinhando ao máximo a *verdade relativa de ponta* (VIEIRA, 2010, p.9).

Importa-se ainda, ressaltar a necessidade de sempre re-pesquisar acuradamente os princípios causais por trás da epistemologia geografiológica, ampliando assim, constantemente sua *verdade relativa de ponta*, e comutativamente a isso, reescrevendo de forma contínua e dinâmica suas técnicas de investigação.

Função

Para Santos (1985) a categoria *Função* diz respeito as atividades de extrapolação dos conceitos de espaço, redefinindo-os a cada momento, o que permitirá a existência de uma interpolação dos vieses contidos na geografia em relação à universalidade de ciências, como a transmutação funcional dos *fluxos* e *fixos*. Galgando assim a Geografiologia como mediadora e liga de síntese entre estas, independentemente da complexidade de seu sobreexcitamento.

Forma

A Geografiologia tem como objetivo principal entender a dinâmica da Geografia com o espaço a um nível *latíssimo*, buscando contemplá-lo em toda sua complexidade, desde suas acepções mais simplistas até as mais implexas. Tudo isso para chegar a *determinantes primárias universais*, que serão usadas para se entender as formas de relevo, os fenômenos climáticos e tantos outros conceitos geográficos, nos mais diferentes níveis de percepções concebíveis e inconcebíveis, buscando *a causa das causas geográficas e sua correlação epistêmica*, ou seja, não deixando as bases geográficas restritas aos liames espaciais, mas, abrindo-as a campos de interdisciplinaridade infinitos.

O objeto

Com os parâmetros acima apresentados pode-se dizer que a Geografiologia tem como *Objeto* de estudo a *Geografia além da condição espacial*, a qual se preocupa com a conjuntura estrutural e científica da Geografia, em toda a sua concepção axiomática. Analisa e enfatiza os aspectos que ultrapassam a individualidade singular de seu objeto: a ciência geográfica (SANTOS, 2006). Ela não busca definir ou especificar um conceito abstrato e subjetivo da Geografia, mas a considera em sua individualidade epistêmica. Contudo, a vê como resultante oriunda de causalidades primeiras além do espaço-tempo, não a vislumbra com ideais do *determinismo*, mas com condições passíveis de serem observadas. Imediatamente a isso, busca precisar o contexto universal no qual o Mundo como espaço atua e é apreendido pela Geografia em conjunto as demais ciências, ortodoxas ou não (SANTOS, 1985).

Assim, interessam-lhe: as fundações, as retomadas epistêmicas e conceituais de seu objeto de análise, conjuntamente a suas funções, independente do nível de amplitude ou exiguidade ao qual seja ou esteja sujeito. No entanto, a abordagem analítica vai além da definição do objeto, de seu comportamento ou de suas características, mas sim em indagar, como o objeto pode ser viabilizado, em quais situações está envolvido nos percursos de sua existência e sintetizar sua observância e as condições de sua possibilidade.

Método

A análise metodológica no campo desta linha de pesquisa baseia-se na Geografiologia como ciência e como tal em seus próprios fundamentos particulares, observada como ciência universalista com conjunturas filosóficas e seu estado de ser. Contempla a conjuntura geográfica além dos liames do espaço social, Esquadrinha a correlação da Geografia com a *interdisciplinaridade geral*, buscando sempre as correlações desta primeira com axiomas fundamentais, a causa das causas geográficas, o princípio dos axiomas primários, as conjecturas mais íntimas da matéria Espaço, sua relação com o Homem nas universalidades espaciais, sejam elas como apontadas acima: Morais, Sociais, Físicos, Metafísicos, Fractais, Miméticos, Relativistas, Quânticos, Imponderáveis e etc.

Sempre concebendo a complexidade da coleção conceitual da Geografiologia, o que significa abrir-se a diferentes correntes teóricas e metodológicas e, por meio delas, reconhecer os embates em nível de ciência que cada época representa.

Deste modo, em seu Método existem parâmetros que não são entendidos como uma articulação estrita de concepções, mas como um todo aberto e tenso, que inclui até mesmo visões contraditórias de mundo. Essas concepções geografiológicas são examinadas em seu movimento constitucional, em seu poder interpretativo e em seus paradigmas, critérios e normas, com o objetivo de projetar o campo da Geografiologia para novas probabilidades.

Ele, portanto, abarca todas as bases paradigmáticas da Geografiologia, o que significa mergulhar no próprio universo epistêmico-filosófico, numa perspectiva que vincula o pensamento científico ao filosófico e este com a escolástica. Em outras palavras, o tripé (inter-relacionado) - formado pela filosofia da ciência, pela "universalidade de mundos" e pela ciência no campo de sua própria institucionalização-reprodução- consolidação.

Teoria

No campo teórico da Geografiologia buscar a sua validade científica no mundo contemporâneo é fundamental para a compreensão das principais categorias da Geografiologia, além de presumir propor outras, tal como são compreendidas na perspectiva metodológica utilizada pelo geógrafo-geografiólogo. De tal modo, que a questão central é saber como a Geografiologia se estrutura segundo suas categorias, ou mais precisamente, qual a legitimidade do conhecimento geografiológico para assimilar a realidade tal qual foi tratado anteriormente.

Em seguida, busca responder o que é a Geografiologia e quais são suas particularidades conceituais e categóricas. Uma vez que as especificidades da ciência geográfica estejam somadas ao modo de produção, determina-se uma homília e uma práxis científica com todos seus valores: sociais, políticas, econômicas, morais e metafísicos.

Depois de explicadas essas especificidades categóricas da ciência geografiológica, entramos na segunda questão do tratado: ampliar os axiomas de seu conhecimento. Isto denota

que se trata de um objeto epistêmico, em condição estrita, que se refere ao campo filosófico que se ocupa do paradigma científico geografiológico; é o estudo sistêmico e determinante de seus princípios, das hipóteses e dos resultados das diversas ciências, com a finalidade de determinar seus fundamentos lógicos, seu valor e sua importância objetiva.

A observância da interrelação sujeito-objeto é o eixo central da teoria do conhecimento geografiológico em união a questão do método, uma vez que suas categorias são apreendidas de acordo com o método. Consequentemente, a ciência orienta o sujeito (compreendido como Geografia) e suas pesquisas para a dimensão do objeto, e vice e verso, conquanto é concentrado pela determinação peculiar do modo de análise, assim sendo, retira-se do sujeito suas limitações de contemplação ou restrições as universalidade do objeto. Contudo o pesquisador sempre deverá se restringir as imposições conceituais e metodológicas a ela pertinentes.

Prática

A prática geografiológica acontecerá no âmbito da interdisciplinaridade, onde a Geografiologia encontrará subsídios para inter-relacionar a Geografia com outras ciências, como: a Astronomia que embasa a Geologia e esta, por sua vez, a Geomorfologia e Pedologia; a Uranografia e a Uranologia, ciências que junto a Geologia poderia alcançar maiores conhecimentos sobre o processo de formação dos planetas, sobre o *Influxu Planetarium* (Mesmer, 1766), que fomenta sobre a ação das energias dos corpos celestes e talvez até sobre a

energia *cósmica de fundo*, objetos que poderiam ser observados em relação à geografia e conseqüentemente aos homens.

Classe

Poderia ser criada como exemplo a Geografia do Imponderável (ciência ainda inexistente), que seria uma análise sistêmica das cidades propostas existentes, em campos divinos, como as expostas por Dante Alighieri (1981) na Divina Comédia, nas Cidades dos homens e de Deus de Agostinho de Hipona (AGUSTÍN, 1988) e etc.

A Geografia Quântica, que se não estivesse proposta por Dr. William Peterman (1994) da Universidade de Illinois (EUA) seria assinalada aqui sem tremeluzo, contudo mesmo que ela já tenha sido proposta, suas análises cabem-se a Geografiologia e não a Geografia, por ser um tema desvinculado dos paradigmas geográficos ortodoxos.

A Geografia Fractal de Cardoso e Póvoa (2021) que observa autossimilaridades em toda a natureza, modificando a visão geográfica além de um espaço observável e mostrando uma repetição a nível universal, indo do minimamente invisível às constelações com seus exoplanetas.

Como funciona

Para melhor compreensão, toma-se por base a estrutura de construção da disciplina Geografia Fractal, proposta por Cardoso e Póvoa (2021) no XXIII Encontro Internacional

Humboldt, ambos estudando um matemático chamado Benoît Mandelbrot (1997), percebeu que todos os seus trabalhos estavam síncronos, mesmo sendo estudados separadamente. Essas paridades conjuntas ligavam: erros na transmissão de mensagens, turbulência, formações e estruturas de galáxias, flutuações da bolsa de valores e até o nível do rio Nilo (SANCHES; CYRINO, 2007). O impressionante é que essas similitudes estruturais podiam ser representadas graficamente por formas geométricas irregulares, o que possibilitou Benoît axiomatizar uma nova geometria: a Geometria Fractal. Foi ainda ele quem principiou as pesquisas sobre essas formas com fenômenos e estruturas encontradas na natureza em seu livro *A Geometria Fractal da Natureza* (CARDOSO e PÓVOA, 2021).

Juntando essa premissa de Mandelbrot e a ciência universalista Alexandre Von Humboldt (1846), em seu livro *Cosmos: essai d'une description physique du monde*, encontrou-se uma grande unidade regida por forças múltiplas que se combinavam e se harmonizam, e que mesmo parecendo análogas, dirigem-se ao mesmo objetivo: *à harmonia universal* (SOUZA, 2016).

Com essa interjunção da Geografia com a Geometria Fractal o resultado foi de tamanha grandeza para as duas ciências, que Azevedo e Christofolletti chegaram a afirmar que com essa “nova perspectiva, as concepções mecanicistas cedem espaço a uma concepção holística” (AZEVEDO; CHRISTOFOLETTI, 2007, p.30).

PAULA e SOUZA (2017, p.136) advertem que o mundo natural apesar de parecer aleatório, caótico, de fato existe todo um universo de similitudes e autossimilitudes; desde as pétalas de uma flor, até um curso sinuoso de um rio; uma geometria do

mundo que nos rodeia, podendo ser mensurada, atualmente apenas por meio dos estudos dos Fractais.

E por essa Geografia Fractal com padrões que se repetem dentro e fora do espaço tempo, em planos de realidades distintas, com espacialidades quebradas, não pode e nem deve ser circunscrita ao amago geográfico ordinário, criando pontos de intercessão entre a Geografia, Geografiologia e Geografia Fractal.

Figura 2: Ilhas Belcher (Canadá)	Figura 3: Vulcão Anyuyskiy (Rússia)	Figura 4: Baía de Bombetoka (Madagascar)
		

<p>Figura 5: Península Dardzha (Turcomenistão)</p>	<p>Figura 6: Canion da Desolação (Estados Unidos)</p>	<p>Figura 7: Deserto Erg Iguidi (Argélia e Mauritânia)</p>
		
<p>Fonte: Figuras 2, 3, 4, 5, 6 e 7 Earth as Art da NASA (NASA <i>et al</i>, 2012).</p>		

Posteriori

Todos os exemplos preponderados acima, apesar de restritos, se mensurados com mais zelo, poderiam ir ao infinito, conforme apontou Bernstein e Roitman (2015), quando afirmaram que ao promover e convergir os saberes dos conjuntos das ciências, sem prescrever fronteiras entre elas, há a abertura de todas estas, para aquilo que as atravessa e as ultrapassa, porém, devido às restrições geográficas ponderadas, todas as interdisciplinaridades citadas no item anterior e também tantas outras não citadas, seriam ignóbeis a Geografia, hipótese salvaguarda por Santos (1986), quando apostila que:

[...] jamais nos foi possível construir um conjunto de proposições baseadas num sistema comum e entrelaçado por uma lógica interna, se a geografia não foi capaz de ultrapassar esta deficiência, é porque esteve sempre muito mais preocupada com uma discussão narcísea [...]

“Como para qualquer outra atividade produtiva no momento em que se torna complexa, aqui também se impõe uma divisão de trabalho. Daí a justificação de ciências particulares autônomas, cujo objeto é parte da realidade total e para cujo estudo se estabelece, em um movimento contínuo, princípios gerais e se criam normas de proceder em diferentes níveis, desde a epistemologia às técnicas (Santos, 1986, p. 18 - 19).

E com tais palavras promulgadas por Milton Santos (1986) além de validar a criação desta que se aponta, ele ainda indica os ideais que devem ser tomados para esta criação epistêmica e paradigmática. E para ser lançada sua pedra fundamental, não se devem esquecer os ideais promulgados por Johann Heinrich Pestalozzi em seu processo de criação da pedagogia, pois com:

[...] Pestalozzi podemos distinguir dois empirismos: um inferior, que se limita a anotações compiladas, ou digamos, aquilo que constitui os compêndios; e outro superior, que procura a conexão de causa e efeitos nas matérias obtidas com o que se chega a ser desse modo transparente e convincente, portanto reconstruível desde o espírito. Também assim se “destrói” o empirismo puro e se racionaliza mediante a revisão de suas conexões causais, suas

dependências quanto à forma etc., resumindo conforme a lei “sua necessidade (OSTUNI, 1967, p.37).

Enquanto o primeiro ideal de Pestalozzi aponta para o trato da Geografia, a segunda parte nos leva a Geografiologia e a partir deste cenário uma chama é reacendida: faz-se forçoso rever o nosso pensamento paradigmático utilizado para a assimilação do conhecimento sobre o mundo, no entanto não somente deste que é o espaço sobre o humano e do humano sobre a natureza e sim, mas do mundo por si mesmo, originando um revisitar do pensamento crítico, mas agora, sobre as ideias mecanicistas e com isso originando um raciocínio progressivo, evolutivo, não linear, desenvolvimentista, empírico; o buscar profundo por conexão de causas e efeitos (Santos, 2006).

Não obstante, a *pesquisa Geografiológica* deve estabelecer uma relação com seu objeto de estudo que saia da ideia de imparcialidade da *Geografia* em relação ao *espaço*, rompendo esta divisão entre estes dois objetos de análise, entre *Mundo* e *espaço geográfico*, entre o micro e macro espaço. Neste viés, a importância de categorias de pesquisa do espaço como local de vivência é passível de modificação pelo homem, se descentraliza e começa a ser mensurada uma reanálise, onde o espaço sofre processos distintos de alteração, independente da ação antrópica, mas sobre erige de Leis Primeiras, que além de ser uma nova resposta, também é um novo olhar sobre o paradoxo da divisão entre *Espaço* e *Mundo*, o quersegata de vanguarda ideias ainda não exploradas.

Conclusão

Observou-se por meio de uma revisão bibliográfica a evolução da Geografia e sua estrutura epistemológica, contemplou ainda que a mesma tem campos de análises com pontos cegos a serem observados e conseqüentemente chegou-se a conclusão que a geografia por ela mesma seria incapaz de promulgá-los.

Aproximou a compreensão que é apreciável e verossímil a necessidade da oficialização da ciência geografiológica. E por assim se fazer, foi proposta uma nova forma de se pensar a metodologia geográfica na contemporaneidade, com isso, foram trabalhadas algumas categorias geográficas de análise até então imponderadas, as quais podem ser consideradas primordiais para o entendimento da realidade geografiológica, o que fez surgir à compreensão da relação dos conhecimentos geográficos com a singularidade e a totalidade do espaço.

Contudo, devido à imensa base a ser compreendida sobre essa nova ciência proposta, seria infantil pontuá-la como pronta, logo, vê-se surgir por meio destas singelas páginas, o *principia* de sua complexidade epistêmica e a sua necessidade maiêutica de *auto surgimento*.

Lógico é, que muitos não apreciarão tais explanações, mas, independentemente do interesse de alguns grupos, sobre a validade deste trabalho ou não, faz-se consciencioso advir que com o crescimento dos conhecimentos científicos, torna-se ainda mais valoroso propor novas conjunturas e disciplinas científicas, talvez até mais necessário que nos tempos de Galileu.

Logo, acreditar que todos os âmbitos dos conhecimentos já foram superexplorados é como dizer que o homem está resoluto com a perfeição, assim, independentemente se dizer que isso vale ou não a pena, "*Eppur si muove!*" (GALILEU, 1633 *apud* BAHADIAN, 2020).

Referências

AGUSTÍN, S. *Obras completas de San Agustín: La Ciudad de Dios* (2º). v. 17. Madrid. Ed. Biblioteca de Autores Cristianos, 1988.

ALIGHIERI, Dante. *A Divina Comédia*. São Paulo: Ed. Abril. 1981.

AZEVEDO, Thiago Salomão de; CHRISTOFOLETTI, Anderson L. H. Fractais em Geografia: conceitos e perspectivas. In: *Climatologia e Estudos da Paisagem*. Rio Claro - Vol.2 - n.2 - julho/dezembro/2007, p. 30.

BAHADIAN, Adhemar. *Eppur si muove*: E nesta semana algo se moveu In: *Jornal do Brasil*. Publicado em: 20, Dez, 2020 Disponível em: <<<https://www.jb.com.br/pais/artigos/2020/12/1027191-eppur-si-muove.html>>>.

MANDELBROT, Benoit B. *La Geometría Fractal de la Naturaleza*, 1." edición Ed. Metatemas 49 (Traducción de Josep Llosa) coleção Libros para pensar la ciência. Octubre 1997.

NASA, FRIEDL, Lawrence; YUEN, Karen. *Earth as Art United States of America*. Ed. NASA - National Aeronautics and Space Administration. 2012. 166p.

BARSA, *Nova Enciclopédia*. Geografia. 7. In: *Encyclopædia Britannica do Brasil* Ed. BARSA Publicações. São Paulo, 1998.

BERNSTEIN, Any; ROITMAN, Riva. A Educação Ambiental é uma disciplina?; *Revista Educação Pública*. Publicado em 07 de julho de 2015. DOI: 10.18264/REP Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/15/13/a-educacao-ambiental-uma-disciplina>.

BRASIL. Lei nº 6.664 (1979). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1979.

CARDOSO, Rodrigo Elias; PÓVOA, Carlos Alberto. Geografia Fractal. In: *XXIII Encontro Humboldt - Simposios*. Youtube, 22 de setembro de 2021. Disponível em: <<<https://youtu.be/b1fYUYmgRtc?t=5878>>>>>. Acessado em 30 de dezembro de 2021.

CAPEL, Horacio. *Filosofia e ciência na geografia contemporânea*: uma introdução à geografia. Maringá: Massoni, 2004.

DEBUS, Allen G. *El hombre y la naturaleza en el renacimiento*. México: Fondo de cultura economica, 1996.

ESTRADA, Maria Lúcia. Algumas considerações sobre a Geografia e o seu ensino: o caso da industrialização brasileira, In: *Terra Livre*. v. 1, n. 55. AGB Associação dos geógrafos Brasileiros. Publicado em: 2021. Disponível em: <<https://agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/download/56/55#:~:text=A%20Geografia%20%C3%A9%20a%20ci%C3%Aancia,do%20modo%20de%20produ%C3%A7%C3%A3o%20hegem%C3%B4nico>>.

FREIRE, Augusto; PACHECO, Cristina; Oliveira, Mércia. *Geografiologia*. In: *Especialidades da Conscienciologia*.

Instituto Cognopolitano de Geografia e Estatística. 2014. Disponível em: https://www.icge.org.br/?page_id=1878.

GAY, Peter. *The Enlightenment: An Interpretation*, Ed. W. W. Norton & Company 1996.

HUMBOLDT, Alexander Von. *Cosmos: essai d'une description physique du monde*. (Traduction de M. H. Faye). Première partie (Vol. 1). Milan: Charles Turati, 1846. 436p.

KARDEC, Allan. *O livro dos Espíritos*, Ed FEB- Federação Espírita Brasileira. Rio de Janeiro, 2004.

KEIGHREN, Innes M. Geosophy, imagination, and terrae incognitae: exploring the intellectual history of John Kirtland Wright. In: *Journal of Historical Geography* 31. 2005, pp. 546 – 562.

MESMER, Franz Anton. *Dissertatio physico-medica de planetarum influxu*. Tese (Medicina). Universidade de Viena, Vienna, 1766. 48p.

MOREIRA, R. *Geografia e práxis: a presença do espaço na teoria e na prática geográficas*. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. *Pensar e Ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico*. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. *Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

NASCIMENTO, Francijonison Custódio do; O filme enquanto geografia: proposições e insights iniciais. In: *Revista de Geografia (Recife)* V. 35, No. 1 (especial), 2018.

PAULA, Clayton Eugenio Santos de; SOUZA, Tatiana Miguel Rodrigues de. Uma abordagem da geometria fractal para o

ensino médio. C.Q.D.– *Revista Eletrônica Paulista de Matemática*, Bauru, v. 10, p. 135-148, dez. 2017. Edição Ermac. Disponível em: <<<http://www.fc.unesp.br/#!/departamentos/matematica/revista-cqd/>>> Acesso data: 05 de agosto de 2021.

PETERMAN William, Quantum Theory and Geography: What Can Dr. Bertlmann nos ensinar In: *The Professional Geographer*, Volume 46, 1994.

PRESS, F.; SIEVER, R.; GROTZINGER, J.; JORDAN, T.H. *Para Entender a Terra* 4a edição. Tradução: MENEGAT, R. Porto Alegre, Bookman. 2006. 656 p.

SANCHES, Tânia Borreiro; CYRINO, Márcia Cristina De Costa Trindade. O Professor PDE e os desafios da Escola Pública Paranaense: Produção Didático-Pedagógica In: *Cadernos PDE* Volume II. Londrina. 2007 pp. 13.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica de geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Hucitec, 1986, p. 86.

SANTOS, Milton. Estrutura, Processo, Função e Forma como Categorias do Método Geográfico. In: *Espaço e Método*. São Paulo, Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção* / Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SOUZA, Marquessuel Dantas de. O Cosmos de Alexander Von Humboldt. In: *Geographia Meridionalis* - revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pelotas. Outubro de 2016 - ISSN 2446-9165. Disponível em:

<<<http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Geographis/index>>>. Acesso data: 12 de agosto de 2021.

SCHOCH, Lucas. Metaverso: um futuro não tão distante: O conceito de realidade virtual totalmente integrada à vida real parece distante, mas pode não estar tão longe assim. Descubra o impacto do investimento de grandes empresas no metaverso. In: *Superinteressante*. Dezembro de 2021.

VIEIRA, Waldo. *Nossa Evolução* – 3ª edição. Ed Cognópolis. Foz do Iguaçu, 2010, 169 páginas.

TIPOLOGIAS DE USO, USUÁRIOS E FUNÇÕES DA ÁGUA EM BACIA HIDROGRÁFICA

Paulo Roberto Palhares Reis Junior
Flávio Rodrigues do Nascimento

Introdução

Como tema de pesquisa a água denota possibilidades que perpassam os aspectos físicos, químicos, biológicos, ecológicos, e adentram nas representações simbólicas e culturais assumidas em diferentes realidades sociais. Como bem natural, adquire centralidade nos debates sobre sua vitalidade, envolvendo preservação do equilíbrio dinâmico dos sistemas naturais, frente a inúmeras formas de utilização que lhe são atribuídas. Entretanto, como recurso hídrico, a água assume condição política, econômica e estratégica, protagonizando disputas a partir de sua apropriação por indivíduos, grupos ou entidades públicas.

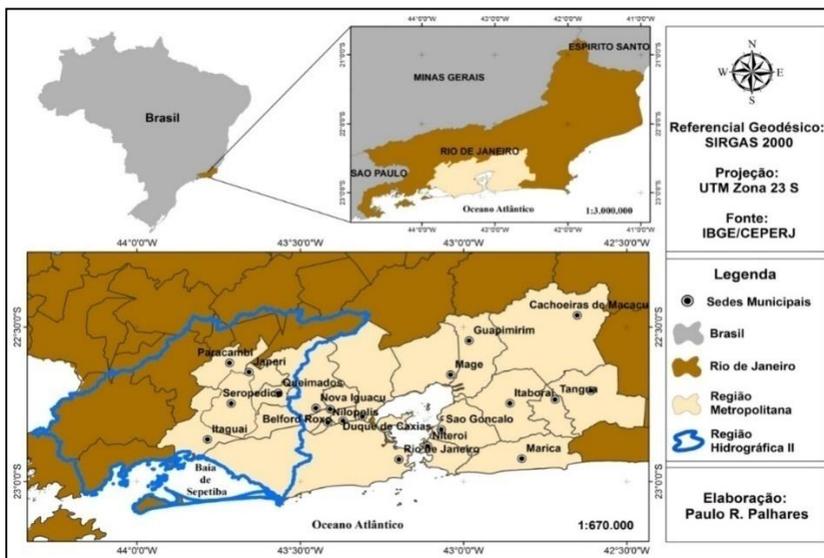
Para esta pesquisa, adotou-se conceitos e procedimentos relacionados à água como bem natural, renovável (cujo ritmo de renovação está cada vez mais comprometido em função dos usos e atribuições), imprescindível à sustentação da vida, seja ela humana, animal ou vegetal. Optou-se também pelo viés da água como recurso hídrico, tida como bem mercantil, dotada de valor econômico e concentradora de múltiplos interesses que atendem, principalmente, à lógica desenvolvimentista do mercado financeiro. Daí entendida como recurso hídrico.

O Brasil ostenta posição privilegiada no *ranking* dos países com maiores reservas de água doce do Planeta, no entanto, a disponibilidade se dá de forma desigual pelo território. Há episódios aonde regiões de clima semiárido e regiões mais desenvolvidas e povoadas sofrem com a falta deste recurso. Cabe destacar que tanto em situações de escassez quanto de abundância, a água pode ser objeto para o desencadeamento de situações conflitivas, envolvendo atores e múltiplos interesses de uso.

A Região Sudeste do país representa apenas 10% do território nacional, porém, é a que recebe maior volume de investimentos governamentais e apresenta os maiores índices de crescimento econômico e populacional. Sendo assim, abarca a maior densidade demográfica e guarda somente 6% da água doce disponível no país, ficando em penúltimo lugar comparado com outras Regiões do Brasil no tocante à disponibilidade hídrica por habitante ($m^3/hab./ano$) (NASCIMENTO, 2017, p. 110).

Dentre as nove Regiões Hidrográficas do Rio de Janeiro – RHs, a Bacia do rio Guandu está inserida na 2ª Região - RH2, onde além desta, encontra-se as bacias dos rios da Guarda e Guandu Mirim, sem contar nas dezenas de micro bacias incluídas nesse recorte administrativo (Figura 1). Juntas formam uma complexa estrutura responsável por abastecer doze municípios do Estado, sendo eles: Belford Roxo, Duque de Caxias, Itaguaí, Japeri, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio de Janeiro, São João de Meriti e Seropédica. Ao todo o complexo hídrico que inclui, segundo o *Guinness Book of Record*, a maior estação de tratamento de água do mundo, a ETA Guandu, que responde pelo abastecimento de mais de 9 milhões de habitantes (CEDAE, 2021).

Figura 2: Localização do Rio de Janeiro, Região Metropolitana e da Região Hidrográfica II.



Fontes: PALHARES (2018)

O médio curso da Bacia do rio Guandu é ocupado por importantes núcleos urbanos da RMRJ com forte parque industrial químico e petroleiro, com níveis altos tecnológicos empregados nos processos fabris. O que atrai grande e concentrado contingente populacional e urbano, adicionados do setor de serviços. Sendo que, na transição do médio para o alto curso, observa-se o uso do solo com agropecuária, importante Unidade de Conservação (APA Guandu, FLONA, RPPN's.). Enquanto do médio para o baixo, atividades ligadas a mineração, industrial e portuárias com Porto de Itaguaí, na Baía de Sepetiba, além da construção naval são a tônica na produção do espaço, sobressaindo-se como atividade econômica.

No ano de 2004, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH apontou questões centrais objetivando o desenvolvimento de um planejamento estratégico para RH2. Destaca-se a necessidade de garantir o abastecimento de água para milhares de usuários na Região Metropolitana do Rio de Janeiro – RMRJ. Considera-se ainda o fato de a disponibilidade hídrica do rio Guandu está condicionada a captação realizada através de sistemas de transposição do rio Paraíba do Sul, sendo a vazão transposta, à época, mais do que a necessária para o abastecimento público.

O bombeamento médio de 120 m³/s garante a geração de 612 *megawatts* nas Usinas Hidroelétricas *da Light* e, atualmente, mantém o volume necessário para atender as demandas da Metrópole Fluminense. Além do que os problemas causados pelo lançamento *in natura* de esgotos domésticos e industriais nos rios Queimados e Ipiranga, afluentes do Rio Guandu, deterioram a qualidade hídrica. Todavia, lembre-se que devido à conexão hidráulica e à partilha de águas entre as Bacias hidrográficas dos Rios Paraíba do Sul e Guandu, o processo de gestão das duas bacias hidrográficas é inter-relacionado e dependente.

Uma parcela considerável dos investimentos públicos federais e estaduais em bacias hidrográficas no Rio de Janeiro vêm sendo destinados aos municípios que integram a RH 2 (Bacia do Guandu). Dentre eles destacam-se: a ampliação portuária no município de Itaguaí, incluindo obras de dragagem para receber navios de grande porte; a construção do Arco Metropolitano para interligação dos municípios da baixada à zona portuária; e vantagens locais para o desenvolvimento de polos industriais, como os de Nova Iguaçu e Queimados. Neste cenário, destaca-se também o leilão da Companhia

Estadual de Água e Esgoto do Rio de Janeiro - CEDAE em fins de 2021, com promessas de altos investimentos em saneamento da rede atendida com sua ampliação e universalização de rede geral de esgotos nos próximos 35 anos (?!).

Por conseguinte, é possível compreender os riscos inerentes a operação do sistema Guandu e os possíveis impactos para o abastecimento público, em especial da RMRJ onde são registradas as maiores demandas por água no Estado. Para além, espaços dotados de fontes hídricas, e/ou cortados por canais fluviais passam a fazer parte da lógica imobiliária, especulativa, se tornando supervalorizados, uma vez que ao se apropriar de uma parcela do território, o proprietário assume o controle dos recursos naturais nela existentes (ACSELRAD, 2012).

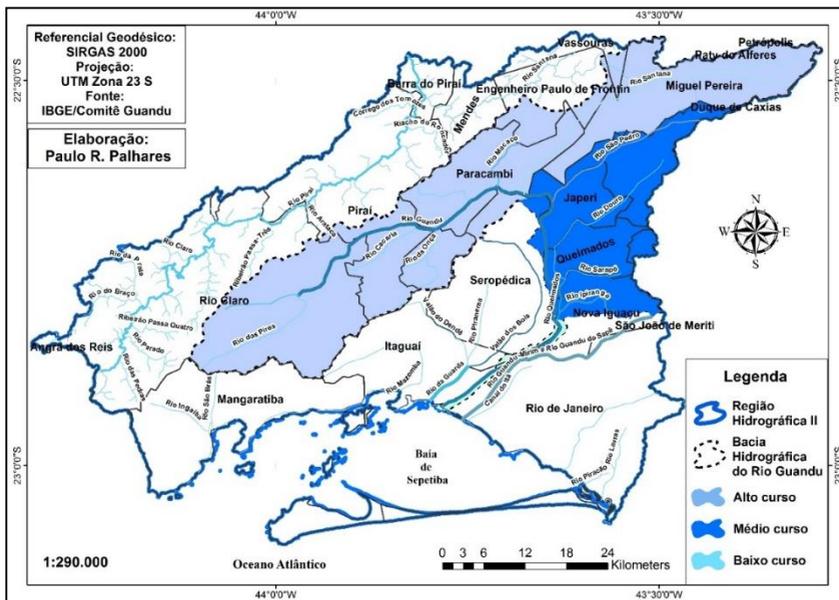
Respaldados legalmente, diversos mecanismos de cerceamento dos bens naturais têm se consolidado nesses espaços. Decorrem disto, conflitos de interesses estimulados por uma conjuntura marcada por disputas em torno do acesso a água adequados a variadas demandas dos diversos grupos de usuários. Saltam aos olhos manifestações contraditórias à medida que se amplia a escala de análise, evidenciando processos territorializantes no espaço geográfico. Neste sentido, diversos autores (e.g. Carvalho e Nascimento, 2004; Machado, 2013), destacam a bacia hidrográfica como objeto e meio para identificação das dinâmicas territoriais que, segundo eles, se transforma em instrumento e palco de disputas, sobretudo relacionadas aos usos e usuários de água.

Localização da bacia do Rio Guandu – Destaque ao médio curso

Não obstante, ao concentrar os estudos nas questões supra, evidencia-se uma série de conflitos e situações conflitivas em torno deste recurso que vem se agravando à medida que as concentrações urbanas e as atividades agrícolas adquirem novos espaços. Para isso, é preciso ir além dos aspectos físicos de uma bacia hidrográfica, adotada aqui como unidade espacial de pesquisa, para adentrar na configuração do espaço geográfico a partir da análise dos territórios e seus agentes, identificando os usuários, avaliando informações sobre a disponibilidade e as diversas formas de utilização da água. No caso, levando em conta o recorte do médio curso da bacia hidrográfica do rio Guandu (Figura 2).

A problemática abordada e a escolha deste recorte espacial se deu em função da preeminência de inúmeros problemas ambientais ligados ao abastecimento hídrico da Região Metropolitana do Rio de Janeiro - RMRJ. Incluem-se aí atividades impactantes ou de real importância na dimensão socioeconômicas deste suprimento hídrico, a exemplo de atividades como: mineração, sobretudo extrativismo de areia; agropecuária em pequenas e médias propriedades; geração de energia por usina termelétrica; concentração de polos industriais nos perímetros das fontes hídricas. Por estes fatores, entendemos que a Bacia do Médio Guandu representa uma das regiões mais afetadas pelas intervenções humanas no Estado do Rio de Janeiro – o segundo mais importante em termos econômicos no país.

Figura 3: Localização do médio curso da bacia do Rio Guandu, com destaque para os municípios inseridos, integral e parcialmente, neste setor da bacia.



Fonte: PALHARES (2018)

Sendo assim, o objetivo deste texto é apresentar um diagnóstico dos usos múltiplos da água no médio curso da bacia em tela. Procedeu-se com a categorização dos usuários e as tipologias de uso, classificando-os em consuntivos, não consuntivos e, especialmente, em usos complementares, compartilhados e competitivos. Optou-se também por elaborar um mapa de uso e cobertura da terra e identificar possíveis impactos ambientais decorrentes das ações socioespaciais em função dos usos múltiplos das águas, considerando aspectos de imprescindibilidade, possibilidade de substituição e efeitos a

jusante da bacia a partir da utilização hídrica na região.

Com isso, buscou-se compreender o arranjo espacial e a distribuição das ações responsáveis por sua organização, assim como a percepção de como os usos múltiplos da água interferem na garantia do abastecimento prioritário. Dentre as contribuições da pesquisa destaca-se o mapa de uso e cobertura do solo no médio curso da bacia, a relação das categorias de uso da água, do grau de utilização e os respectivos impactos. Acrescida da tipificação em usos complementares, competitivos e complementares-competitivos no recorte espacial proposto nesse artigo.

Metodologia empregada

Como forma de organização, a metodologia foi segmentada nas seguintes etapas: analítica, agregação e síntese e integração dialógica - consoante com a metodologia proposta por Souza (2000). Na primeira fase, analítica, fez levantamento bibliográfico que embasou a estrutura teórica e conceitual da pesquisa, encerrando, portanto, a etapa de gabinete. Seguiu-se com a realização de trabalhos de campo para aferição das informações e coleta de imagens pertinentes ao objetivo proposto. Conseqüente foram selecionados os dados e informações necessários a elaboração dos mapas de localização considerando a Região Metropolitana do Rio de Janeiro - RMRJ e a Região Hidrográfica II – RH II. Seguiu-se com a delimitação da bacia em tela, e a segmentação do alto médio e baixo cursos do rio, com destaque para seu médio curso, recorte espacial da presente análise. Foram elaborados, também, mapas temáticos apresentados, incluindo uso e cobertura da terra e usos da água,

com escala 1:115.000.

Na sequência, com as fases agregação e síntese, incluindo-se critérios já elaborados na fase anterior, fez-se a identificação e caracterização dos principais usos e utilizadores dos recursos hídricos. Atrelado a isto, analisou-se a configuração dos arranjos espaciais e dinâmicas territoriais para compreender ações dos agentes organizadores, tendo como referencial a água. Por fim, na fase de integração dialógica, procedeu-se com a integração dos parâmetros, já de posse dos mapas citados anteriormente. Deste modo, foi elaborado o mapa de usuários e tipologias de uso dos recursos hídricos, sistematizadas informações sobre os usos associados a aspectos de imprescindibilidade, possibilidade de substituição e efeitos a jusante.

De modo específico, o procedimento adotado para escolha dedicação dos estudos ao setor do Médio Curso da Bacia do Guandu seguiu a compartimentação desenvolvida pelo Laboratório de Geoprocessamento Ambiental – LGA da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, também adotada por Carvalho-Penna (2006) e Salamene (2007). A divisão consiste na segmentação da bacia em setores: Sistema Serrano; Lago Guandu; Sistema da Baixada de Sepetiba, coincidindo com o alto, médio e baixo cursos respectivamente. No que interessa ao médio curso da bacia, foram considerados os municípios drenados pelo exutório que, por conseguinte, representam maiores impactos no Lago Guandu e, conseqüentemente, na tomada da Estação de tratamento de água para RMRJ.

Os dados cartográficos utilizados para confecção dos mapas foram extraídos do Sistema disponibilizado pelo Comitê Guandu através da Agência de Bacia – AGEVAP, denominado

SIGA GUANDU, que mantém uma base cartográfica contínua do Brasil e do Rio de Janeiro. Neste ambiente se encontram disponíveis dados oficiais elaborados por órgãos federais e estaduais como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Agência Nacional de Águas - ANA, Serviço Geológico do Brasil - CPRM, Instituto Estadual do Ambiente - INEA, Departamento de recursos minerais - DRM e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE.

Inicialmente foram extraídos arquivos no formato *shape file* (.shp) do Brasil (político), Estado do Rio de Janeiro (político), delimitação da Região Hidrográfica 2 (físico) e imagem do satélite LANDSAT 8 cobrindo toda a Bacia. Os dados referentes aos municípios da RMRJ foram obtidos no site da Fundação Centro Estadual de Estatística, Pesquisa e Formação de Servidores Públicos – Fundação CEPERJ, assim como dados estatísticos da população e atividades econômicas. Em seguida as informações foram tratadas no *software ArcGis 10*. As escalas de apresentação foram definidas de modo a proporcionar uma visualização adequada ao formato da lauda.

Por fim, realizou-se um levantamento de dados em bases públicas como o Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos – CNARH, Instituto Estadual do Ambiente - INEA e Prefeituras dos Municípios inseridos na área de estudo, a fim de obter informações sobre as outorgas concedidas e as que se encontram em fase de análise. Foram realizados sete (7) trabalhos de campo que incluíram reconhecimento das áreas de interesse dentro do recorte espacial selecionado e participação de reuniões plenárias no Comitê Guandu, além de visita a Estação de Tratamento de Águas - ETA Guandu.

Configuração territorial e político-administrativa da bacia

Ao adotar o médio curso como recorte espacial para pesquisa identificou-se que as unidades municipais estão inseridas de forma total ou parcial neste segmento da bacia. Os municípios de Japeri e Queimados encontram-se totalmente inseridos, enquanto Nova Iguaçu e Seropédica apenas de forma parcial (Tabela 1). Frisa-se que mesmo não estando contido em sua totalidade no médio curso as atividades e ações nesses territórios político-administrativos impactam, direta ou indiretamente, a bacia, especialmente no tocante aos usos múltiplos dos recursos hídricos disponíveis.

Tabela 1: Participação das unidades municipais no médio curso da Bacia do Guandu.

Unidade Municipal	População estimada 2017	Domicílios	Área total	Área no médio curso	
			(Km ²)	(Km ²)	(%)
Japeri	101.237	28.424	81,69	81,69	100
Nova Iguaçu	798.647	248.092	520,80	200,45	51,46
Queimados	145.486	42.230	75,70	75,70	100
Seropédica	84.416	24.249	283,63	26,24	6,74
Total/Média	1.129.786	342.995	961,82	384,08	64,55

* Valores correspondente a média aritmética

Fonte: Elaborado com base em IBGE (2017).

O médio Guandu apresenta uma dinâmica de ocupação do solo marcada pelo desenvolvimento de núcleos urbanos, industriais e tecnológicos. Neste sentido, a multiplicidade dos

usos ganha destaque à medida que as demandas se ampliam e os estoques de água reduzem, tanto em quantidade quanto em qualidade, bem como pelas utilizações inadequadas, que comprometem, vis-à-vis, a garantia de água.

As Regiões de Sepetiba e Baixada Fluminense sofreram com o desmatamento e com as obras de engenharia para drenar as planícies e viabilizar empreendimentos, o que alterou a cobertura original do solo e a dinâmica natural dos ecossistemas. Os remanescentes florestais são mínimos, estando limitados a áreas de preservação ambiental. Nesse sentido destacam-se trechos da APA Guandu, Floresta Nacional Mário Xavier - FLONA, e algumas áreas de vegetação presente em topos de morro e em Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN's.

Embora haja presença de grandes empreendimentos econômicos e industriais, os municípios contidos neste setor da bacia apresentam baixos índices de desenvolvimento socioeconômico, especialmente em Japeri e Queimados. A ausência de programas de Governo e investimentos nos sistemas de saneamento, educação e saúde, contribuem para que a população permaneça às margens do desenvolvimento observado pela média da Região Hidrográfica 2, cuja ocupação se deu de forma predatória.

Neste sentido nos parece que a crise hídrica no Rio de Janeiro, está atrelado ao consumo perdulário dos sistemas produtivos, associado aos danos ambientais causados nos ambientes e hidrossistemas produtores de água. Por isto, a degradação da cobertura florestal e as formas de uso inadequados são deveras impactantes. As alterações na cobertura do solo, conseqüentemente impactando no ciclo hidrológico, aumentam a perda de água, comprometem a

infiltração e aumentam o escoamento superficial, comprometendo os lençóis freáticos e as áreas de recarga.

As áreas mais conservadas do médio curso se encontram nas periféricas, especialmente nas faces Nordeste e Sudeste. Tal constatação está estritamente ligada ao condicionamento do relevo para ocupação humana. A morfologia desses terrenos impede, de certa forma, o desenvolvimento de núcleos populacionais e atividades agrícolas por restrições topográficas. Ademais constituem áreas de nascente, e por Lei, são tidas como Áreas de Proteção Permanente.

Nas áreas centrais, notadamente nos Municípios de Japeri e Queimados, há núcleos de adensamento populacional, incluindo os polos industriais e de comércio. Em cotas altimétricas mais baixas, com relevos aplainados, os núcleos urbanos e industriais se desenvolvem rapidamente. Configuram, portanto, áreas dispersoras de poluição, tanto pontual quanto difusas, que somados a má qualidade do serviço de saneamento prestado, representam riscos iminentes para os recursos naturais, especialmente os hídricos, podendo inclusive interromper ou inviabilizar o abastecimento público.

As edificações representam as ocupações urbanas, predominantemente horizontal. Envolve loteamentos com ocupação esparsa e incipiente, polos industriais, bem como as estruturas necessárias a manutenção desta atividade, arruamentos, estrutura rodoferroviária, Usinas Termoelétricas, Refinarias e redes de distribuição energética. Estão aí, os maiores usuários de água neste setor (Figura 3).

relacionam com a função e a forma que se desenvolvem no espaço, ou seja, usos consuntivos e usos não consuntivos. Dentre os usos consuntivos e não consuntivos identificados, em termos de utilização, finalidade, requisito de qualidade e grau de utilização, os que ocorrem no médio curso da bacia são os seguintes: abastecimento público; abastecimento industrial; agricultura; criação animal; esgotamento sanitário; mineração; geração de energia elétrica; regulação, conforme o quadro 1.

Quadro 1: Categorias de uso da água, grau de utilização e impactos no médio curso da bacia.

Categoria	Utilização	Finalidade	Requisito de qualidade	Grau de utilização
USO CONSUNTIVO	Abastecimento público	Uso doméstico; Limpeza de ruas; Lavagem; Combate a incêndios.	Altos / Médios	Elevado
	Abastecimento industrial	Produção; Limpeza Reprocessamento; Refrigeração.	Altos / Médios	Moderado
	Agricultura	Irrigação; Beneficiamento.	Altos / Médios	Elevado
	Criação animal	Dessedentação; Higienização; Lavagem de	Médio / Baixo	Moderado

		currais.		
USO NÃO CONSUNTIVO	Esgotamento sanitário	Dispersão; Rejeição; Diluição	Baixo	Elevado
	Mineração	Extração; Lavagem; Beneficiamento.	Baixo	Baixo
	Geração de energia	Alimentação; Resfriamento	Baixo	Baixo
	Regulação	Controle de vazão; Equilíbrio ecológico.	Médio	Moderado

Fonte: Elaborado com base em Christofidis (2001); Nascimento (2011).

Nota-se que as maiores exigências quanto ao aspecto de qualidade da água são para os usos consuntivos. No caso dos usos não consuntivos, com exceção do uso para geração de energia, o nível de exigência é baixo. Quanto ao grau de utilização, as maiores demandas consuntivas são para abastecimento público, agricultura, criação animal; e entre as não consuntivas, o uso destinado para esgotamento sanitário.

Segundo a Agência Nacional de Águas – ANA (2010) o sistema de abastecimento atual requer investimentos para ampliação, uma vez que a configuração atual das redes não atende totalmente a população residente, notadamente nas áreas periféricas dos grandes centros urbanos.

Apenas 44% dos domicílios pertencentes às unidades municipais do médio curso da bacia possuem abastecimento regular (IBGE, 2017). Isto significa que menos da metade dos 342.995 domicílios recebem água em condições ideais para consumo humano. No restante das casas são realizadas captações em fontes alternativas como poços, rios e profundos, rios e canais fluviais, sem que haja qualquer tipo de tratamento prévio (Tabela 2).

Tabela 2: Perspectiva dos Municípios quanto ao sistema de abastecimento de água.

Unidade Municipal	População estimada (2017)	Domicílios	Com Abastecimento Regular	Fontes alternativas (%)	
				Poço/Nascente	Outras
Japeri	101.237	28.424	8.970	33,5	3,1
Nova Iguaçu	798.647	248.092	116.309	16,3	2,7
Queimados	145.486	42.230	15.640	30,8	2,8
Seropédica	84.416	24.249	9.842	12,6	1,7
Total	1.129.786	342.995	150.761	93,20	10,5
Média	282,45	85,75	37,690	23,3	2,62

*Valores correspondentes a média aritmética.

Fonte: Elaborada com base em IBGE (2017); ANA (2010).

Os Governos do Estadual do Rio de Janeiro e Federal, assumem que a privatização da Cedae (Companhia Estadual de Água e Esgoto do Rio de Janeiro) é a solução para o saneamento básico da região atendida por tal Companhia. Senão vejamos:

O leilão da Cedae (Companhia Estadual de Água e Esgoto do Rio de Janeiro) na Bolsa de Valores, em São Paulo, concedeu à iniciativa privada a prestação do serviço de água e esgoto em regiões do estado por R\$ 22,7 bilhões. O valor ficou 133% acima do mínimo esperado, em média, que era de R\$ 10,6 bilhões. Com a concessão, após mais de cinco anos de briga, parte do fornecimento de água do estado estará nas mãos de dois consórcios por 35 anos. Os contratos envolvem investimentos de cerca de R\$ 30 bilhões. O objetivo, além da distribuição de água, é obter a universalização da coleta e tratamento de esgoto para cerca de 13 milhões de pessoas(UOL, 2022).

Todavia, os autores deste texto defendem que o acesso ampliado ao saneamento básico e melhorias de saneamento ambiental é área estratégica de qualquer e toda nação e suas regiões. Deste modo, para o Guandú, não é seria diferente. Advoga-se que a ação do estado deva ser ampliada em detrimento às privatizações do setor de modo a incluir as populações inteiras, ampliando assim a cidadania. A Unesco (2022), ratifica isto, ao falar de Governança de água na América Latina. Assim como Grafton e Hussey (2011) ratificam tal agenda para planejamento e gestão, para segurança hídrica em bacias hidrográficas (LAUTZE; MANTHRITHILAKE, 2012).

O trecho médio do Rio Guandu recebe um volume maior de violações considerando a classificação padrão da qualidade das águas (CONAMA 357). A maior parte da contaminação está diretamente ligada ao lançamento de efluentes, tanto domésticos quanto industriais, que passam a interferir nas condições de uso da água. Os tributários responsáveis pelo aumento da poluição são: Rio dos Macacos; Rio Poços; Rio Queimados; Rio Ipiranga; Rio Cabuçu, e, conseqüentemente, a Lagoa Guandu por ser o ponto de confluência de rios como Poços e Queimados. De acordo com o Plano Estratégico de Recursos Hídricos da Bacia do Guandu – PERHI (2021), os valores médios de coliformes fecais nesses rios estão acima dos padrões da classe quatro.

Dentre os municípios destacados, o de Nova Iguaçu apresenta dados alarmantes com relação ao sistema de esgotamento sanitário. De todo o esgoto gerado, 75 % são coletados, porém, são lançados no ambiente sem nenhum tratamento prévio. Outro dado preocupante é a destinação final do esgoto no município de Seropédica. Do total gerado, 33 % não são sequer coletados, ou seja, são enviados diretamente para os canais fluviais (Tabela 3).

Com relação ao uso na agropecuária, se destacam a produção de frutas, leguminosas e cana de açúcar. A maior parte desses cultivos são realizados em pequenas e médias propriedades, considerando o Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR (2013). Dados do Censo agropecuário realizado pelo IBGE (2017) apontam que os estabelecimentos agropecuários referentes aos municípios deste setor da bacia apresentam áreas entre 1.800 e 9.300 hectares, divididos entre 1.452 imóveis rurais (Tabela 4).

Tabela 3: População atendida por sistema de esgotamento sanitário no médio curso da bacia.

Unidade Municipal	Coleta e tratamento (%)	Coleta sem tratamento (%)	Fossa séptica (%)	Sem coleta e sem tratamento	Local de lançamento
Japeri	0	61	9	31	Rio
Nova Iguaçu	4	75	6	15	Rio
Queimados	0	68	16	17	Rio
Seropédica	0	60	7	33	Rio
Total	4	264	38	96	Rio
Valor Médio	1	66	9,5	24	Rio

* Valores correspondentes a média aritmética.

Fonte: Elaborada com base em IBGE (2000); ANA (2013).

Tabela 4: Número de estabelecimentos rurais e tipos de lavoura nos municípios do médio curso da bacia do Guandu.

Unidade municipal	Estabelecimentos	Área (ha)	Lavoura (ha)	
			Permanente	Temporária
Japeri	284	1.839,76	190,09	493,80
Nova Iguaçu	586	3.579,77	284,76	510,87
Queimados	138	827,56	73,01	148,65
Seropédica	444	9.301,05	1.152,43	586,60
Total	1.452	15.548,14	1.700,29	1.739,92

Fonte: Elaborada com base em IBGE (2017).

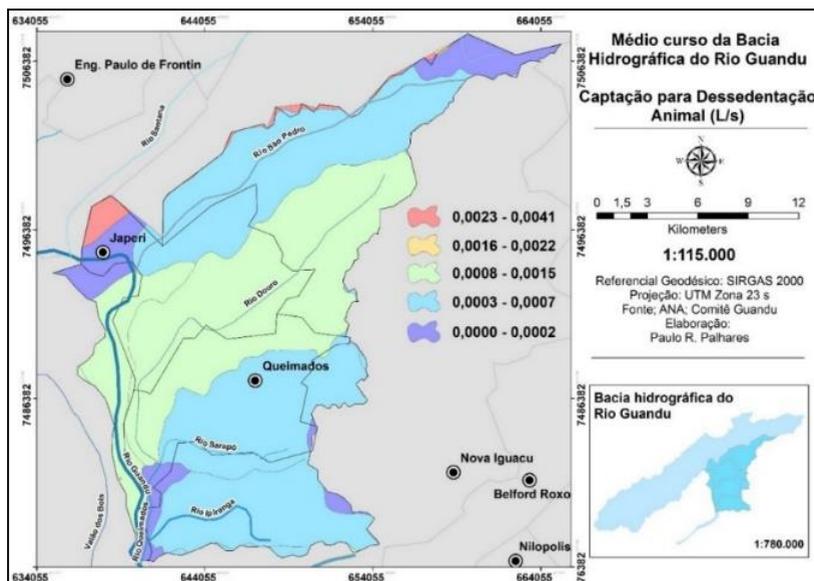
Ao considerar os rebanhos mantidos no médio curso do Rio Guandu, têm-se um consumo diário total de aproximadamente 955.000 litros de água (INEA, 2014). Os maiores rebanhos, conseqüentemente os maiores consumos, são identificados nos municípios de Japeri (Noroeste), Seropédica e Nova Iguaçu (Figura 4). O primeiro apresenta maiores extensões rurais em relação as áreas urbanas, enquanto que o segundo, embora apresente altas taxas de urbanização, é um dos municípios com maior território do Estado, onde permanecem inúmeras propriedades rurais responsável por abastecer a RMRJ com produtos agropecuários.

No setor industrial a água assume diversas finalidades, podendo ser utilizada desde o processo de fabricação, propriamente dito até, ao resfriamento do maquinário e utilização por funcionários nas suas mais diversas necessidades. O uso da água para o setor secundário da economia, no médio curso da bacia, representa a segunda maior demanda, sendo a maior parte dos usuários outorgados e regularizados. O maior número de usuários do setor industrial encontra-se na Região central e na parte Sudeste do Município de Queimados, coincidindo com o Distrito Industrial. Outra parte dos usuários se encontra instalados no Município de Japeri e Seropédica. A porção do Município de Nova Iguaçu, contido neste trecho da bacia, não apresenta instalações industriais/comerciais com outorgas concedidas (Figura 5).

Em relação ao uso da água para mineração, apenas três empreendimentos se destacam na paisagem. Dentre eles as instalações e operação das empresas Votorantim Cimentos S/A e Jardim das Acácias Mineração, ambas localizadas no Município de Seropédica. No Município de Japeri estão as instalações da Empresa de Mineração J Serrão, e juntas respondem pela maior

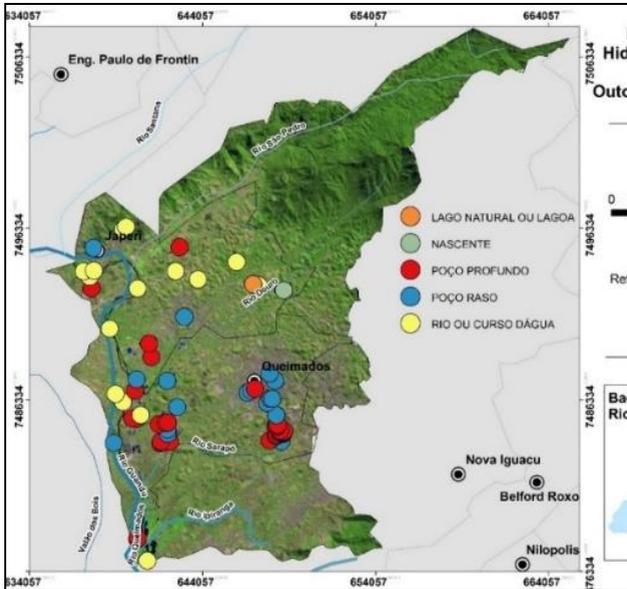
parte do volume de areia, brita e caulim extraídos no setor médio da bacia (Figura 6).

Figura 4: Volume captado para dessedentação animal no médio curso da bacia do Guandu.



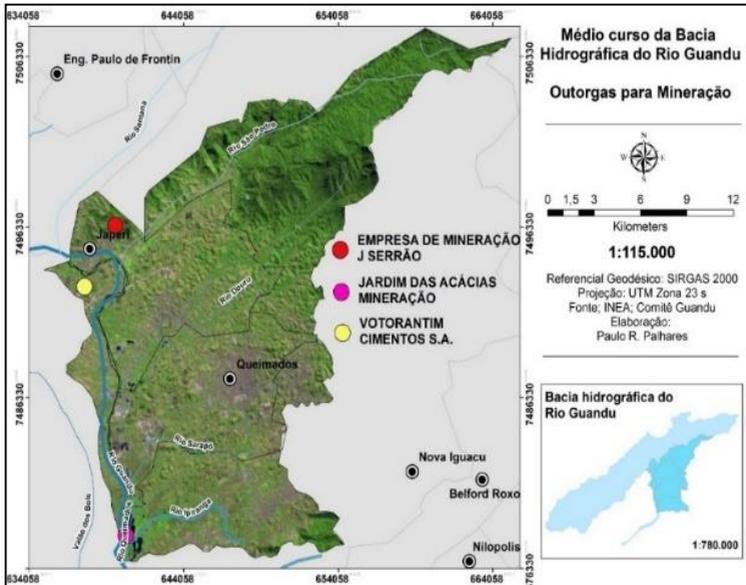
Fonte: ANA (2010); INEA (2014).

Figura 5: Tipos de captação de água das Indústrias e Comércios instalados nos municípios do médio curso do Rio Guandu, detentores de outorga para captação e uso de água.



Fonte: INEA (2014); Comitê Guandu (2015).

Figura 6: Atividades mineradoras instaladas nos municípios do médio curso do Rio Guandu, detentores de outorga para captação e uso de água.



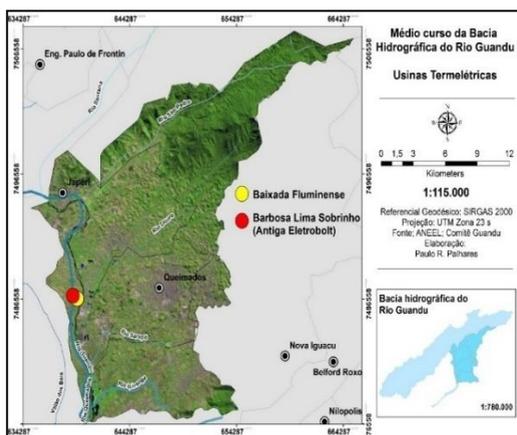
Fonte: INEA (2014); Comitê Guandu (2015).

Ainda no segundo setor da economia, a tipologia de uso geração de energia elétrica no médio curso da bacia, é realizada por duas Usinas Termelétricas localizadas nos municípios de Seropédica (Figura 7). As

Usina Barbosa Lima Sobrinho e Baixada Fluminense, ambas administradas pela Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), possuem uma capacidade instalada de 916 MW.

Todo volume de água utilizado neste processo serve tanto para produção de calor quanto para atender o sistema de refrigeração das turbinas. Embora as empresas estejam em conformidade com as legislações ambientais, o risco apresentado aos ambientes é considerável. Neste caso, deve-se atentar para o possível descarte da água realizado diretamente nos canais, cujos impactos nos ecossistemas são extremamente elevados.

Figura 74: Usinas Termelétricas inseridas no médio curso da bacia do Guandu.



Fonte: Elaborado com base em ANEEL. (2017); Comitê Guandu.

Usos, funções, utilizadores de água: dos aspectos de imprescindibilidade, possibilidade de substituição aos efeitos a jusante

Com base no que foi colocado até agora e para ordenar e apresentar a correlação geral dos principais usos do produto água, suas funções e aspectos relacionados com as utilizações observadas no médio curso da bacia do Guandu, foi elaborada uma matriz-síntese (Tabela 5). Neste caso foram reunidos indicativos de classificação quanto aos seguintes aspectos: nível de imprescindibilidade; possibilidade de substituição (por outro produto); e efeitos a jusante (CHRISTOFIDIS, 2001). Com isto, são fornecidos subsídios para melhor gestão das águas, de modo a garantir que as necessidades fundamentais e os usos prioritários sejam garantidos.

O nível de imprescindibilidade (*I*) indica a possibilidade existente de alcançar o mesmo resultado com o uso alternativo. A possibilidade de substituição (*PS*) se remete a outros produtos que podem substituir o uso da água, total ou parcialmente, em uma de suas funções. Neste caso foram utilizadas as indicações \exists (existe possibilidade), \nexists (não existe possibilidade) ou *PS* (Parcialmente substituída). Os efeitos a jusante são decorrentes da retirada de água e/ou lançamento de resíduos, indicados na tabela como: (-) Negativo; (+) Positivo; (0) Nulo.

Tabela 5: Usos, funções e utilizadores de água associados a aspectos de imprescindibilidade, possibilidade de substituição e efeitos a jusante no médio curso da bacia do Guandu

Usos	Função	Utilizador final	Imprescindibilidade(I)	Possibilidade de substituição (P5)	Efeito a jusante (J)
Sustentação a vida	Consumo / Biológica	Fauna e Flora/Homem	5	∄	{ 0 }
Bebida / alimentação	Consumo / Biológica	Abastecimento Humano	5	∄	{ - }
		Dessedentação animal	5	∄	{ - }
		Homem / Irrigação	4	∄	{ - }
Higiene/ limpeza	Condução/diluição/ solvente	Homem	5	∄	{ - }
		Animal	5	∄	{ - }
Destino final/ Rejeição	Diluição/Solvente	Homem	5	∄	{ ± }
Indústria / Agroindústria	Condução/Diluição/ Solvente/Produção/ Consumo	Homem/Construção civil	1	∄	{ - }
		Homem/Produção de alimento	4	∄	{ - }
		Homem/demais produções industriais	2	∄	{ - }
Mineração	Produção	Homem / Mineração	1	∄	{ - }
Energia	Produção/ Resfriamento	Homem / Energia elétrica	3	∄	{ - }
Regulação	Controle de vazão	Homem/Fauna e Flora	4	∄	{ ± }

Fonte: Elaborada com base em Christofidis (2001); Brum (2017).

Depreende-se desta tabela, que a maioria das situações apresenta grau de imprescindibilidade alto, significando pouca ou nenhuma possibilidade de substituição da água nos processos elencados. Dentre eles se encontram os usos para sustentação a vida, incluindo o abastecimento humano e dessedentação animal, ambos priorizados pela Lei 9433/97.

A produção agrícola também foi classificada com grau elevado quanto à imprescindibilidade, dada sua importância para economia local e regional. Os volumes produzidos, tanto em lavouras temporárias quanto permanentes no médio curso, demanda grandes quantidades de água e ainda hoje não foi encontrada possibilidade de substituição. Além dessas, outras utilizações foram consideradas menos imprescindíveis como é o

caso da mineração e da produção de energia.

Dentre os efeitos a jusante, todos acabam por causar impactos negativos, com exceção do uso para destinação final/rejeição e regulação de vazão. A diminuição do volume de água pode alterar outras utilizações, ou mesmo impossibilitá-la, a depender do uso e função a montante.

Cabe aqui retomar a diferença entre usos competitivos pelos recursos hídricos e conflitos entre usuários de água. O comprometimento de um determinado uso do recurso hídrico por outro não implica, necessariamente, embate entre os utilizadores. Há situações em que uma forma de uso compromete outra, mas sem disputas explícitas entre os sujeitos envolvidos. Em situações como esta se diz que há um conflito em potencial.

Os potenciais locacional e econômico não encerram as condições estratégicas da Região Hidrográfica II – Bacia do Guandu. Soma-se a disponibilidade hídrica, cujas bacias formam uma complexa estrutura responsável por abastecer doze Municípios no Estado, sendo eles: Itaguaí; Seropédica; Paracambi; Japeri; Queimados; Nova Iguaçu; Rio de Janeiro; Mesquita; Nilópolis; São João de Meriti; Belford Roxo; Duque de Caxias. Ao todo, o Sistema Guandu responde pelo abastecimento de pouco mais de 9,6 milhões de habitantes, 78% deles, residentes na RMRJ, segundo dados da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro – CEDAE (2016) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE, (2010). Trata-se, pois, de um sistema hidrográfico e de saneamento ambiental dentre os mais complexos do Brasil.

Grosso modo, os usos consuntivos exigem altos ou bons níveis de potabilidade e higidez hídrica, pois envolvem usos no abastecimento público, pecuária e agricultura, por exemplo. Revés, os não consuntivos, são menos exigentes em termos de qualidade de água, pois estão associados à mineração, hidroenergia e regulação de vazão. Entrementes, os rigores da legislação sobre qualidade hídrica devem ser sempre observados, como na Lei Nº 9433/1997 e na Resolução CONAMA 357/2005, que dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes para o seu enquadramento, e estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.

As utilizações setoriais, vinculadas a demandas crescentes, demandam aprimoramento na infraestrutura hídrica existente, contrariando estudos prognósticos que revelam demandas não compatíveis com a capacidade de suporte da Região Hidrográfica 2. Nesse sentido, obras para melhoria e ampliação do sistema de tratamento e abastecimento de água para Baixada Fluminense, vêm sendo executadas, sobretudo, com a construção da Nova Estação de Tratamento de Água – NETA que servirá de suporte a Estação de Tratamento de Águas - ETA Guandu.

A disposição espacial dos diferentes usos da água interfere diretamente no tempo de respostas dos sistemas naturais em uma Bacia hidrográfica (BRUM, 2017, p. 129). Situações como capacidade de depuração, dispersão de substâncias e recarga de mananciais, por exemplo, exigem estudos de viabilidade para definição do tipo de captação que determinado corpo hídrico poderá suportar. Por conseguinte, o critério correto para eleição do local de instalação das tomadas de água é crucial em uma bacia hidrográfica. Para melhores

aproveitamentos das condições hídricas, evitando assim contradições e problemas futuros, deve haver uma gestão eficiente das águas, incluindo sistemas de cobrança pelo uso e concessão de outorgas. Tudo isso para garantir, ou pelo menos tentar equalizar, os volumes disponíveis para cada finalidade. Assim como para manter os índices de qualidade, evitando situações de potencial risco e conflitos entre os mais diversos usuários.

Figura 8: Ambientes da Lagoa do Guandu.



Fonte: Acervo pessoal.

O fato é que a captação de água continua sendo realizada na Lagoa Guandu, cujo ambiente aquático recebe grande carga poluidora dos rios que drenam as áreas mais densamente povoadas da bacia, elevando os custos do tratamento. A CEDAE afirma que a água fornecida a população é de qualidade e está dentro dos parâmetros legais. Outros fatores trazem a localidade para o centro do debate, como é o caso da Lagoa Guandu. Nesta área está localizada a tomada da Estação de Tratamento de Água do Guandu - ETA Guandu, responsável pelo fornecimento de água tratada para RMRJ.

Ao mesmo tempo este ambiente é o ponto de confluência dos Rios Poços, Queimados e Ipiranga, que drenam áreas densamente ocupadas como é o caso dos Municípios de Japeri, Queimados e Nova Iguaçu. Logo, recebem volume elevado de efluentes, tanto domésticos quanto industriais, quase sempre sem tratamento prévio; diga-se de passagem, elevando os custos do tratamento realizado na ETA, podendo inclusive, inviabilizá-lo e gerar uma crise de abastecimento (Figura 9).

As divisões político-administrativas dos Municípios contidos neste setor da bacia, foram considerados em âmbito de análise. Os territórios de Queimados e Japeri estão integralmente contidos, enquanto os Municípios de Nova Iguaçu e Seropédica estão inseridos de modo parcial neste recorte. Eles surgem como parte integrante da lógica do desenvolvimento Regional. Desfrutam de localização estratégica entre as duas maiores e principais Metrôpoles Brasileiras, São Paulo e Rio de Janeiro. Além do Arco Metropolitano, tem como principal via de acesso as BR 116 (Via Dutra), encontrando-se a poucos quilômetros a Baía de Sepetiba, onde está localizado o Porto de Itaguaí - considerado o segundo maior porto em movimentação de cargas por navegação de longo curso do país -, tido como um dos grandes centros de exportação de minérios de ferro do Brasil (CDRJ, 2017).

Figura 9: Pontos de tomada de água da CEDAE, localizados no médio curso da bacia.



Fonte: Elaborada com base em CEIVAP (2017).

Por conseguinte, estudos que visem a redução ou minimização dos efeitos negativos no Bacia do Rio Guandu, sobretudo no seu médio curso, devem ter prioridade. Especialmente quando se trata do produto água, essencial e insubstituível, considerando as funções vitais dos seres vivos.

Considerações finais

A água destinada aos diversos usos nos Municípios que compõe a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, bem como os situados na Baixada Fluminense, é fornecida pela operação das estruturas do Sistema Guandu – que são concentradas no alto e médio curso da Bacia homônima. Este sistema é o principal do Estado e abastece 71% de toda a população fluminense. Por conseguinte, a disponibilidade hídrica na bacia em apreço e o atendimento às demandas ampliadas pelos usuários de águas e seus usos múltiplos, somente são possíveis em função das águas de transposição da Bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul. O bombeamento médio é de 120 m³/s mantém a geração de 612 *megawats* nas Usinas Hidroelétricas *da Light* e mantém o volume necessário para atender as demandas da Metrópole Fluminense.

Dos 12 Municípios inseridos na bacia, 4 estão no segmento médio da Bacia do Rio Guandu, sendo: Japeri; Queimados; Seropédica e Nova Iguaçu. Nesse, foram identificadas seis tipologias de uso da água conferindo elevado grau de utiliza o deste recurso. Quais são: saneamento básico; agropecuária; industrial; minera o; gera o de energia elétrica e regula o. Do total de domicílios presentes nessas unidades municipais, apenas 150.761 residências ou estabelecimentos contam com sistema de abastecimento, os outros 44% obt m o recurso de fontes alternativas como poços ou mananciais de superfície. Síncrono a este cenário, apenas 4% do esgoto gerado recebe tratamento prévio, 66% são coletados. Todavia, não são tratados e lançados diretamente nos corpos hídricos, contaminando as fontes de abastecimento e representando riscos   saúde em fun o das doenças de veicula o hídrica.

O fato é que o aumento da carga poluidora lançada diretamente nos Rios dos Poços, Queimados, Ipiranga e no próprio Rio Guandu, impactam diretamente nas condições de vida e salubridade dos ecossistemas terrestres e aquáticos. Esta afirmação é comprovada ao se avaliar as condições do ambiente lêntico da Lagoa Guandu cujo volume de efluentes despejados resultam num processo de eutrofização intenso, influenciando no crescimento de algas em função da disponibilidade aumentada de nutrientes carreados.

A partir da análise das utilizações da água por diversos usuários, considerando no médio curso da bacia, foram identificadas seis (6) possibilidades de usos simultâneos, sem prejuízos e comprometimento significativo, relacionados aos aspectos de quantidade e qualidade para os usuários envolvidos. Quais seja:

- Abastecimento público e atividades de recreação e lazer;
- Abastecimento público e geração de energia;
- Geração de energia e navegação;
- Recreação e preservação da fauna e da flora;
- Abastecimento industrial e Recreação e lazer;
- Abastecimento industrial e geração de energia.

Foram assinalados oito (8) cenários em que a utilização é potencialmente competitiva, a saber:

- Abastecimento público x Abastecimento industrial;
- Abastecimento público x Esgotamento doméstico;
- Abastecimento público x Criação animal, mineração, irrigação;
- Abastecimento público x Esgotamento sanitário, diluição de dejetos.
- Abastecimento industrial x Irrigação, criação animal;

- Abastecimento industrial x Mineração, Recreação e Lazer;
- Irrigação x Geração de Energia;
- Preservação da flora e fauna x Geração de Energia

E por fim, observadas cinco (5) situações de usos que são complementares-competitivos, vinculados entre si, que podem competir em uso, ocasionando conflitos por água na bacia. Citandos:

- Abastecimento Público x Esgotamento Sanitário, Diluição de dejetos;
- Criação Animal x Abastecimento Público;
- Irrigação x Abastecimento Público;
- Preservação da flora e fauna x Recreação e Lazer
 - Geração de energia x Abastecimento

Quanto aos aspectos de imprescindibilidade, possibilidade de substituição, e efeitos a jusante, foram elencadas as categorias de uso da água e seus efeitos na bacia. Cinco (5) delas, observadas no médio curso, não apresentam possibilidade de substituição, eis a lista:

- Sustentação a vida
- Bebida / alimentação
- Higiene/ limpeza
- Destino final/ Rejeição Indústria / Agroindústria

Em outras cinco (3) categorias observadas há possibilidade de substituição em relação ao recurso:

- Mineração;
- Geração de energia;
- Regulação;

A pesquisa apresentou limitações ao longo do percurso, por exemplo, na realização de trabalhos de campo. Percorrer os territórios municipais, especialmente os de Japeri e Queimados, se tornou um desafio, dada a escalada de violência que assola o Rio de Janeiro, especialmente os municípios da Baixada Fluminense. Queimados, por exemplo, foi declarado o Município mais violento do Brasil em (IPEA, 2020), apresentando índices de homicídio elevados, segundo pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.

Por fim, destaca-se que mudanças na configuração do espaço promovidas por transformações de natureza física e/ou socioeconômica podem impactar na disponibilidade hídrica em uma bacia hidrográfica. Um dos principais problemas a ser enfrentado refere-se a quantidade e a qualidade da água servida aos diversos tipos de usuários. Problemas relacionados a água são históricos no Rio de Janeiro, existem desde o início do Brasil Colônia, como já evidenciado em outros trabalhos, e carece ainda mais de pesquisas relacionadas a presente temática.

Agradecimentos

Agradecemos o apoio do Comitê Guandu e da Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - AGEVAP, que nos apoiou com o financiamento da pesquisa.

Referências

ACSELRAD Henri. (Org.). *Desigualdade ambiental e acumulação por espoliação: o que está em jogo na questão ambiental?* e-cadernos, CES 17. 2012. 164-183. 2012.

ANA. Agência Nacional de Águas. *Atlas Brasil: abastecimento urbano de água; panorama nacional*. Agência Nacional de Águas. Engecorps/Cobrape. Brasília. 2010.

BRUM, Leonardo Bastos. *Trópico úmido e hidrotérios: expressões geográficas dos conflitos pela água na Bacia Hidrográfica do rio Piabanha RJ/BR*. Rio de Janeiro, 2017. 189 f.

CARVALHO, Osires de.; NASCIMENTO, Flávio Rodrigues do. Recursos hídricos e desenvolvimento sustentável: escala de necessidades humana e manejo ambiental integrado. *Revista GEOgraphia*. Vol. 6. Nº 12. 2004. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewArticle/156> Acesso em: 04/04/2021.

CARVALHO-PENNA, Beatriz de. *Gestão de recursos hídricos: aspectos teórico-práticos da Bacia do Guandu*. Rio de Janeiro, 2006. 387f. Tese (Doutorado). IGEO/Programa de Pós-graduação em Geologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

CEDAE. Relatório mensal de controle de qualidade da água distribuída para população do Estado do Rio de Janeiro. Jan./dez. 2016. Disponível em: https://cedae.com.br/Portals/0/ETA_Guandu.pdf. Acesso em: 15/07/2021.

CEIVAP. Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio

Paraíba do Sul. Plano de Recursos hídricos da Bacia do rio Paraíba do Sul. Laboratório de Hidrologia e Estudos de Meio Ambiente. Fundação Coppetec. Dezembro, 2007. Disponível em: <http://www.ceivap.org.br/downloads/cadernos>. Acesso em: 19/08/2018.

CDRJ. Companhia Docas do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.portosrio.gov.br/itaguaí/index.htm>. Acesso em: 23/08/2017.

CHRISTOFIDIS, Demétrios. *Olhares sobre a Política de Recursos Hídricos no Brasil: o caso da bacia do rio São Francisco*. Brasília/DF. 2001.

_____. *Considerações sobre conflitos e uso sustentável em recursos hídricos*. In: THEODORO, Suzi (Org.). *Conflitos e uso sustentável dos recursos naturais*. Rio de Janeiro: Grammond. 2009.

GRAFTON, Quentin; HUSSEY, Karen (Ed). *Water Resources Planning and Management*. Cambridge; New York: Cambridge University Press. 2011. 777p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Características da população e dos domicílios: resultados do universo*. Censo demográfico 2010. Rio de Janeiro. Site: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 17/03/2021.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Atlas da violência 2020*. Sociedade. Participação Social. Controle Social: Relatórios de Atividades / Técnicos Desenvolvimento Social: Relatórios de Atividades / Técnicos. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10214>. Acesso em 13/01/2021.

LAUTZE, J. Manthrihithilake, H., *Water security: Old concepts, new package, what value?*, GWF Discussion Paper, Global Water Forum, Canberra, Australia. 2012. Disponível em: <[http://www.globalwaterforum.org/2012/11/20/water security](http://www.globalwaterforum.org/2012/11/20/water_security) old>Cited on 8 jan. de 2022.

MACHADO, G. *Por uma territorialização da Bacia Hidrográfica*. In: Estudos Territoriais na Ciência Geográfica. Saquet, M. A. (org) Ed. Outras Expressões, 2013, p. 107 – 128.

NASCIMENTO, Flávio Rodrigues do. *Crise (de gestão hídrica) e usos múltiplos das águas na Região Metropolitana do rio de Janeiro*. In. CHAVEZ, Eduardo Salinas. DI MAURO, Cláudio Antônio. MORETTI, Edvaldo Cesar (OrgS.). *Água, recurso hídrico: bem social transformado em mercadoria*. 1ª edição. São Paulo. ANAP.2017.

PALHARES, Paulo Roberto. *Categorização dos usos, usuários e funções da água no médio curso da Bacia hidrográfica do Rio Guandu - RJ*. Niterói, 2018. 125 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências. Universidade federal Fluminense, Niterói, 2018.

SALAMENE, Samara. *Estratificação e caracterização ambiental da Área de Preservação Permanente do rio Guandu, RJ*. 2007. 67f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais e Florestais). Instituto de Florestas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2007.

SOUZA, M. J. N. *Questões Metodológicas da Geografia Física*. Fortaleza. U EC. CCT - Departamento de Geociências. 2000.

UNESCO. *Gobernanza del agua en América Latina y el Caribe*. Cited on <<https://es.unesco.org/fieldoffice/montevideo/agua/fasesPHI> >. Acessado em 10. janeiro.2022

UOL. *Cedae é leiloadada por R\$ 22,7 bi, em vitória dos governos federal e estadual.* São Paulo. Disponível em <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/04/30/em-vitoria-politica-do-governo-federal-e-estadual-cedae-e-leiloadada-em-sp.htm>> Cited on 10.jan.2022

PERTURBAÇÕES AMBIENTAIS CAUSADAS PELA EXPANSÃO URBANA NA BACIA DO CÓRREGO CATARRÃO EM ITABERÁI (GO)

*Rosana Márcia da Costa Silva Herculano
Vandervilson Alves Carneiro*

Introdução

O desenvolvimento industrial, intensificado no Brasil a partir da segunda metade do século XX, fomentou a aceleração dos processos de urbanização, que em inúmeras localidades tem ocorrido de forma desordenada, desconsiderando e desrespeitando as características naturais do meio físico e isso, tem provocado ao longo do tempo significativos processos de degradação ambiental. Conforme Boaventura *et al.* (2019) as consequências dessa interferência antrópica no meio natural têm se mostrado muito vorazes na contemporaneidade gerando diversos problemas ambientais como por exemplo a poluição provocada pelo descarte incorreto de lixo doméstico, escassez e contaminação dos recursos hídricos, infertilidade dos solos, processos erosivos que atingem diretamente a vida humana.

Cabral e Cândido (2019) defendem que a expansão urbana provoca perturbações no ambiente ocasionando vulnerabilidades no sistema biofísico ou econômico-social-ambiental, tornando-o susceptível aos riscos socioambientais. Corroborando com essa ideia, Furtado *et al.* (2020) afirmam que a articulação entre o meio urbano e o meio físico, evidencia que a crescente urbanização, a industrialização acelerada, os modos

de vida e hábitos das pessoas que vivem em cidades podem se tornar adversos ao meio natural, colocando-o em risco.

Para melhor compreensão da relação antrópica com o meio físico é importante considerar as ideias de Christofolletti (1990), que afirma que a organização espacial é uma unidade integrada, composta por vários elementos que se interagem pelos fluxos de matéria e energia, pois isso permite entender que se trata de uma relação sistêmica e que precisa ser tratada como tal. Ainda nessa perspectiva, Ross e Del Prette (1998), afirmam que “o meio ambiente é um bem essencialmente difuso e engloba todos os recursos naturais: água doce, salobras, salinas, superficiais, subterrâneas, a atmosfera, o solo, o subsolo e as riquezas como a fauna e flora”, são, portanto, sistemas complexos que demandam abordagens integradoras.

Trazendo a discussão para o espaço urbano, afirma-se, concordando com Lima (2018) que as cidades são ambientes complexos, pois associa todos os elementos naturais integrados a uma grande quantidade de atividades e serviços desenvolvidos no mesmo espaço, além de quantidade de pessoas que habitam esses espaços e pelas desigualdades socioespaciais que são geradas pelo próprio ciclo da produção e apropriação do espaço urbano, e que, portanto, exigem análises e ações integradas.

Considerando a importância, a complexidade do ambiente urbano e da expansão desses sobre o espaço natural, justifica-se a relevância de estudos que buscam identificar os impactos da ação antrópica sobre o meio físico, responsáveis pela ocorrência de perturbações que poderão evoluir para processos de degradação ambiental, nesse ambiente. Destaca-se que o espaço urbano se configura num espaço natural transformado pela ação antrópica, onde nota-se a constante e intensa pressão sobre os elementos abióticos que geram diversas

formas de perturbação e de degradação ambiental, como eliminação de vegetação original, impermeabilização e intenso uso do solo, degradação dos cursos hídricos, entre outras. Observa-se uma relação contraditória, pois o ambiente urbano é espaço de moradia e sobrevivência que, no entanto, nem sempre planejado, reconhecido e valorizado em sua devida importância.

Partindo dos pressupostos descritos, esse estudo toma como objeto de investigação um importante elemento do espaço urbanizado: os cursos de água urbanos, que habitualmente recebem significativos impactos antrópicos. Delimitando a ideia, a proposta é a análise de um manancial hídrico urbano, o Córrego Catarrão, uma bacia hidrográfica localizada na área urbana do município de Itaberaí, com o objetivo de identificar as formas de uso e ocupação do solo para compreender a relação antrópica com esse ambiente natural, analisando os impactos e as formas de degradação existentes, apontando, a partir de referencial teórico pertinente, possíveis caminhos para a recuperação ambiental.

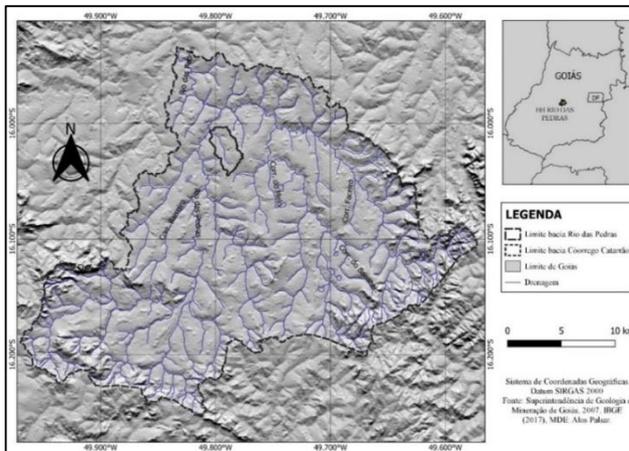
A área de estudo em questão trata-se de uma região importante no município de Itaberaí – GO, pois a bacia abrange parte significativa da área urbana, é uma região de nascentes, onde o curso d'água, tributário de bacias hidrográficas de maior porte como a do Tocantins, possui estreita relação com a área urbana próxima oferecendo serviços ambientais à comunidade imediata.

Ressalta-se que áreas de bacia hidrográficas são espaços delimitados pelas mais variadas formas de uso e ocupação e a urbanização se define como uma dessas formas de ocupação que, por sua vez, possui significativo potencial de impacto, o que justifica a relevância da investigação.

Materiais e métodos

A bacia hidrográfica do Córrego Catarrão - BHCC, figuras 1 e 2, localizam-se na área urbana do município de Itaberaí – GO, ocupa uma área de 7894,86 m², compõem a Bacia hidrográfica do Rio das Pedras, sendo, portanto, afluente do Rio Tocantins. Tendo como unidade geomorfológica a Superfície Regional de Aplainamento – SRAIIIA, que, segundo Pinto (1986), são formas de relevo com estruturas diversas, aplainada ou cortada pela erosão, que foi estruturada, por processos de desnudação associados, ou não, a processos de acumulação.

Figura 1 – Mapa de Localização da microbacia do Córrego Catarrão em Itaberaí (GO).



Fonte: Superintendência de Geologia e Mineração de Goiás (2007), IBGE (2017), Alos Palsar (2021).

Elaboração: Herculano, 2021.

Figura 2 – Delimitação da área de estudo na área urbana de Itaberaí - GO.



Fonte: Adaptado de Google Earth (2021), IBGE (2017).
Organização: Herculano (2021).

A região da BHCC possui altitudes entre 681m e 792m, é formada por Latossolo Vermelho distrófico, conforme dados do Sistema de Mineração e Geologia do Estado de Goiás. O clima é do tipo Aw, segundo a classificação de Köppen (1948).

A partir da imagem, figura 2, nota-se que a bacia do Córrego Catarrão embora compreenda significativa área urbana de Itaberaí - GO, ainda apresenta vestígios de áreas rurais. Tal situação se explica pelo fato de que o processo de expansão urbana que ocorre no sentido norte e nordeste, iniciado nos

últimos 30 anos, ainda está em curso. Destaca-se que a margem esquerda do córrego compreende áreas mais urbanizadas, com melhores condições de infraestrutura, ligadas à região central da cidade, já a área da margem direita do córrego é composta pelos bairros periféricos Fernanda Park, Vila Comunitária, Itavilly, Recanto das Rosas, Alto da Boa Vista, Alto da Bela Vista, Residencial Primavera e Residencial 3M, que surgiram em razão do expressivo crescimento populacional de Itaberaí, que de acordo com dados do Instituto Mauro Borges – IMG apresenta a seguinte evolução populacional: 17.255 em 1991; 21.249 em 2000 e 35.371 em 2010, além de estimativa de 43.622 habitantes, em 2020, de acordo com dados do IBGE.

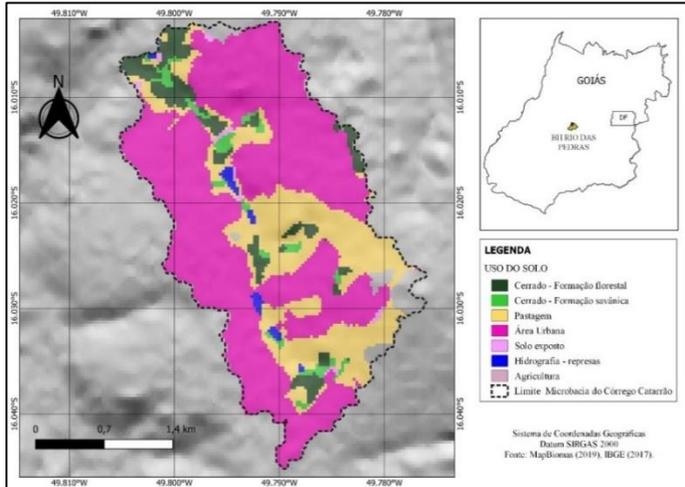
Diante das características da região delimitada, da necessidade de análise e interpretação dos processos de expansão urbana sobre a área da BHCC e identificação dos impactos provocados pelo processo de ocupação foi produzido o mapa de uso da terra e cobertura vegetal, no software QGIS 3.16, a partir de compilação de dados do MapBiomas, ano 2019, disponível em <https://plataforma.brasil.mapbiomas.org>, que possibilitou a identificação das classes de uso da terra. Para confirmar os dados apontados pelo mapeamento em gabinete, foi realizado trabalho de campo e produzido relatório fotográfico, onde foi possível verificar *in loco* as diferentes formas de uso da terra e as áreas que ainda se mantêm preservadas em relação a cobertura vegetal original. Assim, o trabalho de campo possibilitou a identificação das áreas que se mantêm em estado de equilíbrio, com vegetação nativa preservada e aquelas com sinais de perturbação ambiental por estarem submetidas à ação antrópica que promove o desmatamento, processos erosivos, poluição por lixo doméstico e esgotos sem tratamento.

As condições ambientais identificadas foram analisadas e discutidas com base na literatura pertinente, onde foi possível correlacionar e compreender as proporções da ação antrópica aos impactos ambientais identificados, bem como discutir e apontar possíveis ações capazes de promover a recuperação ambiental.

Resultados e discussão

O mapeamento das formas de uso e cobertura da terra na bacia do Córrego Catarrão, apresentado na figura 3 e os dados da tabela 1, permitem identificar 7 classes de uso, sendo: Cerrado – formação florestal, Cerrado – formação savânica, pastagem, solo exposto, água, agricultura e área urbana, sendo esta última a que ocupa a maior parte da área, 61,50% e pressiona de forma mais significativa os elementos naturais próximos ao curso d'água, pois compreende áreas residenciais de alto e baixo padrão, áreas industriais e áreas públicas.

Figura 3 – Mapa de uso da terra na bacia do Córrego Catarrão em Itaberaí / GO.



Fonte: MapBiomas (2019). Organização: Herculano, 2021.

Tabela 1 – Área ocupadas pelas classes de uso e ocupação da terra.

Classes de uso e ocupação do solo	Área (m²)	Área (%)
Cerrado - Formação vegetal	569,28	7,21%
Cerrado - Formação savânica	196,72	2,49%
Pastagem	1.907,97	24,17%
Área Urbana	4.855,33	61,50%
Solo exposto	53,96	0,68%
Hidrografia	78,33	0,99%
Agricultura	233,27	2,95%
Total	7894,86	100%

Fonte: MapBiomas (2019). Organização: Herculano, 2021.

Observa-se a ocorrência de áreas de agricultura, em 2,95% e pecuária, ocupando 24,17% de área a leste, sudeste e ao norte da bacia, situação que demonstra que, apesar da localização urbana, há um processo de urbanização ainda em curso.

Em relação as formações fitofisionômicas, que tem como vegetação original o Cerrado, observa-se que os percentuais de vegetação compreendem 7,21% de formação florestal e 2,49% de formação savânica. Observa-se, através do mapa, a presença maior da vegetação original na região da nascente e na foz do curso d'água, e áreas descobertas ao longo do curso, que por sua vez se mostra interceptado por 5 lagos, conforme pode ser identificado no mapa da figura 3. Os lagos em questão foram construídos para diferentes fins, sendo alguns para armazenamento de água para criação de animais e as outros, de maior porte, construídos por empreendimentos imobiliários e loteamentos instalados na região.

Por localizar-se em área onde o processo de urbanização tem se expandido nos últimos 30 anos, fomentada pelo crescente desenvolvimento agroindustrial da região, que intensifica os processos migratórios a bacia hidrográfica em questão vivencia contemporâneos processos de exploração antrópica como desmatamento, construção de barramentos para a construção de lagos, implantação de empreendimentos imobiliários que provocam variadas formas de impactos ambientais como processos erosivos, assoreamento e contaminação do curso d'água, desequilíbrio ecossistêmico que compromete a fauna e a flora. Embora parte significativa da mancha urbana de Itaberá se localize na região da bacia, as formas de uso da terra e cobertura vegetal não evidenciam que o curso d'água é

considerado como elementos importantes para o contexto urbano.

Como exemplo da indiferença antrópica para com o curso d'água é a condição de nascentes existentes na região da bacia. Na margem direita da bacia foi identificada uma nascente, figura 4D, onde a mesma, tributária do Córrego Catarrão, embora tenha um curso d'água com volume hídrico significativo, em alguns pontos está canalizada e escondida sob residências de baixo padrão aquisitivo, situação que inclusive evidencia riscos de alagamento das moradias em períodos de maiores volumes de chuvas.

Figura 4 – Uso da terra na BHCC em Itaberaí / GO.



Fonte: Herculano (2021).

Fazendo a confrontação entre as formas de uso e ocupação da terra na bacia do Córrego Catarrão com a observação em campo, nota-se um processo de ocupação desprovido de planejamento que considere critérios de proteção do ambiente natural, conforme previsto na Lei Federal N°

12.651, de 25 de maio de 2012, reconhecida como “Novo Código Florestal”.

Na posição contrária do que prevê a legislação pertinente, o que se observa é uma utilização dos recursos naturais sob uma visão utilitarista, situação que exemplifica as ideias de Amaral (2016) quando afirma que em uma óptica antropocêntrica, o meio ambiente, os recursos naturais têm a finalidade de maximizar a satisfação humana e a natureza é vista como matéria prima a ser moldada pelos propósitos individualistas.

A análise das ações antrópicas sobre o meio natural possibilita a identificação dos impactos procedentes dessa relação e, neste caso, é importante que sejam caracterizados quanto ao nível de interferência no equilíbrio ambiental. Em relação à caracterização dos problemas ambientais, a Instrução Normativa do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO n. 11, de 2014, define os conceitos de área perturbada e área degradada, em seu artigo 2º, nos incisos:

III - área perturbada: aquela que após o impacto ainda mantém capacidade de regeneração natural e pode ser restaurada;

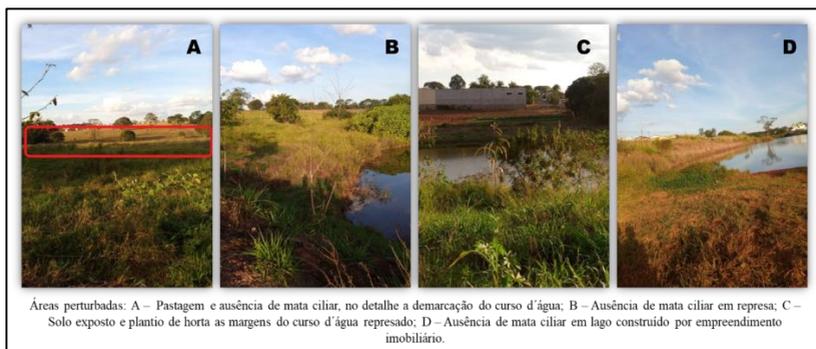
IV - área degradada: aquela impossibilitada de retornar por uma trajetória natural a um ecossistema que se assemelhe ao estado inicial, dificilmente sendo restaurada, apenas recuperada.

A luz dos conceitos elencados observa-se que na bacia do Córrego Catarrão os processos de degradação caracterizam-se como áreas perturbadas, pois é possível notar a capacidade de regeneração natural, em vários pontos.

Segundo Padilha *et al.* (2013), as causas de degradação podem ser decorrentes de vários fatores, tais como retirada do solo, fogo, supressão da vegetação, invasão biológica, caça e extrativismo ou isolamento devido à fragmentação. Fundamentado nessa ideia a verificação *in loco* evidenciou que, em razão da expansão das atividades agropastoris em alguns pontos e posteriormente do avanço urbano sobre a bacia do Córrego Catarrão, o desmatamento é o principal fator que impacta a BHCC. A discussão sobre os impactos do desmatamento em escala local é importante e dialoga com as ideias de Soares *et al.* (2019), que afirmam que a maioria das discussões a respeito do desmatamento enfatiza seus impactos globais e continentais e poucos estudos tem por foco seus efeitos locais, embora possam representar custos ambientais, sociais e econômicos tão elevados quanto os efeitos globais.

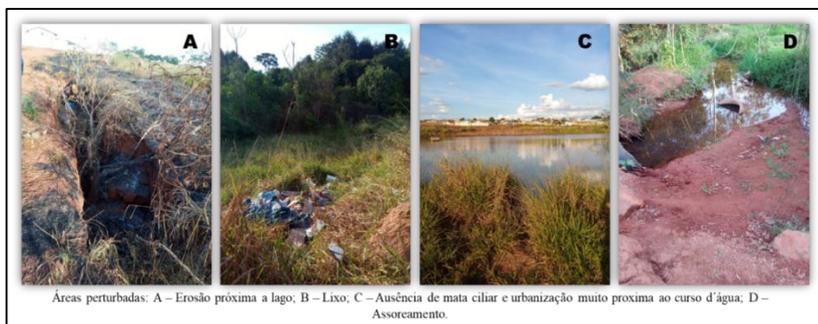
É certo que por consequência, o fator citado, associado à expansão urbana, promove diversas perturbações ambientais como: ausência de mata ciliar e falta de proteção do curso d'água, ocupação urbana nas áreas de Áreas de Proteção Permanente - APPs, erosão, presença de lixo doméstico, assoreamento, invasão biológica por vegetação invasora, conforme relatório fotográfico apresentado nas figuras 5, 6, 7 e 8.

Figura 5 – Áreas perturbadas por ausência de mata ciliar na BHCC em Itaberaí / GO.



Fonte: Herculano (2021).

Figura 6 – Áreas perturbadas por erosão, lixo doméstico, urbanização em APP e assoreamento na BHCC em Itaberaí / GO.



Fonte: Herculano (2021).

Figura 7 – Áreas perturbadas por ocorrência de espécies invasoras, barramento, assoreamento na BHCC em Itaberaí / GO.



Fonte: Herculano (2021).

Figura 8 – Áreas perturbadas por lançamento de esgoto sem tratamento e de lixo doméstico na BHCC em Itaberaí / GO.



Fonte: Herculano (2021).

Dentre os problemas apontados, destaca-se como de maior proporção e mais desafiante de ser sanada, a ausência de mata ciliar, conforme mostrado na Figura 5, visto que a Lei Federal n. 12.651 de 25 de maio de 2012, o “Novo Código Florestal” determina que deve ser de 30 (trinta) metros, para os cursos d’água de menos de 10 (dez) metros de largura e também de 30 (trinta) metros, em zonas urbanas, mas que se mostra ausente em muitos pontos do curso d’água.

Observou-se ainda que mesmo em áreas com a presença de vegetação ripária, ocorre a presença de espécies invasoras, conforme figura 7A, de lixo doméstico depositado as margens do córrego e esgoto sem tratamento lançado diretamente no manancial hídrico, como mostrado na figura 8. A situação exemplificam as ideias de Miranda e Decesaro (2018) que afirma que a urbanização desordenada pode prejudicar as áreas de mananciais utilizadas para o abastecimento de água devido a situações como ocupação irregular do solo e/ou deficiência ou ausência da infraestrutura de saneamento básico.

Nas áreas com ausência de vegetação ciliar o solo exposto cria o ambiente propício para erosões que podem surgir em razão do escoamento das águas pluviais de bairros com ruas pavimentadas e que a ocorrência já pode ser notada, embora em pequenas quantidades, conforme figura 6A. A quantidade de lixo encontrada ao longo do curso d’água também é significativa, demonstrando falta de consciência da população para com o curso d’água, uma vez que há coleta de lixo, pelo menos duas vezes por semana, nos bairros próximos. A situação descrita demonstra, sobretudo descaso do poder público em implementar ações capazes de conscientizar a população e de promover a coleta eficiente do lixo, além execução de um trabalho de limpeza nas margens do córrego.

As questões retratadas encaminham a discussão para a necessidade de apontamento de ações capazes de amenizar e até mesmo resolver os problemas descritos, sobretudo por serem comuns em cursos d'água urbanos. Boaventura *et al.* (2019) afirmam que ao se planejar o processo de recuperação de ambientes antropizados e, por consequência, degradados, numa expectativa de colocá-lo em prática, a princípio deve-se classificar a área enquanto perturbada ou degradada, para se decidir qual será a metodologia adotada.

Em relação a área de estudo em questão, já definida como perturbada, é preciso interromper os processos de perturbação ambiental e recuperar as áreas impactadas. Neste caso um bom trabalho de limpeza para retirada do lixo e interrupção do lançamento de esgoto pode contribuir significativamente para o início do processo de recuperação. A recomposição da vegetação nativa nas áreas de mata ciliar pode ser apontada como ação capaz de interromper o avanço de processos erosivos, da vegetação ruderal e possibilitar a retomada do equilíbrio ambiental. Destaca-se, no entanto que são ações que exigem o envolvimento do poder público, neste caso o maior responsável por promover ações de recuperação ambiental, por tratar-se de área pública no espaço urbano.

Segundo Pelegrini *et al.* (2007), a recuperação é um processo de indução e de apoio antrópico para que os componentes abióticos e bióticos do ambiente possam ser recuperados e que, portanto, deve levar em conta a contextualização da área com o entorno e que locais próximos as cidades devem contemplar ações que permita a interação com a população. Partindo dessas ideias é importante destacar que todas as ações a serem executadas com o intuito de promover a recuperação ambiental das áreas perturbadas da BHCC devem

ser colocadas em prática de forma planejada e, sobretudo tendo como fundamento o diálogo entre o poder público e a comunidade local.

Assim, diante das características da área estudada e dos problemas apontados evidencia-se que dentre as diversas técnicas de recuperação ambiental, para a bacia do Córrego Catarrão podem ser aplicadas as técnicas de regeneração e sucessão ecológica, plantio de mudas e palestras de educação ambiental, associadas a processos de limpeza do córrego urbano e eliminação do ponto de lançamento de esgoto sem tratamento.

Pelegri *et al.* (2007), define a regeneração natural como um procedimento simples e de baixo custo, mas que exige maior tempo para apresentar resultados. Consiste no cercamento da área para deixar que ela se recomponha a partir do banco de sementes existente no solo. O plantio de mudas, por sua vez, apresenta maior agilidade quanto aos resultados e, segundo Padilha *et al.* (2013) consiste na implantação de mudas produzidas nos viveiros com a função de gerar os núcleos capazes de atrair maior biodiversidade em áreas degradadas.

As técnicas descritas se caracterizam como emergenciais e imediatas, visto que a situação apresentada precisa ser inativada, mas para que obtenham maiores resultados em longo prazo precisam estar associadas ao processo de educação ambiental, que visa o planejamento de ações por parte dos gestores públicos e a conscientização da população para que possa contribuir, sobretudo quanto ao descarte de lixo em locais inadequados. O processo de educação ambiental pode ser desenvolvido junto as instituições educacionais, associações de moradores e junto aos proprietários de áreas nas margens do curso d'água. Ressalta-se que para a área em questão essa associação é de extrema importância, pois ao longo do curso

d'água, há inúmeras áreas pertencentes a propriedade privada, como as de pastagens, loteamentos, hortas onde as ações executadas apenas pelo poder público por si só não será suficiente.

Considerações finais

A análise das condições do meio físico no espaço urbano permite identificar que os processos de urbanização provocam impactos significativos sobre os recursos naturais. As questões ambientais urbanas precisam ser consideradas, estudadas e sobre os problemas identificados ações de recuperação devem ser implementadas. Nessa perspectiva, o estudo sobre os processos de urbanização na BHCC, em Itaberaí – GO, possibilitou a identificação de uma região significativamente impactada pelo desmatamento. A princípio para dar lugar as atividades agropastoris e atualmente para o processo de urbanização em curso.

As análises permitiram identificar as classes de uso da terra e cobertura vegetal e seus impactos sobre os recursos naturais que ainda podem ser caracterizados como formas de perturbação ambiental. Dentre os fatores responsáveis pela perturbação ambiental, observou-se que o desmatamento se destaca como de maior impacto, mas este se associa a outros elementos como a poluição, erosão e assoreamento.

Destaca-se que estudos sobre bacias hidrográficas são importantes, pois estas se caracterizam como ambientes sistêmicos e se relacionam profundamente com as atividades antrópicas.

Referências

AMARAL, Carlos Henrique Carvalho. O sepultamento dos rios: uma visão sobre valores ambientais. *Revista Nova Hileia*, Cachoeirinha, v. 1, n. 2, p. 01-15, jul. 2016.

BOAVENTURA, Kárita de Jesus; CUNHA, Élide Lúcia da; SILVA, Sandro Dutra e. Recuperação de áreas degradadas no Brasil: conceito, história e perspectivas. *Revista Tecnia*, Goiânia, v. 4, n. 1, p. 124-145, jul. 2019.

BRASIL, IBGE. *Censo demográfico, 2010*. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 14 jun. 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. *Instrução Normativa ICMBIO n. 11, de 11 de dezembro de 2014*. Brasília: ICMBio, 2014.

BRASIL. *Lei n. 12.651, Código Florestal Brasileiro, 2012*. Brasília: Senado Federal, 2012.

CABRAL, Laíse do Nascimento; CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde. Urbanização, vulnerabilidade, resiliência: relações conceituais e compreensões de causa e efeito. *Urbe - Revista Brasileira de Gestão Urbana*, Curitiba, v. 11, p. 01- 13, ago. 2018.

CHRISTOFOLETTI, Antônio. A aplicação da abordagem em sistemas na geografia física. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 52, n. 2, p. 21-35, abr./jun. 1990.

FURTADO, Leonardo Seabra *et al.* Impactos ambientais oriundos do crescimento urbano/demográfico: um estudo no bairro da Pedreira, Belém/PA. *Revista Ibero Americana de*

Ciências Ambientais, Aracaju, v. 11, n. 7, p. 484 - 500, out. 2020.

GOIÁS. Secretária de Indústria de Comércio. Superintendência de Geologia e Mineração. *Geomorfologia do Estado de Goiás e Distrito Federal*. Goiânia: SIC-SGM, 2006.

GOIÁS. Instituto Mauro Borges de Estatística e Estudos Socioeconômicos. *Estatísticas municipais - 2018*. Disponível em: <<https://www.imb.go.gov.br/estatisticas/sistemas-de-pesquisa/perfil-socioeconomico-dos-municipios-goianos.html>>. Acesso em: 6 jan. 2021.

KÖPPEN, W. *Climatologia: con un studio de los climas de la tierra*. México: Fundo de Cultura Econômica, 1948.

LIMA, Valéria. Mapeamento da qualidade ambiental urbana com o uso da técnica AHP. *Brazilian Geographical Journal*, Ituitutaba, v. 9, n. 1, p. 60 - 72, set. 2019.

MIRANDA, Débora Thomé; DECESARO, Gabriel Dal'Maso. Os impactos e as consequências gerados pela urbanização acelerada às águas urbanas. *Revista Técnico-Científica do CREA-PR*, Curitiba, n. 13, p. 02 - 09, set. 2018.

PADILHA, Peterson Teodoro *et al.* Técnicas de restauração de áreas degradadas em Unidades de conservação. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM PLANEJAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL, IV, Florianópolis, 2013. *Anais...* Florianópolis: Universidade do Extremo Sul Catarinense, nov. 2013. 18 p.

PELEGRINI, Márcio *et al.* Uma visão sobre a recuperação de áreas degradadas: zonas ripárias e áreas mineradas. *Geoambiente On-line*, Jataí, v. 9, p. 01-14, dez. 2019.

PINTO, Maria Novaes. Superfícies de aplainamento na bacia do Rio São Bartolomeu, Distrito Federal/Goiás. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 48, p. 237-257, set. 1986.

ROSS, Jurandyr Luciano Sanches; DEL PRETTE, Marcos Stevan. Recursos hídricos e as bacias hidrográficas: âncoras do planejamento e gestão ambiental. *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo, n. 12, p. 89-121, nov. 1998.

SOARES, Tailândia de Oliveira *et al.* Impactos ambientais causados pelo desmatamento: uma revisão sistemática da literatura. *Revista Saúde e Meio Ambiente – RESMA*, Três Lagoas, v. 9, n. 2, p. 66 - 73, dez. 2019.

DIAGNÓSTICO DO CONHECIMENTO SOBRE O ESTUDO DA PAISAGEM E CONSERVAÇÃO EM MORRO DO CHAPÉU, BAHIA

*Gustavo Luis Schacht
Vanderlei da Conceição Veloso Júnior
Marcus Vinicius Costa Almeida Junior*

Introdução

A paisagem, enquanto herança da evolução dos atributos de natureza biótica, abiótica e antrópica, representa a junção e a interação ativa de fatores como solo, clima e vegetação, estudados por áreas do conhecimento como a Geografia, Biologia, Geologia, Ciências Ambientais, entre outras.

Compreender e conceituar o que vem a ser paisagem, é um trabalho complexo, pois, a depender do observador, a paisagem pode ser encarada de diferentes modos. A paisagem é palco de estudo para todos os profissionais que se ocupam de estudar os espaços naturais e antropizados. Deste modo, adota-se aqui o conceito de paisagem apresentado por Bertrand (2004), que a define como:

A paisagem não é a simples adição de elementos geográficos dispartados. É, em determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos, que reagindo uns sobre os outros fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução (BERTRAND, 2004, p. 141).

Diante de uma paisagem dinâmica e instável é que se faz esta discussão, e não se esgotará o tema sobre a paisagem em Morro do Chapéu, Bahia, mas apresentará e correlacionará os principais elementos vistos e percebidos nesta importante região.

Diferentes autores abordam a integração dos elementos na formação da paisagem. Rizzini (1976) discute a relação entre fatores climáticos, edáficos, fisiográficos, bióticos, morfogenéticos, na organização da vegetação, citando que os seres vivos são flexíveis em suas respostas aos fatores ambientais. Figueiró (2015) corrobora esta afirmação, incluindo como responsável pela distribuição dos seres vivos, os fatores geológicos-geomorfológicos, climáticos, entre outros.

A região Nordeste ocupa aproximadamente 1.600.000 km² do território nacional e abrange nove estados, que sofrem um problema crônico de falta de água, com precipitação anual inferior a 800 mm (DOMINGUES et al., 2008).

No semiárido, que corresponde a 86% do território do Nordeste, vivem cerca de 30 milhões de habitantes (ou 15% da população nacional). Estes números fazem desta a região seca mais populosa do mundo (DOMINGUES et al., 2008; MARENGO, 2009). Predomina aí o bioma Caatinga que, ainda hoje, paradoxalmente, é o menos conhecido e estudado em seus variados aspectos (FREIRE et al., 2018).

Adota-se a visão de Freire et al. (2018) no que diz respeito ao entendimento de que um bioma é caracterizado pela relação existente entre os fatores bióticos e abióticos de uma área geográfica. Analisar o bioma é compreender as características adaptativas e a similaridade associada ao tempo

evolutivo, importante na explicação da distribuição das paisagens como conhecemos.

Dadas as características territoriais a serem apresentadas e compreendendo que, originalmente, nos mapas, o predomínio do bioma Caatinga se estende pelo interior da Bahia, no campo prático, observa-se que as paisagens apresentam-se muito mais complexas, com a intercalação de diferentes fitofisionomias, a exemplo de Morro do Chapéu.

Compondo parte da complexa região da Chapada Diamantina, este município reúne características ambientais muito distintas de seu entorno, dominado pela Caatinga, o que o classifica como uma região ecotonal, ou uma área de tensão ecológica, importante do ponto de vista natural.

Para Romariz (2012) uma área de Ecótono é uma faixa de transição, de contato entre duas ou mais formações vegetais. Podemos interpretar estas áreas, como defende Ab'Sáber (2003), como uma herança de paisagens que dominaram a região quando houve condições climáticas favoráveis e que hoje disputam espaço entre si, buscando um ponto de equilíbrio. Seja qual for sua origem, o fato é que as áreas de ecótono são importantes fontes de informação científica e de sobrevivência à população sertaneja.

O Município de Morro do Chapéu se localiza na região Centro Norte Baiana (IBGE, 2021) ou Território de Identidade da Chapada Diamantina, segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), possuindo uma área de 5.744 km² e cerca de 35 mil habitantes (IBGE, 2021).

Em Morro do Chapéu, os atributos naturais se somam à riqueza de sua conformação geológica, que possui várias formações raramente encontradas em outros locais, o que

incentivou a proposição da criação de um Geoparque para a região (ROCHA; COSTA, 1995). Dada a combinação de atributos naturais, assume-se que este seja um espaço importante para conservação. Neste sentido, Morro do Chapéu conta com o Parque Estadual Morro do Chapéu (PEMC), com 46 mil hectares, o Monumento Natural Cachoeira do Ferro Doido com 400 hectares e parte da Área de Proteção Ambiental (APA) Gruta dos Brejões / Vereda Romão Gramacho, com 11.900 hectares.

O PEMC sofreu uma redefinição da poligonal em 2013, que diminuiu sua área original. Esta unidade de conservação (UC) conta com populações vivendo em seu interior, aguardando regularização. Trata-se de uma UC que sofre com os mesmos problemas de tantas outras distribuídas pelo Brasil, como a falta de regularização fundiária e a falta de Plano de Manejo que auxilie sua gestão.

A Caatinga possui poucas áreas protegidas em UC, com menos de 8% de sua área total, além de uma distribuição enviesada, deixando regiões menos protegidas (TEIXEIRA et al., 2021). Antogiovanni et al. (2018) consideram que o bioma já perdeu metade de sua vegetação original por atividades antrópicas, e que a outra metade encontra-se muito fragmentada.

Este capítulo se propõe a fazer uma leitura integrada dos principais atributos que formam a paisagem de Morro do Chapéu, destacando sua importância para conservação. As informações foram obtidas predominantemente em um levantamento de dados secundários, a partir de buscas em publicações científicas e documentos técnicos, além de visitas de campo.

Inicialmente serão apresentados os aspectos abióticos que formam a paisagem, destacando a geologia, o relevo, o clima, e o solo. Em um segundo momento serão apresentados os fatores bióticos da paisagem (flora e fauna), concluindo com uma análise integrada destes fatores e destacando sua importância para a conservação da biodiversidade.

Aspectos abióticos formadores da paisagem

Geologia

A história geológica de Morro do Chapéu apresenta uma importante composição, fornecendo dados que permitem interpretar as mudanças que ocorreram na região ao longo do tempo geológico.

As rochas mais antigas encontradas em Morro do Chapéu são datadas de aproximadamente 2,5 bilhões de anos, da Era Paleoproterozoica, sendo constituídas de rochas granito-gnáissicas, ortognaisses migmatíticos e rochas ígneas e metamórficas, consistindo no embasamento cristalino da região. Sobre essas rochas se desenvolveu uma bacia sedimentar, na qual foram depositados sedimentos que viriam a compor o que se denomina Grupo Chapada Diamantina, o qual é subdividido nas formações:

a) Tombador: composto de sedimentos cuja origem tem relação com um sistema de leques aluviais instalados nas depressões do embasamento cristalino. A origem desses sedimentos remonta às regiões vizinhas mais elevadas, como a Serra de Jacobina. Encontram-se, ainda, nesta Formação,

diferentes litofácies associadas a ambientes variados de deposição, como por exemplo os arenitos associados a conglomerados, cuja deposição se deu em épocas mais chuvosas; os arenitos, cuja deposição se deu em épocas de vazante. Há, ainda, litofácies associadas a ambientes marinhos, constituídas de arenitos com granulação mais grossa, além de ambientes transicionais de deltas e faixas praias.

b) Caboclo: a deposição das rochas desta Formação está associada com as diversas variações do nível marinho, permitindo a existência de inúmeras litofácies, como argilitos, arenitos, arenitos conglomeráticos e calcários, além de fósseis de estromatólitos, que compreende um farto indício da presença marinha na região em tempos pretéritos. Todos os sedimentos que compõem esta Formação são de origem marinha; não há contribuição continental na Formação Caboclo.

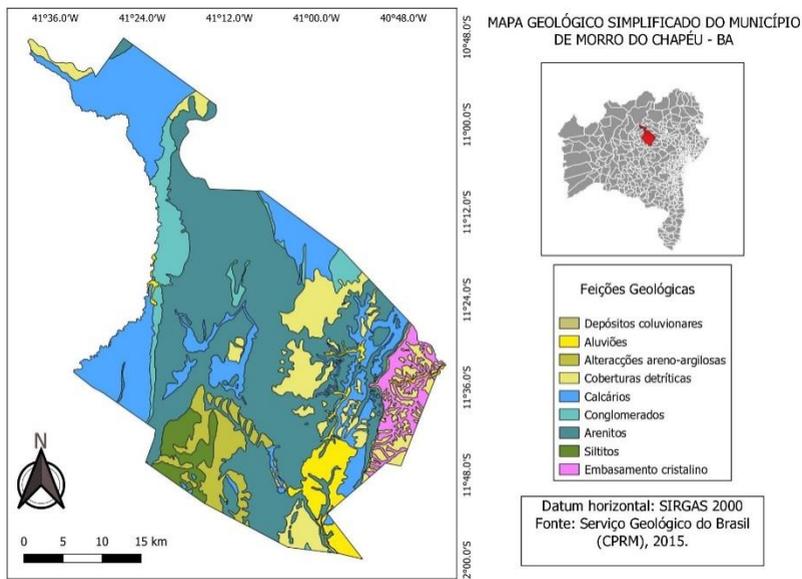
c) Morro do Chapéu: novas variações eustáticas na região permitiram uma alternância entre predominância marinha e predominância continental na deposição de sedimentos que compoariam a Formação Morro do Chapéu, podendo ser encontrados arenitos vermelhos, argilitos, siltitos e conglomerados.

Após a deposição do Grupo Chapada Diamantina, a região passou por um evento glacial, registrado no Grupo Una e suas formações Bebedouro e Salitre, compostas de rochas conglomeráticas, areníticas e argilíticas, com posterior subida do nível do mar, a partir do degelo glacial e conseqüente deposição de calcários, arenitos e dolomitos.

Por fim, temos as deposições sedimentares recentes do Terciário e do Quaternário, constituídas de aluviões, depósitos coluvionares gravitacionais e sedimentos inconsolidados

indiferenciados. Os dados descritos podem ser melhor visualizados ao analisar a Figura 1.

Figura 1: Mapa Geológico de Morro do Chapéu.

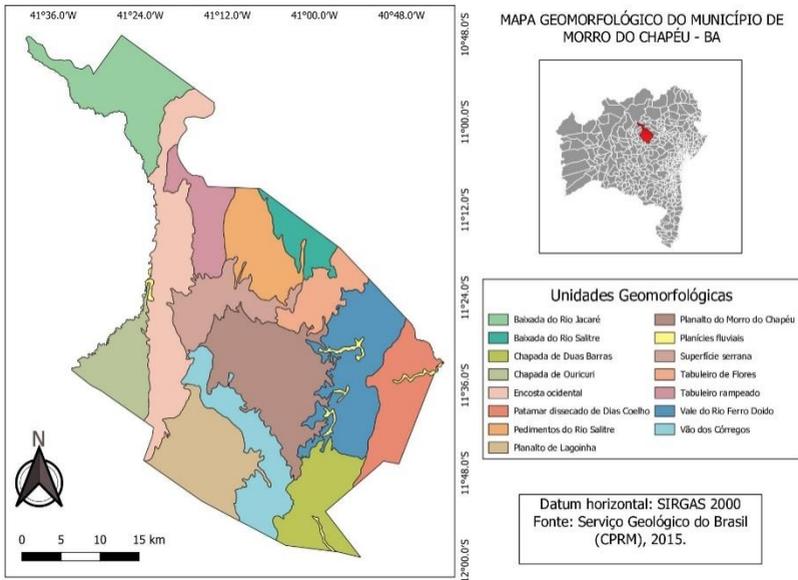


Fonte: os autores.

Geomorfologia

Geomorfologicamente a região de Morro do Chapéu foi compartimentada em 15 unidades geomorfológicas, de acordo com Ramos (1995), conforme a Figura 2.

Figura 2: Mapa Geomorfológico de Morro do Chapéu.



Fonte: os autores.

Ocorrem regiões em que prevalece uma topografia plana, com rampas de baixa declividade, de 0 a 5%, e processos de dissecção de baixo grau. Há feições associadas às rochas calcárias, apresentando processos de dissolução dos carbonatos, conformando regiões planas ou de baixa declividade.

Associadas aos sistemas fluviais são encontradas feições geomorfológicas com regiões centrais apresentando baixa declividade, enquanto que as regiões de encostas apresentam declividades que podem ultrapassar os 20%. Tais modelos estão associados aos arenitos que são encontrados na região.

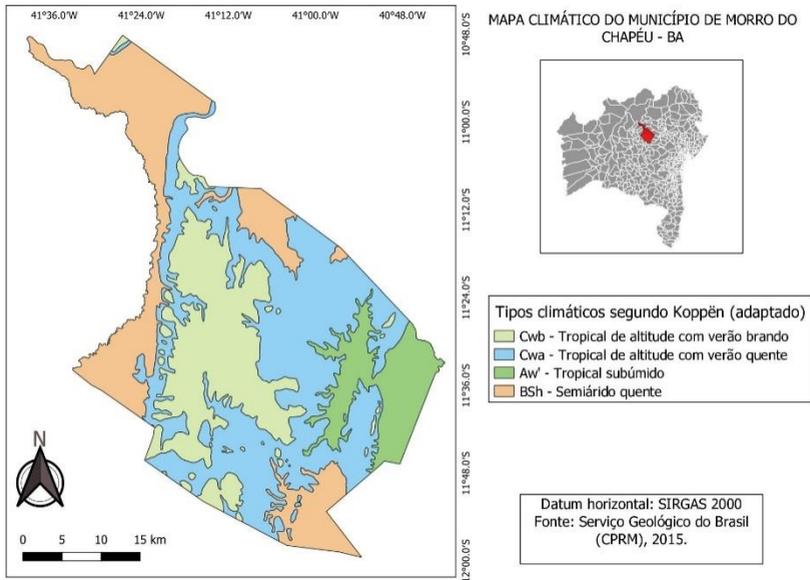
Associados também aos arenitos, além das rochas do embasamento cristalino, podem ser visualizados no município relevos suavemente ondulados e planos, como um produto da erosão diferencial eólica em conjunto com a erosão fluvial. Por fim, associadas às rochas argilosas e areníticas, tem-se também regiões aplainadas, sendo um produto da dissecação por rios e córregos ao longo do tempo geológico.

Clima

Por se inserir entre as latitudes 11° e 12° sul, apresenta um clima caracterizado como tropical, em uma abordagem ampla. Dada a altitude média da área, em geral acima dos 800 metros, chegando a 1.200 metros, o clima torna-se fortemente influenciado por este fator, apresentando características particulares em relação ao seu entorno (BARBOSA, 1995).

Utilizando a classificação de Köppen e o mapeamento realizado pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), através do Projeto Mapas Municipais (ROCHA e COSTA, 1995), depreende-se que Morro do Chapéu se divide em quatro tipos climáticos, como apresenta a Figura 3.

Figura 3: Mapa Climático de Morro do Chapéu.



Fonte: os autores.

É perceptível que a espacialização dos tipos climáticos está diretamente relacionada ao fator orográfico, dado o fato de que Morro do Chapéu se insere nas áreas elevadas mais ao norte da Chapada Diamantina. Dado seu posicionamento no estado da Bahia, e a predominância de ventos de leste/sudeste, compreende-se melhor a organização espacial da precipitação (BARBOSA, 1995).

O clima de tipo Bsh, denominado de Semiárido quente, distribui-se nas áreas com menos de 800 metros de altitude e acumulado anual de menos de 800 mm de precipitação. Sua

ocorrência está atrelada à face oeste de Morro do Chapéu, área que se situa a sotavento da ação das massas de ar regionais.

O clima do tipo Cwa é denominado Tropical de altitude com verão quente, sendo uma transição entre a faixa mais seca do Bsh e o clima que apresenta maior umidade, o Cwb. O Cwa ocorre nas áreas com altitudes variando entre 800 e 1000 metros, e concentra precipitações médias de 800 mm anuais.

O clima do tipo Cwb concentra-se na porção mais elevada, onde se localiza a área urbana, e normalmente acima dos 1.000 metros de altitude, sendo denominado de Tropical de altitude com verão brando. Sua ocorrência está associada ao maior valor pluviométrico, quando comparado com as demais, estando presente em porções no norte e no sul da área urbana. A pluviometria pode somar 1.200 mm anuais (BARBOSA, 1995).

O tipo Aw, denominado Tropical Subúmido, ocorre em áreas com menos de 800 metros de altitude, como o Bsh, porém, com precipitação maior que 800 mm anuais. Este fato pode estar relacionado a seu posicionamento em relação à recepção das massas mais úmidas e responsáveis pelas chuvas orográficas na região. Encontramos esta característica climática a leste do município, na faixa de transição entre a Caatinga da Depressão Sertaneja e áreas de vegetação mais densa.

Algumas características climáticas são fortemente influenciadas pelo fator altitude, além da precipitação mencionada. Entre eles estão a temperatura, que tem como média do mês mais frio marcas menores que 18°C. Mesmo nos meses mais quentes do ano a média anual se encontra em 22°C, como aponta Barbosa (1995), atrelando estas temperaturas às áreas mais elevadas, onde predomina o clima Cwb.

O período chuvoso ocorre entre novembro e abril, evidenciando uma resposta às correntes de circulação regionais. A distribuição da chuva pelo município é irregular, concordando com a posição topográfica da região, mas se mantendo nas isoietas médias anuais de 750 mm (BARBOSA, 1995).

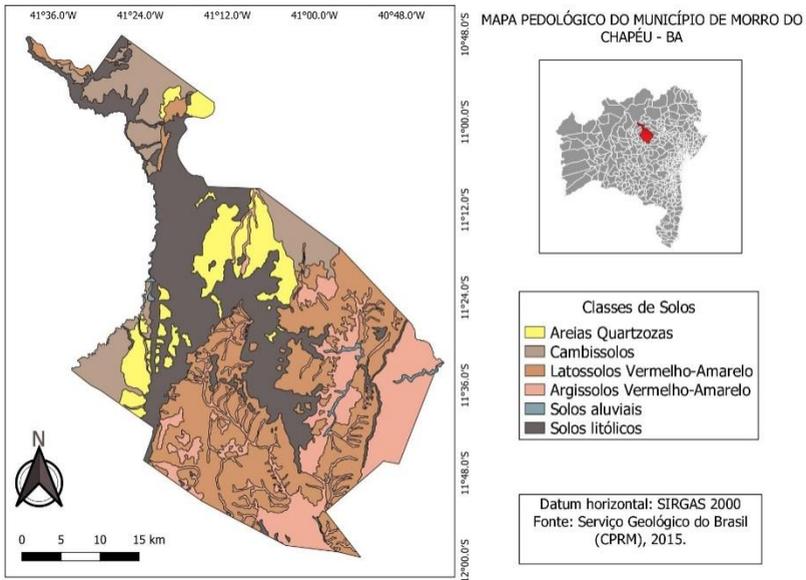
Os fatores formadores do clima, analisados conjuntamente aos demais dados ambientais, nos auxiliam na explicação, por exemplo, das formações de vegetação (mais úmidas), presentes em alguns espaços. Do mesmo modo é a dinâmica dos ventos (clima) que explica o grande potencial para instalação de torres eólicas no município.

Solo

Os solos da área sofrem variações importantes e muitas vezes concordantes com a geologia regional e a dinâmica climática que, como é sabido, imprimem ao solo características particulares (CORRÊA et al., 2019). O solo serve de base e nos ajuda na compreensão da distribuição das formações de vegetação e das paisagens que compõem Morro do Chapéu.

Sendo assim, Lumbreras, Shinzato e Cavedon (1995) nos apresentam os tipos de solo encontrados em Morro do Chapéu, em geral distróficos ou álicos, o que também é constatado por Nascimento et al. (2010) e Nóbrega e Vilas Boas (2020) na área sul da Chapada Diamantina. A Figura 4 apresenta os tipos de solo na área estudada, mapeados com base em trincheiras e tradagens, acompanhados de análise química e física.

Figura 4: Mapa Pedológico de Morro do Chapéu.



Fonte: os autores.

Para Lumbreras, Shinzato e Cavedon (1995), ocorrem Latossolos vermelho-amarelos, profundos, álicos e variando entre eutróficos e distróficos, sendo o último mais comum. Este grupo tem sua ocorrência na área mais central do município, região de relevo suave ondulado. Para Arruda e Schaeffer (2020) os solos profundos e bem desenvolvidos sob um clima semiárido seriam vestígios de um clima úmido do passado, o que demonstra o caráter especial desses Latossolos na Chapada Diamantina.

São comuns também os solos litólicos, álicos, e distribuídos em áreas com afloramento rochoso frequente, como a oeste da área urbana. As Areias Quartzozas, muitas vezes álicas, ocorrem em geral na faixa de transição entre os solos litólicos e solos profundos, apresentando-se muito bem drenados, e concentrados a norte da área urbana até o limite norte do município, com outros afloramentos menores.

Lumbreras, Shinzato e Cavedon (1995) mapearam em Morro do Chapéu o Argissolo vermelho-amarelo, latossólico e álicos, distribuídos em pequenas faixas do município, em geral próximo aos cursos d'água das áreas mais úmidas do leste. Os Cambissolos eutróficos apresentam sua distribuição próxima das áreas de solos litólicos e areias quartzozas, como era esperado, na faixa oeste do município. Os mesmos autores destacam a existência de Solos Aluviais distróficos, em manchas na área úmida do município, na face leste.

Os solos são descritos como arenosos ou franco-arenosos, influenciados pelo material geológico de origem. A maior ocorrência é a de Solos Litólicos, recobrando 24% da área estudada, seguida pelo Latossolo vermelho-amarelo em 12% do município (LUMBRERAS; SHINZATO; CAVEDON, 1995).

A cobertura pedológica acaba por se combinar com a vegetação, onde, a composição química e granulométrica deste solo, em união com a disponibilidade de alumínio e capacidade de retenção hídrica, refletem por vezes formações vegetais de porte florestal, em pequenos fragmentos, ou formações mais arbustivas e campestres, como os Campos Rupestres, comuns a solos litólicos e areias quartzozas na área.

Aspectos bióticos formadores e modificadores da paisagem

Vegetação

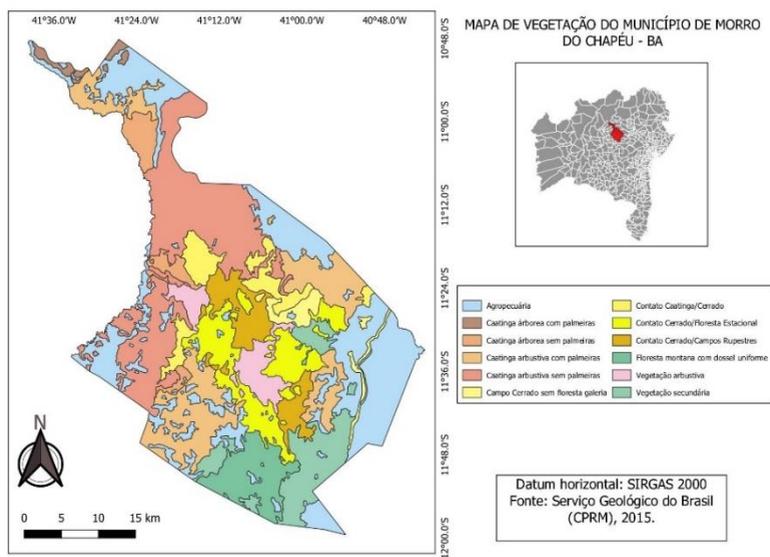
Há muito se discute se a vegetação é ou não a síntese da paisagem. O fato é que ela talvez seja o atributo da paisagem no qual primeiro nos atentamos, e as plantas podem nos ajudar a diferenciar ambientes com características distintas. Ab'Sáber (2003) reconhece que ao amador, a paisagem tem aparência bastante homogênea, mas é sabido que em pouco espaço encontram-se paisagens diversificadas.

Morro do Chapéu apresenta uma combinação particular de fitofisionomias. Entendendo ser uma área inserida na Caatinga, por classificação, mas que ganha um papel de ecótono, a depender da interpretação de cada pesquisador, são possíveis agrupamentos distintos.

Silva (1995), ao mapear a vegetação de Morro do Chapéu, a separa em Caatinga, Cerrado e áreas de Mata. No agrupamento das Caatingas, Silva (1995) destaca a Caatinga Arbustiva densa com e sem palmeiras, além da Caatinga Arbórea densa com e sem palmeiras.

A principal diferença entre as quatro formas, além do seu porte, arbustivo ou arbóreo, está na presença ou não de palmeiras, em geral representadas pelo Licuri (*Syagrus coronata* (Mart.) Becc.) na região estudada. A Caatinga arbustiva, como apresenta a Figura 5, está distribuída a oeste do município, concordando com áreas de clima do tipo Bsh e com altitudes menores que 1.000 metros, como afirma Juncá et al. (2005).

Figura 5: Mapa de Vegetação de Morro do Chapéu.



Fonte: os autores.

As manchas de Caatinga arbórea são encontradas em menor proporção e limitadas à faixa noroeste do município, na região da Gruta dos Brejões, área com clima mais seco, mas que concentra cursos d'água com alguma umidade ao longo do ano.

Silva (1995) destaca importantes áreas de ocorrência de Campos Rupestres, muito comuns na região, conjugados com espaços ocupados por fisionomias mais similares ao Cerrado ou Campos Cerrados, com poucos pontos de ocorrência. Estas fitofisionomias estão localizadas mais próximas da área urbana e seguindo a rodovia BA-052 sentido o município de Irecê.

Juncá et al. (2005) sugere para a Chapada Diamantina, que os Cerrados estão distribuídos entre 900 e 1.200 metros de altitude, entremeados com Campos Rupestres, o que também é defendido por Costa et al. (2009) e observado em Morro do Chapéu. Ou seja, o estabelecimento de manchas de Cerrado no semiárido se dá primordialmente devido ao fator altitude (SANTOS et al., 2020).

Especialmente os Campos Rupestres, estão amplamente ligados aos afloramentos de rocha com solos litólicos e ao clima Cwa ou Aw. São raros os ambientes onde as fitofisionomias de Cerrado apresentam-se na área estudada, havendo áreas mais características ao sul da Chapada Diamantina.

Em menor proporção estão as áreas de Floresta Montana com dossel uniforme e a Floresta Estacional Sempre Verde, que são fragmentos restritos a espaços de maior umidade, seja pela precipitação (áreas de clima Cwb), ou pela possibilidade de armazenamento desta umidade no solo (NÓBREGA; VILAS BOAS, 2020). Para Nascimento et al. (2010), estes fragmentos apresentam relação com a Mata Atlântica.

Estas áreas florestais, ainda pouco estudadas na Chapada Diamantina, correspondem a cerca de 5% da cobertura vegetal de Morro do Chapéu (SILVA, 1995), estando limitadas ao sul do município ou em sua face mais leste, com dossel elevado, atingindo aproximadamente 25 metros de altura e algum grau de interferência antrópica, como mostra a Figura 6.

Figura 6: Fragmento de Floresta Montana com dossel uniforme na região da Comunidade de Cafelândia, sul do município de Morro do Chapéu.



Fonte: Acervo de pesquisa de Schacht, G.L. (2020).

Estudos como o de Rodal (1984) defendem que fatores geomorfológicos, a fertilidade e a disponibilidade hídrica são condicionantes para a distribuição das espécies, apontando inclusive serem diferentes as Caatingas em áreas de embasamento cristalino e em terrenos sedimentares.

A origem destes remanescentes florestais ainda é alvo de discussão, assim como para as formações de Cerrado, considerando não estarem em sua área de distribuição natural. Neste sentido, sua conservação se mostra indissociável ao desenvolvimento de pesquisas que conheçam melhor o funcionamento destes ecossistemas tão particulares na região.

Fauna

A Caatinga é um bioma brasileiro tradicionalmente negligenciado em termos do estudo de sua biodiversidade, mas que tem ganhado relevância nas últimas décadas (LEAL et al., 2005; ALBUQUERQUE et al., 2012).

Atualmente se propõem 82 áreas prioritárias para a conservação no bioma, dentre as quais 27 são classificadas como de extrema importância (SILVA et al., 2003). Ainda de acordo com estes autores, Morro do Chapéu é uma delas. Além disso, a região também é classificada como uma das 25 áreas prioritárias para a pesquisa científica na Caatinga.

Albuquerque et al. (2012) consolidaram informações sobre a ocorrência na Caatinga de 511 espécies de aves, 156 espécies de mamíferos, 119 de répteis e 56 espécies de anfíbios. Os mesmos autores ainda mencionam a ocorrência de 240 espécies de peixes de água doce para a Caatinga distribuídos em sete ordens. Contudo, não se localizou estudos específicos sobre este grupo de vertebrados para Morro do Chapéu.

Para o município foi compilada a ocorrência de 252 espécies de aves distribuídas em 23 ordens e 49 famílias, 76 espécies de mamíferos distribuídas em 9 ordens e 26 famílias, 60 espécies de répteis representadas por 19 famílias e 36 espécies de anfíbios divididas em 6 famílias, totalizando 424 espécies.

Dessa forma, se verificou que já houve registro para Morro do Chapéu de 43,9% das espécies de aves que ocorrem na Caatinga, 48,7% das de mamíferos, 50,4% das de répteis e 64,3% das de anfíbios. Estes valores percentuais expressivos reforçam a necessidade de estudos e de implantação de medidas de conservação propostas por Silva et al. (2003).

A seguir é apresentado o Quadro 1, que lista espécies da fauna de vertebrados que ocorrem em Morro do Chapéu. De forma a não tornar a listagem muito extensa, se optou por destacar apenas as espécies endêmicas da Caatinga e as que possuem algum grau de risco de extinção (BRASIL, 2018), sem, contudo, esgotar o assunto.

A compilação de dados referentes à fauna da região contribui para subsidiar trabalhos futuros, para a elaboração dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação e para subsidiar medidas de manejo em âmbito local, dada a alta diversidade.

Quadro 1: Lista de espécies que ocorrem no município de Morro do Chapéu, BA, que são endêmicas da Caatinga e/ou que possuem algum grau de risco de extinção.

Táxon	Endêmico	Grau de risco de extinção existente
Classe Amphibia		
<i>Corythomantis galeata</i> Pombal, Menezes, Fontes, Nunes, Rocha & Van Sluys, 2012	X	
Classe Aves		
<i>Anopetia gounellei</i> (Boucard, 1891)	X	
<i>Augastes lumachella</i> (Lesson, 1838)		X
<i>Campylorhamphus trochilirostris</i> (Lichtenstein, 1820)		X
<i>Conopophaga lineata</i> (Wied, 1831)		X
<i>Crypturellus noctivagus</i> (Wied, 1820)		X
<i>Eupsittula cactorum</i> (Kuhl, 1820)	X	

<i>Herpsilochmus sellowi</i> Whitney & Pacheco, 2000	X	
<i>Hylopezus ochroleucus</i> (Wied, 1831)	X	
<i>Megaxenops parnaguae</i> Reiser, 1905	X	
<i>Myrmorchilus strigilatus</i> (Wied, 1831)	X	
<i>Ortalis guttata</i> Pinto, 1964		X
<i>Penelope jacucaca</i> Spix, 1825	X	X
<i>Picumnus pygmaeus</i> (Lichtenstein, 1823)	X	
<i>Sakesphorus cristatus</i> (Wied, 1831)	X	
<i>Sarcoramphus papa</i> (Linnaeus, 1758)	X	
<i>Stigmatura napensis</i> Chapman, 1926		X
<i>Synallaxis hellmayri</i> Reiser, 1905	X	
<i>Thamnophilus capistratus</i> Lesson, 1840	X	
Classe Mammalia		
<i>Callicebus barbarabrownae</i> Hershkovitz, 1991	X	X
<i>Furipterus horrens</i> (F. Cuvier, 1828)		X
<i>Kerodon rupestris</i> (Wied-Neuwied, 1820)	X	X
<i>Leopardus tigrinus</i> (Schreber, 1775)		X
<i>Lonchorhina aurita</i> Tomes, 1863		X
<i>Myrmecophaga tridactyla</i> Linnaeus, 1758		X
<i>Panthera onca</i> (Linnaeus, 1758)		X
<i>Puma concolor</i> (Linnaeus, 1771)		X
<i>Puma yagouaroundi</i> (É. Geoffroy, 1803)		X
<i>Tolypeutes tricinctus</i> (Linnaeus, 1758)		X
<i>Trinomys minor</i> (Reis & Pessôa, 1995)	X	
Classe Reptilia		
<i>Ameivula abaetensis</i> (Dias, Rocha & Vrcibradic, 2002)		X

<i>Ameivula cyanura</i> (Arias, Carvalho, Rodrigues & Zaher, 2011)	X	
<i>Ameivula nigrigula</i> (Arias, Carvalho, Rodrigues & Zaher, 2011)	X	
<i>Bothrops erythromelas</i> Amaral, 1923	X	
<i>Calyptommatus nicterus</i> Rodrigues, 1991		X
<i>Epicrates assisi</i> Machado, 1945	X	
<i>Rodriguesophis chui</i> (Rodrigues, 1993)	X	X
<i>Tropidurus cocorobensis</i> Rodrigues, 1987	X	
<i>Tropidurus erythrocephalus</i> Rodrigues, 1987	X	X
<i>Tropidurus pinima</i> (Rodrigues, 1984)	X	
<i>Tropidurus semitaeniatus</i> (Spix, 1825)	X	

Fonte: Gomes e Souza et al. (2006); Arias et al. (2011); Delfim (2012); Carvalho (2013); Complexo Eólico-Solar Serra da Babilônia (2018).

Considerações finais

Reconhecida a variedade de espaços naturais que encontramos em Morro do Chapéu é notório que os estudos de ordem ambiental devem ser concebidos buscando uma abordagem integrada dos fatores formadores. Como exemplo, em áreas de afloramentos de rocha, os conhecidos lajedos, são um impeditivo para a ocupação humana, e por vezes um limitante no avanço de usos comerciais, como as atividades eólicas. É comum observar que lajedos, em alguns casos com relevos do tipo chapada, desenvolvem solos litólicos e sustentam formações como os Campos Rupestres, enquanto em

áreas de relevo suavemente ondulado, e solos profundos, encontramos formações de porte até arbóreo. Todo o sistema encontra-se interligado.

Dada a posição geográfica em que se encontra Morro do Chapéu, é possível perceber que os ventos de leste, em conjunto com o fator altitude, organizam as faixas climáticas como conhecemos na região, com maiores precipitações de leste para oeste, típico da formação de chuva orográfica.

Neste sentido a vegetação se organiza efetivamente respondendo a organização climática, pedológica, geomorfológica e geológica, com a instalação de fitofisionomias que variam de Campos Rupestres a Florestas Estacionais. Esta combinação de vegetação é que caracteriza a área como ecótono, conforme discutido.

O município apresenta grande diversidade de espécies da fauna registradas para o bioma Caatinga. Neste sentido, por ser uma área prioritária para a conservação da biodiversidade, os tomadores de decisão do poder público e os representantes da iniciativa privada que têm interesse na exploração de recursos naturais renováveis e não renováveis na região, devem garantir à conservação da fauna e a implantação de medidas mitigadoras para recuperar as populações das espécies que possuem algum grau de ameaça de extinção.

Pode-se dizer que as atividades antrópicas no entorno das UC, em conjunto com outras atividades que fragmentem a paisagem, causam impacto direto na fauna e flora. Para a fauna, o processo de ocupação do entorno do PEMC, por exemplo, pode alterar a dinâmica de ocupação do espaço, e, conseqüentemente, a dinâmica natural de distribuição das espécies, como já apontam diferentes estudos em outras regiões

(BERNARD et al., 2014; COSTA et al., 2017; CAMPOS et al., 2019; DIAS et al., 2019).

Morro do Chapéu se apresenta como um importante laboratório para estudos na temática ambiental, por guardar importantes áreas ecotonais de potencial conservação.

Áreas ecotonais, por si só, são frágeis em sua organização, e muitas vezes únicas em composição. O trabalho de regularizar e incentivar a proteção nas UC já criadas pode ser um diferencial para a região. Dado seu potencial ambiental, que pode ser aproveitado pelo turismo, como já acontece em Lençóis, Mucugê e outras cidades da Chapada Diamantina, é fundamental frear processos de perda de habitat ou casos de fragmentação.

Neste sentido, além do planejamento para implantação de UC mais efetivas, pode-se pensar na criação de espaços que formem corredores tanto com o sul da Chapada Diamantina, como com regiões também prioritárias, como Jacobina ou, mais ao norte, o Parque Nacional Boqueirão da Onça.

Finalmente, se compreende o dinamismo da transformação econômica da paisagem, desde que respeitando as características intrínsecas e únicas dos meios físico e biótico que ocorrem na região, especialmente aqueles relacionados à conservação. Deste modo, sob uma perspectiva integradora e concordando com as metas expostas nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU) há que se compatibilizar a conservação do meio ambiente, desenvolvimento e equidade social, além do desenvolvimento econômico pautado pela ótica do desenvolvimento sustentável.

Agradecimentos

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro (Processo 420919/2018-0). Agradecemos ao Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA, ao Programa Amigos da Onça: Grandes predadores e sociobiodiversidade na Caatinga, do Instituto para a Conservação dos Carnívoros Neotropicais – Pró-Carnívoros, ao Instituto Água Boa e à Prefeitura Municipal de Morro do Chapéu, BA, que nos apoiaram durante as atividades.

Referências

ALBUQUERQUE, U. P. Et al. Caatinga Revisited: Ecology and Conservation of an Important Seasonal Dry Forest. *The Scientific World Journal*, Article ID 205182, 18p., 2012.

ANTONGIOVANNI, M.; VENTICINQUE, E. M.; FONSECA, C. R. Fragmentation patterns of the Caatinga drylands. *Landscape Ecology*, v. 33, n. 8, p. 1353-1367, 2018.

ARIAS, F.; CARVALHO, C. M.; RODRIGUES, M. T.; ZAHER, H. Two new species of *Cnemidophorus* (Squamata: Teiidae) of the *C. ocellifer* group, from Bahia, Brazil. *Zootaxa*, v. 3022, p. 1-21, 2011.

ARRUDA, D. M.; SCHAEFFER, C. E. G. R. Dinâmica climática e biogeográfica do Brasil no Último Máximo Glacial: o estado da arte. *Revista de Estudos Avançados (USP)*, v. 34, n. 98, p. 187-198, abril/2020.

BARBOSA, M. A. Clima. In: ROCHA, A.J.D.; COSTA, I.V.G. *Projeto Mapas Municipais: Município de Morro do Chapéu (Ba): informações básicas para o planejamento e administração do meio físico*. Salvador: CPRM, 1995. p. 46-61.

BERNARD, E.; PAESE, A.; MACHADO, R. B.; AGUIAR, L. M. S. Blown in the wind: bats and wind farms in Brazil. *Brazilian Journal of Nature Conservation*. v. 12, n. 2, p. 106-111, 2014.

BERTRAND, G. Paisagem e Geografia Física global. Esboço metodológico. *Revista RA' E GA*, v. 8, n. 1, p. 141-152, 2004.

BRASIL. *Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção*. Vol 1, 1 ed. Brasília, DF: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade / Ministério do Meio Ambiente, 2018. 492 p.

CAMPOS, C. B.; ESTEVES, C. F.; DIAS, D. M.; RODRIGUES, F. H. G. Medium and large sized mammals of the Boqueirão da Onça, North of Bahia State, Brazil. *Papéis Avulsos de Zoologia*. Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo. v. 59, n. 1, p. e20195912, 2019.

CARVALHO, A. L. G. On the distribution and conservation of the South American lizard genus *Tropidurus* Wied-Neuwied, 1825 (Squamata: Tropiduridae). *Zootaxa*, v. 3640, n. 1, p. 42-56, 2013.

COMPLEXO EÓLICO-SOLAR SERRA DA BABILÔNIA. *Estudo de Impacto Ambiental*. 2018. 770 p.

CORRÊA, A. C. B.; TAVARES, B. A. C.; LIRA, D. R.; MUTZENBERG, D. S.; CAVALCANTI, L. C. S. The semi-arid domain of the northeast of Brazil. In: SALGADO, A. A. R.;

SANTOS, L. J. C.; PAISINI, J. C. *The Physical Geography of Brazil*. Switzerland: Springer, 2019.

COSTA, G. M.; FUNCH, L. S.; CONCEIÇÃO, A. A.; MORAES, A. C. S. Composição florística e estrutura de Cerrado senso restrito na Chapada Diamantina, Palmeiras, Bahia, Brasil. *Sitientibus. Série Ciências Biológicas*. v. 9, n. 4, p. 245-254, 2009.

COSTA, G. F.; PAULA, J.; PETRUCCI-FONSECA, F.; ÁLVARES, F. The Indirect Impacts of Wind Farms on Terrestrial Mammals – Insights from the Disturbance and Exclusion Effects on Wolves (*Canis lupus*). In: MASCARENHAS, M.; MARQUES, A. T.; RAMALHO, R.; SANTOS, D.; BERNARDINHO, J.; FONSECA, C. (Eds.). *Biodiversity and wind farms in Portugal: Current knowledge and insights for an integrated impact assesment process*. Swizerland; Springer Nature, 2017. p. 111134.

DELFIN, F. R. Riqueza e padrões de distribuição dos lagartos do Domínio Morfoclimático da Caatinga. 2012. *Tese (Doutorado em Zoologia)* – Curso de Pós-graduação em Ciências Biológicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2012, 242p.

DIAS, D. M.; MASSARA, R. L.; CAMPOS, C. B.; RODRIGUES, F. H. G. Human activities influence the occupancy probability of mammalian carnivores in the Brazilian Caatinga. *Biotropica*. v. 51, n. 1, p. 253-265, 2019.

DOMINGUES, E. P.; MAGALHÃES, A. S.; RUIZ, R. M. Cenários de mudanças climáticas e agricultura no Brasil: impactos econômicos na região nordeste. *Revista Econômica do Nordeste*. v. 42, n. 2, p. 229-246, 2008.

FIGUEIRÓ, A. S. Biogeografia: dinâmicas e transformações da natureza. São Paulo: Oficina de Textos, 2015.

FREIRE, N. C. F.; MOURA, D. C.; SILVA, J. B.; MOURA, A. S.; MELO, J. I. M.; PACHECO, A. P. *Atlas das Caatingas – o único bioma exclusivamente brasileiro*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2018.

GOMES E SOUZA, A. L.; CORRÊA, M. M. O.; PESSÔA, L. M. Morphometric discrimination between *Trinomys albispinus* (is. Geoffroy, 1838) and *Trinomys minor* (Reis & Pessôa, 1995) from Chapada Diamantina, Bahia, Brazil, and the karyotype of *Trinomys albispinus* (Rodentia, Echimyidae). *Arquivos do Museu Nacional*, 64 (4): 325-332, 2006.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cidades: panorama*. Acesso em: 23 nov. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/morro-do-chapeu/panorama>.

JUNCA, F. A.; FUNCH, L.; ROCHA, W. (Orgs.) *Biodiversidade e conservação da Chapada Diamantina*. Brasília: MMA, 2005.

LEAL, I. R.; SILVA, J. M. C.; TABARELLI, M.; LACHER JR, T. E. Mudando o curso da conservação da biodiversidade na Caatinga do Nordeste do Brasil. *Megadiversidade*, 1 (1): 139-146, 2005.

LUMBRERAS, J. F.; SHINZATO, E.; CAVEDON, A. D. Solos. In: ROCHA, A. J. D.; COSTA, I. V. G. *Projeto Mapas Municipais: Município de Morro do Chapéu (Ba): informações básicas para o planejamento e administração do meio físico*. Salvador: CPRM, 1995. p. 94-118.

MARENGO, J. A. Vulnerability, impacts and adaptation (VIA) to climate change in the semi-arid region of Brazil. In: POPPE, M. K.; LEEUWESTEIN, J.; MAGALHÃES, A. R.; PERICO, A. C. S.; de OLIVEIRA, M. J. G. (Eds). *Brazil and climate change: vulnerability, impacts and adaptation*. Brasília, DF: Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Center for Strategic Studies and Management, 2009, p. 137-164.

NASCIMENTO, F. H. F.; GIULIETTI, A. M.; QUEIROZ, L. P. Diversidade arbórea das florestas alto montanas no sul da Chapada Diamantina, Bahia, Brasil. *Acta Bot. Bras.* v. 24, n. 3, p. 674-685, 2010.

NÓBREGA, M. A.; VILAS BOAS, A. M. Soil / Phytofisionomy relationship in Southeast of Chapada Diamantina, Bahia, Brazil. *International Journal of Geological and Environmental Engineering*. v. 14, n. 12, p. 348-356, 2020.

RAMOS, V. L. S. Geomorfologia. In: ROCHA, A. J. D.; COSTA, I. V. G. *Projeto Mapas Municipais: Município de Morro do Chapéu (Ba): informações básicas para o planejamento e administração do meio físico*. Salvador: CPRM, 1995. p. 88-93.

RIZZINI, C. T. *Tratado de Fitogeografia do Brasil: aspectos ecológicos*. São Paulo: HUCITEC, 1976.

ROCHA, A. J. D.; COSTA, I. V. G. *Projeto Mapas Municipais: Município de Morro do Chapéu (Ba): informações básicas para o planejamento e administração do meio físico*. Salvador: CPRM, 1995.

RODAL, M. J. N. Fitoecologia de uma área do Médio Vale do Moxotó, Pernambuco. *Dissertação de Mestrado (Mestrado em Botânica)*. Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 1984.

ROMARIZ, D. A. *Biogeografia: temas e conceitos*. São Paulo: Scortecci, 2012.

SANTOS, L. S.; SILVA, H. A.; PEREIRA, E. C.; SILVA, H. P. B. Variação da cobertura vegetal com ênfase na identificação de mancha de Cerrado em um perfil topográfico do semiárido pernambucano, Brasil. *Sociedade e Natureza*. v. 32, n. 1, p. 335-345, 2020.

SILVA, S. B. Vegetação. In: ROCHA, A. J. D.; COSTA, I. V. G. *Projeto Mapas Municipais: Município de Morro do Chapéu (Ba): informações básicas para o planejamento e administração do meio físico*. Salvador: CPRM, 1995. p. 127-136

SILVA, J. M. C.; TABARELLI, M.; FONSECA, M. T.; LINS, L. V. *Biodiversidade da caatinga: áreas e ações prioritárias para a conservação*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Universidade Federal do Pernambuco, 2003.

TEIXEIRA, L. P.; LUGHADHA, E. N.; SILVA, M. V. C.; MORO, M. F. How much of the Caatinga is legally protected? An analysis of temporal and geographical coverage of protected areas in the Brazilian semiarid region. *Acta Bot. Bras.* v. 35, n. 3, p. 473-485, 2021.

IMPACTO AMBIENTAL DE TRILHAS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: ESTUDO DE CASO DA APA SERRA DO GIGANTE EM ITAPURANGA / GO

*Gabrielle Rodrigues Cunha Silva
Vandervilson Alves Carneiro*

Introdução

Importante elo de aproximação, às trilhas em Unidades de Conservação (UC's), Áreas de Preservação Ambiental (APP's), Reservas e/ou Parques Ambientais, promovem a conexão do ser humano à natureza e como afirma Andrade (2004), a caminhada em trilhas tem sido uma das principais atividades do ecoturismo. Porém, sendo importante ressaltar que essas trilhas podem promover impactos ambientais interferindo na modificação da paisagem e nas relações sistêmicas do ambiente quando não são adequadamente manejadas (KROEFF; SILVA, 2010).

Deste modo, ao mesmo tempo em que promovem o contato com a natureza, essas trilhas sem planejamento e monitoramento são vetores potenciais de degradação, pois a visitação pode causar alteração do ambiente natural, desta forma fazem-se necessárias ações coordenadas de planejamento que assegure a viabilidade ambiental, assegurando assim, o menor impacto possível na área visitada.

Quando não há planejamento das trilhas, principalmente para atividades turísticas, podem ocorrer a utilização clandestina, assim como ressalta Riccomini *et al.* (2020), que as

implantações e realizações clandestinas de trilhas acarretam no turismo desordenado, ocasionando impactos adversos que vão desde a perturbações ambientais (fauna, flora e solos) a impactos econômicos, e salienta ainda que quando as trilhas são regulamentadas podem até mesmo gerar renda para os monitores ambientais e UC's.

Com esse pensamento, Teixeira e Michelin (2017), ressaltam que as UC's podem ser relevantes pontos turísticos visando à conservação e preservação dos recursos naturais, trabalhando de forma conjunta com os elementos da cultura local, e, sobretudo com inclusão das comunidades nesse processo. Assim, essa parceria pode ocasionar no crescimento econômico, valorização cultural e redução de danos ambientais, resultando na interação responsável e harmônica.

A crescente adesão ao ecoturismo e busca por interação com a natureza tem alavancado o turismo ambiental e a procura por diferentes UC's. As visitas nestes lugares proporcionam conhecimento, lazer e bem estar ao visitante, mas também são precursores de grandes problemas ligados aos impactos ambientais.

Barros e Leuzinger (2020) salientam que a falta de mapeamento e de conhecimento das potencialidades ambientais e sociais das UC's, dificultam a regulamentação acerca da visitação, impedindo o órgão gestor de definir as atividades que ali podem ser desenvolvidas.

E segundo Lobo e Simões (2009), são importantes compreender os impactos decorrentes das visitas e assim, implantar ações mitigadoras que visem monitorar e gerir os impactos ocasionados, garantindo as melhores condições ambientais das UC's. Sendo que os principais impactos

decorrentes das visitas são: impactos no solo; na flora e fauna; e nas águas (TEIXEIRA; MICHELIN, 2017). Diante de tal realidade, o presente trabalho objetivou-se em caracterizar os impactos ambientais e determinar os critérios de uso das trilhas das UC's denominada de Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra do Gigante em Itapuranga / GO.

Materiais e métodos

Descrição da área de estudo

A área proposta para estudo é conhecida por Serra do Gigante Adormecido (figura 1), a mesma é uma Área de Proteção Ambiental (APA) criada pelo decreto municipal n. 670 de 2017, situa-se no município de Itapuranga / GO e dista aproximadamente 18 quilômetros da cidade, possuindo 926,42 hectares e perímetro de 13.692,525 metros (ROSA, 2020). Apresenta clima tropical úmido e possui características definidas do bioma Cerrado como: Veredas, Cerrado Típico, Mata Seca e Mata de Galeria (BISPO; PADILHA; SILVA, 2017).

Segundo Bispo, Padilha e Silva (2017), ao norte da área apresentam altitude máxima de 960 m e mínima de 700 m a leste, em relação ao nível do mar. Apresentando trechos com inclinação de 45°, e relevo suavemente ondulado e predominância das classes de solos: Latossolo Vermelho-Amarelo e Cambissolo (BISPO; PADILHA; SILVA, 2017).

Figura 1: A Serra do Gigante Adormecido, Itapuranga / GO.



Fonte: Miranda, S. C. (2021).

Observa-se em toda sua extensão grande beleza cênica, com afloramentos rochosos cuja paisagem apresenta relevante potencial paisagístico, possuindo APP's, nascentes, cachoeiras e corredeiras com acesso por trilhas, com espécies florísticas endêmicas e outras ameaçadas de extinção. Sendo que a área da Serra do Gigante está incluída na Região Hidrográfica do Rio Tocantins-Araguaia, Sub-Bacia Hidrográfica do Rio das Almas, pertencente ao sistema de Aquífero Serra da Mesa e na microbacia hidrográfica dos rios Canastra e Uru (ROSA, 2020).

▪ *Procedimentos metodológicos*

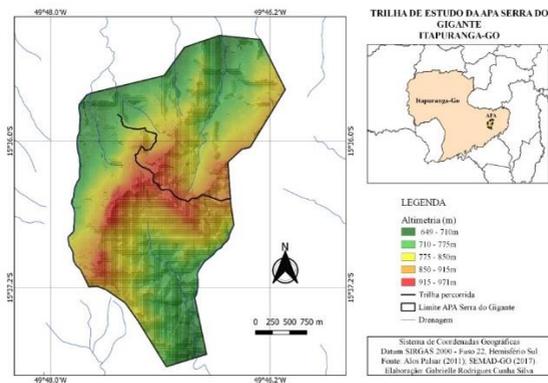
O estudo aqui proposto foi realizado na Unidade de Conservação APA Serra do Gigante que possui área de 926,42 hectares.

O método para elaboração deste estudo envolveu, a priori, a revisão bibliográfica a fim de obter maior embasamento teórico acerca do assunto aqui abordado. Para o mapeamento

das trilhas que cortam a área de estudo, foram utilizados os programas Google Earth e QGIS 3.16, sendo percorrido para este estudo, cerca de 7 quilômetros de trilhas. *In loco* foram feitos os levantamentos dos impactos das trilhas, utilizando máquina fotográfica digital e planilha de campo para registrar os pontos perturbados, ou seja, locais que apresentaram compactação de solo, erosão e presença de animais domesticados. As idas a campo foram realizadas durante o mês de junho e julho de 2021, totalizando 2 (duas) visitas técnicas para o levantamento dos impactos.

Além do levantamento em campo, buscaram-se informações junto a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento do Município de Itapuranga / GO, foi criado no Google Earth à rota de estudo e posteriormente esses dados foram cruzados com os dados dos limites da APA no software QGIS 3.16, elaborando assim o mapa demonstrativo da área de estudo e trilha estudada (figura 2).

Figura 2: Mapa hipsométrico e trilha de estudo na APA Serra do Gigante em Itapuranga / GO.



Elaboração: Gabrielle Rodrigues Cunha Silva (2021).

Resultados e discussão

A APA Serra do Gigante possui aproximadamente 926 hectares, com altitude variando de 659 a 981 metros, a Unidade de Conservação não possui plano de manejo para determinar quais atividades podem ou não funcionar dentro de seus limites. Possui diferentes trilhas ativas e inativas, sendo que a trilha delimitada para este estudo estende-se por cerca de 7 km, e atravessa a APA no sentido leste-noroeste, passando pelo que visualmente se entende pelo pescoço e barriga do Gigante Adormecido (figura 3). Essa trilha é classificada como linear, pois o visitante sai de um ponto a outro e retorna ao primeiro pelo mesmo caminho, o que segundo IF (2008), tem por objetivo conectar o caminho aos pontos de visitação.

Figura 3: Visão da APA Serra do Gigante em Itapuranga / GO.



Fonte: Rosa (2020).

Apesar da trilha aqui trabalhada ser pouco frequentada atualmente, a mesma apresenta grande potencial turístico por transitar em pontos de grande beleza e por diferentes composições paisagísticas (figura 4), o que corrobora com Barcelos (2018), que afirma que o Brasil possui expressivo potencial ecoturístico devido sua alta biodiversidade e beleza cênica particular de cada bioma.

O IF (2008) afirma que desde 1985 se praticava o turismo ecológico (ecoturismo) no Brasil, e com o passar do tempo podemos ver as trilhas cada vez mais ligadas ao ecoturismo, e apesar de seu cunho cultural ser ligado ao deslocamento, aos poucos seu foco foi se moldando passando ao intuito de contemplação dos ambientes naturais, esportes e recreação (IF, 2008; EISENLOHR, 2013). Sendo importante ressaltar que apesar de sua representatividade positiva aos visitantes, esse contato pode ocasionar amplos problemas ambientais.

Sendo um dos impactos ligados ao ecoturismo mais citado, os impactos no solo geram grandes problemas ambientais e são em sua maioria, decorrentes das caminhadas feitas pelos visitantes, atividades estas, que ocasionam a compactação, diminuição da capacidade de infiltração, maiores probabilidades de erosão e perda da camada orgânica do solo (LOBO; SIMÕES, 2009; ANDRADE, 2004).

Figura 4: Paisagens da APA Serra do Gigante.



Fonte: Gabrielle Rodrigues Cunha Silva, 2021.

Situação que pôde ser observada em diferentes pontos da trilha estudada, que apesar de ser pouco usada, ainda apresenta os impactos causados pelo pisoteio e pelo adentramento de estradas para locomoção dos proprietários locais, ocasionando problemas como compactação do solo e em alguns trechos iniciais da trilha até mesmo a erosão (figura 5). Deste modo fica notório que tal atividade ocasiona a alteração física, química e biológica do solo em locais de interação antrópica. Tendo a área mais afetada, a superfície a partir de um metro de cada lado da trilha (ANDRADE, 2003).

Figura 5: Estradas compactadas e início de erosões na APA Serra do Gigante.



Fonte: Gabrielle Rodrigues Cunha Silva, 2021.

Degradação similar também pode ser detectada nos trechos finais da trilha, em local de formação florestal. As trilhas nesse ambiente sofrem considerável modificação da paisagem, dando lugar às pastagens, e trilhas com severas erosões, assoreamento e raízes expostas (figura 6). Cabe ressaltar que a APA só foi constituída como tal em 2017 assim, os donos das propriedades locais sempre usaram toda extensão de suas terras para a criação de gado e para agricultura de subsistência, o que explica a presença de pastagens com espécies invasoras, pequenas clareiras e trieiros em diferentes pontos da APA. Andrade (2004), ainda afirma que o impacto direto no solo das trilhas por meio de pisoteio leva a exposição das raízes das árvores podendo ocasionar doenças e quedas das mesmas, menor capacidade de retenção de ar e água, ocorrendo ainda os

processos erosivos, uma vez que a água desloca livremente carregando grande parcela de partículas, e por fim, se tem a inviabilidade de espécies vegetais e animais de estabelecerem nesse ambiente.

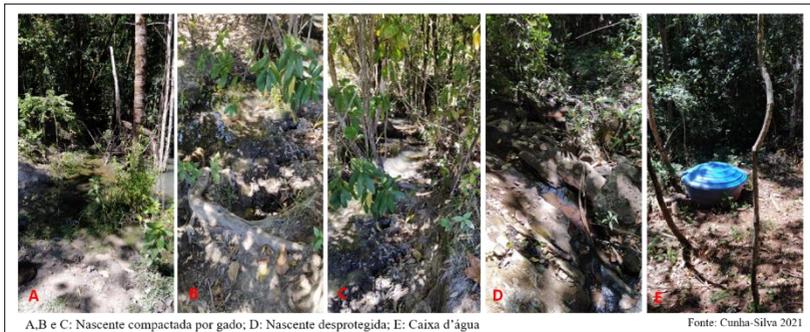
Sendo também possível averiguar o pisoteio de nascentes pelos bovinos e a captação de água de nascentes sem cercamentos para proteção (figura 7). Situação que ocorre devido os proprietários de terras que hoje integram a APA, continuam utilizando de toda a extensão de suas propriedades da mesma maneira de antes da criação da APA. E segundo informações fornecidas pela Secretaria do Meio Ambiente do Município de Itapuranga, desde que foi criada, a unidade de conservação não passou por fiscalização e nem notificação dos proprietários sobre as atividades permitidas e/ou suspensas de serem realizadas dentro da APA Serra do Gigante.

Figura 6: Trilha compactada com erosão e exposição de raízes na APA Serra do Gigante.



Fonte: Gabrielle Rodrigues Cunha Silva, 2021.

Figura 7: Nascentes degradadas na APA Serra do Gigante.



Fonte: Gabrielle Rodrigues Cunha Silva, 2021.

É importante lembrar que as nascentes são importantes no abastecimento dos cursos d'água e promovem o equilíbrio hidrogeológico e ecossistêmico e nesse caso, de grande valor para a unidade de conservação, e principalmente para a propriedade rural, uma vez que a maioria delas pode fornecer água o ano todo, mesmo em períodos secos, além disso, são responsáveis no abastecimento de cursos d'água maiores. Para Castro, Lima e Lopes (2007), essas áreas são de grande importância devendo ser tratadas de forma especial.

Sobretudo é importante salientar que a recuperação de áreas degradadas de forma natural pode levar centenas de anos e por meio de intervenção são morosas e de alto custo e com baixas garantias de sucesso (LOBO; SIMÕES, 2009).

Desde modo, as condições encontradas em boa parte da trilha da APA Serra do Gigante neste estudo, nos leva a concordar com o IF (2008), que salienta sobre a necessidade de

se ter um maior cuidado ao implantar e utilizar as trilhas, uma vez que o impacto sobre uma espécie automaticamente interfere nas demais, afinal, todas fazem parte do mesmo ecossistema.

Considerações finais

Diante das fragilidades do relevo encontradas neste estudo, se faz necessário à construção de um Plano de Manejo para a APA Serra do Gigante (Itapuranga / GO), que vise um trabalho conjunto, mantendo diálogo coerente entre proprietários das áreas privadas, gestão municipal e da unidade de conservação. Bem como definir metas e medidas mitigadoras que visem minimizar os processos de degradação ali encontrados e que possam surgir no futuro, uma vez que a área tem muito potencial para implementar trilhas para visitação, assim como outras atividades. Havendo assim, a necessidade de maior cuidado ao implantar e/ou reativar as trilhas, uma vez que tal ação pode interferir de forma inter e intraespecífica sob as espécies daquele ecossistema.

Vale ressaltar que apenas uma pequena parcela da APA foi analisada neste estudo, o que leva a necessidade de estudos mais aprofundados para se obter uma métrica real dos efeitos das visitas nas trilhas constituídas da Serra do Gigante.

Referências

ANDRADE, W. J. Implantação e manejo de trilhas. In: MITRAUD, S. W. (org.). *Manual de ecoturismo de base comunitária: ferramentas para um planejamento responsável*. Brasília: WWF-Brasil, 2004, p. 247-259.

BARCELOS, D. C. *Efeitos da atividade turística sobre a fauna de mamíferos terrestres em um parque nacional brasileiro*. 2018. 93 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia) -Programa de Pós-Graduação em Ecologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

BARROS, L. S. C.; LEUZINGER, M. D. Turismo de base comunitária e os desafios para sua implementação em unidades de conservação. *Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas (UNIFAFIBE)*, Bebedouro, v. 8, n. 2, p. 112-135, 2020.

BISPO, A. F.; PADILHA, R. C.; SILVA, U. R. Estudo técnico para formalização do processo de criação da unidade de conservação - área de proteção ambiental Serra do Gigante (2017). Disponível em: <<https://portal.meioambiente.go.gov.br/unidadeconservacao/unidadeConservacaoVisualiza.secima>>. Acesso em: 17/07 de 2021.

CASTRO, P. S; LIMA, F. Z.; LOPES, J. D. S. *Recuperação e conservação de nascentes*. Viçosa: CPT, 2007.

EISENLOHR, P. V. *et al.* Trilhas e seu papel ecológico: o que temos aprendido e quais as perspectivas para a restauração de ecossistemas?. *Revista Hoehnea*, São Paulo, v. 40, n. 3, p. 407-418, 2013.

KROEFF, L. L.; SILVA, T. M. Relações entre uso, degradação e variáveis hidrogeomorfológicas nas trilhas ecoturísticas do

Parque Nacional da Serra dos Órgãos. *Revista de Geografia*, Recife, v. 27, n. 3, p. 259-276, set. 2010.

LOBO, A. C.; SIMÕES, L. L. (Org.). *Manual de monitoramento e gestão dos impactos da visitação em unidades de conservação*. São Paulo: Secretaria de Meio Ambiente / Fundação Florestal, 2009.

RICCOMINI, B. R. *et al.* Proteção da biodiversidade em áreas privadas: um estudo de caso sobre trilhas clandestinas. *Ibero-American Journal of Environmental Sciences*, Aquidabã, v. 11, n. 5, p. 566-577, ago. 2020.

ROSA, D. A. *Potencialidade paisagística da Serra do Gigante em Itapuranga / GO*. 2020. 103 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

SÃO PAULO. Instituto Florestal (IF). *Manejo de trilhas: um manual para gestores*. São Paulo: Instituto Florestal, 2008.

TEIXEIRA, P. R., MICHELIN, R. L. Mapeamento dos indicadores de impacto ambiental e manejo na trilha do Parque Nacional do Viruá - Roraima. *Turismo: Visão e Ação*, Balneário Camboriú, v. 19, n. 2, p. 270-291, 2017.

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO LAJEADO EM CAMPO GRANDE/MS

*Regina Maria de Oliveira Scatena da Silva
Maria do Socorro Ferreira da Silva
Vicentina Socorro da Anunciação*

Introdução

O modelo desenvolvimentista de uso e ocupação do território, principalmente, a partir das revoluções industriais dos séculos XIX e XX, tem refletido em vários impactos socioambientais e comprometido à conservação da biodiversidade em várias escalas geográficas. Nesse sentido, a proteção dos recursos naturais torna-se uma questão prioritária para a conservação das espécies de flora e fauna associadas aos fatores físicos.

A criação e implementação de Áreas Protegidas (APs), têm sido uma das principais estratégias para a conservação dos biomas brasileiros com base no uso sustentável dos recursos naturais com vistas para a manutenção da biodiversidade biológica e genética no território nacional e nas águas jurisdicionais, bem como da proteção das espécies ameaçadas de extinção (BRASIL, 2000).

O Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), Decreto Nº 5.758/2006, conceitua APs como àquela cujo propósito é a proteção e/ou conservação da biodiversidade para cada bioma, os ecossistemas e as paisagens, sendo, as UCs

um subconjunto dessas áreas, assim como as Terras Quilombolas (TQ) e as Terras Indígenas (TI). Essas APs são reconhecidas como instrumentos eficazes para a conservação da diversidade biológica e sociocultural, respeitando as especificidades e restrições das categorias do SNUC, TIs e TQs, através da valorização dos aspectos éticos, culturais, estéticos e simbólicos da conservação da natureza (BRASIL, 2006).

A criação de Unidades de Conservação (UCs) passou a ser regulamentada pela Lei 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), definindo-as como:

"espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público", dessa forma, seu objetivo é a conservação através de limites definidos, buscando garantir a proteção, implementação e gestão de UCs, em todo o território nacional (BRASIL, 2000).

São referências para a criação de UCs, as áreas dotadas de remanescentes dos biomas brasileiros e as áreas prioritárias para conservação, utilização sustentável e a conservação da biodiversidade. Assim, o SNUC (BRASIL, 2000), divide as UCs em dois grupos com categorias diferenciadas, a saber:

a) Unidades de Proteção Integral (UPI), cujo objetivo é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, composto por cinco categorias: Estação Ecológica (ESEC); Reserva Biológica (REBIO); Parque Nacional (PARNA); Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre;

b) Unidades de Uso Sustentável (UUS), cujo objetivo é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais, tais como fauna, flora, solo e recursos hídricos. Esse grupo abrange sete tipos distintos: Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE); Florestas Nacionais (FLONA); Reservas Extrativistas (RESEX); Reservas de Fauna; Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS); Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN); e, Área de Proteção Ambiental (APA).

Assim, objetivando recuperar, proteger e conservar os mananciais que abastecem o município de Campo Grande/MS, formados pela bacia Córrego Lajeado, a fim de assegurar sua qualidade e quantidade vista tamanha importância desse manancial, foi criada uma UC de Uso Sustentável com potencial hídrico de singular relevância, que contribui com 17% da captação de água que abastece o município de Campo Grande.

Contudo, essa APA encontra-se fortemente ameaçada devido aos usos inadequados dos recursos naturais, colocando em risco os fragmentos florestais de cerrado e demais recursos biofísicos. Os usos quando realizados de forma inadequada acarretam impactos socioambientais, como: desmatamento; processos erosivos; assoreamento dos corpos hídricos; aterramento de nascentes; disposição inadequada de resíduos sólidos; dentre outros, comprometendo a sua conservação. Ademais, identificar os atores e os conflitos que tornados visíveis possibilitem a proposição de usos e manejos que vão de encontro a sua finalidade.

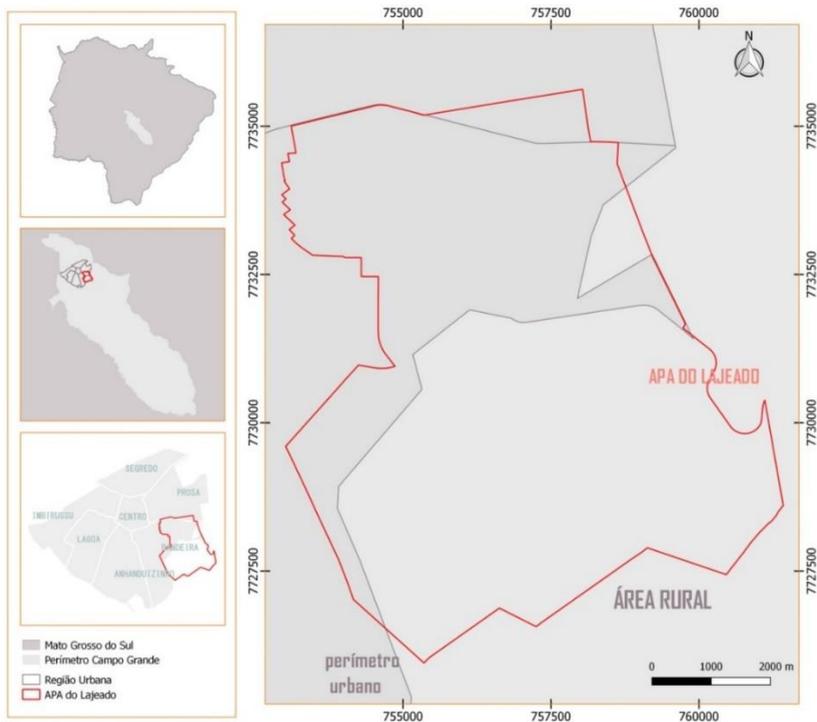
A APA dos Mananciais do Córrego do Lajeado, objeto empírico desta pesquisa, localiza-se em Campo Grande/MS (Figura 1). Instituída pelo Decreto Municipal de nº 8.265, de 27 de julho de 2001, essa UC apresenta uma área de 52,37 km², e

um território caracterizado pela ocupação urbana e rural (CAMPO GRANDE, 2012). Essa unidade de singular importância hídrica necessita ter a proteção dos ecossistemas, das espécies raras e ameaçadas de extinção, do solo, das várzeas e demais atributos naturais que resguardem a conservação e qualidade ambiental da bacia hidrográfica do Lajeado.

Sua criação teve a finalidade de: a) recuperar, proteger e conservar os mananciais de abastecimento público formados pela bacia do Córrego Lajeado, para que seus recursos hídricos tenham assegurados, de forma sustentável, a sua quantidade e qualidade; b) proteger seus ecossistemas, as espécies raras e ameaçadas de extinção, o solo, assim como as várzeas e demais atributos naturais que possam ser considerados relevantes para a melhoria e conservação da qualidade ambiental da bacia; c) promover programas, projetos e ações de gestão e manejo da área que contribuam com a sustentabilidade econômica e social de atividades e empreendimentos compatíveis com suas finalidades (CAMPO GRANDE, 2012).

Explorada inicialmente pela SANESUL (Empresa de Saneamento do Estado de Mato Grosso do Sul) que foi a responsável pela construção do reservatório e pela implantação do sistema de captação e adução de água até a zona urbana, em 1985 (CAMPO GRANDE, 2012). Atualmente, os corpos hídricos são utilizados pela concessionária de saneamento básico municipal, Águas Guariroba S.A, que realiza a captação de água para o sistema de abastecimento de água municipal [correspondente a 17%] (ÁGUAS GUARIROBA, 2019).

Figura 5 - APA do Lajeado em Campo Grande/MS



Fonte: SISGRAN, 2019. Elaborado por SILVA, R. M. O. S.

Para o desenvolvimento da pesquisa vários questionamentos foram levantados como: a) Quais os atores sociais e os tipos de conflitos socioambientais que dificultam a gestão da APA pesquisada? b) A existência de instrumento de gestão ambiental, como o Plano de Manejo, tem garantido a conservação da APA Lajeado? Como se configuram as dimensões política, cultural, socioeconômica e ambiental considerando os usos atribuídos ao território da APA? c) É possível sugerir melhorias que contribuam para a elaboração de políticas públicas para a gestão ambiental da APA pesquisada?

Nesse viés, a pesquisa teve como objetivo geral analisar os conflitos socioambientais na APA do Lajeado. E como objetivos específicos: a) investigar os atores sociais e os tipos de conflitos socioambientais que dificultam a gestão ambiental da APA; b) examinar as dimensões política, cultural, socioeconômica e ambiental a partir dos usos atribuídos aos territórios das UCs; c) sugerir estratégias que possam contribuir para a elaboração de políticas públicas para a gestão ambiental da APA do Lajeado.

Metodologia

A APA do Lajeado tem seu território inserido parte no perímetro urbano e parte no rural do município de Campo Grande/MS. No urbano, se insere em duas regiões: Regiões Urbanas do Bandeira e Região Urbana do Prosa, (esse, em uma pequena porção ao sul). Compreendem quatro bairros (Bairro Maria Aparecida Pedrossiam, Bairro Tiradentes, Bairro Rita Vieira, Bairro Noroeste e seus respectivos parcelamentos).

Os procedimentos metodológicos adotados para a realização da pesquisa foram: o levantamento bibliográfico e documental; a pesquisa de campo; o diálogo com moradores locais; o mapeamento com o uso de imagens satélites; e, a organização, tabulação, análise e interpretação das informações.

O levantamento bibliográfico compreendeu a consulta de livros e artigos científicos sobre a temática abordada. Para o levantamento documental, o Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental dos Mananciais do Córrego Lajeado – APA do Lajeado (2009-2012-2018), diagnósticos ambientais, documentos científicos e legislações aplicáveis, sites oficiais sobre os impactos socioambientais que interferem diretamente na conservação da APA do Lajeado. Essas informações fundamentaram a identificação e categorização dos conflitos ambientais da área de estudo.

No primeiro momento a identificação da área da APA pesquisada foi realizada pela malha urbana de Campo Grande em *shapes* disponíveis no site SISGRAN da Prefeitura Municipal de Campo Grande (2019), através do *software* livre Qgis, versão 2.18.10, foram utilizadas camadas como Perímetro de Campo Grande (urbano e rural), Regiões Urbanas, Bairros, Parcelamentos, Bacias Hidrográficas, APA do Lajeado (perímetro), Hidrografia, Nascentes e Zoneamento que foi elaborado a partir do Plano de Manejo (CAMPO GRANDE, 2012) (Figura 2).

Com o território mapeado virtualmente sobre a imagem do Google Satélite®, foram identificados vinte pontos principais que compreendem as áreas próximas as nascentes da APA do Lajeado, passíveis de maiores impactos ambientais. Na identificação, córregos como: Estribo, Lageado e Lageadinho. Das nascentes extraídas dos *shapes* disponíveis no SISGRAN

(2019), foram identificadas nove no total, seis localizam-se no perímetro urbano, no Córrego Estribo e, três no perímetro rural, sendo um no córrego Lageado e dois no Lageadinho (SISGRAN, 2019).

O levantamento em campo compreendeu o registro fotográfico e análise dos vinte pontos identificados, dois deles em Zona Especial de Interesse Urbanístico (ZEIU), dez em área urbana, junto a áreas de maior adensamento, sendo, dois deles situados em ETE (Estação de Tratamento de Esgoto das Águas Guariroba), o restante, oito pontos, em área rural, onde se localizam o Aeroporto Santa Maria e propriedades da zona rural.

A pesquisa de campo foi realizada a partir de visitas prévias para o reconhecimento da APA, considerando os aspectos socioambientais relevantes por ser tratar de uma UC. No segundo momento, ocorreram visitas ao local para a caracterização dos aspectos de uso e ocupação do solo, capazes de gerar possíveis conflitos socioambientais.

A realização de diálogos junto à população local, na visita de campo, a fim de identificar os atores envolvidos e tipos de conflitos quanto ao uso, apropriação e controle do território em análise. O exame das dimensões desses conflitos e seu enquadramento em político, cultural, socioeconômico, ambiental e jurídico; e, conforme definido pela metodologia de Santos (2007), em latente, manifesto e explícito.

A participação de reunião do Conselho Gestor da APA, contribuiu para identificar os usos e conflitos que foram enquadramentos conforme acima definidos. Ademais, a análise de progressão temporal através de imagens satélites, a fim de compreender os passivos existentes como área de supressão vegetal ou modificação da vegetação existente do período da

constituição da APA até período atual. A elaboração do Mapa de Zoneamento identificando os usos e ocupação da APA do Lajeado (realizada entre o cruzamento dos Mapas de Uso e Cobertura do Solo e de Cobertura Vegetal do Plano de Manejo de 2012).

A identificação dos 20 Programas Ambientais, definidos no Plano de Manejo da APA do Lajeado (CAMPO GRANDE, 2012) para cada zona e conflitos decorrentes da sua implantação ou ausência dela, foi trazida para o quadro síntese (Quadro 1), sendo:

P1. Programa de Integração Institucional; P2. Programa de Fiscalização; P3. Programa de Demarcação da APA do Lajeado; P4. Programa de Estruturação Econômico-Financeira; P5. Programa de Regularização de Reservas Legais; P6. Programa de Delimitação e Cercamento de Áreas de Preservação Permanente; P7. Programa de Recuperação de Áreas de Preservação Permanente e da ZPE; P8. Programa de Boas Práticas Agrícolas; P9. Programa de Recuperação, Conservação e Restrições à Implantação de Estradas Vicinais; P10. Programa de Educação Ambiental; P11. Programa de Gestão do Uso e da Qualidade dos Recursos Hídricos; P12. Programa de Monitoramento de Cargas Difusas; P13. Programa de Monitoramento dos Usos com Elevado Potencial de Contaminação; P14. Programa de Conservação e Monitoramento da Fauna; P15. Programa de Gerenciamento de Passivos Ambientais; P16. Programa de Contenção da Expansão Urbana; P17. Programa de Arborização Urbana e Paisagismo; P18. Programa de Atendimento a Emergências Ambientais; P19. Programa de Adequação e Recuperação da Drenagem Pluvial das Áreas Urbanizadas; P20. Programa de Implantação de Rede Coletora de Esgoto na Área Urbanizada.

Como resultado a identificação da problemática foi organizado um quadro síntese e o mapeamento dos usos do solo urbano e rural dentro do perímetro da APA do Lajeado. A interpretação e análises das informações permitiram apresentação de estratégias que busquem sensibilizar os moradores e gestores da APA quanto a importância da conservação dessa UC, especialmente com sugestões voltadas para a Educação Ambiental (EA) crítica, com vistas para a gestão participativa na APA, junto as escolas, moradores locais e a população de Campo Grande atendida pelo manancial, a fim de assegurar que o recurso hídrico permaneça disponível através do uso consciente da APA, pela minimização ou seção dos impactos provenientes da utilização inadequada dos recursos, amortecendo os impactos ou mitigando, quando necessário.

Concepções dos Conflitos Socioambientais em Unidades de Conservação

A partir da instituição do SNUC, em 2000, surgem novos desafios e questionamentos quanto à compreensão, a criação, gestão e implementação das UCs. Nesse aspecto, são inúmeras as indagações quanto às finalidades dessas Áreas Protegidas que surgem da própria população que se vê afetada diretamente demandando por melhoria na condição de vida, em que a "mera preservação não gera riqueza, trabalho, renda, habitação e serviços necessários para alcançar as melhorias desejadas" (BECKER, 2012). Ainda, a busca generalizada pela expansão do crescimento econômico, a partir da apropriação, controle e uso dos recursos naturais no mercado globalizado, com reflexo no Brasil. Havendo desse modo, a necessidade de avançar para a

sustentabilidade e promoção da inclusão social nesses espaços territoriais legalmente protegidos.

Autores como Medeiros e Young (2011), entendem como primordial a compreensão do papel que as UCs representam para o país, em que parte do crescimento nacional se deve a disponibilidade de recursos naturais dentre eles, as terras férteis, água, recursos florestais e minerais. Os autores defendem que as UCs não são espaços protegidos intocáveis, e esgotáveis no tempo e no espaço, sendo imprescindível sua adequada gestão.

Bensusan (2006) reforça que não somente a correta seleção das áreas para o estabelecimento das UCs é de fundamental importância para a eficiência da conservação da biodiversidade, em todas as esferas do governo, mas a realização de uma análise mais local dessas Áreas Protegidas, levando em conta aspectos relevantes, muitas vezes negligenciados, como a proteção de nascentes.

Essa autora analisa a falta de embasamento ecológico que considere o conjunto total de AP existentes e de ecossistemas a serem protegidos, ou seja, os "parâmetros como a representatividade das amostras abarcadas pelas unidades, a conectividade entre as áreas o uso dos recursos naturais nas circunvizinhanças" (BENSUSAN, 2006, p. 24-25). Ressalta ainda, que para cada local, haveria um cenário de conservação apropriado e dependente de fatores ecológicos e sociais, além da possibilidade do estabelecimento de diversas categorias de UCs, e de um zoneamento interno que levasse em conta tanto zonas de proteção estrita quanto zonas de múltiplos usos.

Nessa direção, a criação, gestão e implementação de UCs, quando não contemplam os diversos grupos envolvidos em sua elaboração e manejo, fazem surgir conflitos envolvendo

dimensões ecológicas, sociais, políticas, geográficas, culturais e jurídicas (LITTLE, 2001; ACSELRAD, 2004; BENSUSAN, 2006; SILVA, 2013).

Para melhor compreensão Little (2001) enquadra os conflitos socioambientais como aqueles decorrentes das disputas entre grupos sociais derivados dos distintos tipos de relação que eles mantêm com seu meio natural. Nesse conjunto de atores sociais envolvidos, cada um com sua forma própria de adaptação, ideologia e modo de vida, acabam entrando em choque com a forma dos outros grupos utilizarem o mesmo espaço, dando a dimensão social do conflito socioambiental. O autor classifica os conflitos sobre três óticas, não sendo estanques, mas norteadoras, sendo o primeiro, os conflitos em torno do controle dos recursos naturais; o segundo, em torno dos socioimpactos ambientais gerados pela ação humana e natural; e, por último, os conflitos relacionados aos usos dos conhecimentos ambientais.

Acselrad (2004) define conflitos ambientais, como decorrentes do envolvimento de grupos sociais com distintas maneiras de apropriação, uso e significação do território, sendo que "pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas que praticam prejudicadas ou ameaçadas pelos impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos" (ACSELRAD, 2004, p.16).

Para Bensusan (2006), o surgimento de conflitos decorrentes da criação das UCs se relaciona aos aspectos socioculturais, especialmente quando desalojam as comunidades locais, as quais contribuem no processo da conservação da biodiversidade, restringindo-as de continuarem usando os recursos naturais dessas áreas. A pressão do uso sobre essas

áreas e seus recursos naturais, nem sempre bem protegidos, desafia a gestão da área que é protegida em relação as áreas circunvizinhas, com regimes diferentes e divergentes em muitos casos, mas dependentes dela. Ademais, a limitação de recursos financeiros e humanos para gestão das UCs é outro fator relevante que dificulta e/ou impede a conservação desses espaços.

Nas análises de Little (2001) quando os conflitos ambientais se dão em torno do controle sobre os usos dos recursos naturais, se enquadram sobre distintas dimensões. Assim, adquirem a dimensão social, expressa através dos grupos que passam a disputar a utilização dos recursos naturais sobre o qual possuem algum conhecimento e/ou tecnologia; a dimensão geográfica, que está ligada a terra como um território de moradia ou vivência de grupos humanos que reivindica o uso sobre esse território detentor de recursos naturais, nesse sentido, adquire dimensão política, social e jurídica.

Assim, quando esses conflitos ocorrem em torno dos impactos que são gerados pela ação humana sobre a natureza podem ser negativos como a contaminação do meio ambiente, esgotamento dos recursos naturais e a degradação dos ecossistemas, com influência econômica e ambiental, acima de tudo. Sob o aspecto ambiental, há a perda da biodiversidade, cuja fauna e flora que são marcadas por altas taxas de destruição por meio dos processos de desmatamento e de extinção de espécies animais, podendo levar ao esgotamento de alguns recursos naturais, como os lençóis freáticos (LITTLE, 2001).

Esse autor considera que cada conflito tem seus ambientes naturais particulares, seus atores sociais e seus próprios nós de conflito. Para uma análise dos conflitos, o ponto de partida seria uma contextualização ambiental, geográfica e histórica, com

distintas formas de produção dos grupos sociais, através da adoção de três procedimentos: 1) a identificação e análise dos principais atores sociais envolvidos no conflito, com base nos seus interesses econômicos e socioambientais; 2) a identificação e a análise dos principais agentes envolvidos no conflito, sendo o elemento passivo; 3) a análise sintética e global do conflito específico. Considera a importância de se fazer uma análise das relações sociais, políticas e econômicas entre os atores sociais envolvidos no conflito, e a identificação dos impactos ambientais existentes ou potenciais. A partir daí, a busca de resolução socioambiental por meio de políticas públicas e diversas estratégias e táticas políticas (LITTLE, 2001).

Para uma análise dos conflitos, Santos (2007), apresenta o enquadramento dos conflitos sob três níveis: latentes, manifestos e explícitos. No primeiro, os conflitos são encobertos por mecanismos socioculturais não sendo apresentados, socialmente, como conflitos; no segundo, há uma exposição social, mas sem a devida força política que o enquadre como tal; e o terceiro, em que há a exposição social e adquire força política que o enquadre na pauta socioambiental. Para esse autor, "a explicitação de conflitos latentes é fundamental no processo de questionamento e mudança – ainda que esta tenha que ser mais arrojada nos próximos anos – de postura política frente à degradação dos recursos ambientais" (SANTOS, 2007, p. 81-82).

Dessa forma, a preocupação do planejador junto as APAs foi manter o uso e ocupação desse território com o manejo dos recursos naturais de forma adequada e com a gestão compartilhada e participativa. O Plano de Manejo, criado pela Lei 9.985/2000, é o instrumento técnico sobre o qual se estabelece o zoneamento que regula o uso da terra e dos recursos

naturais, bem como todo aparato físico que subsidie a gestão da APA, sendo áreas sob o domínio público e privado, nas quais o Estado tem poderes limitados dentro dos princípios constitucionais que garantem o direito à propriedade privada e sua função social (BRASIL, 2000).

Logo, a categoria Área de Proteção Ambiental (APA), objeto de estudo dessa pesquisa, constitui o grupo das UCs de Uso Sustentável, sendo classificada como uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (BRASIL, 2000).

Resultados e Discussão

A gestão da UC está centrada no Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental dos Mananciais do Córrego Lajeado. Entretanto, não adianta um instrumento de gestão ambiental se os principais envolvidos não fizerem uso desse instrumento na aplicação da política pública municipal ou se as formas de uso e ocupação do solo não seguirem os princípios norteados para a conservação desse espaço.

Sob esse aspecto, estabelecer um conjunto de diretrizes de uso incorporadas ao Zoneamento Ambiental proposto, consolidadas na forma de Programas Ambientais, que estabelece diretrizes dos usos e ocupação adequados, a fim de, recuperar ambientalmente a UC. A princípio, a gestão da APA deveria

focar nos 20 programas estabelecidos pelo Plano de Manejo. Igualmente, é necessária a fiscalização por parte da população e de órgãos como, Ministério Público Estadual, quanto à apropriação, controle e uso inadequado desse território, bem como, sensibilizar quanto ao uso através de uma EA crítica e participativa que coloque a questão socioambiental como pauta do dia nas dimensões ecológicas, sociais, políticas, geográficas, culturais e jurídicas.

Nesse aspecto, o Plano de Manejo, é crucial para a captação de recursos financeiros para programas de preservação e conservação das APAs, tem na formulação detalhada da área, seus aspectos ambientais, sociais e econômicos, com base para o zoneamento ambiental (ZA)¹ – a partir das subdivisões mapeadas na área de acordo com suas características, fragilidades e possibilidade de desenvolvimento de atividades econômicas com o estabelecimento de um conjunto de diretrizes de uso incorporadas ao ZA proposto bem como diretrizes programáticas consolidadas na forma desses Programas Ambientais. Ademais, o gerenciamento da APA, garantindo o uso sustentável dos recursos naturais, além de obter informações para tornar as ações de conservação mais eficientes (CAMPO GRANDE, 2012).

Nesse aspecto, o Zoneamento Ambiental – ZA, que identifica as características dos componentes físicos, bióticos e sociais, os problemas e eventuais conflitos e pressões, nos

¹ Zoneamento Ambiental serve como instrumento de apoio e orientação à gestão das APA e demais categorias de UCs, constituindo estratégia para construção de um cenário futuro desejável para a recuperação e preservação dos recursos naturais da APA do Lajeado. Com o objetivo principal de assegurar a sustentabilidade em quantidade e qualidade dos recursos hídricos utilizados no abastecimento público da cidade de Campo Grande (CAMPO GRANDE, 2012).

fornece orientações e normas gerais e de disciplinamento do uso dos recursos ambientais bem como do uso e ocupação do solo no território delimitado. Assim, Áreas das ZAs na APA do Lajeado foram definidas de acordo com necessidades de proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais e o desenvolvimento sustentável e enquadradas em: Zona de Conservação e Desenvolvimento das Atividades Urbanas - ZCDAU, com 1.376 ha (26%); Zona de Controle da Expansão Urbana – ZCEU, com 614 ha (12%); Zona de Conservação e Desenvolvimento das Atividades Agrícolas – ZCDAA, com 2.099 ha (40%); Zona de Proteção Estratégica – ZPE, com 1.140ha (22%) (CAMPO GRANDE, 2012); Zona de Transição Perimetral – ZTP 407ha. Nesse sentido, o Zoneamento Ambiental da APA do Lajeado foi dividido em cinco tipos de zonas das quais puderam ser classificadas a partir dos tipos de conflitos em latente; manifesto; e explícito (Quadro 1).

Pelo zoneamento e usos do solo urbano, territorialmente, dos 52,37 km² da APA do Lajeado, 34% da sua área total apresentam inseridas dentro do atual perímetro urbano municipal, com usos classificados em: área verde pública, comércio (local) e serviços (atacado e varejo, prestação de serviço (postos de gasolina, serviços automotivos de pneus e autopeças, hotéis e motéis, transportadoras, estabelecimento de ensino, saúde e uso religioso, etc.), residencial unifamiliar (isolado), residencial multifamiliar (não isolado), misto (dois usos ou mais), industrial (médio e grande porte), além dos usos especiais (subestação elétrica, reservatório da Água Guariroba, Captação Lajeado, clube de lazer, haras, AGESUL, asilo e centro de assistência social, pesque e pague, etc.), e os vazios urbanos (terra sem ocupação) (CAMPOGRANDE, 2012). A Figura 2, apresenta os usos e cobertura do solo na APA.

O restante representa os 66% de áreas rurais, com predomínio de padrão de uso de campos e pastagens (aproximadamente 80% do total, com áreas de pasto para pecuária - campo antrópico), vegetação natural (15%, compreendendo: Cerrado, Cerradão, Mata Ciliar, Áreas Úmidas e Veredas) e áreas de uso especiais (estações de tratamento, poços artesianos, telecomunicações, cemitérios, instalações militares, instalações aeroportuárias e ferroviárias, terminais rodoviários e de transbordo, casas de detenção, penitenciárias e presídios, usinas de resíduos, estádios, agropecuária, parque de exposições, centrais de abastecimento, bem como clubes de lazer, chácaras para locação e entidades assistenciais com área superior a 2 hectares), o aeroporto Santa Maria (2%). A vegetação natural é composta por Cerrado, Cerradão, Mata Ciliar, Áreas Úmidas e Veredas (CAMPO GRANDE, 2012).

Os passivos identificados nas áreas pesquisadas, a partir de levantamento de campo, entre maio e junho de 2019, corroboram aos já identificados no Plano de Manejo (CAMPO GRANDE, 2012, p. 149), relacionados quanto aos usos e cobertura do solo. Esses passivos foram divididos em nove categorias, que receberam registro fotográfico de campo nas áreas urbano e rural, sendo: 1) Erosão laminar e em sulcos; 2) Assoreamento curso d'água; 3) Assoreamento de nascente e alagadiço; 4) Assoreamento e soterramento da vegetação de APP; 5) Deposição de resíduos sólidos/entulho; 6) Contaminação por efluentes e resíduos; 7) Lançamento de esgoto em nascente; 8) Lançamento de esgoto em cursos d'água; 9) Unidades de apoio não recuperadas.

Esses passivos foram avaliados e na medida do possível buscou-se a localização das áreas para levantamento que confirmasse sua situação atual. No tocante a vegetação, o

cerrado na região apresenta fitofisionomias típicas do bioma, contém fisionomias dos tipos savânicos, campestres e florestais. No município de Campo Grande há predominância de áreas antropizadas para atividades agropastoris, em 70% (CAMPO GRANDE, 2012).

As principais formas vegetais identificada segundo levantamento do Plano de Manejo (2012), totalizando cinco pontos estratégicos dentro do ZA, são: Cerrado *stricto sensu*, Cerradão, Mata Ciliar, Mata de Galeria Inundável e Cerradão (formação vegetal mais comum observada na APA) e Vereda (CAMPO GRANDE, 2012).

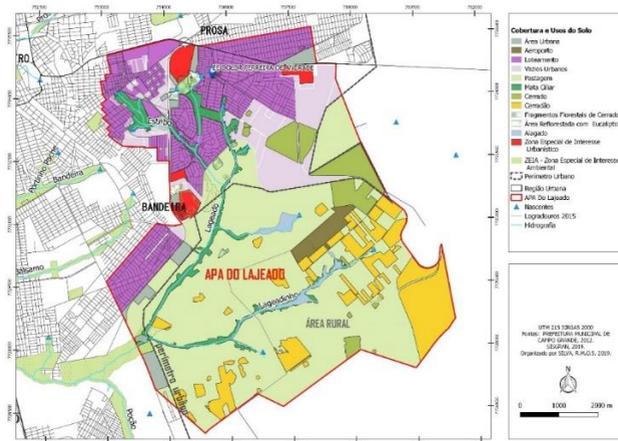
Conforme constatado no levantamento de campo, embora a APA tenha singular relevância no contexto municipal, vários conflitos socioambientais comprometem a conservação da UC, como: os usos inadequados, a falta de sensibilização dos moradores, as licença concedida pelos órgãos públicos de licenciamento municipal com usos incompatíveis a APA, e/ou descumprimento de legislação quanto à área mínima de proteção de mata ciliar. Assim, os impactos socioambientais provocados na APA afetam a gestão face aos conflitos de usos que comprometem a gestão ambiental da UC.

Os principais impactos socioambientais que comprometem a conservação da UC, são: queimadas urbanas e rurais; disposição inadequada de resíduos sólidos e efluentes domésticos; desmatamento; processos erosivos acentuados; aterramento de nascentes, veredas e áreas úmidas cujas paisagens são substituídas por cultivos, pastagens, residências, áreas de recreação e lazer, dentre outras, principalmente no espaço rural. Tais impactos também têm repercutido diretamente no cotidiano das pessoas, com o aumento de casos de dengue em período de chuva; alagamento em bairros vizinhos a UC; e

deposição de sedimentos no reservatório de captação de água, o que tem implicado na redução da capacidade de armazenamento de água; dentre outros.

Identificar os atores e os conflitos se justifica pela proposição de usos e manejo mais adequado à finalidade de conservação da APA. O Quando 1, com Zoneamento enquadramento pela Lei Complementar nº 74 de 6 de setembro de 2005 e suas alterações (CAMPO GRANDE, 2005), apresenta esses atores, os conflitos enquadrados quanto as suas dimensões, dentro das respectivas zonas. Foram pontuados para serem tornados visíveis e, dessa forma, contribuir na elaboração de políticas públicas e de uma Educação Ambiental mais crítica.

Figura 6 - Uso e cobertura do solo na APA do Lajeado em Campo Grande/MS



Fonte: SISGRAN, 2019 e CAMPO GRANDE 2012. Elaborado por SILVA, R. M. O. S.

Quadro 1: Conflitos que comprometem a conservação da APA do Lajeado a partir das Zonas estabelecidas no Plano de Manejo da APA

Zoneamento e características	Atores Sociais	Dimensão do conflito	Dinâmica dos Conflitos	Tipos de conflitos	Sugestões (S) para mediação dos conflitos
<p>ZONA 1: é a área de ocupação dirigida para que haja a manutenção dos usos urbanos consolidados desde que se garantam as condições ambientais para a preservação dos mananciais de abastecimento; Correspondem a 26% do Território da APA, 100% na Zona Urbana, distribuídas: Z2, Z5, Z6 e Z7.</p>	<p>Moradores da APA e entorno, empreendimentos, Prefeitura Municipal (órgão gestor e fiscalizador), órgãos municipais e estaduais licenciador e Conselho da APA, além do Ministério Público Estadual.</p>	<p>Política, econômica, jurídica, social cultural e ambiental.</p>	<p>1) Despejo de efluentes poluidores no lençol freático e cursos d'água através da descarga de sistema de tratamento e abastecimento; 2) Os usos comerciais e de serviço veiculares e industriais são fator de risco aos mananciais devido ao descarte de resíduos tóxicos; 3, 4, 5) Descarte inadequado de resíduos sólidos e carreamento para corpos d'água e nascentes com assoreamento e processo erosivos acentuados; 6) Abertura de 36 inquéritos para investigação de imóveis irregulares na APA, com interdição e solicitação de demolição de 39</p>	<p>Latentes e manifestos quanto à restrição de uso: Lançamento de efluentes provenientes de sistemas de coletas e tratamento de esgoto doméstico, comercial e industrial, nos cursos d'água da bacia do córrego Lajeado situados a montante do reservatório, destinado à captação de água para abastecimento público, exceto, se proveniente da ETA GUARIROBA. 1. Descarga incorreta de efluentes; 2. Ausência de esgotamento sanitário; 3. Descarte irregular de resíduos sólidos;</p>	<p>S 1: Sensibilizar a população através de EA crítica dos problemas quanto a descarga de efluentes no sistema drenagem de águas pluviais e do descarte inadequado de resíduos sólidos a céu aberto; Educação para a Gestão Ambiental participativa; S 2: Exigência de solicitação de Licença Prévia quando o empreendimento apresentar risco médio e alto e a anuência do Conselho Gestor da APA – junto aos órgãos municipais se as Licenças Prévias (LP) e Licença de Operação (LO) realizadas de acordo com objetivos da APA. Estimular a participação da população nas denúncias. S 3: Implantar junto aos bairros inseridos na APA políticas de EA crítica voltadas para escolas, comunidade local e entorno imediato, empreendedores</p>

			<p>moradias - Jardim Campo Nobre (MIDIAMAX/08.04.2015). Conforme denúncia do MPE à justiça no dia 03.03.2017, a ação civil é contra a Prefeitura por ter autorizado o empreendimento por particular mesmo após constatação de irregularidade em 2015 (CAMPOGRAN DENEWS/09.03.2017).</p>	<ol style="list-style-type: none"> 4. Processos erosivos; 5. Assoreamento dos corpos d'água e nascentes; 6. Aterramento de nascentes. 7. Explícito quanto aos usos inadequados; 8. Construção residencial em áreas irregulares na APA. 	<p>quando a necessidade de conservação da UC, com vistas par ao descarte adequado dos resíduos sólidos, melhorais na implantação do sistema de rede de esgoto.</p> <p>S 4, 5 e 6: Aumentar os índices de permeabilidade em área da APA (12,5% único para toda a cidade), EA crítica na sensibilização dos envolvidos de que permeabilidade do solo face aos serviços ecossistêmicos que são gerados.</p> <p>Sugestão para os conflito de modo geral: Aplicação de multas pelo descumprimento das normas quanto ao descarte adequado de efluentes e resíduos sólidos; ampliação da rede de esgotamento sanitário; melhoria e ampliação com qualidade do sistema de saneamento básico; ampliar os índices de , permeabilização do solo urbano; aumentar o número de funcionários responsáveis pela gestão da UC; implementar os Programas</p>
--	--	--	---	---	---

					<p>Ambientais; ampliar os recursos financeiros para manutenção e recuperação dos corpos d'água assoreados e demais áreas degradadas; ampliar o diálogo com proprietários, estimulando-os a conservar as nascentes e evitar a ampliação dos impactos socioambientais na UC; promover a EA para gestão participativa da unidade. Estratégias para mediação dos conflitos e evitar que evoluam para patamares mais elevados e comprometam a conservação da UC.</p>
--	--	--	--	--	---

Outros Conflitos:

Conflitos Explícitos: identificados através da propositura de Iniciativa Popular ou Ações Cíveis Públicas (ACP) face aos usos incompatíveis com conservação da APA do Lajeado e os recursos associados, sobretudo, o hídrico:

1. Queixa da Associação de Moradores do Residencial Maria Aparecida Pedrossiam - AMAPE pela falta de ação - iniciativa civil pública quanto à importância da nascente do APA Lajeado que foi sufocada pelo assoreamento. Fonte: AMAPE, 23/01/2009;
2. Em 2010/MPMS lança ACP n. 0061575-50.2010 com a finalidade de recompor danos ambientais nas nascentes e restringir a implantação de empreendimentos que causassem grave impacto ambiental na porção urbana da APA;
3. Em 2012/ ACP n. 0026766-63.2012 com intuito de compelir o Município a publicar o Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental dos Mananciais do Córrego Lajeado (APA Lajeado) e concretizar o Zoneamento Ambiental da UC. Nesse período foi proferida sentença que confirmou a liminar e fez com que o Município finalmente publicasse o Plano de Manejo. Entretanto, com a publicação do PM-2012, constatou-se que os Programas Ambientais que deveriam ser elaborados e executados sob a sua coordenação da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano e do Conselho Gestor da APA.
4. Em maio/2017, pela ausência de documentos acordados junto ao MPE, nos quais o município se comprometeu a apresentar informações sobre a revisão do Plano de Manejo e a execução dos Programas Ambientais com exposição das ações, resultados alcançados e a apresentação dos documentos comprobatórios. E quanto aos programas não implantados deveria ser apresentado o cronograma para sua efetivação (MPMS

22/11/2017);

5. Em Outubro/2017, a Prefeitura foi condenada pela ACP nº 0911791-69.2016.8.12.0001, a fim de apurar a regularidade da drenagem das águas pluviais nos bairros localizados na borda do anel viário no município de Campo Grande, o assoreamento do córrego Lajeado e a erosão nas propriedades adjacentes. A determinação foi de que no prazo de seis meses, fossem construídas caixas de retenção nas saídas dos bueiros do anel rodoviário, no Jardim Itamaracá. A prefeitura deveria apresentar um estudo contemplando solução definitiva para o problema de drenagem pluvial dos bairros que margeiam o anel viário municipal e da APA do Lajeado, evitando os problemas de erosão das vias e margens do córrego lajeado e seu assoreamento. No estudo, deveria constar o prazo necessário para a implementação das medidas de solução definitiva e finalmente, proceda à manutenção periódica das caixas de retenção, bem como das caixas já existentes, bueiros, bocas de lobo, sarjetas e todos os outros dispositivos de drenagens existentes no local, evitando carreamento de sedimentos para o Córrego Lajeado (MPMS/ 13/11/2017); Em setembro/2018, a pedido do MPMS, a Prefeitura foi condenada em obrigações de fazer;
6. Executar os Programas Ambientais estabelecidos no Plano de Manejo da APA Lajeado. O prazo dado foi de 12 meses para que os Vinte Programas Ambientais previsto no PM-2012, fossem executados em conformidade ao que foi previsto (MPMS pela 42ª Promotoria de Justiça de Campo Grande em 03/10/2018).
7. Inquérito do Ministério Pública Estadual - MPE, solicitando a PMCG um Novo Destino para Empreendimentos Imobiliários pela degradação ambiental da nascente do córrego a montante do Lajeado e Coqueiro. Fonte: CAMPO GRANDE NEWS de 23/01/2019.

Conflitos Manifestos:

1. Necessidade de adoção de soluções para coleta e tratamento de esgoto que alguns parcelamentos como Itamaracá, visto que não vem sendo realizado, o que contribui para a contaminação do solo e das águas subterrâneas dependendo do nível do lençol freático e do tipo do aquífero que se encontra abaixo dessa franja capilar. Além do lançamento dos mesmos nas galerias de águas pluviais cujos efluentes são encaminhados para os cursos d'água da APA do Lajeado. Ademais, verifica-se a existências de bairros que apresentam a maior descarga de efluentes em rede de drenagem pluvial, a montante da APA. A fiscalização reconhece a difícil verificação da implantação e ligação de rede de esgoto em rede de drenagem, que provoca enchentes e inundações em bairros a jusante, em períodos que apresentam médias pluviométricas acima do normal. Esse problema, poderá resultar em um futuro próximo, a contaminação excessiva das águas pluviais comprometendo o fornecimento e abastecimento de água [17%] para Campo Grande.

Zoneamento e características	Atores Sociais	Dimensão do conflito	Dinâmica dos Conflitos:	Tipos de conflitos	Sugestões para mediação dos Conflitos
ZCEU - é a área de ocupação dirigida, para a qual há interesse na consolidação dos usos urbanos, desde que atendidos os requisitos que garantam as condições ambientais	Novos empreendedores, Prefeitura Municipal (órgão gestor e fiscalizador), MPE.	Política, social, econômica, cultural, ambiental, jurídica.	Novos empreendimentos devem ser licenciados de acordo com os 20 Programas Ambientais além do enquadramento em políticas que sanem os conflitos identificados em áreas já	Latente: impactos diversos gerados e pela implantação de novos empreendimentos e sua incompatibilidade com a finalidade da APA além da pressão ecossistêmica.	S1: A ocupação dessas áreas, se não controlada, pode contribuir para o aumento dos processos erosivos e de assoreamento dos corpos d'água, aumento do despejo de efluentes tóxicos, e avanço da impermeabilização do solo. Os programas devem ser

<p>necessárias para a preservação dos mananciais de abastecimento. A ZCEU corresponde a 12% do território da APA (614 ha) e compreende as áreas urbanas não consolidadas, englobando os vazios urbanos e loteamentos em processo de licenciamento. Está inserida integralmente na Zona Urbana, de acordo com os limites determinados LC n.74 /2005 e suas alterações, e abrange parcialmente a zona do tipo Z5.</p>			<p>consolidadas – ZCDAU como: impermeabilização do solo, assoreamento e erosão dos cursos hídricos e nascentes; descarte irregular de resíduos sólidos e efluentes domésticos; ocupação de áreas irregulares, que prejudicam as nascentes e cursos d'água além da conservação dos meios biótico e abiótico pela pressão e carga ecossistêmica apresentadas; desmatamento, dentre outros.</p>		<p>monitorados dentro da gestão do Plano de Manejo, sendo: P11. Programa de Gestão do Uso e da Qualidade dos Recursos Hídricos; P12. Programa de Monitoramento de Cargas Difusas; P19. Programa de adequação e recuperação da drenagem pluvial das áreas urbanizadas; P20. Programa de implantação de rede coletora de esgoto na área urbanizada. Ademais, há necessidade de mediar os conflitos e evitar que atinjam patamares mais elevados.</p>
<p>ZCDAA. - é a área de ocupação dirigida, que engloba a zona rural da APA do Lajeado, excetuando-se as áreas abrangidas pelas ZPE. ZCDAA abrange, aproximadamente</p>	<p>Empreendimentos como propriedades rurais, casas de eventos, aeroporto; Prefeitura Municipal (órgão gestor e fiscalizador), órgãos</p>	<p>Política, social, econômica, cultural, ambiental, jurídica.</p>	<p>1) Supressão Ambiental em área de Mata Ciliar (Área de Preservação Permanente – APP; 2) Fragmentos isolados sem formação de corredores podendo servir de barreira a conservação de</p>	<p>Conflitos Latentes e manifestos: 1) Desmatamento de APP; 2) Isolamento de fragmentos florestais; processos erosivos; perda da biodiversidade; processo de erosão laminar</p>	<p>S 1: buscar estratégias para recuperação de áreas ambientalmente degradadas, a exemplos, através de Termo de Ajustamento de Conduta (TACs) que sejam revertidas em plantio e reflorestamento, além de EA voltada para boas práticas junto a comunidade e</p>

<p>te, 2.099ha, o que representa 40% do território da APA do Lajeado. É constituída essencialmente por áreas ocupadas por atividades agrícolas consolidadas, destinadas à exploração de atividades agrossilvipastoris, loteamentos de chácaras para fins de lazer, incluindo o aeroporto Santa Maria (CAMPOGRANDE, 2012).</p>	<p>licenciadores, Conselho Gestor da APA, MPE, moradores, proprietários, usuários dos serviços de lazer, dentre outros.</p>		<p>biomas e das espécies 2) Abertura de 67 inquéritos de investigação das propriedades rurais da APA do Lajeado MPE, para fiscalizar se as propriedades cumprem o que determina o Plano de Manejo, dentre as proibições, desde outubro 2012, estão o exercício da atividade de aquicultura e suinocultura (com prazo de 60 meses para desativação), dessa forma, o MP busca prevenir o comprometimento do abastecimento de água municipal, e uma futura crise hídrica) (O ESTADO MS/ 10.04.2015).</p>	<p>próximos aos cursos d'água; Explícito: pelos usos que deixaram de ser compatível com a finalidade da APA além da pressão ecossistêmica e perda dos serviços ecossistêmicos: 3) Descumprimento quanto aos usos, incompatíveis com a finalidade APA; queimada para renovação de pastagem; isolamento de fragmentos florestais; processos erosivos; perda da biodiversidade; dentre outros.</p>	<p>proprietários. S 2: Premiar os proprietários rurais pelo uso de boas práticas ambientais, divulgando os trabalhos e trazendo a comunidade para junto da APA de forma a protegê-la como patrimônio ambiental. S 3: Criar um viveiro de mudas onde possa ser desenvolvida atividades e práticas no modelo Escola Parque, afim de assegurar o desenvolvimento contínuo de EA crítica e engajada socialmente. S 4: Criar corredores de interligação entre fragmentos isolados de forma que as barreiras sejam desfeitas e o desenvolvimento dos sistemas bióticos e abióticos sejam integrados, assim como práticas de reflorestamento com planta nativas.</p>
<p>ZPE - é a área de proteção e recuperação engloba os espaços que devem ser protegidos por normas de</p>	<p>Conselho Gestor da UC, órgão gestor da UC, órgão fiscalizador), MPE, moradores,</p>	<p>Política, social, econômica, cultural, ambiental, jurídica.</p>	<p>Fiscalização e monitoramento com rigor da lei, aplicação de multas.</p>	<p>Conflitos latentes e manifestos: Os principais conflitos e impactos observados nesta zona estão</p>	<p>S 1: ampliar a fiscalização e monitoramento com rigor da lei, aplicação de multas; S 2: Obrigatoriedade em recuperação das áreas degradadas;</p>

controle rigorosas, em razão da importância dos sistemas naturais existentes para o equilíbrio hidrológico da bacia e manutenção da qualidade da água.	proprietários			relacionados: Ao avanço das áreas de pastagem sobre áreas úmidas; a introdução de espécies exóticas; a erosão acelerada causada pelo pisoteio do gado nos pontos de acesso aos cursos d'água; ao assoreamento dos cursos d'água; a supressão de vegetação e alteração da qualidade da água.	S 3: Implantação de programas de EA crítica junto aos moradores de áreas degradadas com vista para a gestão ambiental participativa.
--	---------------	--	--	--	---

Fonte: Organizado pela autora, 2019.

Conclusão

Na APA do Lajeado foram identificados conflitos socioambientais que comprometem a conservação desse espaço. Os conflitos são resultados dos usos indevidos que causam impactos socioambientais tanto no espaço urbano como rural. Os impactos estão associados: às queimadas urbanas e rurais; à disposição inadequada de resíduos sólido e efluentes domésticos que contaminam os cursos d'água e o solo; ao desmatamento; aos processos erosivos acentuados; ao assoreamento dos corpos hídricos; aterramento de nascentes, veredas e áreas úmidas cujas paisagens são substituídas por cultivos, pastagens, residências, áreas de recreação e lazer; a deficiência nos sistema de saneamento básico adequado; dentre outros que provocam perda

da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos de singular relevância para a população local, a exemplo dos corpos hídricos utilizados para abastecimento local.

Nesse sentido, os conflitos latentes, manifestos e explícitos identificados, envolvem as dimensões de sustentabilidade política, econômica, jurídica, social cultural e ambiental. Os tensores antropogênicos tendem aumentar a complexidade da gestão na resolução e mediação dos conflitos socioambientais. Havendo a necessidade de estratégias para remediá-los e evitar que atinjam patamares mais elevados.

As estratégias para mediação dos conflitos, rumo a uma gestão compartilhada da APA pesquisada, podem priorizar a EA crítica no processo de sensibilização socioambiental, de modo que estimule os atores sociais no processo de aproximação e participação, especialmente no que condiz a conservação ambiental da UC. Igualmente, como estratégias para fortalecer a gestão participativa, sugere-se: o fortalecimento do conselho gestor; a formação qualificada das comunidades locais que sofrem com os impactos socioambientais, via oficinas de capacitação; a formação de professores multiplicadores, com vista para a EA crítica; reuniões com professores para produção de materiais didático-pedagógicos; divulgação da importância dos serviços ecossistêmicos prestados para a comunidade, a exemplo da água; dentre outras.

Referências

ACSELRAD, H. *As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais*. In: ACSELRAD, H. (org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004, p.13-36.

ÁGUAS GUARIROBA. Área de Proteção Ambiental. Disponível em <<http://www.aguasguariroba.com.br/area-de-protecao-ambiental/>>. Acesso em 20 de junho de 2019.

BECKER, Bertha. Prefácio. In. GUERRA, Antônio José Teixeira; COELHO, Maria Célia Nunes (Orgs). *Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas*. 2.ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2012. 296 p.

BENSUSAN, Nurit. *Conservação da biodiversidade: em áreas protegidas*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. FGV, 2006-2009. 176 p.

BRASIL. *Decreto n. 4.340 de 22 de agosto de 2002*, que Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. Brasília-DF, 2002.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000*.

BRASIL. *Plano Nacional de Áreas Protegidas. Decreto nº- 5.758, de 13/04 de 2006*. Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências. Brasília-DF, 2006.

CAMPO GRANDE NEUS. *Inquérito do Ministério Pública Estadual - MPE*. Disponível em

<<https://www.campograndenews.com.br/meio-ambiente/investigacoes-apontam-degradacao-de-corregos-e-morte-de-nascentes>> Acessado em 08 de maio de 2019.

CAMPO GRANDE. *Ordenamento do uso e da ocupação do solo de Campo Grande*. Lei Complementar nº 74, de 6 de setembro, 2005. Disponível em :<
<http://www.agepan.ms.gov.br/>>. Acesso em 02 de março de 2019.

CAMPO GRANDE. *Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental dos Mananciais do Córrego Lajeado – APA do Lajeado*. Campo Grande: Prefeitura Municipal de Campo Grande: Águas Guariroba S.A, 2012.

CAMPO GRANDE. *Prefeitura foi condenada em obrigações de fazer*. Disponível em:

<<https://www.mpms.mp.br/noticias/2018/10/a-pedido-do-mpms-justica-condena-municipio-de-campo-grande-a-executar-programas-ambientais>> Acessado em 08 de maio de 2019.

DIÁRIO OFICIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO MATO GROSSO DO SUL - DOMPMS- 1023 de 8 de abril de 2015. Propriedades rurais investigadas na APA do Lajeado.

GUERRA, Antônio José Teixeira; COELHO, Maria Célia Nunes. *Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas*. 2.ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2012. 296 p.

LITTLE, P.E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: BURSZTYN, M. (Org.) *A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Garamond; 2001, p. 107-122.

MEDEIROS, Rodrigo; YOUNG; Carlos Eduardo Frickmann. *Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional*: Sumário Executivo. Brasília: UNEP-WCMC, 2011, 120p.

MPMS.ACP n. 0026766-63.2012.Disponível em: <<https://www.mpms.mp.br/noticias/2017/11/mpms-ajuiza-acao-civil-publica-contramunicipio-de-campo-grande-referente-a-apa-lajeado>> Acessado em 05 de maio de 2019.

MPMS.ACP n. 0061575-50.2010.Disponível em: <<https://www.mpms.mp.br/noticias/2017/11/mpms-ajuiza-acao-civil-publica-contramunicipio-de-campo-grande-referente-a-apa-lajeado>> Acessado em 05 de maio de 2019.

MPMS.ACP n° 0911791-69.2016.8.12.0001. Disponível em:<<https://www.mpms.mp.br/noticias/2017/11/capital-tem-6-meses-para-solucionar-problemas-de-erosao-das-vias-e-margens-do-corrego-lajeado>> Acessado em 06 de maio de 2019.

MPMS. *MPMS ajuíza Ação Civil Pública contra Município de Campo Grande referente à APA Lajeado*.Disponível em: <<https://www.mpms.mp.br/pesquisar?q=apa+do+lajeado>>. Acessado em 05 de maio de 2019.

MPMS.*Revisão Do Plano de Manejo da APA do Lajeado*.Disponível em: <<https://www.mpms.mp.br/noticias/2017/11/mpms-ajuiza-acao-civil-publica-contramunicipio-de-campo-grande-referente-a-apa-lajeado>> Acessado em 05 de maio de 2019. Disponível em: <<https://www.mpms.mp.br/noticias/2017/11/mpms-ajuiza-acao-civil-publica-contramunicipio-de-campo-grande-referente-a-apa-lajeado>> Acessado em 05 de maio de 2019.

SANTOS, L. B. *Conflitos e agendas nas trilhas da política ambiental*: debates acerca do processo de criação da APA Costa

das Algas e do REVIS de Santa Cruz–ES. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais), Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF - Campos dos Goytacazes- RJ, 2007. 203p.

SILVA, Maria do Socorro Ferreira da; SOUZA, Rosemeri Melo e. *Territórios Protegidos E Arenas De Conflito Nas Unidades De Conservação De Uso Sustentável em Sergipe, Brasil*. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. Vol. XVII, núm. 445, 20 de julio de 2013.

SISGRAN. *Mapas Temáticos*. Disponível em <<https://sites.google.com/view/sisgran-cg/mapas>> Acessado em 25/03/2019.

A NATUREZA NA OBRA “PORTUGAL – O MEDITERRÂNEO E O ATLÂNTICO”, DE ORLANDO RIBEIRO

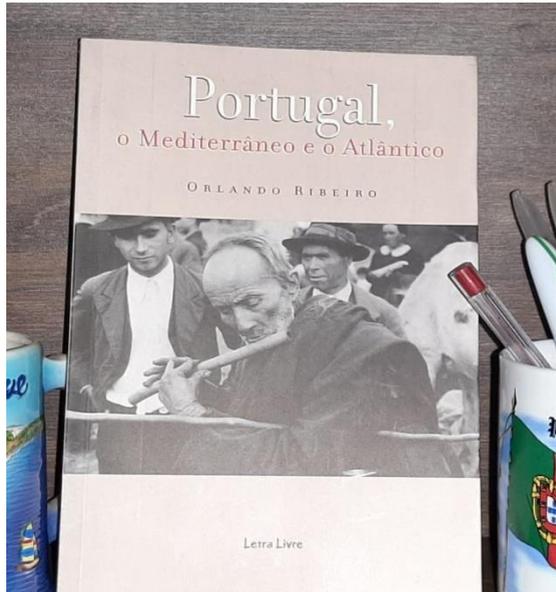
Jean Carlos Vieira Santos

Introdução

O tema principal deste capítulo é a abordagem da natureza conforme o livro “Portugal – o Mediterrâneo e o Atlântico” (Figura 1), de Orlando Ribeiro (1986), considerado um clássico e uma das principais referências na ciência geográfica, cuja primeira edição foi publicada em 1945. Dessa forma pretendemos apreender, por meio do presente ensaio teórico, como o tema “natureza” se apresenta e está relacionado à geografia do referido autor.

Nesse entremeio, entendemos a natureza como o arranjo constituído por fatores como “potencial ecológico” e “exploração biológica”, os quais interagem com a organização social, o que configura uma relação de interface entre sociedade e natureza. Trata-se, portanto, de uma relação que se transforma posteriormente a cada mudança mundial (GUERRA; SOUZA; LUSTOSA, 2012).

Figura 1: Imagem do livro “Portugal – o Mediterrâneo e o Atlântico”, de Orlando Ribeiro.



Fonte: Vieira Santos, J. C. 2021.

É possível se apropriar das palavras de Santos (2007) e demonstrar que, diante da natureza ou de uma paisagem, a vontade de apreendê-la se exerce sobre os conjuntos sob a forma de cartões postais ou, então, nosso olhar se volta a objetos isolados. Assim, há a tendência de negligenciar a completude, até mesmo os conjuntos que se encontram em nosso campo de visão e nada mais são do que frações de um todo.

Diante da complexa busca do conhecimento por meio de obras referenciadas na ciência geográfica, trazemos neste

capítulo a percepção de Ribeiro (1986) sobre uma natureza que separa e une os homens lusitanos, cuja existência histórica diz respeito a um convívio com as geografias do Mediterrâneo e Atlântico. Desse modo, Santos (2007, p. 13) arrazoia que “Ptolomeu, em sua Geografia, aconselhava-nos, com razão, a meditar no que representa o presente e no que representa o passado, bem como decidir o que é crível e aquilo que não é”.

Pelo fato de Orlando Ribeiro ser um dos precursores da geografia no século XX em Portugal, visitar sua obra é decidir por apreender com um clássico do saber geográfico. Dessa forma, Corcínio Júnior e Silva (2013) lembram que a natureza conhecida por nós se tornou um símbolo polissêmico. Em um mundo completamente urbano, ela aparece como um elemento invisível ou é vista apenas pelas frestas, em que a natureza detém a cultura e esta última se funde à primeira.

Refletir sobre a natureza na obra do geógrafo português é um desafio primordial para tentar entender sua experiência, além de ler, analisar e compreender os clássicos da ciência geográfica. Nesse ínterim, Bordest (2005) discorre que, no contexto da natureza, o fator tempo não pode ser desconsiderado – olhá-la, estudá-la e analisá-la nos leva a reportar o sentimento de responsabilidade, compromisso e ética com o que nos rodeia, pois se impõe um novo modo de vivê-la de fato. Convém salientar que, no curso dessas reflexões, emerge a necessidade de (re)leitura da obra de Ribeiro (1986).

Na pesquisa qualitativa sobre o livro “Portugal – o Mediterrâneo e o Atlântico”, realizamos a análise do conteúdo que continua a testemunhar a visão do autor sobre os diferentes mundos compostos por Portugal e variadas regiões, ao apresentar não apenas os elementos naturais, mas a economia, o modo de vida e a profunda história humana do referido país

pertencente à Península Ibérica. Nesse caso, há outras referências que visibilizam o diálogo com Orlando Ribeiro e a abordagem da natureza.

Conforme as concepções de Geraldino (2014, p. 199), é “interessante observar que as pesquisas que se prestam a investigar conceitos, autores e propostas teóricas estão se fazendo em uma proporção considerável nos últimos tempos [...]”. Esperamos que este capítulo contribua com as discussões sobre a natureza e, ao mesmo tempo, realce um dos maiores nomes da geografia: Orlando Ribeiro.

Orlando Ribeiro: uma referência na escola geográfica

Este capítulo não traz apenas o olhar de Ribeiro (1986) para a natureza, mas sim um convite para dialogar com uma referência da escola geográfica do século XX que permanece contemporânea nos dias atuais. Assim, há neste trabalho a oportunidade de celebrar “o maior nome da Geografia Lusitana que nasceu em 16 de fevereiro de 1911 em Lisboa e faleceu em 17 de novembro de 1997 na cidade natal” (SANTOS, 2021, p. 1).

Para tanto, a reflexão proposta traz à tona o “discurso orlandiano” (GUEDES, 2010, p. 109) ou a “produção ribeiriana” (GARCIA, 1998, p. 114), um profundo estudioso da relação entre sociedade e natureza. De acordo com Santos (2021, p. 1):

Pensar a Geografia de Portugal sem a imensa contribuição de Orlando Ribeiro é o mesmo que pensar o fado sem Amália Rodrigues, lembrar de Lisboa sem a poesia de Fernando Pessoa. Ausências que causam desconforto, sem assuntos para conversar e sentimentos para desvendar. Essa referência para a Geografia mundial licenciou-se em História e Geografia em 1932 e, em 1936, doutorou-se em Geografia pela Universidade de Lisboa. Foi leitor de português em Sorbonne (Paris), de 1937 a 1940, e nessa oportunidade assistiu aulas dos grandes mestres da História e da Geografia, como Marc Bloch, Emmanuel de Martonne e Albert Demangeon. Nessa trajetória passou pela Universidade de Coimbra, de 1941 a 1943, e na Universidade de Lisboa, de 1943 a 1981. Criou, em 1943, o Centro de Estudos Geográficos de Lisboa, que dirigiu até 1974.

Garcia (1998) ainda ressalta que, em 1935, Orlando Ribeiro defendeu o trabalho de doutoramento em Geografia com uma pequena, mas exemplar monografia sobre a serra dos arredores de Lisboa (Arrábida) como esboço geográfico. Ademais, o geógrafo português dedicou o trabalho investigativo ao seu país de origem na década de 1940, período que compreende grande parte da Segunda Guerra Mundial, ao desenvolver intensos trabalhos de campo, sobretudo na região da Beira Baixa.

Entre Coimbra e Lisboa publicou:

[...] cerca de 60 títulos, mais de metade respeitantes a áreas ou regiões de Portugal, mas também ao País no seu conjunto. Entre os ramos da Geografia, a Geomorfologia com uma estreita ligação à Geologia é então cultivada por Orlando Ribeiro, de uma forma particularmente intensa. Como não voltará a acontecer. A Geografia e a Geologia portuguesas conhecem neste período uma nova etapa pelos esforços de Orlando Ribeiro e de Carlos Teixeira, que trabalham em conjunto e ainda com outra forte personalidade que viera de Paris com Ribeiro, G. Zbyszewsky. (GARCIA, 1998, p. 112).

Para melhor explicitar esse momento, Garcia (1998) afirma que Orlando Ribeiro não se ocupou apenas com a geografia física naquele tempo, pois também trabalhou com as geografias rural, que sempre se manterá presente na própria bibliografia; cultural e histórica; da população, com a reflexão teórica e metodológica; a cartografia temática. Consideramos o período mais profícuo de Orlando Ribeiro desde meados dos anos 1960 até o jubileu acadêmico, visto que mais de 120 títulos foram publicados em diversas línguas e em diferentes lugares da Europa e da América.

É importante salientar que esse “período corresponde a uma forte renovação do ensino na Geografia universitária, onde o magistério de Ribeiro é determinante, mas corresponde também à renovação do Centro de Estudos Geográficos de Lisboa” (GARCIA, 1998, p. 113). Outro grande legado de Ribeiro compreende o ano de 1966, quando inicia a publicação

de Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia e conta com a presença de Suzanne Daveau, geógrafa francesa:

[...] anteriormente professora da Universidade de Dakar e que pouco antes casara com Orlando Ribeiro. Graças ao esforço empreendedor da Profa. Daveau, novas linhas de investigação se desenvolveram e do trabalho científico realizado em comum com o geógrafo português resultaram alguns estudos, como *La zone intertropicale humide*, larga síntese das anteriores reflexões individuais sobre essa zona terrestre. Porém, no conjunto do publicado, Portugal e as suas regiões voltam a ser as áreas privilegiadas de estudo, bem como a Península Ibérica e o Mediterrâneo (GARCIA, 1998, p. 114).

Sem esgotar a apresentação de Orlando Ribeiro, por ter deixado um grande currículo acerca da geografia e áreas afins, Garcia (1998) explica que o precoce reconhecimento científico internacional do geógrafo português lhe possibilitou um lugar particular no meio universitário do “Estado Novo”. Todavia, Ribeiro não foi um homem do regime, pois sempre o criticou pública ou particularmente em relatórios sobre as reformas administrativa ou educativa, no que tange aos problemas coloniais. Diante das leituras realizadas, notamos que o autor foi um profundo devoto à ciência.

Sob a ótica de Guedes (2010, p. 124), “percorrer a obra de Orlando Ribeiro é ir de encontro a uma fonte inesgotável da cultura do povo português”; por conseguinte, podemos afirmar que o estudo é apenas uma pequena amostragem do que pode ser feito a partir do legado do geógrafo lusitano, ao deixar em aberto o caminho para novos trabalhos e investigações. Na

sequência, há discussão sobre a natureza de acordo com o olhar orlandiano/ribeiriano.

A natureza na obra “Portugal – o Mediterrâneo e o Atlântico”

Nesse livro, a primeira descrição de Ribeiro (1986) que se aproxima do diálogo proposto neste capítulo compreende a natureza do mundo mediterrâneo, com destaque à orla litorânea, participante dos caracteres do continente e das influências do mar. Para Ribeiro (1986, p. 20), “a costa longa, dentada, sinuosa, constitui entre o mar largo e a terra remota, um domínio fecundo de recíprocas ações”.

Dessa maneira são apresentados o relevo, o clima, a vegetação e as plantas agrárias. Ribeiro (1986, p. 28) assevera que o número de plantas “cultivadas de origem mediterrânea incontestável é muito reduzido: as mais importantes são a oliveira (Figura 2), a figueira, a alfarrobeira, as lentilhas, as ervilhas e favas, o linho de sementes grossas, a beterraba, esta de data recente, e algumas ervas de pasto”.

Figura 2: A oliveira é uma árvore da família das oleáceas, abundante em Portugal é retratada na obra de Ribeiro, especialmente referindo as terras quentes, no entanto, essa também é encontrada nas terras alta como mostra a ilustração da vegetação em Belmonte, região da Serra da Estrela.



Fonte: Vieira Santos, J. C. 2019.

Sob a luz da obra lusitana, consideramos que “dois caracteres climáticos dominam a fisionomia das formações vegetais: a concentração das chuvas nas estações menos quentes e a longa secura do verão” (1986, p. 25). Entre a discussão natureza e outros temas caros à geografia, o livro traz reflexões sobre os modos de vida, ao elencar a agricultura, o pastoreio, a

vida no litoral, a população e sua história, o povoamento e as cidades, o que marca a relação entre sociedade e natureza.

Na contextualização de Ribeiro (1986, p. 47), o Mediterrâneo tem conhecido altos e baixos na história, pois, na natureza:

[...] tão louvada, nem tudo favorece o homem. Este precisa de lugar para conter em respeito inimigos que esperam, recuam, mas não desarmam. Contra as erupções e os tremores de terra o homem pode muito pouco. É clássico o exemplo das aldeias estabelecidas nos flancos fertilíssimos do Vesúvio, que, destruídas pela erupção, renascem entre as escórias e cinzas férteis.

No espaço investigado na obra, “à hostilidade da natureza juntam-se os conflitos que nascem do choque de modo de vida diversos ou da oposição brutal das regiões” (RIBEIRO, 1986, p. 49). O autor ressalta que, em nenhum outro espaço do globo, as relações da geografia e da história formam, assim como no Mediterrâneo, uma trama espessa e indissolúvel. Além disso, alega que “a semelhança de raça, a unidade de civilizações agrária e a identidade dos modos de vida não podem ser estranhos ao convívio em lugares que a natureza criou afins” (p. 54).

Compreendemos que, no Mediterrâneo, a natureza convive com a aglomeração, forma de povoamento mais comum. Atualmente, basta olhar para destinos turísticos contemporâneos como o Algarve (Figura 3) e a Andalúzia, onde as aglomerações urbanas “organizam” tais espaços, o que reforça a afirmação ribeiriana. Nesse caminhar teórico, Ribeiro

Admitimos que, para obter essa resposta em sua essência, um dos caminhos é mergulhar na leitura da obra de Orlando Ribeiro, em se tratando da descrição do mundo mediterrâneo e da orla oceânica ibérica, na sua rápida resenha dos elementos geográficos da região, como as questões climáticas, o manto vegetal, a cobertura pedológica, o relevo e a geologia. Tal natureza moldou os territórios e o modo de vida desse recorte espacial global que atualmente está entre os principais destinos turísticos do planeta.

No curso dessa natureza, Ribeiro (1986, p. 139) pondera que, “apesar das afinidades mediterrâneas do clima português, [...], o oceano é o grande regulador da atmosfera. [...]. Do Atlântico provém as massas de ar tropical úmido”. Para meditar sobre o papel do Atlântico na geografia portuguesa, não se pode recomendar:

[...] melhor lugar do que qualquer das pontas que mais longe se projetam pelo mar dentro: a de Espichel e a de Sagres – São Vicente. Muito antes que a vista dê a noção de promontório, vai-se fazendo sentir o isolamento da finisterra. O ar carrega-se de umidade; no solo, varrido pelos ventos impetuosos, a vegetação rarefaz-se em tufo esparsos cosidos com o chão. As marcas da ocupação humana tornam-se mais tênues e raras, como se esta se degradasse antes de atingir os limites impostos pela natureza (RIBEIRO, 1986, p. 144).

Na obra são narrados os limites impostos pela natureza em todo Portugal e a presença do geógrafo Estrabão no Cabo de São Vicente, região do Algarve (Figura 4), um lugar que, por sua “situação e rudeza selvagem impressionaram os antigos que

o povoaram de lendas” (RIBEIRO, 1986, p. 144). Indicamos que, em Portugal, a oliveira representa a árvore da terra quente.

Figura 4: Fortaleza de Sagres, na região do cabo de São Vicente, concelho de Vila do Bispo, território visitado por Estrabão. Paisagem turística do destino internacional Algarve.



Fonte: Vieira Santos, J. C. 2008.

Nas linhas ribeirianas, os geógrafos visam mostrar o forte reflexo do Atlântico nas paisagens e na economia lusitana. O território português, nas suas feições fundamentais, revela uma simbiose permanente com o oceano contíguo, o qual domina as relações gerais da terra portuguesa. Ao lermos as

obras de Orlando Ribeiro, compreendemos que o litoral exerceu, desde sempre, forte atração sobre as populações e a exploração do mar, aspecto imprescindível à economia portuguesa.

Em pleno século XX, Ribeiro (1986, p. 176) lembra que “um estudo do oceano na vida portuguesa podia ainda levar-se muito longe”; logo, esse trabalho produzido na geografia do século passado mostra que a temática é inesgotável, ilimitada e pertinaz, como um desafio para academia. Para Ribeiro (1996), norte e sul, litoral e interior, terras alta (Figura 5) e baixa são os fios condutores do rico tecido das regiões e paisagens de Portugal.

Evidentemente, o autor convida aos leitores a “dar um lance de olhos às condições naturais e ao trabalho dos homens que tornam possível falar de uma unidade do território português” (RIBEIRO, 1986, p. 181). Assim são apresentadas as disposições naturais, as raízes antigas do fim do neolítico e os deslocamentos populacionais como fatores de unificação. Entre outros relatos é mencionado que:

Uma região geográfica caracteriza-se por certa identidade de aspectos comuns a toda ela. Não apenas as condições gerais de clima e posição, mas ainda as particularidades da natureza e do relevo do solo, o manto vegetal e as marcas da presença humana, nos darão o sentimento de não sairmos da mesma terra. [...] Um rio profundo pode constituir, para as relações humanas, um obstáculo ou um limite e, todavia, marcar, num trato da mesma natureza, apenas um acidente pouco importante (RIBEIRO, 1986, p. 193).

Figura 5: Cidade de Covilhã na região da Serra da Estrela, paisagem denominada de terras alta pela obra de Ribeiro, lugar com imenso potencial natural e cultural.



Fonte: Vieira Santos, J. C. 2019.

Ao entrelaçamento de influências mediterrâneas e atlânticas, consequência da posição, se deve a dualidade do território português. Em relação à leitura realizada e ao cenário teórico ora posto, Simão (2008, p. 59), no texto sobre Orlando Ribeiro, declara que o geógrafo português “[...] sabe que a natureza se imita, que um grão lançado à boa terra produz, que um princípio lançado num bom espírito floresce”. Com isso, a

relação entre homem e natureza não se opõe, e sim se movimenta na mesma direção.

De acordo com Geraldino (2014, p. 216), o contínuo estudo e as reflexões acerca do conceito de natureza “[...] ainda deve[m] continuar merecer a atenção por parte dos geógrafos”. Esse debate profundo acerca da geografia se volta às obras clássicas e que movimentam teorias e diálogos entre pares nas primeiras décadas do século XXI, o que torna imprescindível revisitá-las nesse contexto.

Considerações finais

Assim, ao longo de todo o estudo sobre a obra “Portugal – o Mediterrâneo e o Atlântico” de Orlando Ribeiro, constatamos a influência primorosa e preponderante do seu olhar empírico no seu texto geográfico, trazendo uma percepção singular de natureza no contexto da geografia europeia. Dessa forma, o texto ribeiriano transporta um olhar do pesquisador que não separa os humanos da natureza, ou seja, busca compreender a estreita relação entre a sociedade e a natureza.

Debruçar na leitura da obra citada neste trabalho é viajar por uma obra ímpar que não se esgota na abordagem natureza, pois traz a geografia como ponto de partida e lugar de encontro de Portugal com o Mediterrâneo, o Atlântico e a Europa. Em suas páginas se transporta uma escrita fiel, com o propósito de delinear traços físicos e expressões humanas que constituem o travejamento fundamental das paisagens.

Esse livro é um convite à reflexão geográfica clássica, à exaltação da escrita primorosa de Orlando Ribeiro, geógrafo de muitos olhares e investigador do sentimento humano pelo território e pela natureza que se debruçou na vida sustentada por possibilidades de vários espaços e geografias. Nesse permear de uma escrita que aproxima todos os geógrafos e o legado de Orlando Ribeiro, não nos restam dúvidas da importância de visitar os elementos mais importantes das estantes das bibliotecas e dos *websites* das livrarias virtuais.

Referências

BORDEST, S. M. L. *Patrimônio Ambiental da Chapada dos Guimarães, MT: olhares e possibilidades turístico-culturais*. Cuiabá: Editora da Universidade Federal do Mato Grosso, 2005.

CORCÍNIO JÚNIOR, G. F.; SILVA, V. C. P. *Natureza e Representações Imaginárias*. Curitiba: Appris, 2013.

GARCIA, J. C. Orlando Ribeiro (1911-1997): o Mundo à sua procura. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, I série, Vol. XIV, Porto, pp. 107-116, 1998.

GERALDINO, Carlos F. G. O meio como ambiente: da emergência às críticas de um conceito. *Revista Ateliê Geográfico*, v. 8, n. 2, p.198-220, ago/2014.

GUEDES, M. T. V. S. *O Alto Douro na Obra de Orlando Ribeiro*. Dissertação/183f (Mestrado Geografia) – Programa de Pós-graduação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Mestrado em Riscos, Cidades e Ordenamento do Território, Universidade do Porto, Porto-Portugal, 2010.

GUERRA, M. D. F.; SOUZA, M. J. N.; LUSTOSA, J. P. G. Revisitando a Teoria Geossistêmica de Bertrand no Século XXI: aportes para o GTP (?). *Revista Geografia em Questão*, v. 5, n. 2, p. 28-42, 2012.

RIBEIRO, Orlando. *Portugal – o Mediterrâneo e o Atlântico*. 4. ed. Lisboa: Sá da Costa, 1986.

SANTOS, J. C. V. *Políticas de regionalização e criação de destinos turísticos entre o Lago de São Simão e a Lagoa Santa no Baixo Paranaíba Goiano*. 2010. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

SANTOS, J. C. V. 29 de maio, Dia do Geógrafo: tempo de celebrar o português Orlando Ribeiro, *Jornal Mundo Lusíada*, p.1-1, São Bernardo do Campo (SP), 28 maio 2021. Artigos. Disponível em: <<https://www.mundolusiada.com.br/artigos/29-de-maio-dia-do-geografo-tempo-de-celebrar-o-portugues-orlando-ribeiro/>>. Acesso em: 17 out. 2021.

SANTOS, M. *Pensando o Espaço do Homem*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SIMÃO, José Veiga. Orlando Ribeiro, a Universidade e o espírito científico. *Finisterra. Revista Portuguesa de Geografia*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, vol. XLIII, nº 85, p. 57-65, 2008.

ÁFRICA NO CENTRO DA ECONOMIA MUNDIAL: COMÉRCIO TRANSATLÂNTICO DE ESCRAVOS DO SÉCULO XVI AO XVII

Sandy Maria Gomes de Andrade

Jardel Silva França

Introdução

O presente trabalho trata-se de um estudo crítico referente ao texto “A África na história do mundo: o tráfico a partir da África e a emergência de uma nova ordem mundial”, escrito por J.E Inikori (2011), capítulo 04 (quatro) da obra África do século XVI ao século XVII. O texto aborda o papel que o tráfico de escravos, encontra-se na História da economia mundial, repleta de equívocos, nesse sentido o autor a partir de análises demonstra de que forma o comercio transatlântico de escravos perpassa a história local e encontra-se no centro do desenvolvimento da economia mundial, bem como das principais potências ao redor do mundo – tais quais Inglaterra e Estados Unidos da América -, além disso Inikori esclarece algumas conceitos como: economia desenvolvida, economia subdesenvolvida e dependente, e economia não desenvolvida. O autor discute a transformação capitalista da Europa Ocidental e da América do Norte à época da escravidão e do tráfico de escravos, o surgimento das estruturas de subdesenvolvimento na América Latina e Antilhas e as bases iniciais das estruturas de dependência na África.

Nesse sentido, o objetivo do autor é analisar as consequências do tráfico negreiro no contexto evolutivo da ordem econômica mundial, a partir do século XVI, buscando compreender as questões econômicas internacionais da atualidade. Por ordem mundial entende-se um sistema singular de relações econômicas que envolve diversos países. No que tange a metodologia Inikori cita a dificuldade de estudos relacionados a sociedade, principalmente nos quadros conceituais, uma vez que existem divergências acerca destes, onde pesquisadores apresentam distintas perspectivas em relação às mesmas realidades sociais. Vale ressaltar que a sociedade é dinâmica e envolve processos complexos, compostos por construções, continuidades e rupturas, desse modo tem-se que consideram as mudanças sociais como um conjunto, algumas diferentes entre si, e desse modo não se pode pressupor que as economias são imutáveis, estas também transformam-se, são diversificadas, ora concorrentes, ora confluentes, a depender do período histórico.

Considera-se três tipos de economias: não desenvolvida, desenvolvida, e a subdesenvolvida e dependente. Inikori (2011) as define da seguinte forma

Por economia desenvolvida, entende-se uma economia que possui sólidas ligações internas, estruturais e setoriais, apoiando-se em uma técnica evoluída e em estruturas sociopolíticas as quais permitem um crescimento autônomo. A expressão “economia subdesenvolvida e dependente” significa, por sua vez, uma economia privada de articulações estruturais e setoriais, em função da existência de certas estruturas internas, herdadas de relações internacionais anteriores cuja natureza torna

extremamente difícil, senão impossível, a implementação de uma técnica evoluída e de sólidas ligações internas, setoriais e estruturais, gerando assim uma situação na qual a expansão ou a contração da economia depende inteiramente do exterior . Por fim, a economia não desenvolvida é aquela que não possui, nem as estruturas do desenvolvimento, nem tampouco aquelas do subdesenvolvimento e que permanece, portanto, livre para facilmente tomar tal ou qual direção, em função do tipo de oportunidade apresentada (INIKORI, 2011, p. 97).

Tendo em vista os tipos de economias que o autor aborda, é possível analisar as estruturas geradoras e que mantém cada uma delas. O autor recorre a uma importante hipótese – que pode servir como ponto de partida para análises –, a época mercantilista e a transformação o capital, onde se consolidou as transformações sociais pré-capitalistas, no qual algumas regiões tornaram-se centro notório, e simultaneamente produzem estruturas de dependência e subdesenvolvimento para outras zonas. A grosso modo, como afirma Eduardo Galeano (2010) sobre a América pode-se estende-se para outras regiões, segundo ele:

O atraso e a miséria da América Latina não são outra coisa senão o resultado de seu fracasso. Perdemos; outros ganharam. Mas aqueles que ganharam só puderam ganhar porque perdemos: a história do subdesenvolvimento da América Latina íntegra, como já foi dito, a história do desenvolvimento do capitalismo mundial. Nossa derrota esteve sempre implícita na vitória dos outros. Nossa riqueza

sempre gerou nossa pobreza por nutrir a prosperidade alheia: os impérios e seus beleguins nativos. Na alquimia colonial e neocolonial o ouro se transfigura em sucata, os alimentos em veneno (GALEANO, 2010, p.02).

Assim como em regiões da África e da Antilhas, a miséria não é um aspecto isolado e/ou puro determinismo do acaso, e sim o resultado de um sistema predatório e seletivo, que concentra riqueza por meio de saques – alguns por meio de acordos diplomáticos, que beneficia o opressor/ colonizador -, de recursos naturais e/ou vidas humanas como ocorreu no processo de escravização, a formação da ordem mundial da economia tem como base processos desumanizadores, que em sua maioria nem se quer são citados nos clássicos, ou estão postos como um processo pacífico e necessário em nome do desenvolvimento, que subjugar não apenas alguns indivíduos, mais condena todo um povo, como a população africana, assim cita-se novamente Eduardo Galeano (2010):

A chuva que irriga os centros do poder imperialista afoga os vastos subúrbios do sistema. Do mesmo modo, e simetricamente, o bem-estar de nossas classes dominantes – dominantes para dentro, dominadas de fora – é a maldição de nossas multidões, condenadas a uma vida de bestas de carga [...] Os países opressores se tornam cada vez mais ricos em termos absolutos, pelo dinamismo da disparidade crescente. O capitalismo central pode dar-se ao luxo de criar seus próprios mitos e acreditar neles, mas mitos não se comem, bem sabem os países pobres que constituem o vasto capitalismo periférico (GALEANO, 2010, p. 02).

Se ao longo do texto Inikori destaca as estruturas de dependência e subdesenvolvimento, neste trabalho acrescentamos alguns aspectos que mesmo que não se apresentam explícitos, fazem parte destas estruturas, e são latentes nas questões econômicas, sociais e culturais, tais quais: miséria, pobreza, preconceitos, racismo e omissões.

A escravidão ocorreu No Mediterrâneo Antigo de forma isolada, mas somente no século IX ocorreu o desenvolvimento, de forma significativa, e foi a partir de 1492 após a viagem de Cristóvão Colombo, que abriu-se à exploração europeia, um tráfico de escravos africanos, envolvendo números muito maiores, que diferente do antigo tráfico, era um tráfico transatlântico de escravos, que foi praticado do século XVI até meados do século XIX. Segundo o autor do ponto de vista da história mundial, o comércio de exportação de escravos africanos principalmente o tráfico transatlântico, representa um fenômeno único, por diversas questões.

Para tentar compreender o papel do tráfico de escravos na história mundial, o autor utiliza-se das estimativas referentes ao volume desse comércio ao longo dos séculos, tendo como base as publicadas em 1969, por P. D. Curtin¹¹, durante a parte mais importante, ou seja, o tráfico transatlântico, sobretudo, nos séculos XVI e XVII.

Segundo Inikori, quando Cristóvão Colombo desembarcou nas Antilhas em 1492, as economias da Europa Ocidental eram subdesenvolvidas, a agricultura era subsistência e o trabalho artesanal, foi durante a Idade Média, com o crescimento da população e sua reorganização estimulou comércio entre as regiões e internacionalmente. Ocorram diversas mudanças nas economias da Europa Ocidental durante e após esse período, e se apresentaram de formas diferentes em

cada país, entre eles a Inglaterra se destacara graças ao comércio da lã e à expansão demográfica.

Para analisar o impacto do nascente sistema atlântico sobre as economias da Europa Ocidental, o autor distingue dois períodos: de 1500 a 1650 e de 1650 a 1820. No primeiro período, as economias e as sociedades da região atlântica ainda não possuíam as estruturas necessárias que propiciasse o funcionamento de um sistema econômico único. Assim a Europa Ocidental usou sua superioridade militar para dominar os recursos de outras economias e sociedades da região. Destacando nesse período os metais preciosos que vinham da América espanhola, pois o comércio do ouro no oeste-africano enfraqueceu à medida que o tráfico de escravos e a escravidão foram ampliadas. Foi a circulação do metal precioso como moeda de troca acelerou o processo de comercialização nas atividades econômicas da Europa Ocidental.

O segundo período (1650-1820) é caracterizado principalmente pela estruturação econômica e social nos países da zona atlântica, o processo de transformação capitalista da Europa Ocidental torna-se cada vez mais subordinado ao sistema atlântico, principalmente por conta crise geral que abalou a Europa Ocidental durante o século XVII, resultado principalmente da má administração e do financiamento de guerras e/ou conflitos. Foi no Novo Mundo que a Europa viu a oportunidade de expansão e recuperação da sua economia, em especial por meio da agricultura de plantação.

O texto faz menção a colonização das treze colônias na América do Norte, sua independência, destacando como as colônias britânicas passam progressivamente de atividades de subsistência à produção mercantil, onde é possível distinguir

três tipos de regimes econômicos, um no Sul centro e Norte. As colônias do Sul possuíam muitos recursos naturais e de mão de obra africana barata e servil e foram incentivadas a desenvolver a agricultura de plantação, primeiramente arroz e tabaco, em seguida o algodão. As colônias do Centro tinham uma base essencialmente na agricultura alimentar, de tipo familiar. E as colônias do Norte, depunham de poucos recursos naturais agrícolas, porém eram dotadas de portos naturais em água profunda e recursos florestais, o que possibilitavam a construção naval, direcionando-os para especialização no comércio e nos transportes marítimos. Vale ressaltar que a industrialização do território norte americano, só foi possível – em grande parte –, por meio da mão de obra escravizada na região Sul.

Na América Latina e nas Antilhas, na época da chegada de Colombo na região, os regimes econômicos são definidos como não desenvolvidos, e essa ausência geral de desenvolvimento explica-se por três fatores principais: a população, a geografia e o isolamento frente ao resto mundo. A população encontrava-se dispersas nas imersas regiões destes territórios, e posteriormente sofre uma drástica diminuição, no período denominado de “conquista da América” – que aproxima-se mais de uma invasão –, por meio do confronto direto e/ou do genocídio decorrente das doenças.

No Brasil colonial são os escravos africanos que garantem de forma integral a produção de açúcar para a exportação. Mesmo no século XVIII, com a forte expansão no mercado do ouro, a produção praticamente só se efetivou por conta do trabalho dos escravos. O autor discute o grande contingente de negros na América e Antilhas, segundo ele:

No Brasil perfil da composição étnica da população brasileira nos séculos XVIII e XIX. No ano de 1798, em uma população de 3.250.000 habitantes, 1.998.000 pessoas eram de origem africana, dos quais 1.582.000 eram escravos. Em 1872, aproximadamente 5,8 milhões de indivíduos, em uma população total de 9,9 milhões, eram de origem africana, entre eles, 1,5 milhões ainda eram escravos⁴⁷. Em outras palavras, a população de origem africana representava 61,2% da população total do Brasil em 1798 e 58% em 1872. A população escrava concentrava-se nas regiões que forneciam o ouro e os produtos agrícolas destinados à Europa e à América do Norte (INIKORI, 2011, p. 116)

Antes da metade do século XVII, as economias antilhanas estavam baseadas na agricultura de subsistência, e a produção voltada para a exportação era baixa. A transferência maciça de mão de obra africana para a América Latina, para as Antilhas e para os territórios do sul da América do Norte possibilitou uma expansão na produção e no comércio de bens de consumo, entre os séculos XVI e XIX. Mas essa expansão gerou estruturas de dependência nas consideradas “zonas periféricas”, ou seja, América Latina e nas Antilhas. Pois o não-desenvolvimento industrial originou sistemas econômicos precários, no qual setores mineiros e agrícolas dependem fortemente das economias da Europa Ocidental e posteriormente, dos Estados Unidos. Cenário agravado com o surgimento de impérios econômicos ligados à exportação e à importação, únicas atividades onde os magnatas das minas e as oligarquias agrárias na América Latina e nas Antilhas, dominam.

Cerca de 22 milhões de indivíduos foram levados – arrancados – da África para o resto do mundo, entre 1500 e 1890, a maior parte exportados pelo Golfo de Benin, o Golfo de Biafra e o Congo→ Angola, regiões que sofreram uma grave despovoação, o que impactou diretamente a economia do continente, pois retira-se a mão de obra necessária para desenvolvimento do mercado interno, desenvolvimento industrial.

Considerações finais

A partir das discussões e análises do autor, é possível perceber como o estabelecimento da atual ordem mundial tem como base a expropriação e violência, segundo Inikori (2011) a grande evolução econômica de alguns acontecimentos históricos, como a Revolução Industrial da Inglaterra do século XVIII e início do século XIX, quanto no nordeste dos Estados Unidos, no século XIX, só tiveram uma explosiva expansão na produção e no comércio graças a mão de obra servil adivinda do tráfico de pessoas escravizadas da África.

Referências

GALEANO, E. *As veias abertas da América Latina*. L&PM, 2010.

INIKORI, J. E. *A África na história do mundo: o tráfico de escravos a partir da África e a emergência de uma ordem econômica no Atlântico*. OGOT, Bethwell Allan. : África do século XVI ao XVIII. Brasília: UNESCO, 2010. 1208 p.

O CONCEITO DE CULTURA E SUA ABORDAGEM NAGEOGRAFIA

*Marília Cristina Silveira
Anderson Pereira Portuguez*

Introdução

O presente trabalho traz uma reflexão acerca do estado da arte da Geografia Cultural no Brasil atual, mostrando como este campo de análise do saber geográfico se desenvolveu em nosso país e suas atuais tendências de consolidação. Aporta um diagnóstico da produção da Geografia Cultural no Triângulo Mineiro, onde vem contribuindo para o acúmulo de estudos relevantes em Uberlândia, Uberaba, Ituiutaba e outras cidades.

Para a revisão proposta, nos valem de uma atenta revisão de literatura do material disponível em bancos de teses e dissertações de diversas universidades brasileiras, em especial as localizadas no Triângulo Mineiro.

Com este trabalho, desejamos oferecer aos futuros pesquisadores um olhar sobre a atual dinâmica de produção acadêmica da Geografia Cultural, seus principais pressupostos, seus subcampos de pesquisa mais relevantes e seu papel no todo do pensamento geográfico brasileiro.

Cultura e Geografia

Embora existam estudos culturais desde a antiguidade clássica, a partir do século XVII ocorreu uma intensificação dos estudos culturais seguidos pela necessidade de formação de um referencial moderno de ciência, que perpassou o século. Mas foi somente no início do século XIX, após a revolução iluminista que a Antropologia tomou forma como ciência estudando a evolução física, produção dos traços materiais e imateriais da cultura, das diferentes espécies de homínídeos e símios, psicologia, características étnico-raciais, costumes sociais e crenças dos grupos, ou seja, a Antropologia abrange o estudo do ser humano como ser cultural, fazedor de cultura.

Porém a Antropologia se manteve como a ciência mais dedicada aos estudos das culturas do mundo, sendo até a atualidade o campo do saber responsável por formulações teóricas e estudos empíricos destes temas. Neste contexto a cultura passou a ser estudada, não apenas pela Antropologia, mas dentro de diversas áreas do conhecimento, surgindo assim, definições e conceitos variados. Cultura, (*do latim cultura*), em seu conceito original, era entendida como um agente de mudança do *status quo*²podendo ser definida em várias acepções, apresentar significados diferenciados em contextos variados, de acordo com cada ramo do conhecimento humano, como exemplo: Na Agricultura é sinônimo de cultivo, nas Ciências Sociais, determinado pelo aspecto da vida social relacionada à produção do saber, à arte, folclore, mitologia,

¹⁰Status quo é uma expressão do Latim que significa “o estado das coisas” Por isso, geralmente é usada em frases como “mudar o status quo”, “defender o status quo” ou “desafiar o status quo”.

tradições e costumes, enquanto que na Sociologia simboliza tudo que é aprendido e partilhado pelos indivíduos em determinados grupos.

Cultura (do latim *cultura*, cultivar o solo, cuidar) é um conceito desenvolvido inicialmente pelo antropólogo Edward Burnett Tylor para designar o todo complexo metabiológico criado pelo homem. São práticas e ações sociais que seguem um padrão determinado no espaço. Refere-se a crenças, comportamentos, valores, instituições, regras morais que permeiam e identificam uma sociedade. Explica e dá sentido à cosmologia social. É a identidade própria de um grupo humano em um território e num determinado período (ALMEIDA, 2012, p.4).

De acordo com Almeida (2012, p. 05) Podendo ser visualizada também pela Filosofia,

como o “conjunto de manifestações humanas que contrastam com a natureza ou comportamento natural, enquanto que na Biologia, cultura é compreendida pela criação de organismos para determinados fins”. Portanto o estudo da cultura ou das manifestações culturais pode ser analisado por diversos ramos do saber, incluindo na Geografia.

A Geografia pode auxiliar no melhor entendimento dos elementos culturais a partir de como a sociedade atual os utiliza ou os experimenta no sentido de sua lógica e dinâmica espacial, isso é o que realmente importa e, para tal, torna-se necessário redimensionar o vocabulário geográfico, assim como suas práticas e referenciais, de maneira a melhor contribuir

para a interpretação do mundo em sua dinâmica contemporânea. Os fatores e elementos culturais tomam na sociedade atual importância cada vez mais central, tanto no aspecto de congregar o processo de reprodução e acumulação capitalista, assim como de divulgar e propagar os valores, percepções e comportamentos definidores das atuais relações, tanto sociais quanto individuais (BENITO e FERRAZ, 2007,p.31).

Para a Geografia Cultural, os elementos culturais na sociedade possuem importância central, divulgando a propagação de valores, percepções e comportamentos tanto nos aspectos de produção, reprodução e acumulação capitalista, quanto nas dinâmicas espaciais e sociais, podendo também ser definida da forma a seguir.

Cultura é inicialmente tomada como uma série de artefatos e práticas (roupas, técnicas de trabalho, alimentação, religião, língua, escrita, os utensílios, a moradia, arquitetura etc.) que possibilitariam caracterizar determinado arranjo sócio-paisagístico, viabilizando certa identidade regional passível de ser mapeada. Essa delimitação territorial permitia identificar a relação dos povos com seus ambientes, estabelecendo o sentido de unidade e a consolidação da desejada identidade regional até a escala do Estado-Nação (BENITO e FERRAZ, 2007, p.33).

Entendemos também que o encontro das culturas não se produz somente em uma sociedade globalizada, mas também em grupos numa mesma sociedade. De acordo com Tylor (1871, p, 03); “Todas as sociedades têm uma cultura que retrata seu modo de viver e, desta forma, suas especificidades são características marcantes que revelam seus traços do mais simples ao mais complexo,” definindo cultura da seguinte forma.

Culture or civilization, taken in its ethnographic sense, is that complex which includes knowledge, belief, art, morals, law, custom, and any other capabilities and habits acquired by man as a member of society. The condition of culture among the various societies of mankind, in so far as it is capable of being investigated on general principles, is a subject apt for the study of laws of human thought and action (TAYLOR, 1920, p. 01).

Neste contexto, a cultura é vista como uma importante ferramenta para o estudo das leis do pensamento e das ações humanas. O conceito de cultura pode expressar-se de formas variadas, podendo ser também: explícito ou implícito de acordo com o contexto em que está inserido. É o caso de Sauer e Cosgrove, que receberam influências de autores de renome.

Sauer, influenciado por Alfred Kroeber, adotou um conceito abrangente de cultura, visto como o conjunto de criações humanas. Esta visão de cultura deriva não apenas da influência de Kroeber, mas também da predisposição de Sauer em opor-se ao determinismo ambiental. Finalmente, a cultura era única e o seu desenvolvimento não era reprodutível (...) o conceito de cultura tinha para Cosgrove outras raízes e configurações. Com base em Cassirer, no

Centre for Contemporary Cultural Studies da Universidade de Birmingham, dirigido na década de 1970 por Stuart Hall, de Raymond Williams, professor na Universidade de Oxford, e na antropologia interpretativa de Clifford Geertz, cultura era entendida como os significados elaborados e reelaborados pelos diferentes grupos sociais a respeito das diversas esferas da vida (CORRÊA, 2014, p.40).

A cultura pode ser percebida também, a partir dos pressupostos pós-estruturalistas. De acordo com Portuguez (2015), não se deve desprezar o descritivismo sociocultural, mas também deve-se aprofundar na interpretação de questões relacionais, de controle social e de controle intersocial. Segundo o autor:

A cultura pode então ser entendida como um amplo sistema simbólico de valores, de princípios morais e éticos, de saberes, de fazeres, de técnicas, de artefatos, de normas sociais, de códigos de linguagem e de acúmulos memoriais de uma determinada sociedade. A cultura é historicamente produzida, é fruto de uma ampla rede de relações que resultam na forma de existir e viver de um grupo social, sendo influenciada e influenciando não só as relações humanas, mas também as relações intersociais e na dinâmica de uso e ocupação do espaço geográfico (PORTUGUEZ, 2015, p. 105).

Dessa forma a cultura está presente também na produção do espaço. De acordo com a narrativa antropológica ortodoxa a cultura surgiu com concepções científicas no período inicial da era moderna, caracterizada como teoria da coerência social e um apólogo, surgindo assim duas noções decultura, que muitas vezes estavam em total oposição.

Uma negava o que a outra proclamava; uma se concentrava nos aspectos da realidade humana que a outra apresentava como impossíveis ou, na melhor das hipóteses, como anormalidades. A “cultura artística” explicava porque os meios e métodos humanos não permanecem; a cultura da antropologia ortodoxa, pelo contrário, explicava por que eles são duradouros, obstinados e tremendamente difíceis de mudar. A primeira era a história da liberdade Humana, da aleatoriedade e contingência de todas as formas de vida produzidas pelo homem; a segunda atribuía à liberdade e à contingência papel semelhante ao dos mitos etiológicos, concentrando-se, em vez disso, nas maneiras pelas quais seu poder de destruição da ordem é esvaziado e sem consequências (BAUMAN, 2012, p.15).

Bauman (2012, p. 16), ressalta ainda que, “a segunda noção de cultura permaneceu vigente por mais ou menos um século”. É importante ressaltar que a cultura também pode ser considerada como um processo dinâmico. De acordo com Silva e Santos (2016, p. 08), pode estar presente também em “todas as ações por meio das quais os povos expressam seus trabalhos artesanais específicos constituem e fazem parte da sua cultura que, ao longo do tempo, adquire formas e expressões diferentes”. Dessa forma, é importante ressaltar que todos os

povos possuem maneiras diferenciadas de se produzir cultura.

É importante reconhecer que todos os povos produzem cultura e que cada um tem uma maneira diferente de se expressar e aceitar. Existem outras formas de expressão cultural que constituem o patrimônio vivo da sociedade brasileira: artesanatos, maneiras de pescar, caçar, plantar, cultivar e colher; de utilizar plantas como alimentos e remédios; de construir moradias; a culinária, as danças e músicas; os modos de vestir e falar, os rituais e festas religiosas e populares, as relações sociais e familiares – todas revelam os múltiplos aspectos que a cultura viva e presente de uma comunidade podem assumir (SILVA e SANTOS, 2015,p.08).

Existe um trânsito do traço cultural entre a cultura erudita e a cultura popular. Hoje determinadas formas de alimentação do passado se fazem presentes em grandes restaurantes, dessa forma a cultura popular é apropriada pela cultura de massa que a torna mais sofisticada, enquanto que a cultura de massa é aquela legitimada pelo capital e pelo modo de pensar e viver a globalização, como exemplo, temos os fast food que é uma maneira de comer que vem do mundo globalizado e da industrialização. É pensada para a massa consumidora do capitalismo. Enquanto a cultura popular é voltada para as tradições, com as permanências do passado no presente e aquilo que é legado de antigas gerações para as gerações do presente e se mantém nas práticas das culturas locais e regionais.

No entanto a cultura erudita se refere exclusivamente a dois aspectos, o primeiro deles é uma cultura com base européia enquanto a segunda por ideia acadêmica. Caracterizando assim a cultura erudita por elementos eurocêntricos e elementos acadêmicos.

Se pelo termo cultura entendemos uma herança de valores e objetos compartilhada por um grupo humano relativamente coeso, poderíamos falar em uma cultura erudita brasileira, centralizada no sistema educacional (e principalmente nas universidades), e uma cultura popular, basicamente iletrada, que corresponde aos mores materiais e simbólicos do homem rústico, sertanejo ou interiorano, e do homem pobre suburbano ainda não de todo assimilado pelas estruturas simbólicas da cidade moderna (BOSI, 1992, online).

Diante das definições apresentadas, observamos conceitos de cultura de forma variada, indicando semelhanças e diferenças essenciais entre autores de um mesmo campo do conhecimento, ou até mesmo, do campo de outras ciências, mas todos eles tinham como foco a sociedade e o desenvolvimento social.

O Brasil é um país que possuía, inicialmente, uma grande quantidade de etnias indígenas, com diferentes culturas e com características identitárias próprias, que foram muito rapidamente perdidas na medida em que os colonizadores europeus se territorializaram em nosso país. O processo de catequese, por exemplo, representou claro exemplo de dispersão espacial da cultura europeia, imposta nas terras brasileiras aos indígenas, que foram gradativamente aculturados e doutrinados a partir de

uma nova concepção de vida, de civilidade e de ordem social. O mesmo ocorreu com os africanos escravizados ao longo dos séculos XVI a XIX. Já em África ocorriam processos duros de imposição da lógica civilizatória europeia, batismos cristãos forçados e traslado de grandes contingentes de homens e mulheres para as áreas de produção açucareira no Brasil (PORTUGUEZ, 2015, p.110).

Percebemos então uma diversidade cultural, produzida no tempo e no espaço, por diferentes grupos sociais, cuja diversidade corre o risco de ser reorganizada e seus valores redefinidos por uma sociedade capitalista e por um novo tipo de cultura produzida no século XXI, a cultura de massificação.

A cultura de massificação é o conjunto informal de ideias, atitudes, símbolos, mitos, técnicas e todo um bojo de valores culturais e morais, preferidos e adotados por uma geração, que, mantêm no consumo dos produtos da indústria cultural, mainstream, a realização para a insaciável sede humana por conforto, prazer e bem-estar. Como por exemplo na cultura “ocidental” de massa, onde toda produção artística digna de valor é transformada em mercadoria e explorada unicamente pelo viés econômico. Assim como também as relações humanas, o ambiente natural e todo espaço constituído propriamente dito, são vítimas dessa forma escrupulosa de reprodução social imposta e garantida pela ideologia insidiosa do consumo exacerbado, que representa unicamente o interesse do grande capital em manter uma organização funcionalista e industrializada da sociedade,

devidamente estruturada para a manutenção da lógica capitalista de produção (MARANGON et.al, 2013,p.36).

Esta onda cultural, ideológica e informacional atua no subconsciente humano, com informações destinadas a programar a ideologia do consumo, e para isso, utiliza-se da tecnologia, da mídia e dos meios de comunicação, propagadores e formadores das opiniões públicas, criando assim povos conectados e vulneráveis ao fenômeno da universalização da cultura. A massificação da cultura procura influenciar, homogeneizar, e impor-se sobre a cultura popular.

Um primeiro movimento é resultado do empenho vertical unificador, homogeneizador, conduzido por um mercado cego, indiferente às heranças e às realidades atuais dos lugares e das sociedades. Sem dúvida, o mercado vai impondo, com maior ou menor força, aqui e ali, elementos mais ou menos maciços da cultura de massa, indispensável, como ela é, ao reino do mercado, e a expansão paralela das formas de globalização econômica, financeira, técnica e cultural. Essa conquista, mais ou menos eficaz segundo os lugares e as sociedades, jamais é completa, pois encontra a resistência da cultura preexistente. Constituem-se, assim, formas mistas sincréticas, dentre as quais, oferecida como espetáculo, uma cultura popular domesticada associando um fundo genuíno a formas exóticas que incluem novas técnicas (SANTOS, 2000, p.70).

Santos (2000, p. 71) destaca ainda a possibilidade de uma revanche da cultura popular sobre a cultura de massas quando afirma que, “Tais expressões da cultura popular são tanto mais

fortes e capazes de difusão quanto reveladoras daquilo que poderíamos chamar de regionalismos universalistas”. Santos (2000, p. 72) ressalta ainda que, “essa cultura por ser fundamentada no trabalho, no território e no cotidiano ganha força para impactar a cultura de massas”. A ideologia da cultura de massas está a serviço do poder, enquanto que a cultura popular é portadora da verdade e da existência da sociedade. Ainda no século XIX, uma nova ciência voltada para o estudo dos acontecimentos culturais do mundo, como linguagem, religião, artes, e análise de todos os fenômenos de organização social tomou força e forma, a Geografia cultural.

Destacamos ainda a cultura e hábitos alimentares dos povos tradicionais ou povos originários que residem nas áreas de Cerrado (mais de oitenta etnias indígenas, quilombolas, vazanteiros, trabalhadores extrativistas, geraizeiros, quebradeiras de coco dentre outros). São profundos conhecedores dos solos, rios, lagos e plantas desse bioma. Esses povos ou comunidades são detentores de saberes referentes às formas de consumo, processamento e armazenamento desses alimentos, retiram não apenas o necessário para sua subsistência, mas fazem desses produtos uma valiosa fonte de renda, representando também as relações dos homens com o meio ambiente.

Trajatória da Geografia Cultural

De acordo com Claval (2011, p. 06), “A primeira fase da Geografia Cultural ocorreu entre o final do século XIX e meados do século XX, na época onde o darwinismo³ estava triunfante, no início ela foi concebida por Friedrich Ratzel como uma ecologia dos homens”; Inicialmente a cultura era analisada pelo autor sob seus aspectos materiais. De acordo com Claval (2014, p.30) “com um conjunto de artefatos utilizados pelos homens em sua relação com o espaço às ideias que a subtendem e a linguagem que a exprime são dificilmente evocadas”. Logo, o modo de se observar a cultura foi da seguinte forma.

Ratzel detinha uma visão onde relacionava o Estado a um organismo, que sem, ou com a falta de espaço ficará ameaçado. Toda essa concepção está pautada em uma ótica darwinista⁴, onde há uma constante luta pela vida. De certa forma essa preocupação do autor, o limitou em desenvolver sobre temas relacionados a cultura dando a sua obra um caráter

³ A teoria darwinista se consolidou a partir dos anos 30, unificando evolução e genética –, a explicação do processo evolutivo não precisaria de qualquer outro mecanismo além da seleção natural e, no caso da origem de novas espécies, de mecanismos de isolamento reprodutivo. Hoje, temos uma nova forma de entender a evolução, baseada em parte numa síntese entre biologia evolutiva e biologia do desenvolvimento (El-Hani, 2009, p. 02).

⁴ A teoria darwinista se consolidou a partir dos anos 30, unificando evolução e genética - a explicação do processo evolutivo não precisaria de qualquer outro mecanismo além da seleção natural e, no caso da origem de novas espécies, de mecanismos de isolamento reprodutivo. Hoje, temos uma nova forma de entender a evolução, baseada em parte numa síntese entre biologia evolutiva e biologia do desenvolvimento (EL-Hani, 2009, p.02).

voltado aos aspectos políticos (CORRÊA, 2017,p.39).

Tudo tendo em vista o objeto central que seria o estudo das influências que as condições naturais exercem sobre a evolução das sociedades. Em termos de método, a obra de Ratzel não realizou grandes avanços. Manteve a ideia da Geografia como ciência empírica, cujos procedimentos de análise seriam a observação e a Para Ratzel as propriedades do ambiente geográfico determinam o desenvolvimento das forças produtivas que, por sua vez, determinam o desenvolvimento das forças econômicas e, portanto, de todas as relações sociais, privilegiando o elemento humano e sua difusão no globo.

Em sua obra Antropogeografia (1882), Ratzel abriu espaços para outros estudos passando de História natural para a Geografia, na tentativa de superar uma Geografia descritiva e avançar para formulações de construções explicativas, com considerações de Humboldt e Karl Ritter.

A Antropogeografia e a Geografia Política, ambas as obras de Friedrich Ratzel, são consideradas as pedras angulares do pensamento do geógrafo alemão considerado o fundador da Geografia Humana. É a partir da Antropogeografia, principalmente, que se identificam uma base filosófica concreta presente em Ratzel. Quer dizer, os fundamentos filosóficos de Ratzel se mostram em maior amplitude – assim consideramos – embutida nesta obra (Antropogeografia), cuja mesma abriu estudos geográficos outros (SOUZA, 2014, p.155).

De acordo com Cosgrove (1983, p.03); “Os primeiros geógrafos culturais trabalharam num meio intelectual dominado pelo determinismo geográfico⁵, no qual mesmo fenômenos culturais não-materiais eram considerados como o resultado de fatores geográficos”. Enquanto que, Paul Vidal de La Blache figura chave da escola francesa veio fortalecer o desenvolvimento da Geografia Cultural europeia. De acordo com Costa (2013, p. 83), La Blache, “relacionou o espaço como a influência do homem sobre o meio, concebendo o conceito de gênero de vida que é o equilíbrio entre população e recurso”, sua obra foi muito importante, uma vez que, esse conceito estava ligado às paisagens naturais, de forma que uma região existia no espaço independentemente da vontade humana.

A individualidade geográfica não surge a partir de uma simples consideração de geologia e clima. Não é algo pré-ordenado pela natureza. Devemos partir da noção de que um país é um ventre no qual as sementes adormecidas da vida foram semeadas pela natureza, mas no qual seu crescimento e uso dependem do homem. É ele quem, ao submeter a terra a seus usos, revela sua individualidade. É ele quem estabelece as conexões entre suas características distintas: para a incoerência de circunstâncias locais, ele introduz um conjunto sistemático de forças. Assim “é um “pays” definido e diferenciado que se torna, com o tempo, uma

⁵Determinismo geográfico é a concepção segundo a qual o meio ambiente define ou influencia fortemente a fisiologia e a psicologia humana, de modo que seria possível explicar a história dos povos em função das relações de causa e efeito que se estabeleceriam na interação natureza/homem. (Pena.2020).

medalha gravada na imagem de um povo”
(COSGROVE, 1983, p.03).

Neste contexto a natureza é humanizada através do uso do espaço. Ao falar sobre Geografia Cultural, outro autor merece ser discutido como sendo um dos clássicos da Geografia Cultural, o geógrafo americano Carl. O. Sauer. De acordo com Mathewson (2008, p. 02) “Sauer recebeu do seu pai (um professor de francês e música na escola metodista local) e da comunidade dos imigrantes alemães uma educação em artes liberais, história natural e literatura (principalmente Goethe e os escritores do romantismo alemão)”.

Sauer teve influência tanto dos geógrafos Alemães como dos Franceses – influência esta que seus colegas e mentores não as tinham. As leituras de Sauer apresentaram a ele o conceito de paisagem cultural dos autores alemães e a abordagem histórica regional da escola francesa. Com isso, Sauer incorporou o conceito de paisagem tornando-se palavra chave de sua obra. Há em Sauer e suas filosofias um rompimento com o determinismo ambiental, muito presente na geografia dos Estados Unidos. Através de sua abordagem histórica, Sauer mostra entender dois modelos de paisagem, a natural e a cultural (CORRÊA, 2017, p.41).

Em um contexto em que o estudo das ciências geográficas era apresentado tradicionalmente de forma enciclopédica⁶, Sauer afirmava haver uma relação causal entre a natureza e o homem e que essa relação foi aumentando com o passar do tempo tornando-se um dos principais fatores para a divisão da Geografia em duas partes: física e humana.

De acordo com Sauer (apud Correia e Rosendahl, 1997) o desenvolvimento da Geografia Cultural dedica-se à análise da construção das sucessivas culturas de uma determinada área, começando pela cultura originária e continuando até o presente. Sauer entendia a importância das influências culturais para a Geografia, isto é, o espaço conforme apreendido por diferentes pessoas e suas considerações sobre o mundovivido.

A partir de 1940 até 1970, a Geografia Cultural é deixada em segundo plano, em um

primeiro momento pela frente da Geografia regional hartshorniana (1940-1955). De acordo com Claval (2002, p. 01) “Final do século XIX até os anos cinquenta: os geógrafos adotavam

uma perspectiva positivista ou naturalista, não estudando a dimensão psicológica ou mental da cultura”. O interesse voltava-se para os aspectos materiais da cultura, as técnicas, as paisagens e o gênero devida.

⁶Que abrange todo o saber. O conhecimento enciclopédico ou de mundo, refere-se a conhecimentos gerais presentes em nosso dia a dia, como as expressões idiomáticas, ditados populares, frases com sentido ambíguo e diferente do que se levado criteriosamente a cada significado da palavra etc. (Dicionário enciclopédico, 2020).

A 2ª Guerra Mundial e a retomada da expansão capitalista alterando a organização do espaço e tendendo a eclipsar culturas tradicionais, regionais, levou à valorização de estudos com perspectivas pragmáticas, voltados para as transformações em curso e esperadas. A preferência mudou dos estudos sobre paisagens culturais, habitat rural, sistemas agrícolas e difusão cultural para estudos sobre lógicas locacionais e estudos urbanos, entre outros. O trabalho de campo foi em grande parte substituído pelas inferências estatísticas. Mas a geografia cultural prosseguiu. Foi em 1962 que Philip Wagner e Marvin Mikesell lançaram a coletânea *Readings in Cultural Geography* (CORRÊA, 2009, p. 02).

Na década de 1970, a Geografia Cultural passa por uma profunda reformulação. De acordo com Corrêa (2008, p.02); “A década de 1970 foi, em realidade, uma arena de embates epistemológicos, teóricos e metodológicos, no âmbito dos quais emergem uma geografia crítica em diferentes subcampos (...) para gerar a denominada geografia cultural renovada”, ao mesmo tempo a Geografia passa a valorizar a cultura segundo sua dimensão simbólica.

A nova Geografia Cultural vai sofrer inúmeras influências, nas quais se destaca o materialismo histórico e dialético. Com isso, se passa a questionar as relações entre a cultura e a vida social, a transmissão dos conhecimentos e regras de conduta, a relação do indivíduo com a sociedade e também as articulações e relações entre cultura e poder. Entende-se, desta forma, que a Nova Geografia Cultural veio preencher uma lacuna, dando

importância aos lugares e tendo o homem como parte integrante nesse processo. Tal mudança de foco se deu principalmente, pois, uma das principais críticas que existia sobre a Geografia Cultural era a de que ela se preocupava muito mais em descrever o mundo do que em explicá-lo. Assim, a nova Geografia Cultural foi cada vez mais associada à exploração de temáticas humanas (RAFAEL e PORTUGUEZ, 2019, p.26).

Ressaltando ainda que, “Dessa forma, os diversos temas tornam-se uma possibilidade para compreender a sociedade, além de ampliar a compreensão sobre o espaço”, e a forma em que o mesmo se relaciona com as dinâmicas sociais. A partir dessas abordagens a cultura passa a dar lugar a sua dimensão subjetiva.

A partir da década de 1980, surgem reflexões entre modernidade e pós-modernidade. Neste contexto a modernidade surge como sinônimo de progresso, ou seja, não se fala apenas no progresso das ideias, mas também no progresso das formas de produção e de trabalho. Dessas disputas entre poder e tradição, razão e vontade, resultou a subordinação do indivíduo à sociedade, em busca de “um bem maior” o progresso. Neste contexto está o capitalismo como expressão da modernidade exigindo transformações dos lugares. No final da década de 1980, houve um afastamento lento de um marxismo⁷ cada vez

⁷ O marxismo é uma doutrina sociológica, filosófica e política baseada no materialismo histórico dialético e no pensamento socialista científico criado por Karl Marx e Friedrich Engels. Esses pensadores foram responsáveis por fundamentar econômica e sociologicamente as ideias socialistas que já existiam na Europa, no século XIX, oriundas de teorias políticas anticapitalistas que pregavam a necessidade de se pensar em uma sociedade igualitária (PORFÍRIO. 2020. P. 02).

mais enfraquecido, ao mesmo tempo, o surgimento do pós-modernismo⁸. Neste contexto, surge a nova Geografia Cultural, de acordo com Pedrosa (2016, p. 39), “com preocupações e temáticas um tanto distintas da humanística ou da geografia culturaltradicional”.

A nova geografia cultural tenta responder a esse processo de mudança, uma vez que o êxodo rural, a industrialização e o surgimento das metrópoles globais alteraram drasticamente a mentalidade e a cultura dos grupos humanos, impondo-lhes um alto grau de complexidade. Assim, enquanto a escola da paisagem se dedica à compreensão de seus significados cambiantes que formam um discurso de múltiplos significados, para aqueles que se inspiram nos estudos culturais, o pensamento de Gramsci no tocante às hegemonias no campo da cultura tem grande relevância, admitindo-a como um complexo contraditório e plural. Acrescenta-se ainda a abordagem contextualista e materialista da produção da cultura de R. Williams, que possui fundamental importância. Assim, o cotidiano, a vida material, as representações sociais e a identidade passam a ser o foco de algumas questões, incorporando, muitas vezes, o debate pós-moderno (PEDROSA, 2016, p. 40).

⁸ Pós-modernidade é uma linha de pensamento que questiona as noções clássicas de verdade, razão, identidade e objetividade, a ideia de progresso ou emancipação universal, os sistemas únicos, as grandes narrativas ou os fundamentos definitivos de explicação (Costa, 1998, p. 7).

De acordo com Evangelista (1999, p. 13), “a lógica cultural, por sua vez, é marcada pela atuação de movimentos sociais diversos, convergindo para a diferenciação pós-moderna de área e valorização de determinados territórios”. Essa valorização ocorre devido à reorganização espacial empreendida pelas corporações empresariais. A partir de 1990 surgiu duas estruturas: a primeira baseada sobre as conceituações simbólicas da cultura de Raymond Willians e de Stuart Hall, destacando uma Geografia da dominação e da exclusão.

A segunda abordagem surgiu na França, mas se espalhou pelo mundo todo, inclusive no Brasil. De acordo com Claval (2011, p. 11) esta refere-se às experiências do lugar, do espaço vivido, experiência da natureza, experiência da multiplicidade dos espaços imaginados pelas sociedades. Tais olhares aparecem em trabalhos de Mircea Eliade (2018) e Rosendahl (1996).

No que se refere à alimentação, representou uma troca de saberes entre os povos, adquirindo valores simbólicos, sociais e culturais, de acordo com Claval (2012, p. 11) “no Brasil, a procura de alimentos é uma procura de feijões pretos, de farinha, de carne de sol ou de camarões; na França, é uma procura de pão, de vinho, de batatas, de fígado gordo”. Essas trocas culturais trouxeram diversidade na forma de alimentação, uma vez que os povos podiam compartilhar gostos e sabores.

A Geografia Cultural no Brasil

A Geografia chega ao Brasil no início do século XX, trazida por brasileiros que estudaram no exterior, como Carlos Delgado de Carvalho e Everardo Backhauser. Claval (2012) afirmou que o primeiro geógrafo citado recebeu forte inspiração

francesa, enquanto o segundo recebeu influências germânicas. Entre 1930 e o final do século XX, a Geografia brasileira se desenvolve e ganha distintos contornos.

Alguns importantes marcos deste período foram: Criação do curso de Geografia da Universidade de São Paulo (1934), criação do curso de geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1935), Criação da Associação dos Geógrafos Brasileiros (1934), criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1936), expansão do ensino escolar da Geografia no período pós anos 1970 (época de grande urbanização da população brasileira), assim como criação do primeiro programa de pós-graduação em Geografia do país em 1971, também na Universidade de São Paulo, entre outros fatos relevantes. Porém, ao longo de todo este período, a questão cultural sempre foi vista de forma secundária na produção geográfica brasileira, aparecendo de forma ocasional, por vezes superficial, fragmentada e frequentemente descritivista em estudos, dissertações e teses.

A Geografia Cultural como corrente de pesquisa específica, desenvolveu-se no Brasil, somente após o início dos anos 90. Mas as preocupações culturais estão presentes na maioria dos estudos publicados desde que a Geografia tornou-se no Brasil uma disciplina universitária, nos anos 30 (CLAVAL, 1999, p. 07).

O desenvolvimento tardio da Geografia Cultural no Brasil ocorreu devido a vários fatores, dentre eles estão: Geografia pós-lablacheana; a emergência do quantitativismo na geografia oficial, sobretudo nos anos 1960 a 1980, uma vez que essa geografia não realiza estudos a partir da subjetividade; o regime

militar entre 1964 e 1985, que controlou os estudos culturais censurando a produção cultural; a emergência da Geografia crítica de base marxista (materialismo histórico) que não prioriza nos estudos culturais na década de 1990.

Também podemos citar a falta de pessoal qualificado nesta área nas universidades brasileiras e as influências da corrente vidaliana. De acordo com Corrêa e Rosendahl (2008, p.01), “a despeito de a Geografia acadêmica brasileira ter sido criada em 1934, com a implantação do curso de Geografia e História na Universidade de São Paulo, foram necessários 60 anos para que a Geografia Cultural fosse reconhecida”.

A Geografia vidaliana pode ser melhor definida como Geografia regional, na qual a cultura, entendida em sentido amplo, constitui-se em mais um componente das complexas relações sociedade-natureza que caracterizava as regiões francesas e ultramarinas. Ainda que se possa reconhecer uma geografia cultural francesa entre 1890 e 1940 (CLAVAL, 1999), entendemos que um dado campo da ciência passa a ter existência quando reconhecido explicitamente por aqueles que a praticam, o que não ocorria entre os geógrafos franceses nem entre seus discípulos brasileiros. A precária apropriação por parte dos geógrafos brasileiros da primeira geração, com poucos recursos e com amplo e desconhecido território a ser analisado, gerou pesquisas que abordaram as relações sociedade-natureza privilegiando aspectos relativos ao povoamento, sistemas agrícolas e o urbano. Com suas exceções não se pode falar em geografia

cultural brasileira nos primeiros 35 anos da disciplina (CORRÊA; ROSENDAHL, 2008, p.74).

A partir de 1938, os geógrafos brasileiros, inspirados pelos professores franceses Roger Bastide⁹ e Claude Lévi-Strauss¹⁰ vão a campo, fazendo observações diretas e entrevistas. No mesmo ano chega ao Brasil Pierre Deffontaines, com o mesmo, surgem abordagens culturais, com artigos que questionam a origem das cidades brasileiras, com as obras, “O homem e a floresta”, “O homem e a montanha”, como as sociedades se inserem nos meios onde vivem? Quais as técnicas e os saberes mobilizados para isso? Que marcas esses grupos humanos imprimem nas paisagens?

A base dessa geografia em Deffontaines denota um caráter eminentemente filosófico ao conceito de Geografia Cultural, principalmente porque analisa a vivência do ser humano em seu local de inserção, incidindo em concepções de como as sociedades se comportam, na medida em que varia a disponibilidade de recursos para a sobrevivência,

⁹ Roger Bastide (1898 – 1974), sociólogo e antropólogo francês, conhecido pela crítica literária e psicologia social é responsável por vasta obra, parte dela dedicada ao Brasil, onde viveu, como professor da Universidade de São Paulo, entre 1938 e 1954. Suas principais obras são: *Imagens do Nordeste místico em branco e preto* (1945), *Psicanálise do Cafuné* (1941); *O candomblé da Bahia* (1958); *As religiões africanas no Brasil* (1960), *Brasil, terra de contrastes* (1957), etc.(HAAG.2011).

¹⁰ Claude Lévi-Strauss (1908-2009) foi um antropólogo, sociólogo e humanista francês. Foi um dos grandes pensadores do século XX, foi considerado o mestre da Antropologia Moderna. Dedicou sua vida a elaboração de modelos baseados na linguística estrutural, na teoria da informação e na cibernética para interpretar as culturas, que considerava como sistemas de comunicação, deixando contribuições fundamentais para o progresso da Antropologia Social (FRAZÃO. 2019, p.02).

oportunidades para a habitação, culminando, portanto, para as formas em que essas pessoas impactam na paisagem (NASCIMENTO, 2017, p. 11).

Entre 1950 e 1960, com o surgimento da nova Geografia, outras percepções geográficas foram introduzidas na disciplina, como o estudo do espaço, os mapas mentais e suas representações enquanto que os significados constituem em foco da atenção do geógrafo, fato esse percebido a partir de 1970 quando as reflexões epistemológicas deixaram gradativamente de ser positivistas ou neo-positivistas.

Depois de 1970, a evolução da abordagem cultural teve modificações diversas e desenvolveu em um longo período de tempo. Nos anos 70, o motivo para enfatizar as dimensões culturais das distribuições geográficas eram várias: Para um primeiro grupo de geógrafos, a nova orientação foi sequência de suas pesquisas no domínio da nova geografia, para um segundo foi sequência da sua crítica da standardização da conceitualização do homem e da sociedade na nova geografia para um terceiro grupo, foi o resultado da crítica do caráter conservador dela (CLAVAL, 2011, p.09).

Entre os anos de 1979 a 1980, a escola francesa de Geografia priorizava os estudos regionais enquanto a cultura fornecia elementos à identidade regional em um momento em que as obras de Pierre George favoreceram abordagens quantitativas americanas, consideradas progressistas. Em 1993 foi criado no Brasil o Núcleo de Estudo e Pesquisa Sobre Espaço e Cultura (NEPEC) na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), e suas pesquisas encontravam-se divididas em

três partes distintas: As relações entre espaço e religião, espaço e simbolismo e cultura popular; Dois anos depois foram lançados dois periódicos pelo Núcleo de Pesquisas Sobre o Espaço e Cultura (NEPEC), que tinham como representantes consultivos, Marvin Mikesell, Denis Cosgrove, Paul Claval.

Ao final de 2003 quinze números foram publicados. Em 1996 aparece a série de livros intitulada Geografia Cultural, que tem uma difusão mais ampla do que o periódico. Trabalhos completos de um geógrafo brasileiro e coletâneas de importantes textos publicados originalmente em outra língua que a portuguesa e textos procedentes de simpósios organizados pelo NEPEC são publicados na coleção que já possui dez livros publicados. Três simpósios de âmbito nacional foram realizados, em 1998, 2000 e 2002, cada um 16-20 “papers” e participação de 120-200 pessoas, estudantes, pesquisadores e professores universitários (CORRÊA; ROSENDAH, 2005, p.98).

As abordagens culturais no Brasil vão se afirmar a partir de 1990, com a virada cultural¹¹ ficando mais forte em 2000 com a criação do Núcleo de Estudos em Espaços e Representações (NEER), que procura ampliar e aprofundar a abordagem cultural na geografia, nas universidades de Salvador, Porto Alegre, Curitiba e Porto Velho.

¹¹ De acordo com Almeida (2012, p.30) a virada cultural da Geografia humana, faz parte de processos sociais, econômicos e políticos e dependem das culturas onde eles ocorrem. Esses processos têm, em comum, evidenciar o papel da subjetividade e das representações e os processos culturais. Para Pedrosa (2016, p. 42), a virada cultural vai assimilar o complexo arcabouço que busca relacionar à antropologia, a psicologia, a linguística, a filosofia e a arte para a compreensão da cultura.

O Brasil oferece um prodigioso campo de estudos àqueles que se interessam pela diversidade das sociedades e pela multiplicidade de possibilidades de sua apreensão do real. As raízes ameríndias da cultura nacional são identificáveis em muitos domínios, por exemplo, na agricultura e nos hábitos alimentares; os aportes da cultura africana são também consideráveis, com o surgimento e a consolidação de sincretismos religiosos no Candomblé ou na Umbanda, assim como com o nascimento de sociedades neoafricanas, como os quilombos. A componente europeia é dominante em muitos domínios, mas ela se exerceu em momentos variados e sob diversas maneiras (CLAVAL, 2012,p.16).

A religião oferece enormes contribuições à geografia cultural, destacando Zeny Rosendahl que estuda a funcionalidade religiosa da cidade, assim como a produção do espaço na lógica do cristianismo ocidental na concepção de espaços sagrados; Aureanice de Mello Corrêa (2004; 2008), inspirada pelo Candomblé analisa a festa da Irmandade da Boa Morte em Cachoeira, no Estado da Bahia; Carlos Augusto Monteiro com trabalhos relacionados a dimensão geográfica de certos números de romances; Maria Helena Bragae Vaz da Costa é uma autoridade internacionalmente reconhecida pelas suas interpretações geográficas de filmes (2003).

A formação dos geógrafos brasileiros não é homogênea. Aqueles que saem de bons estabelecimentos de ensino secundário possuem em geral uma cultura clássica mais sólida e bases mais

seguras em filosofia, formação esta que não começa pelos estudos de Marx, Heidegger ou Foucault, como em geral ocorre entre os intelectuais franceses: as referências a Platão, a Kant, à filosofia alemã do século XIX ou às correntes críticas do século XX são frequentes entre aqueles que praticam a Geografia cultural; neste livro, Gil Filho se debruça, por exemplo, sobre a filosofia das formas de Cassirer e seus significados para os estudos culturais em Geografia (CLAVAL, 2012, p.16).

Destacamos também, Roberto Lobato Corrêa, um dos responsáveis pela disseminação de conhecimentos no Brasil; Adnilson de Almeida Silva e Rafael Sanzio A. dos Anjos sobre a distribuição das populações de origem africana e a rede de quilombos brasileiros; Rogério Haesbaert reconstituiu o avanço da frente de colonização gaúcha; Anderson Pereira Portuguesez, com importantes contribuições na Geografia das religiões e estudos da Cultura popular; Rossevelt José Santos sobre as culturas rurais da região do Triângulo Mineiro; Josué da Costa Silva trabalhando com as populações ribeirinhas da Amazônia; Maria Geralda de Almeida (UFG), que escreveu textos sobre a cultura popular no Cerrado brasileiro, entre outros grandes nomes do Brasil.

Após as observações referentes à cultura, com seus conceitos e definições por diversos autores, seguidos pela trajetória da Geografia Cultural no Brasil e no mundo, não podemos deixar de mencionar a importância da Geografia Cultural no Triângulo Mineiro.

No Triângulo Mineiro existem três polos de pesquisa da Geografia Cultural, sendo eles: o Programa de Pós-Graduação de Geografia do Instituto de Geografia da Universidade Federal

de Uberlândia, a Universidade Federal do Triângulo Mineiro e o Instituto de Ciências Humanas do Pontal, no Programa de pós-graduação do Pontal em Ituiutaba.

No Programa de Pós-Graduação de Geografia do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, destacamos os trabalhos do professor Roosevelt José dos Santos¹², que atua nas áreas de Geografia Cultural, Geografia Agrária e Ensino de Geografia, desenvolvendo linguagens digitais e a fílmica na produção de vídeos e documentários.

Na Universidade Federal do Triângulo Mineiro, em Uberaba, destacamos as contribuições do professor Carlos Alberto Póvoa¹³ Coordenador do Laboratório de Estudos sobre Espaço e Cultura - LABEEC / UFTM e coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Israelita do Triângulo - NEPIT / UFTM. Nestes locais atua nas temáticas de pesquisas e estudos-Imigração Judaica, Geografia da População Judaica. Porém, desenvolve trabalhos e pesquisas na Geografia Cultural: Étnico-Linguística e das Religiões, bem como sobre as questões

¹² Roosevelt José Santos. Professor titular Orientador do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Uberlândia. Coordenador do Laboratório de Geografia Cultural Instituto de Geografia/UFU. Pesquisador do CNPq, FAPEMIG e FU. Trabalha com projetos de pesquisa e extensão em Assentamentos de Reforma Agrária, Quilombos, Manifestações étnico-religiosas no campo e na cidade, envolvendo os Lugares, os territórios, as territorialidades e os vínculos territoriais das populações tradicionais no bioma Cerrado (Instituto de Geografia. 2020 p.01).

¹³ Carlos Alberto Póvoa. Graduado em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (1998 - 1992), mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU (1999- 2001), doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo - USP, (2003 - 2007) e Pós Doutor em Geografia Humana pelas Universidade de São Paulo - USP (2014- 2015) e Ben Gurion University of the Negev - BGU/ Israel (2015), (Escavador. 2020, p.01).

religiosas e culturais entre Judaísmo e Islamismo. Especialista em assuntos étnico e religiosos no/do Oriente Médio e Norte da África.

Do Instituto de Ciências do Pontal, no Programa de Pós-graduação de Geografia do Pontal, em Ituiutaba, o professor Anderson Pereira Portuguez¹⁴, traz importantes contribuições com estudos relacionados às seguintes áreas de pesquisa: Geografia do Turismo; Geografia Cultural; Cultura, lugar, diversidade e identidade sócio-territorial; Religiosidade popular e matrizes culturais afro-brasileiras e estudos de questões étnico-raciais.

¹⁴ Anderson Pereira Portuguez. Licenciado em Geografia pela Universidade Federal do Espírito Santo (1993); Pós-Graduado (Lato Sensu) em Educação Escolar pela Faculdade Espírito-Santense de Administração (1994); Mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (1998); Doutor em Geografia Humana pela Universidad Complutense de Madrid (2010). Autor dos livros "Agroturismo e Desenvolvimento Regional (2 ed 2001), Consumo e Espaço: Turismo, Lazer e Outros Temas (2001), Turismo, Memória e Patrimônio Cultural (2004), Turismo no Espaço Rural: Enfoques e Perspectivas (org et al 2006), Turismo e Aquecimento Global (3 ed. 2010), Geografía humana del bajo río Doce (2010), além de ter publicado diversos artigos em anais de eventos, capítulos de livros, jornais, revistas e periódicos científicos. Professor Assistente do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (Campus de Ituiutaba), (FACIP/UFU. 2020, p. 01).

O professor Alessandro Gomes Enoque¹⁵ lecionou no Programa de Pós-graduação de Geografia do Pontal entre 2014 e 2020 e contribuiu com pesquisas culturais, sobretudo em temas relacionados à religião e cultura organizacional.

Percebemos então que os estudos culturais estão presentes em várias áreas do conhecimento e a Geografia Cultural preocupa-se não apenas em compreender e identificar as práticas culturais e suas relações com o espaço geográfico, mas caracteriza-se também pelo estudo das diversas manifestações sociais, dentre elas estão às religiões, crenças, rituais, artes, formas de trabalho, áreas culturais, regiões culturais, traços culturais, economia, política, linguagem, artes e porque não, alimentação.

Nestes contextos a Geografia Cultural fornece aos temas culturais um embasamento para compreensão dos elementos culturais da Geografia mundial, e na alimentação não é diferente, destacando suas formas e práticas desde a antiguidade até os dias atuais, está presente em diversas sociedades como grupos ou comunidades ancestrais, indígenas, quilombolas, afro-brasileiras, e porque não, as diversidades regionais, nas formas de alimentação em cada região do Brasil, construindo assim uma

¹⁵ Alessandro Gomes Enoque. Professor Associado II da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Pesquisador Mineiro (Edital PPM/FAPEMIG/2018). Pós-Doutor em Sciences Humaines pela École des Sciences de la Gestion (ESQ) da Université du Québec à Montréal (UQAM). Doutor em Ciências Humanas (Sociologia e Ciência Política) pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (FAFICH/UFMG). Mestre em Administração de Empresas (Área de Concentração: Organizações e Recursos Humanos) pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (FACE/UFMG).

Geografia da Alimentação, como parte da Geografia Cultural.

Na história da Geografia Cultural nos podemos dizer que existiram vários momentos de crise, e na atualidade vivemos outro, a Geografia Cultural no momento vem se confrontando com novos desafios e novas maneiras de pensar o mundo inclusive no Brasil. Atualmente geógrafos de toda América Latina estão revendo os seus referenciais e tentando construir um discurso da Geografia Cultural que se baseia na descolonização em relação ao pensamento europeu.

As práticas coloniais e pós-coloniais causaram profundas transformações na sociedade criando estruturas de comportamento cultural que hoje são questionadas por diversas ciências, entre elas a Geografia. Como exemplos das consequências do período colonial podem citar: o maxismo, o patriarcalismo, a consequente situação subalterna da mulher na sociedade, o racismo e as terríveis relações étnico-raciais que se espalham por toda a América Latina, o apagamento da memória indígena e a subalternização de população preta e parda (SOUZA e PORTUGUEZ, 2021).

Esses são apenas alguns exemplos de situações que são identificadas como consequências do período colonial, e a Geografia Cultural vêm sendo chamada a responsabilidade de pensar sobre tais consequências abrindo mão dos referenciais impostos pela mentalidade colonizadora e resgatando a forma de pensar e de organizar o mundo dos povos tradicionais. Nesse sentido pensar os alimentos do Cerrado é também uma forma de resgatar a étno Geografia desses povos que descobriram e desenvolveram o hábito de se alimentar de frutos, raízes, cascas, sementes e outros alimentos da flora do Cerrado brasileiro.

Por outro lado esse grande momento de crise da Geografia Cultural força os pensadores a reinterpretarem a globalização, pois na medida em que a Geografia necessita rever a forma de pensar o mundo incorporando ao seu arsenal, novos referenciais culturais e novas cosmovisões e cosmos-vivências ela também se vê obrigada a reinterpretar a globalização e ser ainda mais crítica com os impactos que o capital causa sobre comunidades tradicionais e heranças pensadas por elas.

Não podemos deixar de lembrar também que a Geografia Cultural analisa a cultura do presente, não se prendendo somente a traços deixados pelo passado. Neste sentido a globalização e os conteúdos do período técnicos Científicos tão bem definidos pelo professor Milton Santos (em sua obra Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico) são elementos que precisam ser considerados como traços da cultura contemporânea. Analisar a cultura de uma sociedade como a de Ituiutaba exige não só um olhar voltado para o passado, mas também uma observação do que acontece no presente, pois a cultura é um elemento vivo e precisa ser pensada também na sua contemporaneidade (PORTUGUEZ, 2021).

Nesse sentido não há uma fronteira rígida entre a abordagem cultura e a abordagem econômica da Geografia, pois estudar a economia de um determinado recorte territorial implica em alguma medida em estudar também a sua cultura, pois as práticas econômicas são desenvolvidas a partir de um sistema de relações culturais. Quando pensamos em diversos aspectos do tempo em que vivemos e do espaço que ocupamos (política, economia, artes, consumo, nas novas tecnologias,

comunicações etc.), estamos pensando na cultura no tempo presente, na contemporaneidade. Retornando ao passado histórico podemos compreender como essas variáveis de análise se tornaram importantes para a atual população brasileira.

Os traços culturais mudam de conteúdo e sentido no decurso do tempo e no contexto socioespacial, de forma que a Geografia Cultural precisa estar atenta a estes movimentos. A cultura é viva e não se refere somente às tradições do passado. Refere-se também a todos os arranjos de mediações socialmente produzidos e vivenciados no presente e, assim, permite-nos pensar em que imagem terá nosso futuro0 comum.

Pensar a cultura no tempo presente a partir da Geografia Cultural (e suas crises) é um exercício complexo e necessário para que o atual momento histórico seja compreendido á partir de referenciais que permitem avançamos para muito além da descrição de tradições e costumes. Portanto esse trabalho traz contribuições nesse sentido.

Para concluir

O conceito de cultura vem se modificando, sobretudo no seio das Ciências Sociais desde meados do século XVIII. Embora diferentes correntes antropológicas tenham se dedicado a conceituar a cultura, ainda hoje seu entendimento suscita debates acalourados e controversias.

A Geografia tem se interessado por este conceito desde o final do século XIX, aportando relevante referencial conceitual aos estudos culturais, em especial na primeira metade do século XX, quando a Escola de Berkeley (USA) emergfiu como

importante centro de difusão teórica da chamada Geografia Cultural e da Geografia Histórica.

Após a segunda Guerra Mundial a Geografia Cultural passou pela renovação crítica, tanto em função da emergência de novos paradigmas científicos, quanto pelo fato de associuedadesditas ocidentais (e ditas ocidentalizadas) mergulharem em profundas transformações com a ruptura pós-moderna, que vem marcando o tempo presente.

Atualmente, um importante movimento de reorganização teórica vem ocorrendo, sobretudo na Geografia africana e latinoamericana, onde os discursos de descolonialidade tem emergido. Por este novo paradigma, os saberes não eurocentrados passam a ter grande peso na reflexão científica e tentem a levar a Geografia Cultural para um outro patamar de análise. Os sujeitos sociais de grupos subalternizxados ao lonbgo da história do “mundo ocidental” passaram a assumir maior protagonismo e falarem de si, escreverem sobre si e resgatarem conceitos ancestrais, muitas vezes conflitantes com a visão eurocentrada da ciência e da filosofia.

Referências

ALMEIDA, Antônio. Alguns Conceitos Sobre Cultura. São Paulo: Clube de Autores, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. *Ensaio sobre o conceito da cultura*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Zahar, 2012.

BENITO, Cláudio.; FERRAZ, Oliveira. O Estudo Geográfico dos Elementos Culturais – Considerações para Além da

Geografia Cultural. *Terra Livre*, n. 29 (2): p. 29-50, Presidente Prudente, 2007. Disponível em: <<http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/239>>. Acesso em: 22 de abril de 2020.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CLAVAL, Paul. Reflexões sobre a Geografia Cultural no Brasil. *Espaço e Cultura*. UERJ/RJ, n°8, p. 7-29, Ago/dez. 1999.

CLAVAL, Paul e Charles Christophe. Geografia Cultural: Um balanço. *Revista Geografia*. (Londrina), v. 20, n.3, p. 005-024, sep. /dez 2011

CLAVAL, P. A geografia cultural no Brasil. In: BARTHEDELOIZY, F., e SERPA, A. (orgs). *Visões do Brasil: estudos culturais em Geografia*. Salvador: EDUFBA; 2012, p. 11-25.

CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny. A Geografia Cultural brasileira: Uma avaliação preliminar. *Revista da ANPEGE*. V.4, p. 01-05, 2008. Disponível em: <[file:///C:/Users/casa/Downloads/6600-19721-1-SM%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/casa/Downloads/6600-19721-1-SM%20(1).pdf)>. Acesso: 09 de Agosto 2020

CORRÊA, Roberto Lobato. Carl Sauer e Denis Cosgrove: a Paisagem e o Passado. *Espaço Aberto*, PPGG-UFRJ, V.4, N.1, p. 37-46, 2014., Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/2431>>. Acesso em: 13 de junho de 2020.

CORREIA, RI L. ; ROSENDAHL, Z. (orgs.). *Sobre Carl Sauer*. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2011.

COSGROVE, Denis E. Em direção a uma Geografia Cultural radical: Problemas da teoria. Traduzido por Olívia B. Lima da Silva de “Towards a Radical Cultural Geography of Theory”,

Publicado em Antípode – a *Radical Journal of Geography*, Worcester, 15 (1). 1983, p. 1-11. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/6313>> . Acesso em: 14 de junho de 2020.

EVANGELISTA, Helio de Araujo. Geografias moderna e pós-moderna. *GEOgraphia*, ano 1, n°1, p. 01-13, 1999. Disponível em: <virada culturale pós moderno pdf.>. Acesso em 22 de julho 2020.

Eliade, M. O sagrado e o profano: essência das religiões. São Paulo: WMF, 2018.

EL-HANI, Charbel Ninõ.; MEYER, Diogo. A evolução da teoria darwiniana. Sociedade Brasileira o para Progresso da Ciência. *Com Ciência*, no.107, Campinas 2009. Disponível em: <http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542009000300011&lng=en&nrm=iso&tlng=en>. Acesso em: 04 de novembro de 2020.

MARANGON, Frederico; MACIEL, Marco Antônio Cazelato; SANTOS, Vitor Devechiati Rorigues dos. Mídia, cultura de massa e cultura local: Conflitos de cultura. *In: ANAIS DO Workshop de Geografia Cultural: A multiplicidade da cultura no espaço e suas territorialidades* 22 e 23 de agosto de 2013, p. 30-33. 2013Alfenas-MG, Disponível em: <www.unifal-mg.edu.br/geografia/workshopdegeografiacultural>. Acesso em: 15 de setembro de 2020.

MATHEWSON, Kent; SEEMANN, jorn. A Geografia histórico-cultural da Escola de Berkeley – um precursor ao surgimento da História Ambiental, *Dossiê: História Ambiental e Cultura da Natureza*. Belo Horizonte/MG, V. 24, n° 39. Jan./jun. p.01-04. 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/vh/v24n39/a04v24n39.pdf>>. Acesso

em: 26 de julho de 2020.

MARCONE, Marina de Andrade.; PRESOTTO, Zelia Maria Neves. *Antropologia, uma introdução*. Editora Atlas. 7° ed. São Paulo. 2010.

NASCIMENTO. Marina Noronha Costa; CARVALHO. Maria Cláudia da Veiga Soares; PRADO. Shirley Donizete. Análise sobre orientações políticas de educação alimentar e nutricional. *Demetra; Revista Artigo Temático*. 2017; 12(3); p. 637-664, Disponível em: <file:///C:/Users/casa/Downloads/28669-101869-1-PB.pdf.>. Acesso em: 23 de junho 2020.

PEDROSA, Breno Viotto. O império da representação: A virada cultural e a Geografia. *Espaço e Cultura*, UERJ/RJ, n° 39, p. 31-58, jan./jun. de 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/casa/Downloads/31750-104946-1-SM.pdf>. Acesso em: 18 de junho de 2020.

PORTUGUEZ, A. P. *Geografía Humana del bajo río Doce*. Ituiutaba: Barlavento, 2010.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. *Espaço e cultura na religiosidade afro-brasileira*. Ed. Barlavento. Ituiutaba. 2015.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. ARAÚJO. Daniel Féo Castro de. Território e identidade cultural: Estudo de caso dos migrantes nordestinos no bairro Novo Tempo II, em Ituiutaba/MG. In: PORTUGUEZ, A. P. OLIVEIRA JÚNIOR, A. MIYAZAKI, V. K. (orgs). *Olhares da Geografia brasileira: dinâmicas ambientais e questões sociais na atualidade*. Ituiutaba: Barlavento, 2019, p. 23-26.

SOUZA, L. S. D. ; PORTUGUEZ, A. P. Arerês e fuzuês: a intolerância religiosa contra a umbanda e o candomblé em Ituiutaba. Ituiutaba: Barlavento, 2021.

RAFAEL, Luana Regina Mendes.; PORTUGUEZ, Anderson Pereira. *Ritmos e Cores do Catolicismo Negro em Ituiutaba: As territorialidades da festa de Congada Entre 1950 e o tempo Presente*. Ituiutaba: Barlavento, 2019, p.02-27.

Rosendahl, Z. Espaço e religião: uma abordagem geográfica. São Paulo: Edusp, 1996.

SANTOS, Claudinei Araújo dos; GONÇALVES. Marcelino de Andrade. Conceito de Região. Semina – *Revista dos Pós-graduandos em História da UPF*. Passo Fundo - RS, v.13, n.1, p.15-31, 2014. Disponível em: <<http://www.seer.upf.br/index.php/ph/article/view/4341>>. Acesso em: 19 de setembro de 2020.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: Do Pensamento único à Consciência Universal*. São Pulo: Record. 2000.

SANTOS. M. ; SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SOUZA, Marquessuel Dantas de. A Filosofia na Antropogeografia de Friedrich Ratzel. *Caderno de Geografia*, v.24, n.42, 2014. Disponível em: <<file:///C:/Users/casa/Downloads/6466-Texto%20do%20artigo-28556-1-10-20140716.pdf>>. Acesso em: 18 de setembro de 2020.

TAYLOR, Edward B. Primitive Culture: Research into the development of mythology, philosophy, religion, language, art, and custom. V. 1, London. 1920. p. 501. Disponível em: <<http://www.tbm100.org/Lib/Tyl20PC2.pdf>>. Acesso em: 22 de julho de 2020.

A DISPOSIÇÃO DA IMIGRAÇÃO JUDAICA NO TERRITÓRIO BRASILEIRO: UMA ABORDAGEM HISTÓRICO-GEOGRÁFICA

*Carlos Alberto Pòvoa
Hana Nusbaum*

Considera-se que nem todas as periodizações já trabalhadas por diferentes autores são fiéis ao critério estabelecido por eles mesmos, pois acabam por aceitar as balizas cronológicas ao procurarem constituir marcos importantes na história do Brasil como tal, a começar da primeira fase, que se estende de 1500 a 1570, em que se fala na ampla integração dos judeus tanto com o espaço e com o território brasileiro, bem como na vida econômica do país e acabam compreendendo-se em alguns subperíodos históricos.

Apesar da pequena diversificação relativa aos padrões cronológicos dos acontecimentos mais importantes para a delimitação de períodos quanto à história dos judeus, à sua inserção no espaço e à transformação que realizaram em relação aos eventos e às ações que beneficiaram a construção do seu lugar e de sua identidade. De acordo com PÓVOA (2010), a sua proposta de divisão acerca dessa imigração foi elaborada em períodos que sucederam a entrada e permanência dos imigrantes judeus no Brasil. São organizadas em três períodos: Colonial, Imperial e Republicano onde insere-se sete levadas migratórias.

O primeiro período vai de 1500 até 1822, o segundo de 1823 até 1889, e o terceiro 1890 até 1957. Até aqui, temos a periodização quase convencional que é aplicada a toda a história dos judeus no Brasil, mas que ainda não permite explicar o

particular e o peculiar existente na imigração dos judeus para/e em nosso país. No caso, o particular é a narrativa de uma comunidade, é a história de um povo com religião própria e com uma trajetória universal, que implica o estudo de todo o processo vinculado aos momentos da história geral dos judeus, onde quer que se encontrem, e, em especial, as fontes de origem da imigração judaica para o Brasil e suas múltiplas procedências. Também cremos que a história do Brasil não pode ser desvinculada da história da emigração europeia, quando tratamos de entender certos processos políticos, econômicos e culturais.

Por meio da análise segundo períodos das ações e dos eventos da chegada desse grupo de imigrantes, podemos enfatizar as diferentes faces da imigração dos judeus, bem como a sua inserção no espaço brasileiro. Deste modo, observa-se a transformação acarretada pela presença do imigrante, em diferentes momentos do tempo e no espaço ou no decorrer da sua permanência na história brasileira.

Período Colonial

1ª. Leva – 1624 a 1654: A conquista holandesa do Nordeste, território português-brasileiro. Os imigrantes judeus, oriundos da Holanda, chegaram à cidade de Recife (sobretudo os sefaradim – de ascendência portuguesa, expulsos durante o Santo Ofício de Portugal e exilados na Holanda), fixaram-se na cidade e transformaram a economia da região em uma das mais ricas do Novo Mundo. Porém foram expulsos do Nordeste pelos portugueses e se dirigiram para a América do Norte, para os

Estados Unidos, onde compraram terras e fundaram a cidade de Nova Amsterdã, hoje Nova Iorque (HARDMAN, 1988, 54).

2ª. Leva – 1810: A primeira fase da imigração organizada e sistemática de judeus para o Brasil foi marroquina (oriundos do Norte da África, ou judeus ma'aravim), tendo como destino a região Norte – a cidade de Belém. Chegaram evadidos dos países árabes – Magreb –, afugentados pelas leis intolerantes do islamismo em relação às outras diferentes religiões em território muçulmano (BENCHIMOL, 1999, 76). A chegada coincidiu com a primeira fase do ciclo da borracha.

Período Imperial

3ª. Leva – 1855: A segunda fase da imigração marroquina ou ma'aravinita para o Brasil também tinha como objetivo a continuidade de imigrar para o Norte do Brasil, porém, dessa vez, chegando até a cidade de Manaus e depois ao interior da Amazônia. Outra leva de ma'aravim imigrou diretamente para o Sudeste do Brasil. A primeira cidade a recebê-los nessa região foi o Rio de Janeiro, posteriormente imigraram para os estados de São Paulo e Minas Gerais. Essa fase da imigração coincide com a segunda fase do ciclo da Borracha e o desenvolvimento cafeeiro no Sudeste.

4ª. Leva – 1889: Esta terceira leva emigratória despertou uma segunda outra leva de imigrantes judeus do Norte da África – ma'aravinitas – do Marrocos para a Região Norte do Brasil, destacando-se as capitais dos Estados do Amazonas e do Pará, porém esses imigrantes não se fixaram nos grandes centros urbanos dessa região, mas foram se somar aos que já habitavam o interior nas cidades ribeirinhas. Nesse mesmo período,

ressaltamos a primeira imigração de judeus do Oriente Médio provenientes da Palestina para as cidades do Rio de Janeiro e de Santos; isso aconteceu depois da visita do Imperador D. Pedro II à Terra Santa (FAINGOLD, 1999, p. 76). Nesse mesmo momento, judeus que fugiam dos pogroms e das mazelas econômicas da Europa iniciaram a imigração organizada e sistemática da Europa Oriental para a América do Sul, sob a supervisão da JCA, amparada pelo Barão Maurice Hirsch (1831-1896), para a Argentina e o Uruguai. Quando os imigrantes/refugiados dos pogroms chegaram à Argentina, encontraram refúgio na vila agrícola, fundada pela JCA, na Província de Santa Fé – Moisés Ville, em 1889 (LESSER, 1995, 81).

Período Republicano

5ª. Leva – 1890 a 1925: A segunda onda imigratória sistematizada e organizada pela JCA, com base de origem também nos países da Europa Central e do Leste, tinha como destino a Argentina: a cidade de Moisés Ville, na província de Santa Fé (LESSER, 1995, p. 82) e, ao mesmo tempo, a capital Buenos Aires, o bairro do Once; em 1775, foi inaugurada a linha ferroviária que liga o interior do país à capital portenha, facilitando a mobilidade dos imigrantes. Bem no início do século XX, esses imigrantes foram trazidos para o Brasil, com ofertas de maiores glebas de terras, mais férteis e com facilidades de obter créditos maiores. A JCA, no Brasil, organizara duas novas colônias semelhantes à da Argentina. Famílias se dirigiram para as Colônias Agrícolas brasileiras de Quatro Irmãos e de Phillipson, localizadas entre as cidades

gaúchas de Santa Maria, Erechim e Passo Fundo, no Centro-Sul do Estado do Rio Grande do Sul. Somados aos novos imigrantes refugiados e imigrados a ocupar novas glebas de terras adquiridas pela JCA em acordo com o governo Brasileiro e Gaúcho. Esses “estrangeiros” eram, sobretudo, de maioria Ashkenazim. Essa nova reorganização agrícola no sul do Brasil incentivou novos imigrantes provenientes da Rússia, Bessarábia (atual Moldova), Ucrânia, Hungria e alemães a imigrarem para o sul do Brasil (PÓVOA, 2010, p. 31). Dessa forma, podemos afirmar que também houve a chegada de não judeus em meio a esses imigrantes judeus ao estado gaúcho, que ocuparam terras próximas das Colônias Agrícolas Judaicas como forma de manterem a sobrevivência.

6ª. Leva – 1925 a 1945: Durante o período obscuro na Europa, os judeus deixaram de ser imigrantes espontâneos ou forçados para se tornarem refugiados de guerra e de perseguições antissemitas. A Europa Oriental e a Rússia foram responsáveis por essa massa de refugiados para a América durante e pós-Segunda Guerra Mundial. A imigração se dirigiu para as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte (sefaradim e Ashkenazim), de acordo com Póvoa (2010, p. 45).

7ª. Leva – 1950 a 1970: Consideramos que esta seja uma das últimas levas de Imigrantes judeus refugiados, porém agora oriundos dos países árabes no Oriente Médio (MIZRAHI 2001, 83). Chegaram, inicialmente, nos anos 50 às cidades do Rio de Janeiro e de Santos e São Paulo e eram denominados de judeus orientais ou de Mizrahim, Mustarábes e Teimanitas (ou iemanitas) (PÓVOA, 2010). Isso por causa da etnia, pelo rito judaico diferenciado e pelo sotaque de árabe no hebraico chamado de arbia – língua falada nas sinagogas de origem árabe (PÓVOA 2010).

Os judeus que imigraram para o Brasil são de correntes e etnias diferentes, desse modo apresentam também denominações diferenciadas, como sefaradim, ashkenazim, ma'aravim, mizrahim, teimanitas, mustarábes etc., porém os principais grupos de judeus no país são os Sefaradim e os Ashkenazim.

Há comunidades muito diferentes entre si, tanto pela língua e pela cultura como pelo passado histórico diverso, que se organizaram em grupos com identidades próprias e criaram suas sinagogas, clubes, grupos de acolhimento aos imigrantes de suas regiões, e cada um fez o seu lugar dentro de um espaço judaico.

Os judeus no Brasil Colônia

Foi substancial o subsídio prestado pelos judeus à metrópole portuguesa na época das grandes navegações do século XV. A conquista de novas terras, a inserção em territórios e a expansão marítima colocaram os portugueses em posição de destaque no controle das tecnologias marítimas para a época. Das tábuas astronômicas de Abraão Zacuto, traduzidas por José Vecinho, à criação do astrolábio pela Junta de Matemáticos judeus em Portugal – da qual participavam personalidades do meio acadêmico lusitano, como os Mestres Rodrigo e Vecinho –, assim como à primeira descrição da balhestilha, em 1342, por Levi Ben Gershon, judeu da Catalunha, ou à organização do Regimento da Estreia do Norte pela mesma junta matemática fundada por João II, ao comerciante e viajante Benjamin de Tudela, o desenvolvimento do conhecimento geográfico se fez presente nas escolas de

navegação portuguesa, assim como seus estudiosos (DAVIDOVITCH, 1967).

Nesse meio de destacadas personalidades da academia de navegação lusa, cada um teve e deu a sua parcela de contribuição; esses homens tiveram a sua importância para o seu período, época e tempo, pois avolumaram-se as invenções e os estudos de seu tempo para a conquista de novo espaço, pois o território conquistado passara a uma acumulação desigual em que se registram as evoluções de cada momento e de cada evento (BASBAUM, 2004).

De acordo com Scheindlin (2003), outros sábios traziam inestimáveis achegas à arte de marear. Recordando-se, em parte da sua obra, ainda Scheindlin (2003), que Zacuto foi conselheiro de D. Manuel, Rei de Portugal, o qual nos começos de seu reinado o consultava em todos os negócios de importância. Assim se facilitaram as viagens de Bartolomeu Dias, do grande Gama e de Cabral.

Os primeiros judeus a chegar ao Brasil vieram nas caravelas de Cabral, no século XIV. Podemos afirmar que os israelitas sempre estiveram presentes no país, apesar da forte atuação da Inquisição no período colonial e da presença hegemônica da Igreja Católica, já que somente com advento da República é que se sedimentou o conceito de separação entre Igreja e Estado, estruturando-se o conceito de cidadania e plenos direitos aos membros de todas as “fés” no Brasil (DAVIDOVITCH, 1967).

A vinda desses imigrantes para o Brasil se fez de maneira descontínua, em levadas ou ondas imigratórias e em diferentes períodos e condições históricas, isto é, tal fenômeno também ocorreu em outros países que foram “rotas dos

imigrantes judeus” como a Argentina, os Estados Unidos, Canadá e a Austrália.

As primeiras referências acerca das imigrações dos judeus para o novo mundo aludem aos cristãos-novos e aos cristão-judeus (LIPINER, 1987), em documentos gerados pelo governo e pelo clero da época, entre o século XVI e o século XVIII. Vítimas das perseguições que se intensificaram a partir do final do século XV, com a expulsão dos judeus da Espanha e a conversão forçada em Portugal – os autos de fé, muitos desses cristãos-novos e cristão-judeus procuraram vida nova em todos os sentidos nas colônias do Império português (Brasil, Índia-Goa, África) durante os séculos XVI e XVII (SEREBRENICK, 1990).

A vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil, em 1808, em decorrência da iminente invasão do exército de Napoleão Bonaparte marca o início de um período frutífero para a vida judaica na colônia e também para a sociedade colonial “brasileira”. A Abertura dos Portos às Nações Amigas e o Tratado de Amizade e Paz entre Portugal e a Inglaterra, de 1810, permitiram o estabelecimento de neocatólicos no Brasil, propiciaram o ambiente favorável para a vinda dos primeiros imigrantes judeus que tinham como principal destino a cidade do Rio de Janeiro.

Com o decreto de conversão forçada, expedido por D. Manuel, após ter-se casado com a filha de Isabel a Católica (da Espanha) (LIPINER, 1987), é de ver que muitos judeus, sob capa de cristãos-novos, cuidaram de rumar a outras terras, de uma ou de outra forma, para que pudessem continuar praticando a fé judaica.

A exemplo, na frota de Pedro Álvares Cabral vieram numerosos cristãos-novos, que deram a sua considerável contribuição ao avanço nas conquistas territoriais, como o Mestre João, físico e autor de uma carta preciosa como documento da descoberta do Brasil, e Gaspar da Gama, o famoso judeu encontrado por Vasco da Gama na ilha de Anquediva de Goa-Índia, e a quem “batizou”, mais tarde, com o seu próprio nome. Além de intérprete, teria sido útil pela experiência de viagens anteriores, o que lhe permitia falar com autoridade nos conselhos de capitães e pilotos nas escolas de navegação Ibérica (GILBERT, 1985).

Segundo GILBERT (1985), em 11 de maio de 1500 Gaspar da Gama foi enviado de volta a Portugal, para levar as boas novas do descobrimento ao rei, e deve ter sido assaz eloquente para despertar-nos outros judeus cristãos-novos o interesse pelas terras que seriam, pelo menos, boa escala na rota da Índia e também possibilitariam uma nova vida longe das interferências da Igreja na liberdade religiosa. Foi assim que, pouco depois, o rei de Portugal arrendava colônia a um grupo de cristãos-novos, sob a condição de mandarem todo ano seis naus a descobrir 300 léguas de costas. Em troca, ficavam com o monopólio da exploração do pau-brasil (que era conhecido também como “madeira judaica”) e dos demais produtos da terra. Na expedição de 1503 (LIPINER, 1987), participou o explorador cristão-novo Fernão de Noronha, que descobriu a ilha que hoje tem seu nome em águas brasileiras e fica sob a administração do estado de Pernambuco. Por decreto de 16 de janeiro de 1504, D. Manuel nomeou-o como Cavaleiro da Coroa e donatário da ilha. Vemos surgir aí o esboço do futuro sistema de capitánias que teve em primeiro donatário no Brasil um cristão-novo (SEREBRENICK s.d.).

Outro presumível cristão-novo de que se dá notícia nos começos da colônia é João Ramalho (LIPINER, 1987). Lançado à costa em 1512, por obra de um naufrágio, fez amizade com os nativos e veio a casar-se com a filha do chefe Tibiriçá. Ajudou a fundar os primeiros estabelecimentos da colonização paulista e foi alcaide-mor de Santo André da Borda do Campo. O que o identificaria como judeu é o fato de assinar os documentos e acrescentar a letra kaf (כ).

Conforme Lipiner (1987), os navios do comércio de Fernão de Noronha, tendo aportados nas ilhas da Madeira e de São Tomé no Atlântico, trouxeram para o Brasil a cana-de-açúcar, dando uma nova condição comercial à colônia e um crescimento da economia de forma particular, além da (re)organização do espaço, que foi um dos fatores indispensáveis à reprodução das novas relações econômicas, sociais e políticas dentro do Brasil Colônia.

Isso, de certa forma, incrementou a distribuição e as infraestruturas, os instrumentos de produção que substituíam o pau-brasil, os homens, a força de trabalho – enfim, as forças produtivas e a organização dos espaços, favorecendo o crescimento mercantilista-capitalista e suas deformidades, com o início do plantio da cana-de-açúcar.

O fato é que esse novo empreendimento é creditado aos judeus por vários historiadores, entre eles Salvador (1992); Novinsky (1972); Kayserling (1971); Antônio de Capmany de Montpalau; Oliveira Lima, em “Os trabalhadores judeus constituíam o melhor elemento econômico do tempo” (1965); e Gilberto Freire, “a mecânica judaica da indústria do açúcar teve de ser importada pelo Brasil” (1977). De acordo com LIPINER (1987), técnicos trazidos por Duarte Coelho, em 1535, para trabalhar nessa “indústria canavieira”, faziam com que a

expansão dos negócios chegasse além da Europa e um dos responsáveis era o judeu Diogo Fernandes, proprietário, com outros correligionários, do engenho de Santiago, em Pernambuco.

Em carta enviada ao Rei João III de Portugal, em 1556, Jerônimo de Albuquerque, governador de Pernambuco (SEBRENICK s.d), explicava que o novo negócio da cana-de-açúcar, de Diogo Fernandes, deu aos colonizadores conhecimento e capacidade para a operação de engenhos de açúcar em outras colônias portuguesas.

Consoante Kavaldloff (1974), é provável que tenham sido os judeus os primeiros a explorarem as plantações de fumo, arroz e algodão. Mas eis que em 20 de junho de 1567 o governo português proibiu que os conversos continuassem a emigrar para o Brasil. A saída dos cristãos-novos de Portugal passou a processar-se às ocultas, e pelos fins do século XVI eram senhores de cerca de 200 engenhos de açúcar no Nordeste brasileiro e com boa posição social, principalmente nos estados da Bahia e Pernambuco, onde se pode falar em termos de comunidade, bem como em Olinda, cidade pernambucana onde há notícias de um João Nunes que teria atuado como rabino (LIPINER, 1987).

Desde 15 de novembro de 1889, o Brasil é uma república federativa, com lugar de relevo na política latino-americana (KAVALDLOFF, 1974). A riqueza de tarefa deparada por sua condição de país novo sempre abriu ao imigrante um largo campo de iniciativa, trabalho e desenvolvimento em geral. O único estorvo se traduziu de início nos reflexos da intolerância religiosa (AZEVEDO, 1989).

Quando, em 1624, os holandeses tomaram a Bahia, os marranos aí residentes apressaram-se a retornar à fé judaica. Do mesmo passo, viram acorrer da Holanda cerca de mil correligionários, que vieram estabelecer-se naquela cidade. Cabe lembrar que, pelo tratado de Utrecht, de 1579, que deu as condições para a união das sete províncias setentrionais da Holanda, ninguém poderia ser ali perseguido por motivo de suas convicções ou práticas religiosas. Segundo Novinsky (1972, 29), foi, todavia, curto o período de liberdade espiritual dos judeus na Bahia, pois os portugueses retomaram a cidade menos de um ano decorrido, e os judeus de novo caíram em condição de marranos, tornando a ocultar a prática de sua fé.

Isso explica por que, em 1630, com a nova investida dos holandeses, já agora no Recife-PE, os cristãos-novos locais neles viram a esperança de um regime que não lhes tolhesse o exercício de seu culto. Consolidado o seu domínio, os holandeses (AZEVEDO, 1989), seguindo as instruções da Companhia das Índias Ocidentais, proclamaram, em 26 de dezembro de 1634, igualdade de direitos e inteira liberdade religiosa a todos os habitantes da Nova Holanda. É natural que para ali acorressem judeus emigrados da Holanda, Portugal e do Norte da África, integrando-se em breve na vida econômica local em todos os seus aspectos (compra e exportação de plantas medicinais, peles de animais, frutas e madeira), a ponto de Recife ter sua rua principal veia econômica apelidada “Rua dos judeus”, enquanto o próprio porto era amiúde chamado de “Cais dos judeus” (KATZ, 1993).

Para Katz (1993), os judeus batavos dividiam-se em duas comunidades. Vale lembrar que as primeiras comunidades judaicas do Novo Mundo, nas Américas, situavam-se uma no Recife e outra na ilha de Antônio de Maurícia, isto é, no atual

bairro de Santo Antônio. Todos os judeus residentes nos territórios holandeses ultramarinos faziam parte das suas comunidades locais, nas suas cidades, nas diferentes colônias holandesas (MELTZER, 1978).

Para que o território fosse devidamente reconhecido pela liberdade religiosa, foi inaugurada, em 1636, a sinagoga Kahal Kadosh T'sur Israel (Santa Congregação Rochedo – alusão ao Recife – de Israel); seus membros se congregavam numa casa alugada, entretanto, por volta dos anos de 1640 e 1641, foi construída uma sede própria. Não havia mais a necessidade de se viver ambivalentemente nessa área do território “brasileiro”, pois a alvedrio religioso era garantido pelas leis holandesas. Havia uma busca na ordem religiosa pelos judeus, bem como do espaço, pois a nova “ordem” abria a possibilidade de uma construção social que fosse capaz de assimilar os novos valores culturais (BAUMAN, 1999).

Afirma-se em documentos e pesquisas (LIPINER, 1987) que antes do ano de 1630 não há registros oficiais acerca de comunidades judaicas no Brasil (ascamot), e tampouco sobre o tamanho de comunidades. Somente em 1648 é que se verificou em documentos históricos a presença de uma comunidade. Segundo Grinberg (2005), de 344 a 1.450 pessoas judias agregavam-se na cidade de Recife-PE nesse período.

Para Katz (1993), a comunidade ocupava “umas casas grandes de sobrado, às margens do rio Capibaribe, e outros habitavam próximos à rua dos judeus” (hoje Rua do Bom Jesus).

A deficiência de espaço habitável no estreito istmo, “o Recife da época”, fez com que os judeus comesçassem a estabelecer-se igualmente em Maurícia, do outro lado do rio. Criou-se um novo local de orações para que os judeus da outra

margem pudessem celebrar o Shabat em comunidade e sem profaná-lo, pois, para se chegar à principal sinagoga recém-fundada, era necessário o uso de barcos – até o Recife (LIPINER, 1987). Isso fez com que as autoridades holandesas construíssem uma ponte ligando as duas cidades, que, para época, era uma obra gigantesca, tanto é que a sua conclusão se deu no início do ano de 1644. Tal estrutura deu uma nova configuração à paisagem da cidade de Recife, bem como promoveu a integração entre as duas cidades, o que colaborou para a expansão urbana.

Essa segunda comunidade – Maurícia –, provavelmente fundada em 1637 conforme Kavaldloff (1994, p. 71), chamava-se Kahal kadosh Abraham (Santa Congregação de Abraão) e funcionou independentemente da comunidade de Recife até 1648, quando foi reabsorvida por T'sur Israel. A vida judaica girava em torno da sinagoga e das outras instituições indispensáveis a toda comunidade judaica tradicional.

A existência de um cemitério próprio (1626) é outro contorno territorial da presença dos judeus na cidade de Recife, pois objetos como a sinagoga e o cemitério tornaram a judeidade mais significativa para a construção do seu lugar e a concretização do seu espaço, já que a cidade adquiria uma importância econômica, como pólo canavieiro e extrativista de pau-brasil. A presença dos judeus na área urbana pode ser decorrente do crescimento econômico. Situado à beira do Capibaribe, no continente, o cemitério atuava como uma relação entre as duas comunidades; do outro lado da ilha de Antônio Vaz, são atestados enterros de judeus pelo menos desde 1638, já que a fundação de um cemitério israelita é posterior a esse período (LIPINER, 1987).

De acordo com Grinberg (2005), Recife também abrigava duas escolas judaicas: uma Talmud Tora, para crianças pequenas, e outra Etz Chaim, para meninos mais velhos – Isaac Aboab da Fonseca, rabino de T’sur Israel desde 1641, era professor da segunda. Nascido em Portugal, sua vida é um paradigma da história dos membros da comunidade: ainda bebê, sua família mudou-se para o sul da França e, em seguida, para Amsterdã, onde oficialmente retornou ao judaísmo. Isaac Aboab foi um discípulo do grande cabalista Abraham Cohen de Herrera e, no Brasil, escreveu vários textos em hebraico, a primeira produção literária nessa língua nas Américas. Além de Isaac Aboab da Fonseca, vários outros membros da comunidade eram considerados sábios, isto é, bons conhecedores dos preceitos do judaísmo.

Para Gilbert, (1985), diferentes organizações cuidavam da assistência social comunitária. A assistência aos pobres era gerida pelo comitê executivo da comunidade, o Mahamad, já que era proibido dar esmolas individualmente. Pessoas eram nomeadas especificamente para coletar doações na comunidade para a redenção de cativos, e outras pessoas arrecadavam doações para ajudar as comunidades carentes da Palestina. Finalmente, representantes da Companhia de Dotar Órfãos e Donzelas Pobres, sediada em Amsterdã, também estavam presentes em Recife.

T’sur Israel e Maguen Abraham foram as duas únicas comunidades organizadas e oficiais do Brasil Holandês. Isso se deveu à junção de dois fatores, um interno e o outro externo à comunidade. As comunidades judaicas tinham naquele tempo o hábito de concentrar-se em um único estabelecimento por estado ou região (exemplo: Amsterdã após 1639), portanto, mais tarde, na Grã Bretanha, durante muito tempo, a única sinagoga

situava-se em Londres (LIPINER, 1987), provavelmente por vontade dos administradores, que assim podiam controlar os diferentes membros mais de perto e manter uma imagem sólida diante dos judeus que os toleravam.

Por sua vez, apesar da relativa liberdade religiosa reinante no Brasil holandês, os governantes tinham de contemporizar constantemente com os rigorosos pastores calvinistas. Conforme Grinberg (2005), os calvinistas sentiam desprezo e viam com horror a presença judaica em Recife, tomando medidas para que essa presença se tornasse chocante, como, aliás, também acontecia na Holanda.

Segundo Gilbert (1985), a própria comunidade, tanto no Recife como em Amsterdã, acabou procurando manter-se culturalmente o mais discreta possível em relação à sociedade protestante que a acolhia. Havia uma permanente preocupação em mostrar-se como “gente política”, isto é, gente civilizada, o que fez com que os Mahamadim de Amsterdã ou de Recife continuamente editassem regras contra qualquer manifestação que pudesse chocar a sociedade, como procissões matrimoniais e fúnebres, transações comerciais aos domingos, as exuberantes festas de Purim e, especialmente, as polêmicas religiosas com os cristãos.

Todas essas regras também existiam no contexto americano (AQUINO, 1981), mas o tipo de sociedade que aí se desenvolveu durante o domínio holandês – uma sociedade colonial, em estado de guerra quase permanente e necessitada do maior número possível de colonos e capital – era bem diferente daquele de Amsterdã, e atendeu a mais compromissos.

Desse modo, os judeus desfrutaram de certas condições que não conseguiam na metrópole. Diferentemente do que acontecia em Amsterdã, onde só podiam ser mercadores, no Brasil também podiam vender a varejo e ser tendeiro ou mascate (KUCINSKI, 2002, p. 109). Os judeus eram, junto com o resto da população, incentivados a praticar atividades agrícolas, coisa desnecessária na Europa, e participavam da defesa do território, o que não parece ter sido o caso nas Províncias Unidas (sete províncias do norte dos Países Baixos – Frisia, Groninga, Güeldres, Holland, Overijssel, Utrecht e Zelanda –, agrupadas na união de Utrecht (1579), até a ocupação francesa em 1795) (GILBERT, 1985. p. 101).

Foi justamente a situação de guerra, neste caso o movimento de restauração iniciado em junho de 1645 para expulsar os holandeses, que levou essa diferenciação entre colônia e metrópole ao seu máximo.

Em carta datada de sete de dezembro de 1646, tendo em vista os serviços prestados pelos judeus, os senhores dos estados gerais ordenaram aos governadores do Brasil que considerassem a sobredita nação judaica aí no Brasil sobredito em todos os particulares e em todas as ocasiões, como também contra qualquer que em suas próprias pessoas ou bens, fazendas e mercadorias queria danar ou, por via, molestar, hajam de ser protegidos e defendidos em igualdade e como os outros nossos nativos destas terras próprias, sem fazer nenhuma diferença ou separação entre eles e os outros dos nossos nativos em nenhuma diferença (LIPINER, 1987).

De acordo com Carvalho (1992), essa exaltação antijudaica de alguns holandeses estava igualmente ligada à realidade econômica, visto a maior liberdade de movimento que gozavam, mas, sobretudo, pela facilidade que tinham para

negociar com os luso-brasileiros por falarem português, já que os judeus holandeses eram descendentes dos judeus portugueses expulsos de Portugal (KAISRLING, 1971) durante os atos de fé nos séculos XVI e XVII. Esses judeus batavos serviam, muitas vezes, como intermediários entre os brasileiros e os holandeses. Apesar disso, a questão que mais nos importa aqui é que essas rivalidades, adicionadas à própria vontade dos dirigentes da comunidade judaica, levaram a atividade religiosa oficial a limitar-se ao centro Recife/Maurícia. Contudo isso não impediu que houvesse uma tendência contrária ou que existissem agrupamentos informais.

Não tardou, entretanto, para que o clero calvinista organizado da Holanda atacasse a liberdade concedida aos judeus no Brasil holandês, porém tal fato estaria no compromisso com o florescimento do cristianismo em Recife. A isso juntaram as ações de negociantes cristãos, que visavam criar dificuldades aos judeus, seus competidores na indústria de açúcar, comércio ambulante e intermediação em geral (CARVALHO, 1992). Em 1638, impôs-se aos judeus a prática do culto a portas fechadas, malgrado invocassem o edito de tolerância de 1634.

Com a chegada de crescentes levas de imigrantes judeus entre 1639 e 1640, a comunidade local pediu ao *stadholder* Príncipe João Maurício de Nassau que lhe restabelecesse inteira liberdade na prática do culto (GILBERT, 1985). Com o apoio dos mercadores cristãos, o clero calvinista, irritado, pediu, em 21 de novembro de 1640, que se restringissem drasticamente os direitos dos judeus e até que se proibisse sua imigração para as colônias holandesas na América (ATTALI, 2003). Nassau encaminhou à Companhia das Índias Ocidentais essa manifestação de hostilidade, mas recebeu instrução para manter

a Nova Holanda com inteira liberdade religiosa. Essa orientação foi reiterada em 19 de junho de 1642, sendo expressamente atendida por João Maurício de Nassau; o tempo de seu governo foi considerado a “idade de ouro” dos judeus no período colonial brasileiro (SEREBRENICK, s.d).

Para Grinberg (2005), o próprio Rabi Manasseh Ben Israel, um dos dirigentes judeus em Amsterdã, da sinagoga portuguesa, manifestou o desejo de se transferir para o Brasil. Mas, em 1642, a kehilah, ao mandar para Pernambuco 600 colonos judeus, entregou sua direção espiritual ao rabino Isaac Aboab da Fonseca, que trouxe consigo o chazan Moisés Rafael de Aguiar. Segundo Carvalho (1992), esse afluxo de judeus holandeses ilustres estimulou a cultura entre os judeus radicados no Brasil holandês. Aboab, que escreveu tempos depois o poema Zecher Assiti Lenifleoth El e, juntamente com o chazan Moisés Rafael de Aguiar, a obra Miimeh Iehuda, é o primeiro israelita de que se tem notícia na América.

Ainda segundo Carvalho (1992), a obra descreve as peripécias do cerco dos portugueses ao Recife em junho de 1646, quando o rabino prescreveu dias especiais de jejum para que o Onipotente consentisse vitória aos holandeses. Grande foi à participação dos judeus na defesa da cidade sitiada nessa ocasião, e acredita-se que sua atitude deu à população, angustiada pela fome, o ânimo de resistir.

Desde 1644, com a renúncia de João Maurício de Nassau, a Holanda viria a enfraquecer sua posição de conquistadora no Recife (LIPINER, 1987). Aos judeus mais convinha a coexistência com os holandeses, dada a intolerância religiosa dos portugueses, ou seja, era mais fácil negociar a sua liberdade religiosa com os calvinistas do que com os católicos da Inquisição (KRAUSZ, 1994).

Eis por que os judeus holandeses fizeram participar como seus representantes Abraham de Azevedo, que fazia parte de uma comissão tripartite que foi a Amsterdã discutir sobre o futuro dos judeus holandeses no Brasil bem como os derradeiros tempos do conflito entre Portugal e Holanda. A busca de reforço e de apoio militar, para a Nova Holanda, foi em vão e, no início de 1654, os portugueses reconquistaram Recife (LIPINER, 1987, p. 45).

Francisco Barreto, comandante das tropas portuguesas, ordenou aos seus combatentes que não molestassem os judeus, já que detinham a maior parte do comércio e as casas de exportação de Recife, contudo a eles foram dados prazos de três meses para deixarem a cidade. Na venda de suas casas e outros bens tiveram enormes perdas, assim como na liquidação de negócios, pois a coroa portuguesa não negociava o real valor dos imóveis e das mercadorias.

Extinguiu-se sua incipiente cultura, as sinagogas foram extintas e demolidas, os túmulos do cemitério comunal foram abandonados e mais tarde ocupados por áreas habitáveis. Mais de 600 judeus deixaram o Recife, retornando a maioria à Holanda com o rabino Aboab, enquanto os demais rumavam à Guiana Holandesa e outros se aventuraram para a América do Norte inglesa e fundaram a cidade de Nova Amsterdã, aonde chegaram ao final do ano de 1654.

Os judeus no Brasil Imperial

Sob uma promessa de liberdade de culto e convencidos através de uma campanha publicitária internacional favorecida pelo governo da então província do Grão-Pará, famílias judias

iniciaram a emigração a partir de 1810, oriundas do norte da África, e pode-se considerar que esse foi o período de maior representatividade e transformação para os imigrantes judeus, principalmente para os que se dirigiram para o norte do Brasil, o Brasil amazônico. Foi um dos períodos mais relevantes e peculiares da história judaica brasileira no que tange à organização e ao volume de imigrantes, pois trata-se de um período em que levas foram organizadas e sistematizadas, oriundas de várias partes da África e da Europa Central e do Leste. Essas diferentes bases judaicas no mundo é que transformaram o conceito de imigração judaica, pois não se emigrava apenas da Europa, mas também de áreas até então desconhecidas para o Brasil.

Nessa primeira leva da imigração judaica para o Brasil amazônico, que de certa forma podemos considerar “organizada”, no que se refere a sua saída e chegada, destacam-se os judeus do Marrocos ou de “leva marroquina” – “ma’aravim”.

De acordo com Scliar (2006, p. 53), os acontecimentos da saída desses judeus procederam a partir do início do século XIX, 1810, e eles se dirigiram diretamente para a Região Norte, sobretudo para o Estado do Pará, o que se acentuou no decorrer dos anos com o processo positivo da economia da borracha atraindo novos imigrantes. A diferença e o contraste geográfico eram evidentes e singulares, pois saíram de uma região considerada árida e montanhosa (Montes Atlas) e aportaram na selva amazônica. Isso criou certa suspeita sobre a dificuldade de adaptação, porém ao contrário do que se esperavam os ma’aravim rapidamente assimilaram a cultura local, confundindo-se com a população local até pelo biótipo. A preocupação em delimitar-se geograficamente levou os judeus

marroquinos, recém-inseridos no Pará, a formar uma “comunidade mais coesa e mesmo com pretensão de edificar uma sinagoga”. O espaço urbano de Belém era uma novidade, assim como as intempéries do clima quente e úmido. Desse modo, a expansão espacial da comunidade ma’aravinita deu-se no campo, na selva e em busca da riqueza que movia o Norte do Brasil, a borracha. Formaram-se vilarejos ribeirinhos e posteriormente vilas de seringais.

A partir da primeira metade do século XIX, 1855, outros fluxos imigratórios do Norte da África, em específico do Marrocos, voltaram-se para o Brasil, e com o mesmo êxito do primeiro. Sabe-se que esse último ciclo imigratório teve uma relevante contribuição ao ciclo da borracha, bem como ao comércio implantado nas cidades onde a comunidade se dirigia.

A primeira leva de ma’aravinitas, isso no início do ciclo da borracha – início do século XIX, 1810, inseriu as atividades organizadas de exploração, pois a necessidade de se fixarem em terras estrangeiras levou alguns desses imigrantes a serem patrões de tantos outros seringalistas brasileiros. A segunda leva, ocorrida na metade do século XIX, por volta de 1855, rumou para outra rota imigratória, e a sua distribuição alcançou a cidade de Manaus no Amazonas e o interior deste estado até o Acre. Uma terceira leva tomou outra rota imigratória no Brasil, e chegou ao Sudeste do país.

Essa última leva, ou a terceira onda ma’aravinita, dividiu-se entre as cidades de Manaus e Rio de Janeiro. Segundo Benchimol (1996), essa leva se configurou na terceira onda imigratória de judeus marroquinos para o Brasil dentro do período imperial brasileiro. Com oportunidades à vista, transpuseram as fronteiras do estado do Rio de Janeiro e migraram para as cidades de São Paulo, Belo Horizonte e

interior de Minas Gerais e São Paulo, chegando ao Mato Grosso e a Goiás pela antiga estrada de ferro da Mogiana.

A coletividade judaica chegava ao extremo norte do Brasil com a intenção de ali se radicar e, como consequência, alargar as suas atividades comerciais, tendo como molde não somente o comércio interno e o de exportação e importação, mas também o setor de navegação e de seringais, além da participação nas atividades públicas e no exercício de cargos oficiais. Essas comunidades, apesar de serem da mesma origem, não mantinham entre si quaisquer relações de grupo e apresentavam, aliás, características diferentes (BENCHIMOL, 1996, p. 87).

A presença judaica na cidade de Belém registra-se desde o início do século XIX, 1810 (SCLIAR, 2006), com a fundação da primeira congregação (1828), a sinagoga Sha'ar Ha-Shamayim ou Porta do Céu. Benchimol (1999) apresenta-nos a relevância do aspecto geográfico, pois se registra a presença dos judeus no espaço urbano e a demarcação territorial de sua comunidade na cidade. Segundo ainda Benchimol (1996), não há registro que date com precisão a fundação da segunda sinagoga de Belém, Eshel Abraham, no entanto ambas foram construídas ainda na primeira década da independência do Brasil, por um pequeno grupo de judeus luso-ma'aravinitas e alguns criptojudeus liderados por Abraham Acris e Leon Israel, respectivamente.

As únicas informações sobre as fundações procedem de alguns cronistas paraenses do século XIX e da tradição oral da comunidade da região (BENCHIMOL, 1996, p. 106). Evidentemente essa ausência não surpreende quando se sabe que um dos fundadores, Abraham Acris, teria instalado a sinagoga em sua própria casa, e, muito provavelmente, Leon Israel teria

feito o mesmo. Afinal, a primeira Constituição era bem clara a esse respeito: os templos teriam de ser discretos e sem quaisquer sinais externos; os serviços, como se fossem em domicílio (GRINBERG, 2005).

A construção de entidades judaicas constituía-se como a instalação de uma presença-identidade em Belém. Desse modo, a presença do lugar judaico memorou o passado e assegurou o futuro da comunidade. Belém tornava-se a primeira cidade brasileira a receber uma comunidade judaica organizada, territorializada e totalmente assimilada, de forma sistemática, no Brasil, e com quase dois séculos de existência. Hoje, segundo a CONIB (2001), são perto de 400 famílias e estima-se que haja cerca de dois mil judeus pela região norte.

Se incluirmos as muitas famílias de imigrantes judeus do Norte da África que desembarcaram floresta adentro na busca do “Eldorado”, podem se somar mais duas centenas delas, bem como as que se dirigiram para a cidade de Manaus e ali se estabeleceram, e mais aquelas famílias que, com o fim do ciclo da borracha, migraram para as cidades do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, onde reencontraram parte da comunidade, estimada em cerca de mil famílias migrantes.

Para Grinberg (2005), esse seria, aproximadamente, o total de imigrantes judeus marroquinos que vieram com suas famílias para o Brasil, especialmente para o Norte, principalmente ao longo do século XIX e nos primeiros anos do século XX.

O número exato desses imigrantes e dos seus descendentes é muito difícil de calcular, conforme Hardman (1988). Nomes foram alterados e ou adaptados ao português, apelidos foram colocados e assimilados, sem falar nos

homônimos que são quase impossíveis de ser discernidos; há falhas nos registros de chegada, pois, na época, pouca importância se dava a estes documentos no norte do país. Sabe-se que alguns desses imigrantes retornaram ou reemigraram para o Marrocos ou para os Estados Unidos; no estudo de Benchimol (1996) verifica-se até a impossibilidade de quantificar os assimilados ou descendentes sem registros.

Atualmente, a comunidade de judeus e/ou ma'aravim, tanto os judeus amazônicos, como os radicados no sudeste do país, somam alguns poucos milhares. Ainda é possível encontrá-los em pequenas cidades da Amazônia e do Pará, como Cametá-PA, Parintins-PA, Santarém-PA, Humaitá-AM, Letícia-AM e em Rio Branco, no Acre, além de outras vilas ribeirinhas da vasta Amazônia, onde há pouco mais de cem anos formavam comunidades vibrantes (BENCHIMOL, 1999). Mas se os muitos já aculturados e assimilados e até mesmo apelidados de “judeus caboclos” forem também incluídos naquele total, então com certeza os descendentes somam algumas dezenas de milhares de pessoas.

Segundo pesquisas da Congregação Israelita do Amazonas (CIAM) e da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), nos Departamentos das Faculdades de Ciências Sociais e de História, em 2003, os cálculos demográficos variam de um total de 50 mil até 300 mil descendentes diretos já registrados e contados. Porém a maior dificuldade é que nem todos mantêm mais a sua identidade judaica.

Pode-se definir o caso como um hibridismo cultural, ou seja, a fusão entre diferentes tradições culturais, que poderá criar uma nova cultural local (HALL, 2001, p. 141). Dá-se uma busca constante pela sua identidade cultural ou a busca de uma identidade nacional com base na identidade étnica judaica. Em

algum momento da sua vida, este judeu-caboclo tomará total consciência da sua dupla cultura, da sua ambivalência cultural: uma seria a sua identidade e natureza como “caboclo da Amazônia” e a outra seria da sua origem e ascendência como marroquino, judeu-ma’aravinita, e do seu judaísmo.

No entanto, aconteceu uma segunda leva de imigrantes marroquinos para o norte do Brasil ocorreu por volta do ano de 1890, um ano após a proclamação da República. Esses imigrantes vieram, em especial, para o estado do Amazonas – Manaus.

A motivação dessa imigração foi outra, e o perfil do imigrante também era outro (BENCHIMOL, 1999, p. 101). Apesar de terem sobrevivido a muitas dificuldades inerentes à guerra colonial que a Espanha travou com o Marrocos (pela cidade Tanger), na década de 1860, eram menos motivados pelo passado, e muito mais pelas perspectivas de fazer fortuna com o boom da exploração da borracha. Não foram apenas os judeus que acorreram para a Amazônia em busca do Eldorado. Cidadãos de outras nacionalidades vieram em busca de “ouro nativo” da região (GRINBERG, 2005). Ingleses, franceses e norte-americanos somavam os estrangeiros que chegavam em busca da riqueza da seringa.

Dessa forma, essa segunda onda imigratória foi bem mais expressiva. Concentraram-se, majoritariamente, na região Norte, no Pará e no Amazonas (MAIA, 1956, p. 86). Os judeus marroquinos só consolidaram a sua presença na região a partir de 1890, quando de fato chegaram e se instalaram no Estado do Amazonas – na cidade de Manaus, onde se reunia uma comunidade significativa (SCLIAR, 2006).

Em uma época em que o governo imperial brasileiro estimulava as imigrações coletivas de grupos étnicos diversos, a imigração judaica para o Brasil, em geral e particularmente a proveniente do Marrocos (GRINBERG, 2005, 91), era quase exclusivamente uma iniciativa privada de indivíduos ou famílias em busca de novas condições de vida, ou seja, vinham com financiamentos próprios e podiam ocorrer imigrações permanentes ou temporárias. Ao contrário de 1810, quando o governo do Grão-Pará financiava acordos, a leva da segunda imigração chegou ao Brasil em circunstância piores, porém encontrou uma comunidade organizada, que deu base à sua manutenção na nova terra.

A única exceção ocorreu, na mesma época, no sul do Brasil no Estado do Rio Grande do Sul, já no último quarto do século XIX, com a imigração dos judeus da Europa Oriental que foram patrocinados pelo filantropo judeu inglês Barão Maurice Hirsch.

A emigração de judeus ma'aravim representou uma sensível sangria de homens nas tradicionais comunidades judaicas do Magreb, e dirigiu-se para, além do Brasil, a Argentina e a Venezuela.

Segundo Grinberg (2005), vinham, como é normal nesse tipo de imigração, atrás de um parente ou um amigo que já se encontrava por aqui e que facilitava a busca por trabalho e acomodação, o que caracterizou toda a imigração para o Brasil desde os tempos coloniais. Inicialmente, vinham os jovens em busca de riqueza, melhores oportunidades e colocações financeiras, que muitas vezes jamais eram conseguidas, depois, ou voltavam para o Marrocos ou mandavam trazer a mulher, a família ou a futura esposa, os irmãos para ajudar nos negócios,

e, eventualmente, os pais. Na esteira, vinham os vizinhos de lá, os primos e os amigos (BENCHIMOL, 1996, p. 123).

Os chamados “pioneiros” já haviam experimentado uma ocidentalização (embora como judeus sefaradim e ma’aravim jamais fossem autenticamente orientais) (GRINBERG, 2005, p. 91), fosse por meio do contato com os novos colonizadores europeus no Norte da África, fosse pela persistente ação educativa, ainda no Marrocos, da Aliança Israelita Universal.

Segundo Grinberg (2005), mesmo assim, a imigração era, em todos os sentidos, uma profunda revolução na própria maneira de ser e de perceber dos judeus ma’aravim. Já nos portos de embarque, trocavam as vestes tradicionais pelo terno de corte inglês; o kipah (solidéu) era usado por baixo do chapéu ou, eventualmente, apenas em casa; na viagem que durava de duas semanas a até dois meses – às vezes, desembarcavam em Belém e seguiam por rio, em pequenas embarcações, por semanas, até o destino final –, ambientavam-se com os costumes europeus; não raro, eram obrigados a adotar pseudônimos para serem mais facilmente reconhecidos pela gente da terra e se sentirem menos diferenciados.

Para Scliar (2006), enquanto muitos desses judeus estabeleceram relações de bom convívio com os seus novos vizinhos, houve ocasiões em que foram alvo de violentas agitações antijudaica (GRINBERG, 2005). Em 1835, por exemplo, durante a Cabanagem, alguns judeus foram atacados e morreram em manifestações contra estrangeiros. Ou seja, ao mesmo tempo em que os judeus buscavam uma linguagem que pudesse suavizar suas diferenças, sem total descaracterização de sua identidade original, a recepção por parte da população local era ambígua. Sem outras interferências que pudessem abalar as relações, tais como competição, concorrência e dificuldades

materiais, a convivência era cordial (BENCHIMOL, 1999). Tão logo surgia um daqueles fatores de desequilíbrio, recomeçavam as hostilidades baseadas na emergência de um sentimento, cultivado na mentalidade cabocla, contra os brancos e estrangeiros de um modo geral. Assim, esses novos imigrantes eram confundidos com todos os brancos estrangeiros e não católicos.

De acordo com Grinberg (2005), essa mensagem, alimentada por décadas, mas que, na maior parte do tempo, permaneceu “adormecida”, aflorou com toda a força do século XX. Uma onda de antissemitismo varreu as cidades de Cametá, Baião, Mocajuba, Bacuri, Arequereruba, Mangabeira e Prainha, avançando pelas margens dos rios, onde muitos judeus tinham suas casas-armazéns. Ficaram conhecidos os episódios do “mata-judeu” e o massacre de Massauari em Maués. Em Cametá, a tranquilidade antes vivida pelos Sabbá transformou-se, repentinamente, em pilhagens e saques do comércio judeu, fazendo com que quase toda a comunidade judaica da cidade fugisse para Belém (HARDMAN, 1988).

Segundo BENTES (1981), não se pode afirmar que tais irrupções de violência tenham sido a marca registrada do convívio entre judeus ma'aravim marroquinos e brasileiros. A segunda geração dos imigrantes da segunda leva pouco substituíu a língua materna hakitiá (uma mistura de ladino, hebraico e árabe), o ladino (um dialeto judeu-espanhol da idade média), ou o próprio arbia (o árabe com sotaque judeu) pelo português “arretado” do nortista e do sertanejo (BENTES, 1981). Hoje, restam apenas algumas expressões cultivadas com muito carinho como preciosidades “do tempo da vovó”.

Logo se deu também a integração política. Entre os exemplos, estão os do major Eliezer Moses Levy, já da terceira geração (por parte da mãe) no Brasil, que foi prefeito de Macapá por duas vezes durante a década de 1930; e o de Moses Afatlo (ou Aflato), vereador em Afuá nos anos de 1890 (segunda leva imigratória) (HUSHNIR, 1996). A rígida dieta alimentar – kashurut – dos judeus religiosos foi, aos poucos, ajuntando-se às condições locais, não raro, o vinho sabático foi substituído por um rico cardápio de frutas tropicais, do bolo de macaxeira, da tapioca, do curau e da pamonha; a carne, substituída pelo peixe, o pirarucu ou o pato ao tucupi, mas nunca os descendentes esqueceram o cuscussú e a dafina, verdadeiras maravilhas da culinária marroquina. Nem por isso deixaram de praticar a religião dos ancestrais; muitas vezes os serviços de Yom Kipur (o dia do Perdão) eram feitos na varanda ou na sala de um comerciante mais abastado, nas margens de um daqueles pequenos igarapés, via de regra, informalmente, alcunhado de “igarapé do Jacob” ou “igarapé do Abraão”. Segundo Grinberg (2005), em outras ocasiões, principalmente no Pessach (Páscoa Judaica), todos seguiam para Belém para realizar um grande Seder (a ceia em família).

Não foram raros os casos de encantamento do imigrante pela sensualidade cabocla, e o resultado foram as famílias mistas de judeus que adentravam pelos seringais e pelos afluentes do Amazonas, Madeira, Xingu, Tocantins, negociando pela de borracha, castanha e outros produtos da floresta. Casavam-se ou se amasiavam com índias e caboclas locais, e, em alguns casos, mantinham duas famílias, uma na cidade grande, e a outra cabocla, no sertão.

Para Grimberg (2005), seus descendentes ainda podem ser encontrados por toda a região, mantendo traços da herança judaica, embora com perda completa, ou quase completa, da identidade original. Também não foram raros os casos em que o judeu acabou conferiu à cultura local mais um ingrediente que a tornou mais impura e mais eclética. Como, por exemplo, o caso do “santo rabi”, cujo túmulo se tornou um local de peregrinação para muitos devotos cristãos. O rabino, que veio de Jerusalém a Manaus, em 1910, para angariar dinheiro dos abastados comerciantes de borracha, organizados na comunidade local, para construir uma sinagoga na Terra Santa, morreu de malária em Manaus e foi enterrado, separadamente, em um cemitério católico (SCLIAR, 2006). E a ele a população tem atribuído vários milagres.

A tolerância e a flexibilidade praticadas por esses imigrantes, em relação às rígidas normas religiosas e à tradição, asseguraram a adaptação do judaísmo marroquino ma’aravim às novas condições amazônicas. Isso se deu não só na alimentação e nos hábitos diários (GRINBERG, 2005). Os judeus ma’aravim marroquinos souberam diferenciar a vida em sociedade – uma sociedade que caminhava para a modernidade e para a padronização – da vida íntima familiar. Influenciada pela Aliança Israelita Universal, de cultura francesa, não hesitaram em adotar para si a máxima do cidadão de fé mosaica, que implicava ser brasileiro como todos na rua e judeu em casa, assim viveram e vivem a ambivalência cultural.

Essa máxima foi preconizada pelo filósofo judeu-alemão Moisés Mendelsohn, considerado o pai do iluminismo judeu, e foi adotada pelo conselho de rabinos da França, convocado por Napoleão em 1806. Esse mesmo pensamento foi levado pela Aliança Israelita Universal para os judeus ma’aravim

marroquinos e do Magreb, que, na maioria, acabaram assumindo a nacionalidade francesa durante o século XIX (BENCHIMOL, 1996).

Dessa forma, nem sempre a kashurut era praticada fora de casa. As diferenças eram, deste modo, dissimuladas. Procurava-se, também, estabelecer vínculos de solidariedade com a população local, inclusive com a Igreja. Mesmo assim, os judeus de Belém mantinham uma intensa atividade comunitária, por meio de entidades assistenciais e veículos de comunicação próprios, e estavam em permanente contato com suas origens, até mesmo por meio de consultas e “resposas” dos respeitados rabinos que permaneceram no Marrocos (BENTES, 1981).

As comunidades do interior foram desaparecendo gradualmente com o fim do ciclo da borracha. Os judeus já haviam montado suas bases nas grandes cidades, especialmente em Belém, Manaus e, em menor escala, em Cametá. Os “hebraicos” permaneceram espalhados pela Amazônia (SCLIAR, 2006). E muitos descendentes tomaram o rumo do Rio de Janeiro e de São Paulo. Outra característica dessa imigração é o singular processo de aculturação sem perda dos traços mais gerais de sua identidade (GRINBERG, 2005). Ou, de outra forma, essa reconstrução da identidade do judeu em um Brasil moderno pode ser bem avaliada pelos nomes dados aos recém-nascidos. Consideradas sete gerações de descendentes, percebe-se que uma nítida tendência de mudança de nomes. As primeiras gerações mantinham com frequência nomes judeus tradicionais sefaradim, como Luna, Sol, Estrela, Messod, Cotta, Dona, Esther, Piedade e Hana, para as mulheres, e nomes bíblicos para os homens. Nas gerações posteriores, essa tendência se inverteu sensivelmente, adotando-se, progressivamente, nomes seculares ocidentais. Ocorreu também

uma transformação na família sefaradi ma'aravim, cada vez menos numerosas e cada vez mais individualizadas, pequenas e íntimas (GRINBERG, 2005). A decisão de procriar menos está muito relacionada com a modernidade e as novas condições socioeconômicas do que, propriamente, com aspectos culturais.

Segundo Grinberg (2005), esses judeus de Belém e Manaus tiveram origem no Marrocos, mas não são mais marroquinos ma'aravim. São, certamente, judeus amazônicos. Os do Rio são judeus cariocas, como os outros judeus originários de outras partes do mundo. Está em curso a construção de uma nova identidade, resultante dessa combinação dos sefaradim e dos ashkenazim originais com a cultura brasileira, que por si só já é um cadinho de pluralidade.

Os judeus no Brasil República

Após a independência da Argentina (em 9 de julho de 1813), o país passou a ser um foco de imigração judaica da Europa para a América Latina em razão do fim do Tribunal de Inquisição em seu território. Segundo Póvoa (2010), a principal área de atração na Argentina, no primeiro momento da imigração, era a cidade de Buenos Aires, que recebia numerosos judeus de origens ashkenazitas como alemães, russos, poloneses, tchecos, ucranianos (podólios, valáquios e bessarábios), franceses, ingleses e sefaradim (espanhóis, húngaros, gregos, romenos e italianos), cujo número foi aumentando gradativamente. Depois de chegados à Argentina, muitos reoptaram pela América do Norte, principalmente pelos Estados Unidos da América (Nova Iorque) e pelo Canadá. O governo

argentino sempre se mostrou aberto a novas imigrações, judaicas ou não (LESSER, 1995).

Para Falbel (1984), em 1881 e 1882 uma instituição denominada de Alliance Israelite Universalle (AIU), fundada em 1860 com finalidade de apoiar as emigrações e promover o desenvolvimento e progresso dos israelitas, teve um papel fundamental na reorientação desses judeus à imigração para a América. Argentina e os Estados Unidos tornaram-se alvos das massas que saíam da Europa.

Com o aumento das migrações para a América, a JCA e a AIU fundaram, na província de Santa Fé, uma vila chamada de Moisés Ville, que passou a receber os imigrantes judeus recém-chegados da Europa do Leste e da Rússia. Inicialmente, estes passavam pela capital Buenos Aires, fixavam-se, temporariamente, e reviam amigos e parentes que já estavam estabelecidos no bairro do Once, de onde, posteriormente, iam para o interior da Argentina por meio de ferrovias (estações de trens no bairro do Once), que ligavam a capital à província de Santa Fé.

Muitos judeus não se adaptavam à nova vida agrícola. Na sua maioria, os judeus viviam nas cidades europeias e tinham atividades ligadas ao meio urbano, (LESSER, 1995), porém, com as glebas de terras já constituídas e organizadas, uma infraestrutura já formada, os judeus mais velhos permaneciam na vila trabalhando e enviavam os seus filhos, netos e parentes mais jovens para a cidade portenha, onde atuavam como mascates e estudavam (PÓVOA, 2010). A inserção dos imigrantes no espaço argentino estabeleceu uma nova dinâmica de produção em regiões que não tinham uma tradição econômica consolidada e também resgatou a aproximação do interior com o centro financeiro do país.

Outra parcela desses imigrantes escolheu um lugarejo na Argentina chamado de Monigotes-Vieja para morar e trabalhar, entretanto, mais tarde, essa área também recebeu novos colonos judeus da Europa e de outras áreas da Argentina, com apoio da JCA (POVOA, 2010).

Famílias que se encontravam nas colônias geralmente eram procedentes das mesmas áreas da Podólia (localizada entre os países da Ucrânia, Bielarússia, Lituânia e Polônia) e da Bessarábia, atual Moldávia. As comunidades dessa colônia dedicavam-se à agricultura de subsistência. O passo mais importante, para concretizar a imigração e a colonização dos judeus na Argentina, foi a criação da JCA, fundada pelo Barão Hirsch em 24 de agosto de 1891, na cidade de Londres, na Inglaterra (LESSER, 1995). É importante ressaltar que a maioria dos autores que trabalha com “a imigração sistemática dos judeus para o Brasil”, trazidos pela JCA, não cita que essa “Associação” atendia aos judeus perseguidos, porém os socialmente mais favorecidos, inclusive economicamente. Segundo Blinder (2003), estes pagavam elevado preço para saírem do país de origem em segurança e na certeza de uma imigração “mais tranquila”, sabendo das condições que provavelmente iriam encontrar, como as colônias agrícolas com toda a infraestrutura possível para a época. Os traslados, as viagens de navio, a compra de terras na Argentina, no Uruguai e no Brasil, e a elaboração de projetos para as instalações desses “imigrantes” acarretavam à JCA um alto custo, que era recompensado com a formação de um acordo entre o país sede da JCA (Inglaterra) e os países adotivos das novas comunidades judaicas. Assim, esses judeus pagavam pela liberdade. Segundo Lesser (1995), o início da imigração judaica sistemática para o Brasil vincula-se ao projeto de colonização da autoria do Barão Moritz Hirsch, fundador do JCA em prol dos judeus

“perseguidos” da Rússia e da Romênia. A Idish Kolonization Association (IKA) – Organização Judaica Mundial de Colonização) – e a JCA, entre suas diversas aquisições de terras na Argentina e em outros países do mundo, também adquiriram uma área no sul do Brasil (1903), onde foi organizada a Colônia Philipson. Mesmo com o incentivo oficial para virem morar no Brasil, poucos judeus imigraram de fato para terras brasileiras antes de 1872, pois os Estados Unidos estavam vencendo a competição internacional por imigrantes (SEREBRENICK, 1990). A imagem negativa do Brasil no exterior (visto, por exemplo, como uma floresta infestada de doenças, com poucas oportunidades econômicas reais), foi acentuada pelos temores racistas gerados entre os imigrantes, pois era tido como certo que os grandes fazendeiros, contra a vontade de Dom Pedro II, tratavam mal os lavradores imigrantes, encarando-os como meros substitutos dos escravos africanos.

De acordo com Lesser (1995), em meados de 1859 a Prússia proibiu as empresas de promoverem a colonização brasileira, proibição esta que se estendeu a todos os alemães em 1871 e que continuaria em vigor até 1896. Na década de 1870, à medida que o poder do imperador ia sendo ofuscado por proprietários de terras modernizadores, especialmente de café, a política de imigração adquiriu nova importância. Os fazendeiros começaram a pressionar os políticos do governo imperial para que fosse criada uma política de colonização em massa. Os novos imigrantes recém-chegados ao Brasil, apesar de apoiados pelo programa de colonização da JCA (em yiddishe: Yiddishe Kolonizatsye Gazelshaft-IKG), não estavam acostumados às difíceis condições geográficas das terras tropicais (FALBEL, 1984).

Conforme Eizerik (1986), a terra adquirida, de modo geral, não se prestava à agricultura. Em 1896, morreu o Barão Hirsch, deixando toda a sua fortuna para os programas de expansão judaica na Argentina e, mais tarde, também utilizada nos programas de imigração no Brasil. A JCA chamou a atenção dos governantes brasileiros para a questão da imigração judaica, pela primeira vez desde a Inquisição. Isso se deu por diversas razões (EIZERIK, 1986, p. 44). Primeiro, a associação gozava de apoio do diplomático governo britânico, comprometido em assegurar que a comunidade judaica russa que emigrava se fixasse em um Estado livre e “democrático”.

Em 1901, a JCA começou a estudar a expansão para o Sul do Brasil e a analisar as condições do estado do Rio Grande do Sul (EIZERIK, 1986, p. 46). Este foi o primeiro estado do território brasileiro a receber uma leva de imigrantes judeus ashkenazitas, que o consideraram como um lar brasileiro, principalmente os judeus russos e poloneses (ashkenazitas), romenos, húngaros e italianos (Sefaradim). Um fator também relevante para a fixação desses judeus no estado do Rio Grande do Sul: o fato de o próprio estado ser tolerante com as diversidades religiosas (muitos foram perseguidos em seus países de origem por praticarem o judaísmo).

Segundo Eizerik (1986), o líder do Partido Republicano Rio-grandense, Júlio de Castilhos, acreditava que a garantia de liberdade religiosa promovia uma imigração espontânea e necessária em um Estado de base científica, no qual a religião não possuía nenhum papel político ou social relevante. Eizerik (1986, p. 73), na obra *O Gheto*, tratando da questão da liberdade religiosa, expressa que a tolerância do governo brasileiro beneficiaria e atrairia novas imigrações, não só de judeus, mas

de povos singulares em suas religiões e etnias (EIZERIK, 1986, p. 74).

Entre os anos de 1904 e 1924, a JCA formou duas colônias agrícolas no Brasil, a Phillipson e a Quatro Irmãos (LESSER, 1995). A concepção de que os judeus só são voltados para as finanças foi desmistificada, quando os próprios colonos aprimoraram os plantios e também se entrosaram com os povos do sul do continente americano. Muitos comprometeram suas vidas com o Brasil, dedicando-se ao máximo para se tornarem brasileiros e construir, neste país, o seu futuro, sem abandonar a identidade e, quem sabe, um dia retornar a Israel para viver os seus últimos dias de vida.

Segundo Póvoa (2001), houve momentos de crise quando o governo do Rio Grande do Sul despertou para as cobranças do próprio governo inglês, pois não estava proporcionando infraestrutura necessária aos colonos, como subsídios agrícolas e apoio na compra e comercialização da produção agrícola. Na verdade, era obrigação do governo brasileiro patrocinar toda e qualquer operação econômica e financeira que os colonos fizessem, pois isso constava do acordo assinado entre o governo brasileiro e a JCA. Em troca, os investidores ingleses (judeus) analisavam grandes “cifras” na economia do Brasil, incentivando outros judeus a compartilhar do mercado brasileiro no exterior (LESSER, 1995). A imigração judaica beneficiou-se com as favoráveis condições do pós Primeira Guerra Mundial.

Em primeiro lugar, os judeus melhoraram em grande parte a situação econômica e social dos refugiados do período anterior à guerra, que escaparam da opressão antissemítica que reinava nos Estados de direita na Europa. Baron (1974) afirma que os judeus se espalharam pelo mundo por intermédio de

vários programas de migração, e países com tradições que desconheciam a cultura judaica adotaram-nos como filhos da terra. No ano de 1933, por exemplo, migraram cerca de 94.000 para os Estados Unidos, 21.000 para a Argentina, 20.000 para o Brasil e 8.000 para a República Sul Africana. México, Canadá e Suíça receberam uma população judaica de 6.000 habitantes. Até a China recebeu refugiados que somaram cerca de 15.000 judeus russos (MARGULIES, 1971).

Conforme Lesser (1995), após os primeiros anos, os imigrantes desiludiram-se com a falta de atenção dos governantes brasileiros, em específico o do Rio Grande do Sul, que não seguia à risca o trato feito com a JCA. A aspiração por uma vida mais confortável e o desejo de atingir uma melhor posição econômica levaram os colonos agrícolas a desenvolver um pequeno comércio nas vilas adjacentes, e, mais tarde, o mesmo motivo os levou a se instalarem em Porto Alegre, Santa Maria, Uruguaiana, Erechim, Pelotas e Passo Fundo. Em Santa Maria, localizava-se a principal colônia agrícola judaica (PÓVOA, 2010), promovida pela JCA para atender a um maior volume de imigrantes judeus procedentes da Argentina e do Uruguai. A Colônia Philipson dispunha de melhores e mais investimentos no setor agrícola, sendo, em consequência, a primeira a plantar trigo e fumo em escala maior.

Segundo Eizerik (1986), descreve-se que em Santa Maria a JCA adquiriu cerca de 5.767 hectares de terra, a uma distância de 25km da cidade-sede do município de Santa Maria. No município de Passo Fundo, a Colônia Quatro Irmãos, com uma extensão de 93.850 hectares, assim como a Philipson, estava aparelhada para receber os novos imigrantes oriundos da Europa, que iniciaram os trabalhos agrícolas com toda a infraestrutura por volta de 1911. Quando os imigrantes

chegaram da Bessarábia (a atual Moldávia), encontraram os lotes já divididos e as moradias construídas; alguns colonos vieram da Argentina para iniciar os trabalhos e compartilhar a terra (EIZERIK, 1986). Em outras regiões, a J.C.A. assumia as despesas de viagens e distribuía a cada colono cerca de 25 a 30 hectares de terra, além de uma moradia, instrumentos de trabalho agrícola, duas juntas de bois, duas vacas, um cavalo e um auxílio monetário variável de acordo com o número de pessoas da família, durante o período em que não podiam ser auto-suficientes. Apesar do sucesso dessas colônias, que passaram a ser modelo de assentamentos agrícolas, elas não ficaram livres dos ladrões e saqueadores que assolavam o sul do Brasil, pois – como poderia o governo apoiar os imigrantes e descartar os nativos? Com isso, os colonos mudaram-se para as cidades próximas das áreas de colônias. Mesmo assim, a JCA persistiu com a imigração agrícola, renovando projetos e formando novos núcleos. Mas, em 1924, o Rabino Isaías Raffalovitch constatou que a colônia Philipson estava convertida quase num asilo de velhos, apesar de os primeiros colonos já haverem liquidado seus débitos com a IKA e com a JCA e a terra ter-se constituído em suas propriedades (EIZERIK, 1986).

Para Lesser (1995), a colônia Quatro Irmãos foi a experiência mais bem sucedida; nela, os colonos demonstravam uma tendência de melhor adaptação para uma vida social judaica. Porém, devido ao sistema tutelar burocrático e filantrópico da direção da IKA, impróprio para o desenvolvimento de empresa desse tipo, e por falta de estímulo, os colonos de Quatro Irmãos também começaram a emigrar para a cidade, antes de conseguirem formar uma classe de verdadeiros agricultores. Segundo Eizerik (1986), as chácaras foram, em sua maioria, arrendadas para o cultivo pelos colonos não judeus. Em 1935, viviam, segundo os relatórios da IKA, 104

famílias israelitas nas colônias, abrangendo 464 almas em meio a uma população não judaica de 419 famílias com 2.257 almas. Apenas algumas dezenas de famílias judaicas se arraigaram no lugar, onde permanecem como testemunhas de uma malfadada empresa até fins do século XX.

O pesquisador Eizerik (1986) afirma que, em 1935, a IKA fez a aquisição de 2.000 hectares de terra em Rezende (150 km da cidade do Rio de Janeiro), objetivando fundar ali uma colônia com refugiados da Alemanha.

Os anos posteriores à Primeira Guerra Mundial (1914-1918) são realmente considerados, na história da nova coletividade judaica no Brasil, como a época de intensivas atividades organizacionais em todos os setores.

Segundo Serebrenik (1990), na cidade do Rio de Janeiro, onde existiam desde os primeiros anos do século XX organizações filantrópicas e congregações religiosas improvisadas, também se iniciaram o progresso e o desenvolvimento da vida coletiva judaica. O grande impulso para isso, sem dúvida, foi a necessidade de organizar comitês para auxílio de parentes e, em geral, dos judeus vítimas da guerra do além-mar. Após algumas coletas esporádicas, em fevereiro de 1916, foi fundado um comitê central de socorro às vítimas da guerra, no qual estavam representadas as diversas sociedades judaicas então existentes no Rio de Janeiro (EIZERIK, 1986). A pedido do comitê central, foram organizados, em São Paulo e em outras localidades menores do Brasil, comitês semelhantes, que remetiam contribuições para o comitê central no Rio de Janeiro. Nessa cidade, também foi fundada a Sociedade Israelita Brasileira, em 1920 (LESSER, 1995), a primeira instituição importante no Brasil voltada para amparo aos imigrantes, a qual não só recebia os novos

imigrantes, cuidando de sua instalação e vida econômica, mas os protegia, especialmente às mulheres e moças, para não caírem nas mãos dos tmeim (iníquos), os mercadores do meretrício que buscavam suas vítimas entre os desprotegidos recém imigrados.

Para Lipiner (1990), em 1916, no Rio de Janeiro, encontram-se funcionando as primeiras instituições culturais, a Biblioteca Scholem Aleichem e a organização sionista Tiferet Sion. A imprensa, há esse tempo, informa sobre uma excursão de Lag B'Omer, com a participação de 60 escolares. Uma lista geral das instituições que existiam nesse período, no Rio de Janeiro, encontra-se ao final da entusiástica missiva que os judeus brasileiros entregaram ao Ministro Britânico no Brasil, em novembro de 1917, após terem recebido um telegrama dos diplomatas Socolov e Weitzman (do ministério britânico das relações exteriores no Brasil) sobre a histórica Declaração Balfour (favorável ao sionismo) (LESSER, 1995). Além dos nomes de representantes de vários estados do Brasil, encontraram-se ali, igualmente, assinaturas em nome das seguintes instituições da então Capital Federal: Tiferet Sion, Comitê de Organização do 1º Encontro Judaico no Brasil, Caixa de Empréstimos, Comitê em Prol das Vítimas da Guerra, Bêit Yaakov, Mahzikei Hadas, Biblioteca Scholem Aleichem, Adas Israel, Ezras Israel e Sociedade dos Israelitas Sírios (LESSER, 1995).

Para Wolff (1988), em São Paulo, começava-se a notar uma movimentação social dos judeus. A imigração judaica dirigida para São Paulo, a partir de 1935/1936, teve características diferentes em relação a imigrações anteriores: o atraso econômico da terra paulista, comparada a outras do país, particularmente Minas Gerais e Pernambuco, começou a ser superado com a expansão da cafeicultura, nos últimos anos do

século passado. Em consequência, entre 1900 e 1939, o estado de São Paulo recebeu 2.215.000 imigrantes (WOLFF, 1988). É também nessa época, no começo do século XX, que se tem notícias da vinda dos primeiros imigrantes judeus para São Paulo; eram, geralmente, pequenos comerciantes, muitos dos quais ambulantes oriundos da Europa Oriental, de nível educacional relativamente baixo, profundamente enraizados em sua cultura tradicional, a qual procuravam manter e perpetuar por meio da transposição de diferentes instituições da vida comunitária do Velho para o Novo Mundo.

Segundo Póvoa (2010), os imigrantes da leva do pós-Primeira Guerra Mundial, em sua maioria, encaminharam-se para São Paulo, onde já se notava grande potencial comercial e industrial. Muitos dentre eles realmente se tornaram, depois, prósperos fabricantes nos ramos têxteis, confecções, móveis e outros. A maior parte, porém, dedicou-se ao comércio ambulante e, com isso, quase se uniformizou a variada composição profissional dos imigrantes (EIZERIK, 1986). Com exceção de um pequeno número, que continuou no artesanato ou com pequenas fábricas, o comércio tornou-se a ocupação habitual do imigrante judeu. Paralelamente ao desenvolvimento comercial e industrial, também progredia a vida das instituições sociais, com variadas finalidades; a coletividade judaica paulista, apesar de ser numericamente menor do que a do Rio de Janeiro (LESSER, 1995), era mais bem organizada. Em 1917, encontravam-se funcionando em São Paulo a Comunidade Israelita (fundada em 1912), a Sociedade Beneficente Feminina com 120 associadas (fundada em 1915), a Instituição Beneficente Ezra (fundada em 1915), a Biblioteca Judaica, o Centro Sionista “Ahavas Sion”, o grupo Filo-dramático, que representou várias peças teatrais, e o Comitê de Auxílio às

Vítimas da Guerra, composto, em 1916, de representantes de todas as instituições acima mencionadas.

Para Lesser (1995), em 31 de dezembro de 1916 foi lançada a pedra fundamental, em São Paulo, pela primeira vez no Brasil, de um importante templo. A pequena casa de preces, que então funcionava em prédio próprio, e as várias congregações religiosas improvisadas, não mais comportavam o grande número de fiéis. À cerimônia do lançamento da pedra fundamental vieram vários convidados e, de acordo com as reportagens da imprensa da época, houve um discurso de saudação de um orador não judeu. De igual modo, nas cidades do interior paulista, também surgiram iniciativas para a organização de instituições sociais, embora em menor escala (EIZERIK, 1986).

Entre os anos de 1920 e 1930, quando a leva imigratória aumentou consideravelmente no país, novas comunidades se formaram em várias cidades do Brasil (LESSER, 1995). Chegaram aqui judeus de todas as categorias sociais e filiações partidárias, e, devido a essas correntes múltiplas, a vida social judaica começou a evidenciar os matizes característicos das terras de origem. Novas sedes foram erigidas para sinagogas, instituições educacionais e de assistência social. Bibliotecas, clubes juvenis, jornais e publicações periódicas foram instituídos para enriquecer o patrimônio espiritual e cristalizar a opinião pública da coletividade judaica do Brasil. Entretanto, mesmo com todos os sinais de progresso, a comunidade judaica ainda não constituía uma base firme para uma existência autossuficiente, que trouxesse consigo novas forças destinadas a fornecer a vida social do judaísmo brasileiro (WOLFF, 1988). A situação política vigente, porém, não permitiu evoluções, e o

processo de desenvolvimento entrou numa fase de quase estagnação.

Em 18 de Abril de 1938, foi baixado o decreto-lei n.º 383, proibindo aos estrangeiros qualquer atividade política, sob pena de deportação, e, em 18 de junho de 1939, o Ministério da Justiça baixou a portaria 2.277, exigindo que os jornais e publicações em línguas estrangeiras publicassem, ao lado de cada artigo, a respectiva tradução no vernáculo. Por motivos de ordem técnica, essa exigência só foi parcialmente cumprida pelos jornais israelitas (FALBEL, 1984). Mais tarde, em 1941, ficou totalmente interdita a publicação em língua estrangeira, e os dois diários em “íídiche”, que então existiam no país, foram fechados e nunca mais reabriram.

Embora as discriminações afetassem todas as minorias étnicas, a vida social judaica foi reduzida a atividades religiosas e beneficentes, as únicas então permitidas por lei (LESSER, 1995). Nesse período, quando a imprensa israelita se viu amordaçada, foram igualmente proibidas as atividades da Organização Sionista, a mais dinâmica e, ideologicamente, a mais representativa entidade da coletividade israelita. A vida social judaica ficou, conseqüentemente, reduzida à sua expressão mais simples (EIZERIK, 1986).

Menos atingidos em sua vida social foram os judeus alemães (EIZERIK, 1986). Tendo começado a afluir ao Brasil em grande número a partir do ano de 1933, eles não se misturaram organizacionalmente com seus irmãos provenientes da Europa Oriental, mas articularam sua própria existência social em bases filantrópico-religiosas. Tais atividades não estavam incluídas na proibição legal (LESSER, 1995).

De modo geral, porém, o ímpeto e o progresso da vida judaica foram repentinamente interrompidos, e a coletividade israelita ficou espiritualmente inerte até 1945, véspera da nova constituição de 1946, quando novas tendências democráticas se manifestaram no país (LESSER, 1995). As leis rígidas foram, então, abrandadas, e a vida judaica começou a pulsar novamente no Brasil.

Conforme Póvoa (2010), em 1945 a organização sionista do Brasil renovou as suas atividades em todo o país. Também os grupos não sionistas, que se dedicavam esporadicamente a atividades culturais, foram reanimados. O advento do Estado de Israel, em 1948, com todos os acontecimentos trágicos e jubilosos inerentes ao mesmo despertaram um grande entusiasmo na coletividade, e numerosos círculos afastados aproximaram-se da atividade social em prol de Medinat-Israel. Para Bausbaum (2004), em 12 de abril de 1951 o Diário Oficial publicou o decreto governamental que autorizava a instalação de uma Legação Brasileira em Tel Aviv e, em 8 de abril de 1952, o primeiro representante diplomático de Israel apresentou suas credenciais ao Presidente Getúlio Vargas. Com isso, foram estabelecidas, de modo definitivo, as relações diplomáticas entre Brasil e Israel (LESSER, 1995). Revigorou-se, assim, pelo menos psicologicamente, a posição da coletividade judaica no Brasil.

A verdade, entretanto, é que a grande reanimação na vida em comunidade dos israelitas no país, por motivo do advento do Estado de Israel, trouxe frutos maduros quase que exclusivamente para o ideal sionista; mas só indiretamente, e assim mesmo em grau mínimo (EIZERIK, 1986).

A JCA e a Colônia de Quatro Irmãos (RS)

Ao pesquisar no Arquivo Público de Porto Alegre, Eizerik (1986) descobriu materiais sobre imigração judaica no Brasil, deparando-se com um documento original de julho de 1925, no qual a JCA propunha e oferecia sua colaboração ao Dr. Borges de Medeiros, Presidente da Província do Rio Grande do Sul, para a construção de um ramal rodoviário de Quatro Irmãos a Nonoai, proposta que não foi aceita pelo então dirigente da Província.

Na Argentina, a JCA instalou doze colônias, que alcançaram grande prosperidade. Além da agricultura, indústria e laticínios, usinas elétricas, o comércio de gêneros alimentícios e de gado constituía sua maior fonte de riqueza; criaram-se também cooperativas como o Fundo Comunal, a Sociedade Cooperativa Israelita, o Mútuo Agrícola e outras, consideradas pelo governo argentino como “Modelos de Socialismo Comercial”;

Nos Estados Unidos, a JCA criou obras de educação profissional agrícola e mecânica, um centro colonizador, o Jewish Agricultural Society (JAS), e um departamento para a instalação de colonos vindos da Europa;

- No Canadá, instalou quatorze colônias agrícolas, escolas, bibliotecas, sinagogas e um departamento de imigração;
- Na ilha de Chipre, foram instaladas duas comunidades agrícolas;
- Na Turquia, foram estabelecidas três colônias e escolas profissionais ao redor de Constantinopla;

- Na Palestina, em colaboração com o Barão Edmond de Rotschild, a JCA instalou dezoito colônias, escolas agrícolas e profissionais, algumas indústrias e uma cooperativa de vinhos, com uma adega de renome mundial;
- Na Polônia, além das colônias agrícolas, foram estabelecidas escolas de artes e ofícios, para o ensino profissional;
- Na Letônia, escolas profissionais em Riga, Dwinsk e Libau;
- Na Rússia, mesmo depois da Revolução, o governo soviético autorizou o funcionamento das doze escolas profissionais, das cooperativas e das setenta e nove caixas de empréstimos para os agricultores instalados pela JCA; dessa forma, ficou reconhecido que a obra de entidade era de “caráter filantrópica e colonizadora, sem finalidade comercial”;
- Na Romênia, além das colônias agrícolas, a JCA criou escolas profissionais, visando a proteger os pequenos órfãos de guerra.

Referindo-se ao Brasil, ou seja, ao Rio Grande do Sul mais especificamente, consta em documento que o primeiro núcleo de colonização judaica em Phillipson foi estabelecido no ano de 1903 (EIZERIK, 1986). Seis anos depois, a JCA adquiriu a fazenda de Quatro Irmãos, no Município de Passo Fundo, com área superior a 93 mil hectares. Em 1911, instalaram-se as primeiras 32 famílias que vieram da Argentina e, em seguida, as 60 famílias que vieram da Bessarábia (LESSER, 1995). No referido documento, é ressaltada a dificuldade de adaptação dos colonos vindos da Europa: “... sem ter a menor noção da

agricultura brasileira, bem mais difícil que a agricultura europeia. Muitos abandonaram o plano de colonização, mas os que ficaram constituíram um bom núcleo de agricultores, trabalhadores, zelosos de seus deveres e amantes da terra que os acolheu...” (EIZIRIK, 1986:67).

De acordo com Eizerik (1986), a JCA estabeleceu diversas serrarias mecânicas, criou atafonas (moinhos manuais), construiu uma estrada de rodagem partindo de Erebangó em direção a Nonoai, com cerca de cinquenta quilômetros de extensão e, autorizada pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul, lançou um ramal ferroviário de Erebangó a Quatro Irmãos, numa extensão de dezoito quilômetros.

A entidade adquiriu uma locomotiva e vinte vagões que, de imediato, pôs em tráfego, de comum acordo com a Viação Férrea do Rio Grande do Sul (EIZERIK, 1986), o transporte dos produtos agrícolas e industriais de Quatro Irmãos e arredores para outras localidades do Estado. A entidade permitiu, ainda, o arrendamento aos naturais da região, para pastagens de gado (LESSER, 1995).

A JCA colocou à venda, em condições favoráveis, quinhentos lotes que foram adquiridos por colonos alemães e italianos que imigraram para o Rio Grande do Sul (FALBEL, 1984).

A JCA e a Colônia Phillipson (RS)

A Colônia Phillipson-Santa Maria, RS, foi estabelecida no ano de 1904, pela JCA, numa área de 4.472 hectares (posteriormente acrescida para 5.500 hectares), situada no

município de Santa Maria-RS. Inicialmente ali se instalaram 37 famílias, totalizando 267 pessoas (PÓVOA, 2010). A JCA tinha como norma formar uma pré-infraestrutura para que os colonos não sentissem muitas dificuldades de adaptação, para isso a Associação de Colonos judeus oferecia para todos, casa, terras de campo e áreas de reserva natural (25 hectares), animais e instrumentos de trabalho agrícola.

Por falha na organização, pois os primeiros agrônomos vindos da Europa não conheciam as terras gaúchas brasileiras, a improdutividade do plantio desanimou os colonos que estavam por vir. Mesmo assim, chegaram os novos imigrantes para Phillipson (umas quarenta famílias) (LESSER, 1995).

Apesar do êxodo pequeno e tímido, fragilizaram-se os projetos da JCA no Rio Grande do Sul, que fechou um de seus escritórios locais em 1926 (EIZERIK, 1986), porém o encerramento das atividades da JCA e de seus escritórios no sul do Brasil só se deu definitivamente depois de a companhia receber o saldo de seus créditos e de transferir a propriedade dos lotes aos respectivos ocupantes restantes.

Atualmente, apenas dois judeus ainda ocupam (1998) (EIZERIK, 1986) parte dessas terras, em que, por métodos modernos, cultivam o trigo, aveia, canola e pêssegos com boas colheitas. Ambos são descendentes dos antigos colonos Steinbruch e Zelmonovitz. O resto da área está em mãos de proprietários não judeus gaúchos (EIZERIK, 1986).

A JCA e a Colônia Resende (RJ)

A Colônia Resende foi instalada no estado do Rio de Janeiro, em 1936, pelo sistema JCA, a seis quilômetros da cidade fluminense de Resende. Para ali, foram designadas 30 famílias de judeus procedentes da Alemanha, que já em seu país de origem se dedicavam à agricultura (LESSER, 1995). Para cada família seria dado um lote de 20 hectares, com morada de alvenaria, poço, aramado, galpões, instrumentos de trabalho agrícola e gado leiteiro.

Com os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial, que aos poucos ganhava fôlego, os judeus tiveram dificuldades de sair da Alemanha em direção ao Brasil-Rio de Janeiro. Não conseguindo os vistos e as licenças que permitiam as famílias deixarem a Alemanha nazista, a colônia ficou sem a ocupação planejada e intencionada. A solução foi buscar outras famílias que as substituíram, por 15 famílias de imigrantes já residentes no sul do país. (PÓVOA, 2010).

Algumas dessas famílias não se haviam familiarizado com as atividades agrícolas e com o clima tropical, o que resultou, em grande parte, no insucesso desse empreendimento na cidade de Resende, de acordo com Lesser (1995). A JCA tentou estimular a organização de uma cooperativa e obteve da Prefeitura Municipal de Resende a instalação de uma escola na colônia, além da venda de diversos produtos (desde roupas, sapatos, livros, utensílios domésticos até sementes e tratores). Os colonos dedicavam-se também à agricultura, que não dava bons rendimentos, então os colonos passaram ter outra fonte de recursos com a hospedagem de jovens que para ali eram

enviados, pela União Israelita, a desfrutar férias no Rio de Janeiro, conforme Falbel (1984).

Segundo Póvoa (2010), em 1952 a JCA doou à Sociedade Talmud Torah, do Rio de Janeiro, um lote de 124.700m², para instalar a sede da Colônia Resende. A desapropriação de uma parte da área para instalação da Academia Militar das Agulhas Negras tolheu ainda mais a colônia em Resende, onde só ficaram trabalhando cerca de oito famílias, aproximadamente (EIZERIK, 1986).

Os refugiados judeus dos países árabes

Com o fim a Primeira Guerra (agosto de 1914 a 11 de novembro de 1918) no continente Europeu e nas bases do Império Otomano no Oriente Médio, as relações entre os muçulmanos árabes e judeus árabes – Mizrahim –, nos países islâmicos (norte da África e Oriente Médio) passaram a ser particularmente difíceis. Os judeus árabes, acusados de sionistas e de apoiar o “oponente norte-americano”, sentiram-se ameaçados e, vendo frustradas todas as suas tentativas de reintegrar a sociedade onde viviam, buscaram a emigração como escape de um possível massacre. Emigraram para as Américas (Estados Unidos, Canadá e Brasil) e Europa Ocidental.

A partilha da Palestina e a criação do Estado de Israel, em 14 de maio de 1948, pela Organização das Nações Unidas (ONU) intensificaram, nos países árabes, posturas ultranacionalistas e extremistas. Com a ampliação das ações fundamentalistas religiosas islâmicas, a situação ficava insustentável a cada momento (MIZRAHI, 2001). Sancionada a decisão contra os judeus Mizrahim, muitas instituições passaram

a ser alvo da intolerância e dos nacionalistas árabes muçulmanos, pois a comunidade assistia à hostilidade da propaganda antijudaica, vivenciando-a.

A crise agravou-se quando a Grande Sinagoga de Alepo, na Síria, foi alvo de um incêndio, que a destruiu por completo. Tal brutalidade abismou muitos, pois a sinagoga possivelmente era a mais antiga do mundo judaico (MIZRAHI, 2001), guardava documentos religiosos importantes, assim como informações sobre o início da comunidade judaica na Síria. Tal ação acelerou o processo de emigração dos judeus dos países árabes.

A perda de espaço e da identidade nacional colocou em questão a reordenação territorial dos judeus, cuja ordem se colocava em um sistema social e mesmo informacional como parte da cultura do lugar, mesmo que fosse essa representatividade simbólica e/ou por meio de uma identidade territorial que os judeus compunham e atribuíam a seu grupo social como forma “simbólica” sobre aquele espaço onde viviam. Dessa maneira, os judeus estabeleciam uma relação entre o chamado “território tradicional” com o “controle espacial”.

A partir de 1947, dois anos após o fim da Segunda Guerra Mundial, as redefinições territoriais no Oriente Médio foram restabelecidas pelas questões econômicas e pelo caráter político-disciplinar das autoridades dos países árabes. O exemplo que se destaca dessa nova política religiosa que se instalava juntamente com as novas ditaduras e clãs familiares que assumiam o poder político e militar é a Síria, que pode ser considerada a primeira a adotar preconceitos e aversão aos judeus.

O governo sírio passou a controlar todos os 24 mil judeus que habitam seu território, impedindo-os, inclusive, de emigrar para Israel ou para qualquer outro lugar. Havia se instalado o caos, o horror nacionalista árabe e islâmico.

Negociantes judeus que precisavam viajar a negócio, mesmo que fosse a poucos quilômetros de suas residências, deveriam, obrigatoriamente, apresentar-se à polícia e depositar um valor em dinheiro determinado pelo governo para terem a sua mobilidade de volta, mesmo que fosse por algumas horas, dias e/ou semanas, valor restituído apenas no retorno e para o depositário (MIZRAHI, 2001).

As restrições territoriais, culturais e sociais se ampliavam, levando agentes operacionais israelenses a resgatar famílias judias, através do Líbano e da Turquia, para conduzi-las a Israel. Essas operações, realizadas em momentos diferentes, dividiram as famílias judias por diversos continentes.

A instabilidade política internacional, decorrente da Guerra Fria na Europa e na Coréia, levou os negociantes judeus do Oriente Médio a investir nas possibilidades econômicas dos países da América (MIZRAHI, 2001). Embora a maioria buscasse América do Norte, algumas famílias de Mizrahim da Síria, do Líbano e do Egito decidiram-se, no início da década de 1950, por emigrar e os locais desejados foram às cidades de Buenos Aires, Rio de Janeiro, São Paulo e de Belo Horizonte.

Impedidos de migrar para Israel, industriais e financistas judeus do Egito dividiram-se pela França, Inglaterra, Itália e outros países europeus e da América do Norte e do Sul. Numerosas famílias judias, integradas no cotidiano egípcio, resistiram à decisão de sair do país.

Dos países sul-americanos, o Brasil apresentava-se como a opção mais desejável para muitos refugiados judeus. Além de possuir grandes extensões de terra não ocupadas, o país estava em fase de expansão econômica, não apresentando, como a Argentina, histórias de antissemitismo (MIZRAHI, 2001). Ouvia-se dizer, por aqueles que estiveram no Brasil, que imigrantes de várias origens, nacionalidades, de diferentes religiões, como árabes muçulmanos, judeus, cristãos ortodoxos e católicos viviam em harmonia, e que muitos ocupavam cargos na administração pública de confiança, sem que a etnia e a crença religiosa fossem lembradas ou questionadas.

A partir de 1952, cerca de 1.500 famílias judias emigraram do Egito, refugiando-se no Brasil (MIZRAHI, 2001), número que pode ser considerado “massivo”, no conjunto geral da população judaica brasileira, pois nunca tão grande número de judeus, em curto espaço de tempo, havia aportado no Brasil.

No período da chegada desse refugiado-imigrantes, o chefe do Departamento de Imigração do Ministério da Justiça brasileira, ao ser consultado sobre a admissão dos refugiados judeus do Oriente Médio, de forma surpreendente exigiu, para cada visto de entrada, “valor em dólares, por cabeça”. Israel Klabin, industrial judeu do Rio de Janeiro, quando soube do fato, aconselhado pelo intelectual Augusto Frederico Schmidt, procurou o presidente Juscelino Kubitschek, que liberou a entrada dos judeus egípcios para o Brasil.

Embora a porta de entrada para o Brasil tenha sido o Rio de Janeiro, a maior parte dos judeus do Oriente Médio, Mizrahim, na década de 1950 fixou-se na cidade de São Paulo (Mooca, Brás, Ipiranga, Perdizes, Santa Cecília e Higienópolis), pois ela apresentava maiores condições técnicas, de engenharia, instrumentos de trabalho e oportunidades do que o Rio de

Janeiro. O desenvolvimento era uma realidade da cidade, as indústrias e fábricas abriam a esperança de vidas melhores, além da diversidade étnica, cultural e religiosa que São Paulo oferecia, pois a assimilação seria breve e fácil, além da comunidade já estar organizada e territorializada.

O Rio de Janeiro, porto do mar e capital do país, nesse período, atraiu especialmente os imigrantes da cidade de Alexandria, que buscavam os bairros próximos das praias como Copacabana, Flamengo, Botafogo e Ipanema. A Congregação Religiosa Beth-El, junto ao Centro Israelita Brasileiro (CIB) e o clube recreativo judaico de Copacabana, fundado pelos sefaradim, receberam os novos imigrantes do Oriente Médio.

Por isso hoje a grande parte dos frequentadores das sinagogas é de origem egípcia. Como a Congregação Beth-El e o movimento religioso do Beit Chabad em São Paulo.

Contudo, a integração judaica no Brasil manteve-se de várias formas, destacando-se, desde logo, como fato inicial, o recurso à naturalização, a fim de adquirir a nacionalidade brasileira. Convém notar que, mesmo antes de recorrerem ao referido processo integratório, os imigrantes, em homenagem à nova pátria que os acolheu, costumavam, espontaneamente, adaptar os seus nomes, a fim de colocá-los em harmonia com as gerações aqui nascidas, os nomes que recebiam eram, quase na sua totalidade, nacionais.

Referência

AQUINO, R. S. L. *História das sociedades americanas*. Rio de Janeiro: Eu & Você, 1981. 400p.

ATTALI, J. *Os judeus, o dinheiro e o mundo*. São Paulo: Futura, 2003. 646 p.

AZEVEDO, J. L. *História dos cristãos-novos portugueses*. Porto: Clássica, 1989. 517 p.

BASBAUM, H. W. *A saga do Judeu Brasileiro: presença judaica em Terras de Santa Cruz*. São Paulo: Edições Inteligentes, 2004. 191 p.

BAUMAN, Z. *Modernidade e Ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. 334 p.

BENCHIMOL, S. *Amazônia, Formação Social e Cultural*. Manaus: Valer, 1999. 321 p.

BENTES, A. R. *Os sefardim e a hakitia*. Belém: Mitograph, 1981. 309p.

BLINDER, C. *Terras Prometidas: Do Bom Retiro a Manhattan*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. 205 p.

CARVALHO, F. M. *Raízes judaicas no Brasil: o arquivo secreto da inquisição*. São Paulo: Nova Arcádia, 1992. 65p.

DAVIDOVITCH, E.; GEIGER, P.; BARATZ, S. *Enciclopédia judaica*. Rio de Janeiro: Tradição/Biblioteca de Cultura Judaica, 1967. 15 v.

EIZIRIK, M. *Imigrantes judeus: Relatos, crônicas e perfis*. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1986. 136p.

- FAINGOLD, R. *Dom Pedro II na Terra Santa*, São Paulo: Sêfer, 1999. 256 p.
- FALBEL, N. *A Comunidade Judaica no Brasil*. São Paulo: Arquivo Histórico Judaico Brasileiro, 1984. 197 p.
- GILBERT, M. *The Illustrated Atlas of Jewish Civilization: 4.000 years Jewish History*. New York: Consulting, 1985. 224 p.
- GUINSBURG, J. (Org.). *O judeu e a modernidade*. In: NEHER, A. *O homem judeu*. São Paulo: Perspectiva, 1970. p. 585-593.
- HALL, S. *A identidade Cultural na Pós-Modernidade*. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 102 p.
- HARDMANN, F. *Trem Fantasma: A Modernidade na Selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 254 p.
- KATZ, S. *À la recherche d'une histoire des juifs du Brésil*. France: Pardés, *Loi et Liberté*, 1993. p.127-146. v.17.
- KAYSERLING, M. *História dos judeus em Portugal*. São Paulo: Pioneira, 1971. 334 p.
- KOVALDLOFF, J. *Comunidades judias de latinoamérica*. Buenos Aires: Comitê Judaico Americano, 1974. 430 p.
- KRAUSZ, R. R. *Problemas de sociologia judaica*. São Paulo: Edusp, 1994. 195p.
- KUCINSKI, M. *Imigrantes, Mascates & Doutores*. Cotia: Ateliê, 2002. 254 p.
- LESSER, J. *O Brasil e a Questão Judaica: imigração, diplomacia e preconceito*. Rio de Janeiro: Imago, 1995. 371 p.
- LIPINER, E. *Gaspar da gama: um converso na frota de Cabral*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987. 276p.

MAIA, A. *Gente dos Seringais*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1956. 287 p.

MARGULIES, M. *Os judeus na história da Rússia*. Rio de Janeiro: Bloch, 1971. 328 p.

MIZRAHI, R. *Imigrantes Judeus do Oriente Médio: São Paulo e Rio de Janeiro*. Cotia: Ateliê, 2001. 330 p.

NOVINSKY, A. *Cristãos novos na Bahia; 1624-1654*. São Paulo: Perspectiva/Edusp, 1972. 239p.

PÓVOA, C. A. *A Territorialização dos Judeus na cidade de São Paulo*, Ed. Humanitas, São Paulo, 2010, 264p.

SCHEINDLIN, R. *História Ilustrada do Povo Judeu*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003. 397 p.

SCLIAR, M. *Entre Moisés e Macunaíma: os judeus que descobriram o Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. 132 p.

SEREBRENICK, S. *Quatro Séculos de Vida Judaica no Brasil*. São Paulo: Biblos, s.d. 151 p.

STILLMAN, N. *The Jews of Arab lands in modern Times*. New York: The Jewish Publication Society of America, 1991. 378 p.

WOLFF, E. *Guia histórico da comunidade Judaica de São Paulo*. São Paulo: B'nai B'rith, 1988. 151p.

PAISAGEM CULTURAL: DO CONCEITO CLÁSSICO À REELABORAÇÃO CONTEMPORÂNEA

João Paulo Miros Neves

Introdução

As diversas definições, usos e conceitos da palavra cultura têm início na própria etimologia da mesma, que pode ter uma origem traçada tanto do inglês quanto do latim (EAGLETON, 2005), ambas com significação diversa. De acordo com Eagleton, a palavra inglesa *coulter* (que é um cognato de cultura), significa relha de arado. (2005, p.9). Já no latim, temos a raiz de cultura em *colere*, que possui diversos significados, entre eles cultivar e habitar (2005, p. 10).

Saindo do estudo etimológico, nossa tentativa de definição da cultura perpassa agora pelos significados históricos. Inicialmente, é claro, não havia cultura e nem formas de produção. Aos poucos, lutando pela sobrevivência, o homem desenvolve formas de melhor de se proteger e buscar pelo próprio alimento, iniciando assim uma forma primitiva de cultura. “Como a vida, ela [a cultura] cresceu gradualmente e assumiu uma variedade cada vez maior de formas numa continuidade ininterrompida de forma preexistentes” (Frost & Hoebel, 2006, p. 16).

Talvez uma noção primordial da cultura tenha sido realizada pelo grande historiador grego Heródoto (484 – 424 a. C.) Notando a diversidade de costumes que os lícios tinham com relação à sua própria nação, ele assim escreveu:

Eles têm um costume singular pelo qual diferem de todas as outras nações do mundo. Tomam o nome da mãe, e não o do pai. Pergunte-se a um lício quem ele é, e ele responde dando o seu próprio nome e o de sua mãe, e assim por diante, na linha feminina. Além disso, se uma mulher livre desposa um homem escravo, seus filhos são cidadãos integrais; mas se um homem livre desposa uma mulher estrangeira, ou vive com uma concubina, embora seja ele a primeira pessoa do Estado, os filhos não terão qualquer direito à cidadania. (Laraia, 2001, p. 11)

Embora não tenha usado o termo cultura para descrever o modo de vida que ele havia notado, Heródoto apresenta uma descrição de um modo de vida característico e ainda faz uma comparação com as “todas” as outras nações. Evidente que à época de sua existência, ele não possuía conhecimento de todas as todas as nações, mas o interessante aqui é perceber o significado do termo cultura em seu relato.

No desenvolvimento do conceito de cultura, encontramos uma primeira definição antropológica da cultura em Edward Tylor, no livro *Primitive Culture*, de 1871 (Laraia, 2001, p. 32). Inclusive, Tylor chegou a ineditamente, demonstrar que a cultura podia sim ser alvo de um estudo sistemático, por ser tratar de um fenômeno natural e regular.

Para Laraia (2001, p. 35), o texto de Tylor necessita de um conhecimento prévio da época em que foi escrito para que seja completamente compreendido. Nesse sentido, Lara afirma que o livro havia sido escrito numa Europa recém abalada pelo lançamento de outro livro, *Origem das Espécies*, de Charles Darwin, o que influenciou a antropologia da época numa perspectiva do evolucionismo unilinear.

A maior contribuição de Tylor no campo da cultura foi, segundo Laraia (2001, p. 37), ter superado as concepções aceitas em relação aos escritos dos viajantes e cronistas coloniais. Em vez de aceitar tudo o que era dito aceitar placidamente, como se fazia anteriormente, Tylor questionava os relatos e investigava para crer a possível verdade por trás daquilo que era contado.

Há, posteriormente, uma corrente reacionária a essa antropologia evolucionista. Laraia (2001, p. 37), denomina essa corrente de método comparativo e aponta seu principal expoente como sendo Franz Boas. O nome comparativo decorre da insistência de Boas de que os dados antropológicos e também culturais devem ser comparados, não de maneira simples, mas “através de dos estudos históricos das culturas simples e da compreensão dos efeitos das condições psicológicas e dos meios ambientes”. (2001, p. 38)

Deixando um pouco de lado a compreensão de cultura de Tylor e Boas, Eagleton (2005, p. 11), nos mostra que, na palavra cultura, além de resquícios históricos de grande importância, encontramos a codificação de várias questões filosóficas fundamentais, entre elas a liberdade e o determinismo. Além disso, a cultura também sugeriria uma dialética entre o artificial e o natural.

Tal dialética, para ser mais preciso, estaria mediada entre o determinismo orgânico e a autonomia do espírito. Para usar as palavras de Eagleton, “Os seres humanos não são meros produtos de seus ambientes, mas tampouco são esses ambientes pura argila para a auto modelagem arbitrária daqueles” (2005, p.14). Ou seja, a cultura não é determinante, nem produto das ações humanas, estando situada em um meio-termo, se for possível atribuir um meio-termo a esse caso.

Paralelamente ao estudo dialético da cultura, nos deparamos com os trabalhos de B.K. Malinowski (1884-1942), mais voltados para uma análise da função da cultura. De acordo com Coelho (2008, p.21), Malinowski tinha a intenção de permitir uma atuação sobre os processos culturais, permitindo aos pesquisadores que não mais se limitassem a simplesmente compreender o funcionamento da formação de identidade e usos e costumes dos povos.

No trabalho de Malinowski notamos inclusive, pela primeira vez na história, que os processos culturais além de serem percebidos em suas minúcias, podem ser utilizados como agentes na transformação social, que muitas vezes é aceitável e até desejável. Ou seja, o pesquisador, ao entender a função de cada costume, prática ou crença dentro do fator social, pode agir para influenciar e catalisar uma mudança cultural.

O contrário também é verdadeiro, ou seja, a evolução da cultura pode ser impedida e até reprimida. Encontramos exemplos disso em Chartier, quando fala da trajetória cultural da Europa Ocidental no séc. XVII:

após 1600 ou 1650, as ações conjugadas dos Estados absolutistas, centralizadores e unificadores, e das Igrejas das Reformas protestante e católica,

repressivas e aculturantes, teriam abafado ou recalcado a exuberância inventiva de uma antiga cultura do povo. Ao impor disciplinas inéditas e novas submissões, ao inculcar novos modelos de comportamento, os Estados e as Igrejas teriam destruído em suas raízes e seus antigos equilíbrios um modo tradicional de ver e viver o mundo (1995, p.180).

De fato, como revela Silva, citado por Porto, a cultura “não funciona como imperativo categórico, mas é carregada pela historicidade das instituições que a delimitam e que configuram as políticas públicas culturais” (2011, p. 93). Tal “delimitação” e “configuração” são indicativos de uma manipulação e orientação da cultura, seja por parte do agente do Estado ou outro, como apontado na continuação do texto de Silva:

As decisões conceituais por um ou outro conjunto de significados são tácitas ou explícitas e impõem traduções institucionais e estilos de governo, embora esses derivem não apenas dos conceitos, mas do conjunto de forças sociais e políticas, concepções e interpretações sobre o objeto e as estratégias de intervenção. (SILVA, 2007, p. 4, apud Porto, 2011, p .93)

Retornando ao nosso enfoque sobre definição, outro estudioso que aborda uma visão mais funcional da cultura é Raymond Williams (1921-1988), o qual afirma: “a cultura é um sistema de significação pela qual uma ordem social é vivida, explorada, comunicada e reproduzida” (2008, p.36). Coelho demonstra que, à época do desenvolvimento da ideia de Williams, a cultura perpassava por três visões clássicas que perduraram da segunda metade do séc. XIX até o séc. XX

praticamente todo. Tais acepções clássicas são: a cultura como artes, cultura como qualidade de vida e civilização ou cultura como cimento da vida social (2008, p. 37).

Encontramos na obra de Eagleton outra possível definição para o termo cultura, com sendo algo mais interior ao ser humano, subjetivo. Nesse sentido, a cultura significaria uma divisão dentro do homem, entre a parte refinada e parte ainda a ser trabalhada para que se possa refinar. Desse modo, a “culturalizar” o homem seria transformar essa bruta matéria prima interior em algo capaz de superar os desejos e emoções primitivas, como que se fosse sublimado. Assim, de acordo com Eagleton (2005, p.16): “Deixada a própria conta, nossa natureza perversa não vai se elevar espontaneamente à graça da cultura; mas essa graça tampouco pode ser rudemente forçada sobre ela. Ao contrário, precisa cooperar com as tendências inatas da própria natureza, a fim de induzi-la a transcender a si mesma”.

Abordamos assim, a cultura trabalhada pelo homem em si mesmo, uma autocultura, poderíamos dizer. Há, porém, outras formas de se trabalhar a cultura além de pela vontade própria. Ela pode ser imposta pelo Estado, por exemplo. A fim de promover o próprio crescimento, principalmente econômico, o Estado precisa que seus cidadãos possuam um espírito de cooperação e livre renúncia dos interesses próprios (Eagleton, 2005, p.16).

Transformar os homens em cidadãos que trabalham em harmonia para o crescimento da sociedade seria então mais uma definição de cultura. Para ilustrar, tomemos a fala de Eagleton (2005, p.18): “A cultura é uma forma de sujeito universal agindo dentro de cada um de nós, exatamente como o Estado é a presença do universal dentro do âmbito particularista da sociedade civil”.

Conseguimos definir mais uma definição de cultura, dessa vez sendo a cultura como um instrumento estatal para tornas seus membros cooperativos, harmíniosos e dóceis às leis, para que possa alcançar o crescimento da sociedade. Não se esgotaram, ainda, as definições de cultura, como veremos adiante.

Na época do Iluminismo, por volta do séc. XIX, o termo civilizado passou a designar a maneira como os povos e nações eram após a conquista dos países europeus durante o processo imperialista. Dessa maneira, segundo Eagleton (2005, p. 22), era necessário um outro termo para designar a maneira como os países deveriam ser, para se contrapor ao que eles estavam se tornando após “civilizados”. Desse modo, os alemães tomaram emprestados do francês o termo *culture*, criando a palavra *kultur*.

Kultur ou “cultura” tornou-se assim o nome da crítica romântica pré-marxista ao capitalismo industrial primitivo. Enquanto civilização é um termo de caráter sociável, uma questão de espírito cordiável e maneiras agradáveis, cultura é algo inteiramente mais solene, espiritual, crítico e de altos princípios, em vez do estar alegremente à vontade com o mundo (Eagleton, 2005, p. 22).

Nesse sentido, a cultura difere do significado anteriormente proposto, pois se comporta como atitude crítica à civilização real. Se anteriormente a cultura era a forma de orientar e domesticar a sociedade, agora a palavra cultura passa a significar o confronto de civilizado, uma reação à imposição dos modos, crenças e valores impostos sobre os países colonizados pelas nações imperialistas.

Para explicar em outros termos, à época da modernidade, civilização era sinônimo de uma sociedade “abstrata, alienada, fragmentada, mecanicista, utilitária, escrava de uma crença obtusa no progresso material”, enquanto que cultura era “holística, orgânica, sensível, autotélica, recordável” (Eagleton, 2005, p. 23).

Avançando um pouco mais entre os significados de cultura, paramos para notar o sentido dado pelo idealismo alemão, que define a cultura com um sentido moderno de um modo de vida característico. Para Eagleton, essa é visão romântica da cultura que tenta buscar nela uma alternativa estética à política, como sendo uma espécie de política transformada (2005, p. 30). O que não era muito difícil, uma vez que esteticamente falando, toda arte, mesmo que sem propósito, é uma forma de proposto contra o utilitarismo capitalista e o estado de ser das coisas. “A arte podia agora modelar a boa vida (...) oferecendo o escândalo de sua própria existência inutilmente autodeleitante como uma crítica silenciosa do valor de troca e da racionalizadade instrumental (Eagleton, 2005, p.30).

Nesse mesmo sentido, notamos que a cultura também é uma crítica ao capitalismo industrial, pois ela afirma a capacidade humana como sendo fator importante de desenvolvimento social. Percebemos, inclusive, que a noção de cultura do idealismo serviu de influencia para o marxismo, quando critica a divisão do trabalho por tolher as capacidades humanas. Segundo Eagleton, a cultura “é uma forma bem menos exaltada de energia criativa, aquela da classe operária, que pode transfigurar a própria ordem social da qual é o produto.” (2005, p. 38).

Coelho (2008, p. 9) nos mostra que, no séc. XX, a cultura serviu como um instrumento ideológico de expansão imperialista e sufocamento econômico de economias fragilizadas. Cita ainda alguns exemplos, como a expansão do nazismo por um lado e do comunismo por outro, mas deixa claro o “uso que o uso que os EUA fez da penetração cultural para difundir seus valores e interesses”.

Também em Coelho encontramos referências do uso da cultura no Brasil como forma de dominação ideológica, sobretudo no período da ditadura militar, compreendido entre 1964 e 1984. Ainda segundo o autor, no período mais atual da história brasileira, a cultura é trabalhada na forma de inclusão social, seguindo um viés de manipulação ideológica semelhante ao da ditadura militar.

Nesse sentido, o autor afirma: “O que de fato se observa hoje é um grande processo de *domesticação da cultura*, de certa forma ainda mais perverso que aquele movido pela transformação da cultura em arma de combate ideológico” (2008, p. 10). Mais perverso por não haver nada capaz de confrontar a visão de cultura imposta, pois ela é apresentada como sendo perfeita e capaz de abraçar inclusive as classes mais desfavorecidas.

Diversidade cultural

Como exemplo de diversidade cultural, apresento o texto de Frost & Hoebel. Com a ajuda do texto, podemos ver claramente que a diversidade cultural dos povos fazem que cada um destes tenham seu modo peculiar de enxergar o mundo e criar suas próprias verdades sobre a realidade.

“Como breve exemplo do que queremos dizer aqui, consideremos o seguinte postulado existencial da ilha de Trobriand, notando primeiro que os trobriandos, que vivem no Sul do Pacífico, são sociedades organizadas em clãs matrilineares. Na base da vida de Trobriand está a seguinte auto-evidência (para os trobriandos) proposição:

“A gravidez resulta da entrada do corpo da mulher do espírito (*balomà*) de um antepassado morto do clã matrilinear.

“Desta crença, decorrem dois corolários: (1) o pai não está relacionado geneticamente com o filho; e (2) a pessoa pertence somente ao clã de sua mãe. Todo trobriando aceita isso como uma coisa ‘mais que evidente’. É uma verdade elementar em Trobriand. Muitas peculiaridades da vida social e sentimental de Trobriand são compreensíveis somente nestes termos.” (2006, p. 20)

Interessante notar que, para os trobriandos, a verdade é que simplesmente o homem não tem relação nenhuma com as crianças que nascem. Tanto isso é verdade para eles que toda a sua sociedade se estrutura dessa maneira, e tal crença não impediu em nada a sua subsistência.

Definições da atualidade

A tendência, segundo alguns autores, é que as concepções e definições do termo cultura tendem a convergir a um mesmo ponto, pensando-se em termos contemporâneos. Um dos autores que vem corroborar essa tendência é Porto: “Importante evidenciar que, existe uma convergência silenciosa

das diversas concepções de cultura.” (2011, p. 96). Mais adiante, a mesma autora explica que ponto, ou convergência, é essa:

A ideia que norteia parte dos estudos sobre cultura, considera que a partir de sua dupla função de orientadora e tradutora de processos comunicativos, materializados em múltiplos sistemas simbólicos, convicções e valores, ela porta-se em constante transformação. (Porto, 2011, p. 96).

Podemos reutilizar o escrito da autora é concluir que uma das linhas de pensamentos atuais tratam a cultura como transformação, mudança e ressignificação dos hábitos e costumes de vidas dos povos. A cultura, que sofrem tantas mudanças ao longo do tempo, vem agora significar essa própria mudança, mas não de seu próprio significado, mas das mudanças culturais entre as nações e sociedades atuais, que influenciam e soferm influências diversas no mundo contemporâneo. A seguir, veremos alguns autores que contradizem essa linha de pensamento e mais adiante ainda, outros que a confirmam.

A começar por Frost & Hoebel, que definem a cultura como um “sistema integrado de padrões de comportamento aprendidos, que são característicos dos membros de uma sociedade que não são o resultado da herança biológica” (2006, p. 16). Como ele mesmo simplifica mais adiante, a cultura é “um comportamento adquirido”. Essa definição é bastante ampla, podendo abranger muitas coisas.

Com base nessa definição, e conforme foi demonstrado ao longo do estudo, o termo cultura demonstra ao mesmo uma especificidade forte e uma abrangência ampla. A “cultura” pode ser utilizada para definir basicamente qualquer coisa,

dependendo da ciência que a esteja abordando. Por exemplo, a cultura “abrange tudo, desde estilo de penteados e hábitos de bebida até como dirigir a palavra ao primo em segundo grau de seu marido, ao passo que o sentido estético da palavra inclui Igor Stravinsky mas não a ficção científica.” (Eagleton, 2005, p.51).

O mesmo autor, inclusive, enxerga nisso um problema. Para ele, tamanha abrangência e especificidade são causas de uma possível inutilidade do termo cultura, pois, afinal das contas, ela não abrange absolutamente nada com clareza.

Apesar do alcance aparentemente ilimitado da definição antropológica, algumas coisas são consideradas demasiado mundanas para serem culturais, ao passo que outras são demasiado específicas. Já que os ingleses fabricam canos de esgoto da mesma maneira que os japoneses, sem vestir nenhum encantador traje nacional e sem cantar baladas tradicionais animadoras durante o processo, a fabricação de canos de esgoto é excluída da categoria da cultura tanto por ser demasiadamente prosaica como por não ser específica demais. (...) E se cultura significa tudo o que é humanamente construído ao invés de naturalmente dado, então isso deveria logicamente incluir a indústria assim como a mídia, formas de fazer patos de borracha assim como maneiras de fazer amor ou se divertir. (Eagleton, 2005, p.53)

A solução para resolver essa aparente inutilidade da cultura não está claramente especificada, mas o autor insiste que é preciso ir além dessa noção demasiado ampla e desconfortavelmente rígida, para citar palavras do próprio.

Talvez uma mudança de abordagem seja o que fará a diferença. Em vez de analisarmos a cultura de forma substancial, poderíamos fazê-lo de maneira funcional, ou seja, perceber aquilo que é supérfluo no modo de vida ou produção do ser humano. Nesse sentido, “ a comida não é cultural, mas tomates secos são; o trabalho não é cultural, mas usar sapatos ferrados ao trabalhar é.” (Eagleton, 2005. P.58).

Essa natureza funcional da cultura permite-nos explorar ainda mais possibilidades de estudo dos diversos povos e culturais ao redor do globo. Afinal, cada cultura (e por conseguinte, cada povo) possui um modo próprio de fazer, e embora determinado modo possa parecer semelhante entre duas culturas distintas, existem diferenças que as tornam únicas. Essas diferenças mínimas constituem aquilo que Frost & Hoebel chamam de estrutura cultural:

Cada parte pode ter sua *forma* específica como, por exemplo, um arco, uma canoa, uma panela, um acordo marital, ou um processo legal. Nenhum desses processos de cultura existe no vácuo, ou constitui uma unidade isolada. Ele desempenha a sua parte contribuindo para o modo de vida total. O modo como ele e todas as outras partes se relacionam umas com as outras forma a estrutura de cultura. A contribuição que cada parte dá para o sistema cultural total é sua função, em contraste com sua forma (2006, p. 22).

A cultura, por outro lado, é também uma afirmação de identidade. Uma forma de dizer ao mundo que seus valores estão ali e eles devem ser fazer valer, principalmente quando falamos de comunidades minoritárias, que são muitas vezes oprimidas. Por serem excluídas e oprimidas, a cultura se torna

uma ferramenta e se transforma em palco de conflito. Como bem explica Eagleton:

Para as três formas de política radical que dominaram a agenda global durante as últimas décadas – nacionalismo revolucionário, feminismo e luta étnica -, a cultura, como sinal, imagem, significado, valor, identidade, solidariedade e auto-expressão é a própria moeda corrente do combate político, e não sua alternativa olímpica (2005, p. 61).

Dessa maneira, a cultura deixa de ser uma crítica da vida em geral para se tornar uma crítica da forma de vida empregada pelas classes dominantes em detrimento das sociedades periféricas que são oprimidas e sobrepujadas por aquelas.

Coelho vem contestar essa visão de cultura como forma de definição de identidade ao demonstrar que, cada vez mais, o termo cultura abrange consigo o significado de variações e mudanças dentro de uma sociedade e “não de reafirmações do mesmo e de entidades estáveis num indivíduo em particular ou algum grupo em especial” (2008, p. 45). A ideia de Coelho é de que a cultura deixa de ser algo rígido, sólido e específico de um determinado povo ou etnia para, aos poucos, se diluir e adaptar entre as diferentes nações e comunidades. Chega a afirmar inclusive que, “a palavra ‘cultura’ deveria aos poucos sair de cena; ou melhor seria, sugere A. Arjun, recorrer ao termo ‘cultural’” (2008, p. 46).

Para contrapor sua teoria, Coelho nos remete ao fato de que, cada vez mais em nosso país, patrimônios culturais “sólidos” como Igrejas, monumentos ou casarões estão sendo substituídos pela ideia de patrimônios culturais imateriais, como a linguagem, a dança (2008, p. 47) e até as comidas típicas de

algumas regiões, sendo este último de inclusão nossa, para citar o acarajé com um exemplo bem conhecido.

Outro autor que afirma que a cultura atualmente é algo etéreo, sem forma definida, é Porto, que diz:

Dentro da perspectiva contemporânea, assiste-se a um alargamento acerca do conceito de cultura. A cultura passa a ser concebida como algo multidisciplinar com sua transversalidade inerente, dando origem a recortes temáticos dentro da própria definição do termo cultura. (2011, p. 94)

Cultura midiática

Diante desta visão de cultura como o grande conglomeramento dos costumes e hábitos de diversas nações dentro uma mesma sociedade, somos apresentados à chamada cultura midiática.

O que seria essa cultura midiática? Somos introduzidos neste termo por Porto:

A cultura midiática está no núcleo da globalização e também no centro das transformações sociais. Conseqüentemente, ela propicia mudanças nos diversos segmentos da sociedade e na vida cotidiana dos indivíduos. Isso resulta em um movimento onde essa cultura sofre ações que geram mudanças em ambientes díspares de veiculação da informação (2011, p. 98).

Como apontado pela autora, a cultura midiática é um produto da globalização, principalmente por causa da velocidade da troca de informações e facilidades dos meios de comunicação, que permitem disseminar e propagar formas de vida ao redor do planeta com elevada celeridade.

A cultura midiática é mais um desdobramento da definição de cultura nestes tempos contemporâneos, que surge nesse momento de hibridiz e convivência entre diferentes culturas (Porto, 2011, p.97).

Numa época em que praticamente todos os espaços terrestres são bem conhecidos pelo homem, esse novo desdobramento da cultura vem ampliar as fronteiras do que realmente sabemos e questionar se o mais fundo do ser humano foi explorado em sua totalidade ou ainda falta muito a se aprender.

Cultura popular

Na esteira da cultura midiática, vamos estudar a cultura popular e traçar um paralelo entre cultura popular e cultura erudita. Segundo Chartier (1995, p. 179), “a cultura popular é uma categoria erudita”. Apesar de parecer contraditório, o autor explica mais adiante que os trabalhos em cultura popular “nunca são designadas pelos seus atores como pertencendo à ‘cultura popular’”. Com base nessa fala, podemos então definir a cultura erudita como sendo simplesmente aquela produzida e dirigida por/para um grupo específico.

Então o que seria a cultura popular? Seria aquela forma de cultura produzida sem um grupo específico? Chartier nos responde dizendo que não é tão simples assim. Segundo ele a cultura popular é dividida em duas acepções, sendo que a primeira acepção “concebe a cultura popular como um sistema simbólico coerente e autônomo, que funciona segundo uma lógica absolutamente alheia e irredutível a da cultura letrada” (1995, p.179). Essa cultura letrada pode ser entendida como a cultura erudita.

Já segunda acepção “percebe a cultura popular em suas dependências e carências em relação à cultura dos dominantes. Temos, então, de um lado, uma cultura popular que constitui um mundo à parte, encerrado em si mesmo, independente, e, de outro, uma cultura popular inteiramente definida pela sua distância da legitimidade cultural da qual ela é privada” (Chartier, 1995, p. 179).

Claro que essa divisão da cultura popular não é nítida nem notória em nenhuma sociedade. Para compreensão da cultura popular, Chartier esclare que é preciso entender

de um lado, os mecanismos da dominação simbólica, cujo objetivo é tornar aceitáveis, pelos próprios dominados, as representações e os modos de consumo que, precisamente, qualificam (ou antes desqualificam) sua cultura como inferior e ilegítima, e, de outro lado, as lógicas específicas em funcionamento nos usos e nos modos de apropriação do que é imposto” (1995, p. 185).

Somente entendendo tais simbolismos, seremos capazes de enxergar e compreender a lógica (ou o significado) por trás da produção da cultura popular. E poderemos questionar: nosso

objetivo é tornar aceitável a dominação cultural que nos é imposta ou manter viva a forma de cultura que carregamos conosco em nosso dia-a-dia, vivências e costumes?

Para concluir: Paisagem e paisagem cultural

A paisagem, semelhante à cultura, possui diversas significações e abordagens históricas. Afinal de contas, um objeto de estudo que compreende “(...) tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança” (SANTOS, 1997, p. 61) é passível de diversas interpretações, não é mesmo?

Se compreende tudo aquilo que nós vemos, pode-se intuir que a paisagem também se aplica ao que foi e continua sendo modificado pelo homem, principalmente no que tange à construção do espaço urbano e morada social. Tais modificações acabam por transformar a paisagem, com velocidade e intensidade diferentes conforme variamos a localidade, criando e recriando configurações simbólicas diferentes entre aqui e acolá (ZANIRATO, 2020).

As modificações provocadas pelo homem, que impulsionam as transformações no espaço, se sobrepõe umas sob as outras à medida que o tempo passa. Segundo Milton Santos (1997), citado por PEREIRA (2018), a paisagem representa justamente os diferentes momento de produção do espaço, com essa sobreposição de modicações impressas pelo homem.

Para compreendermos melhor como se dariam essas transformações ocasionadas pelo homem sobre o espaço, recorreremos ao texto de Soraya Nór .Segundo a autora,

(...) as necessidades humanas, as quais podem ser materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais ou afetivas, levam o homem a agir estabelecendo um sistema de ações, por meio da criação e do uso dos objetos geográficos (naturais ou sociais). O sistema de objetos condiciona a maneira como se dão as ações, e o sistema de ações realiza-se sobre os objetos existentes ou leva à criação de novos objetos (NÓR, 2013, p. 122).

Ou seja, as transformações ocasionadas pelo homem sobre o espaço se dariam através desse sistema de objetos, que podem levar à criação de novos objetos geográficos, num contínuo de criação e recriação da paisagem.

Agora que já fomos bem introduzidos nos termos cultura e paisagem, convém refletirmos sobre a paisagem cultural. No Brasil, a paisagem cultural é regulamentada pela Portaria 127 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de 30 de abril de 2009. No artigo 1º temos uma definição sobre o que é a paisagem cultural:

Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, 2009, p. s/n).

Com essa definição, somos compelidos a refletir ante a necessidade de um estudo das paisagens naturais brasileiras. Por se tratarem de paisagens naturais, não deveriam sofrer ou ter sofrido a intervenção humana. E pela falta dessa intervenção, ou

melhor dizendo, interação humana, tais paisagens não podem ser consideradas paisagens culturais? Paisagens como os lençóis maranhenses, para citar um exemplo, não podem ser consideradas paisagens culturais?

A verdade é que sabemos que tais paisagens naturais, apesar do que diz o nome, não são totalmente naturais de fato. Há sempre alguma intervenção humana, e no caso dos lençóis maranhenses, para recorrer ao exemplo que já citamos, a intervenção humana é notória nas práticas de exploração turística do local.

Referências

CHARTIER, R. "CULTURA POPULAR": revisitando um conceito historiográfico. *Estudos Históricos*, p. 179-192, 1995.

COELHO, T. *A cultura e seu contrário, Cultura, arte e política pós-2001*. São Paulo: Iluminuras, 2008.

EAGLETON, T. *A idéia de cultura*. São Paulo: UNESP, 2005.

FROST, ; HOEBEL,. *Antropologia Cultural E Social*. São Paulo: Cultrix, 2006.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. *Portaria IPHAN nº 127 de 30/04/2009*. Brasil: [s.n.], 2009.

LARAIA, R. D. B. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

NÓR, S. O LUGAR COMO IMATERIALIDADE DA PAISAGEM CULTURAL. *PAISAGEM E AMBIENTE: ENSAIOS*, São Paulo, p. 119-128, 2013.

PEREIRA, D. C. *Paisagem como patrimônio: entre potencialidades e desafios para a implementação da chancela da Paisagem Cultural Brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2018.

PORTO, C. D. M. Um olhar sobre a definição de cultura e de cultura científica. In: PORTO, C.; BROTAS, A.; BORTOLIERO, S. *Diálogos entre ciência e divulgação científica: leituras contemporâneas*. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 93-122.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1997.

ZANIRATO, S. H. PAISAGEM CULTURAL E ESPÍRITO DO LUGAR COMO PATRIMÔNIO: EM BUSCA DE UM PACTO SOCIAL DE ORDENAMENTO TERRITORIAL. *CPC*, São Paulo, p. 8-35, 2020.

A RECONFIGURAÇÃO DA CIDADE DE RIO BRANCO: A CRIAÇÃO DO BAIRRO CIDADE DO POVO COMO FORMA DE SEGREGAÇÃO ESPACIAL DOS DESLOCAMENTOS PERIFÉRICOS

*Diego Correia Machado
Jardel Silva França*

Introdução

O presente trabalho diz respeito a um processo investigativo que analisa a arte de governar, abordando os motivos e estratégias que se relacionam com a criação do bairro da Cidade do Povo na cidade de Rio Branco, Acre, avaliando as alterações na distribuição e mobilidade espacial da população de áreas periféricas da cidade para regiões que possam oferecer melhores condições de habitação. Como objetivo temos a finalidade de analisar as políticas de segregação espacial em detrimento do embelezamento de certas áreas da cidade. Em nosso processo de investigação, realizar-se-á uma revisão bibliográfica acerca de alguns conceitos que são perfeitamente possíveis de serem utilizados para dar suporte científico aos dados coletados durante a pesquisa, realizando leituras de produções que tomam como objeto de pesquisa o tema abordado aqui.

Como fundamentos teóricos nos baseamos nos escritos de autores como Duarte (2010), Chalhoub (2017), Foucault (1979), Valle Silva (1979). Podemos apontar inicialmente que a

mobilidade urbana promovida pelo governo é abordada por autores que passam a estudar as estratégias e formas de governança sobre a vida pública dos sujeitos, e que a análise sobre a migração interna da cidade foi necessária uma opção metodológica diferenciada para os dados pesquisados, visto que os dados são oficiais, realizando um comparativo entre a teoria e os dados práticos, utilizando como instrumentos de pesquisa para a coleta dos dados, podemos ver que a revisão bibliográfica pode nos oferecer um embasamento científico cada vez maior para entendermos os conceitos que se apresentam dentro das perspectivas do tema abordado.

Destacando as políticas de governo de forma mais intrínseca, analisar-se-á as estratégias governamentais e de que forma podem ser associadas ao processo de urbanização e estruturação intra-urbana no interior do processo de reconfiguração da cidade de Rio Branco. No que se refere às desigualdades no processo de distribuição da população, identifica-se as características do movimento histórico de ocupação dos bairros periféricos da cidade, com vistas a se ter um maior contato com as formas de tráfego da época. Trazendo o enfoque para o fato de que a cidade de Rio Branco ainda tem um déficit habitacional, os empreendimentos governamentais e de empresários do ramo da construção civil tomam maiores proporções ao passo que os processos de urbanização se intensificam de acordo com os discursos de modernidade, observando também uma avaliação do risco de crédito das construtoras como fomentadoras dessa dinâmica e supervalorizadas pelos governantes.

A base dos movimentos migratórios internos assumiu características diferenciadas na cidade Rio Branco, onde se observa a característica da urbanização como um caminho para a

modernização. Nesse sentido, a problemática a qual se visa atender nesse estudo e em todo o caminhar investigativo traz como enfoque principal a construção de uma análise das motivações que levaram os empreendimentos do governo para a construção de um espaço de construção de moradias destinadas a população da periferia de alguns bairros da cidade, onde foi preciso reorganizar todo um quadro cultural das famílias com sua carga histórica anterior.

O estudo aqui empreendido se baseia na análise das políticas de governo ao promover os deslocamentos urbanos de famílias que antes estavam em áreas de risco para regiões mais afastadas dos centros urbanos da capital acreana, promovendo uma análise do discurso de tais estratégias para se ter a promoção da ação governamental nas vidas dos sujeitos sociais que se fazem presentes nas áreas que são alvos das políticas de governo. A escrita deste trabalho se desenvolverá a partir de uma reflexão de conceitos intrínsecos nas ações do governo ao promover um constante movimento urbano voltados para seus objetivos, nos possibilitando uma análise da “arte de governar” e de que forma se legitima no cotidiano urbano as práticas de gerenciamento da vida pública, considerando-se uma ciência política e uma das expressões das ações de governo.

A princípio, podemos destacar que muitos teóricos têm a percepção de que um ambiente polarizado ao qual se vive atualmente faz com que as políticas governamentais se voltem para dar prestígio aos grandes empresários, formadores da elite. Assim sendo, durante o processo de planejamento para o bairro e de sua construção, o recrutamento de trabalhadores que iriam tornar realidade o projeto do Governo se deu pelas grandes empreiteiras da cidade que visavam ter o domínio das licitações ofertadas pelo Governo, trazendo as expectativas de melhoria

das condições de vida que se fundamentavam na grande oferta de empregos, em salários mais elevados para a região local.

Uma discussão deste nível deve ser embasada a partir de trabalhos de pesquisa de alguns autores que nos trazem um debate teórico acerca de uma política e o poder na contemporaneidade, onde se destaca as formas de como governar os outros, como ser governado e como governar a si mesmo, pautados numa análise das ações de governo. Veremos uma abordagem acerca do deslocamento da primazia da contradição da promoção do afastamento da periferia para regiões mais longínquas do perímetro urbano, ocasionando uma segregação especial em detrimento da criação de espaços caracterizados como da elite.

Breve histórico do bairro Cidade do Povo

Diante da realidade em que se desenvolve a criação da Cidade do Povo, podemos ter como base o fato de que há uma crescente segregação espacial de áreas periféricas, colocando-os em regiões mais distantes da cidade. Podemos identificar que a vasta historiografia sobre o tema da segregação espacial urbana no Brasil pode nos indicar os resquícios de semelhanças do processo que acontece na capital acreana, observando as causas sociais e políticas que levam aos movimentos de deslocamentos populacionais no interior da cidade.

Podemos destacar de que forma é realizado o planejamento urbano da urbanização da capital acreana, voltada em sua essência para atender as demandas sociais de uma população acometida de problemas sociais advindos da má distribuição de recursos públicos. A criação do bairro segue

então o modelo de conjuntos habitacionais. Logo, podemos assinalar que a criação do bairro cidade do Povo na cidade Rio Branco, Acre, trata-se de um gigantesco movimento de construção urbana necessário para o assentamento residencial dessa massa da população que se encontrava em áreas de risco, principalmente aquelas que sofriam constantemente com as enchentes, visto que residiam em áreas próximas ao rio, bem como para a satisfação de suas necessidades de trabalho, abastecimento, transporte, saúde, energia, água, etc.

É importante ressaltar que houve uma profunda transformação no perfil urbano da cidade de Rio Branco a partir de um processo de deslocamento urbano iniciado com as políticas públicas de construção de habitações no bairro da Cidade do Povo, sendo impulsionadas pelas condições sociais e econômicas de moradores de áreas afetadas por enchentes. Logo, deve-se entender que as modificações dos deslocamentos das famílias de áreas periféricas para regiões mais longínquas da cidade são causadas pelas mudanças no perfil socioeconômico da sociedade, além de se considerar as ações do governo voltadas para atender os interesses de grupos empresariais.

Podemos destacar que as diferentes estratégias de valorização do capital em detrimento de um favorecimento de grupos empresariais nos indicam uma imposição de novas formas de desigualdades, que procuramos explorar a partir de uma análise dos discursos trazidos pelas políticas públicas governamentais, embasada principalmente pelas diferentes racionalidades da governamentalidade liberal e neoliberal pensadas por Michel Foucault, trazendo uma continuação de pesquisas acerca do poder de governos para gerenciar a vida pública. Logo, vê-se a importância de se analisar os modelos de planejamento impostos pelo governo e postas em prática a partir

de políticas públicas, criando um dinamismo urbano que cria uma legitimidade em nome de um discurso de populismo voltado para o socorro de famílias que residem em áreas de risco, criando um cenário político que favorece a manutenção da máquina estatal.

A arte de governar como forma política

As mobilidades espaciais urbanas realizadas pelo governo durante a realização do projeto da criação do bairro Cidade do Povo foi fortemente influenciado pela expansão da marcha urbana da capital acreana, onde se parte do pressuposto de que a urbanização da cidade deve surgir com a modernização do ambiente urbano. Neste contexto, a ideia de modernização do âmbito urbano de Rio Branco está intimamente atrelada ao projeto da Cidade do Povo, colocando a concepção de que é mais do que um bairro, uma cidade, e tem tudo a ver com a missão do governo de promover o desenvolvimento a partir de edificações de casas populares para a população em situação de risco, mas que, por outro lado, demonstra as estratégias de segregação espacial promovida pelo afastamento de regiões nas centrais da capital, deixando o amontoamento de famílias dos mais variados bairros em uma região distante.

Ainda que o rumo tomado pelo crescimento urbano não tenha respondido satisfatoriamente a todas essas necessidades, o território foi ocupado e foram geradas condições para viver nesse espaço. Bem ou mal, de algum modo, todos esses grupos familiares realocados demonstram uma satisfação com relação às políticas do governo ao promover a retirada de zonas de perigo junto a áreas de risco do rio, onde podemos ver deste

cenário um esforço do Estado em busca de novos modelos de gestão e produção do espaço urbano, tendo em vista as necessidades dessa população realocada.

Na verdade, poderemos ver que conceitos e preconceitos cruzaram-se por demais neste conturbado mundo, onde se destaca os fenômenos urbanos como a periferização habitacional, coexistindo desde muito tempo, principalmente quando enfocamos as políticas governamentais voltadas para a reconfiguração do espaço urbano, uma vez que se consideram as tentativas do Estado de equilibrar o desenvolvimento urbano diante de muitas desigualdades sociais e de uma conseqüente segregação, onde podemos destacar ainda que a preocupação com os problemas de exclusão tem provocado uma mudança nas políticas urbanas e na forma de planejar a mobilidade urbana, havendo a aplicação de políticas assistencialistas.

É fundamentalmente importante destacar que os entornos do Bairro da Cidade Do Povo tiveram seus processos de ocupação e crescimento demográfico diretamente relacionados à expansão urbana promovida pelas políticas públicas do governo ao trazer como meta o deslocamento de famílias que residiam em áreas consideradas de risco pela Defesa Civil, onde esse grupo populacional é entendido como uma nova economia de poder que estabelece relações com o poder exercido, colocando-se como objeto do governo, demonstrando não apenas a racionalidade política moderna, mas, sobretudo, o próprio modo de funcionamento das relações de poder.

A possibilidade de gestão urbana integrada que a construção do Bairro da Cidade do Povo traz certamente será um importante instrumento para a amenização dos problemas atuais. Entre as contradições a serem enfrentadas pela gestão urbana na região destacam-se a questão dos conflitos gerados

pela propriedade da terra destinada ao uso urbano e a ilegalidade na ocupação intra-urbana, principalmente uma vez que se considera a extensão do bairro, bem como o número de famílias que o compõem, vindas das mais diferentes realidades sociais, carregando consigo sua carga cultural anterior, passando a interagir de forma variada com o novo espaço e com os novos sujeitos que os cercam.

O quadro social problemático em que se encontravam muitas famílias dos bairros periféricos, que se encontram principalmente nos entornos do Rio Acre, necessitavam de políticas públicas que suprissem suas reais condições de vida. Nesse sentido, a dinamização econômica do entorno, com novas possibilidades de diversificação de atividades econômicas que possam gerar emprego e renda é de extrema importância para a redução das desigualdades sócio-espaciais, amenizando, assim, os problemas gerados pelo crescimento periférico, onde se entrelaça as políticas assistencialistas do governo para atender as necessidades primárias da população que reside neste âmbito social, assim como escolas, atendimento médico de base da família, dentre outras demandas que surgem com os crescimento urbano.

Evidentemente, apesar das especificidades, o processo de estruturação urbana e distribuição populacional do Bairro Cidade do Povo e entorno não pode ser dissociado dos processos de urbanização e desenvolvimento nacional. A configuração sócio-espacial resultante do processo de urbanização não poderia ser muito diferente daquelas encontradas nos demais projetos sociais voltados para se ter um afastamento da periferia dos centros urbanos, uma vez que está submetida ao mesmo processo econômico e à mesma formação social. A análise sobre os dados dos deslocamentos intra-urbanos demonstrou a estreita

relação entre intensificação dos fluxos e crescimento periférico, e à existência de uma relação de causalidade entre a migração intra-urbana e a intensificação dos movimentos pendulares.

Dentro desta perspectiva, veremos que as ações de governo se realizam através de uma legitimidade que lhes é conferida por um poder que perpassa as relações de mera submissão, indo além, o governo se mantém por um poder abstrato, uma relação de poder que se baseia na gerência da vida pública, capaz de regular comportamentos e atitudes dos sujeitos através de seu corpo constitutivo, onde nos cabe dialogar e debater para compreender os mecanismos de atuação do governo liberal na gestão da população, tais como:

Com a noção de governamentalidade, Foucault uma vez mais reiterava a importância de deixar de lado a figura do Estado onipotente e onnipotente, capaz de controlar todos os recantos do social, em nome de técnicas difusas para governar os indivíduos em diferentes domínios. Uma vez mais, portanto, reforçava-se a destruição do mito do Estado (DUARTE, 2010, p. 236).

Diante das políticas governamentais, podemos destacar a pertinência de se investigar o governo pelos mecanismos postos em funcionamento para que os objetos governados tomem uma direção desejada pela máquina estatal, levando-nos a compreensão da vida social no espaço urbano, principalmente de um novo espaço em que se promove a ocupação por famílias que são retiradas de seus lares e meios sociais em detrimento de um embelezamento e de perspectivas de urbanização a partir de um processo de construção de edifícios e novos modelos arquitetônicos, promovidos principalmente por grupos do ramo da construção civil.

Senso assim, podemos então elucidar acerca das ações do governo e de que forma ganha uma legitimidade de seu projeto, tendo em vista que ao longo do tempo ocorreu uma modificação na tecnologia do poder que passa a regular os movimentos e fenômenos da população de modo não incisivo, interioriza a lógica econômica, e considera a liberdade como circulação de pessoas, coisas e riquezas, aplicando, por exemplo, mecanismos de segurança.

Devemos ressaltar que não se trata do controle minucioso dos indivíduos, nem da regência do soberano, mas sim de fazer surgir a população e regular o conjunto de interesses num espaço de liberdade, evidenciando-se que o governo não intervém de modo direto sobre pessoas e coisas, mas lida com os móveis da política, os interesses que surgem e circulam quando há espaço de liberdade nas relações, na produção de riquezas, na troca, no consumo etc.

De igual modo, esta análise busca evidenciar de que forma ações governamentais agem sobre a vida dos sujeitos sociais, construindo uma abordagem que permita visualizar a relação entre a organização da cidade, a localização da população, desigualdades sociais e deslocamentos cotidianos, a qual contribua para formulação de propostas mais sólidas de promoção de uma consciência acerca das relações de poder estabelecidas pelo poder estatal através de dispositivos de segurança, criando um governo de almas e de condutas, criando um movimento de concentração de poder estatal, mesmo que este aja de forma indireta.

O governo em sua forma política dispõe de um aparato organizacional que lhe confere força para manter, reforçar e proteger seus poderes, utilizando-se de mecanismos externos a ele, onde vemos relação com normas, regras, enfim, um

conjunto constituído de princípios que proporcionam a manutenção da máquina pública. Logo, vemos que a arte de governar é um elemento intrínseco as ações de um governo, seja ele qual for sendo dotado de múltiplas práticas de gerência da vida pública, mas também é extremamente capaz de organizar e direcionar comportamentos e atitudes de sujeitos. No que se refere ao deslocamento urbano promovido pelo estado do Acre veremos que a gestão implantada tem bases fixadas no exercício de uma economia voltada para uma reconfiguração do âmbito urbano através da construção civil.

Neste aspecto, evidencia-se as contribuições de Foucault (1979), uma vez que este aborda questões pertinentes no que diz respeito a intervenção do governo na vida dos sujeitos através de uma série de processos que são de grande importância para a formação da realidade em que se insere as políticas e medidas de conduta, onde se pode demonstrar tanto a introdução da economia no exercício da política quanto a consideração de fenômenos próprios da população, como elementos de gestão das técnicas de governo. Logo, vemos que se apresenta a concepção de que o governo é caracterizado por um conjunto de homens e coisas que se relacionam e mantém práticas de gerências.

Em uma definição ampla há de se ressaltar que “o governo é definido como uma maneira correta de dispor as coisas para conduzi-las não ao bem comum, como diziam os textos dos juristas, mas a um objetivo adequado a cada uma das coisas a governar” (FOUCAULT, 1979, p. 284). Sendo assim, a Cidade do Povo surge nesse emaranhado de práticas discursivas sobre políticas públicas e ações governamentais tidas como capitais, utilizando-se táticas e leis para trazer a intensificação do processo de urbanização para a cidade de Rio Branco.

Considerações finais

O trabalho aqui realizado traz uma abordagem sociológica dos deslocamentos urbanos, levando-se em conta o impacto das desigualdades sociais sobre as possibilidades de se efetivar as políticas públicas do governo para a gerência indireta da vida dos cidadãos, em especial daqueles que estavam em situação de risco, uma vez que habitavam em áreas condenadas pela Defesa Civil, além de estarem em uma posição de desigualdade social perante as condições do ambiente em que residiam, com pouca ou nenhuma atenção do poder público.

Esta reflexão procurou apresentar o pensamento segregador presente nas ações governamentais através de políticas públicas voltadas ao assistencialismo de famílias que estavam em situação de risco nos bairros periféricos que eram afetados por problemas sociais como as enchentes, onde nossa análise se coloca como ferramenta para ampliar o atual debate sobre a regulamentação da vida da população para pensar quais registros e aspectos da vida são alvo de governo e por quais jogos de saber-poder se realiza o controle dos corpos dos sujeitos.

Neste trabalho afirma-se que, mal grado o fato de a historiografia ter dedicado até ao momento relativamente pouca atenção ao estudo do movimento urbano que tem sido promovido pelo governo através de suas políticas públicas, faz necesario a constituição de abordagens que levem a reflexão sobre a arte de governar e seus princípios dentro da gerência de comportamentos e atitudes. Neste sentido, deve-se destacar a influência das desigualdades sociais sobre a distribuição de

pessoas, bens e equipamentos urbanos, uma vez que estes fenômenos têm efeitos diretos nos padrões diários de deslocamentos da população, seja estimulando o movimento para algumas localidades mais longínquas, seja através de condições desfavoráveis de infraestrutura urbana e de limitando o acesso aos recursos públicos.

Com o trabalho de revisão bibliográfica realizado foi possível identificar inúmeros indícios e núcleos documentais que permitem antever uma alteração decisiva da situação vivida até recentemente pelos moradores dos bairros que ram afetados pelas enchentes, onde se destaca a transformação do âmbito urbano através das ações de governo. Neste sentido, este trabalho aponta para o fato de que existe muita informação sobre ideários, mundividências e comportamentos a partir de mecanismos que o Estado utiliza para controlar a vida dos sujeitos sociais que se queira governar.

Nossa análise trata-se de um horizonte ideológico que procura utilizar o prestígio da ciência para evidenciar de que forma o governa passa a legitimar determinadas propostas de caracterização e governação das sociedades humanas. Torna-se, assim, possível referenciar discursos, propostas e comportamentos sociais modernizadores, conservadores ou tradicionalistas, liberais, organicistas ou socialistas a partir de seus discursos de urbanização, calcadas em práticas governamentais que dão preferência para determinadas áreas da cidade para direcionar investimentos, deixando de lado aqueles que possam ser considerados inadequados.

O presente trabalho tem seu desenvolvimento a partir de uma revisão bibliográfica de cunho exploratório, buscando nos escritos de autores formulações de debates acerca do aprofundamento de análises debruçadas sobre a governança

realizada pelo estado através de suas políticas públicas, gerenciando o âmbito social a partir de sua arte de governar, utilizando dos mais variados mecanismos de controle da vida dos sujeitos a partir de estatísticas e dados, inserção do controle da economia com taxações e cobranças. Sendo assim, este trabalho de revisão bibliográfica nos leva também a um momento de reflexão mais apurada, contribuindo com uma visão mais estrutural sobre quais são as condições gerais nas quais se realizam os deslocamentos, os fatores envolvidos e as consequências das escolhas realizadas pelo modelo vigente.

Na metodologia trilhou-se caminhos para um maior entendimento do cotidiano e da configuração do espaço social através de leituras e comparação de conceitos apresentados pelos autores especialistas da área, tidos como principais bases para o desenvolvimento da escrita das análises. Postula-se uma abordagem que reflita acerca dos discursos governamentais impregnados de tom liberal, onde se percebe que num espaço social, distâncias espaciais são distâncias sociais, são relações sociais assimétricas. As reflexões acerca dos deslocamentos urbanos, do cotidiano e da configuração do espaço social na cidade de Rio Branco visa nos levar a uma conscientização social e política do funcionamento da máquina pública, principalmente no que se refere a uma análise das questões macro, do todo, para a compreensão das partes que formam o complexo de relações políticas, a qual possa contribuir para formulação de propostas mais sólidas de promoção de um ambiente urbano mais igualitário enquanto lócus de múltiplas vivências.

As diferentes fontes que abordam a temática sobre a influência das desigualdades sociais sobre a distribuição de pessoas no âmbito urbano, bem como na leitura de como a

condição socioeconômica dos habitantes é trabalhada pelo governo estatal, possibilita-nos observar de forma que as desigualdades se projetam na ocupação do espaço da cidade, tendo em vista que pouco se tem discutido sobre os espaços da cidade em que se articulam as vidas cotidianas dos cidadãos. Dentro do espectro de leituras realizadas veremos que grupos de mais alto status se instalam nas áreas com melhor infraestrutura urbana, tendo maiores facilidades para atingirem os seus destinos. Em contrapartida, pessoas instaladas em áreas com pouca ou nenhuma infraestrutura urbana, principalmente nas periferias mais distantes do centro, sentem os impactos da realidade concreta em que o capitalismo é avassalador.

Referências

BAENINGER, Rosana. Novos espaços da migração no Brasil: anos 80 e 90. In: *XII Anais*. Encontro nacional de estudos populacionais. Caxambu, 2000.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial* / Sidney Chalhoub. — 2a ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

DUARTE, André. *Vidas em risco: crítica do presente em Heidegger, Arendt e Foucault*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

SILVA, Italva Miranda da. *Terreiros de candomblé na Amazônia acreana: Lutas e solidariedades na construção de territórios e identidades*. Dissertação (Mestrado Letras: Linguagem e Identidade) - Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2009.

VALLE SILVA, Nelson do (1979). As duas faces da mobilidade. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, n° 21, p. 49-67.

POR UMA GEOGRAFIA URBANA E REGIONAL DOS LAZERES: A IMAGÉTICA DE UM NORDESTE TURISTIFICADO

*Frederico do Nascimento Rodrigues
Eustógio W. C Dantas*

Introdução

O ensaio posto em tela, faz análise pautada num contexto histórico nordestino, apropriando-se de um debate científico definido por Pereira e Dantas (2021) de Geografia Urbana e Regional dos lazeres. O tema sugestivo colocado para apreciação, remete-se à obra recentemente publicada por pesquisadores do Laboratório de Planejamento Urbano e Regional – LAPUR (UFC)¹⁶, da qual o autor deste artigo esteve vinculado durante sete anos. Uma investigação que se dá no tempo-espaço por meio de movimentos progressivos-regressivos, a partir de estudo diacrônico (história do espaço), condição ao entendimento do sincrônico, ou seja, da morfologia urbana hodierna. Busca-se analisar processos de ocupação/valorização das ambiências litorâneas, especificamente das paragens do Nordeste Brasileiro. Nesse contexto, o trabalho tem como objetivo central apresentar desdobramentos históricos que possibilitam

¹⁶ Os autores referem-se ao livro: Espacialidades turísticas – do regional ao global.

invocação/consolidação de uma imagética do Nordeste brasileiro, balizada em seu quadro natural de sol, mar e paisagens idílicas, que aqui se convencionou chamar de o “Nordeste turístico”.

O texto além de introdução, conclusão e referências, possui três partes representativas de momentos históricos peculiares e distintos. No primeiro tópico, inspirado no movimento *Manguebeat* e na música de *Chico Science e Nação Zumbi – A praia*, apresenta-se transmutações de mentalidade que ocorrem no ocidente entre os séculos XVIII-XIX que modificam a percepção da população citadina em relação ao mar e ao marítimo, que deixa de ser espaço de medo e repulsa, e passa a incorporar novas atividades com fins curativos, caminhadas na praia, do bem respirar, dos banhos de sol e mar benéficos a saúde, realidade que chega ao Brasil do século XVIII com a vinda da família real portuguesa que efetiva os banhos salinos.

Essa mudança de mentalidade dar-se-á no ocidente motivadas por três aspectos distintos, pela igreja católica a partir da teologia natural, pelo discurso médico que imperava à época (avanço da ciência) e por meio da evolução das técnicas de navegação como bússola e astrolábio, que facilitam a descoberta de novos territórios e rotas marítimas. Especificidades que permitem que o desconhecido passe a ser conhecido, o mar enquanto espaço de repulsa ganha outra conotação, o de lugar de contemplação, lazer e fins curativos

A valorização do mar e do marítimo, se fortalece no alvorecer do século XX e imprime agressiva corrida para o mar, denominada por Madruga (1992), de litoralização. Ocupa-se e valoriza-se as ambiências litorâneas brasileiras, sobretudo as nordestinas, fazendo emergir políticas públicas/privadas como o

Prodetur/Ne I e II que injeta razoável volume de investimentos para a consolidação de práticas ligadas a atividades de lazer, turismo e produção de um espaço nordestino mais fluído, a apresentar o desenvolvimento da vilegiatura marítima e dos esportes náuticos, assunto abordado na segunda parte do trabalho. Vislumbra-se nova racionalidade pautada no Nordeste que descobre o mar e passa a investir no turismo litorâneo.

Na terceira parte, apresenta-se segundo momento de investimentos oriundos da nova etapa Prodetur/Ne II, agora é possível perceber de forma mais pujante o delineamento de uma geografia dos espaços turísticos nordestinos, evidenciadas em mudanças no tecido urbano-litorâneo das metrópoles mais dinâmicas como Fortaleza – CE, Natal – RN, Recife – PE e Salvador – BA, observa-se à consolidação dos polos turísticos e de uma análise pautada numa Geografia Urbana e Regional dos Lazers.

Nesse contexto, consolida-se uma imagem turística, que apresenta na hodiernidade um Nordeste que ainda não era conhecido, cuja tônica não se explica mais pela lógica do trabalho, da produção de alimentos mais pela dinâmica dos lazers marítimos. No que tange aos procedimentos metodológicos, realizou-se levantamento bibliográfico (periódicos, dissertações, teses, livros), estudo diacrônico do espaço, tabulação de dados a partir dos sites do IBGE, MTUR, BNB, INFRAERO e MINFRA que junto com análise de documentos do Prodetur/NE concedidos pelo próprio Ministério do turismo, deram subsídios para construção/análise de gráficos e elaboração de cartografia digital sobre o Nordeste turístico, dessa forma também se utiliza importante ferramenta de investigação que é a imagética, por meio de exposição de mapas e fotos. Por fim, cabe mensurar que este singelo texto é fruto de

trabalho de maior fôlego, tese de doutoramento intitulada de *Nordeste Brasileiro Multifacetado: do Sertão bucólico aos ventos que tocam o litoral*.

Por um lugar ao sol: “no caminho é que se vê, a praia melhor pra ficar”¹⁷

É preciso entender que a formação territorial do Nordeste, pode ser analisada a partir de um movimento pendular de desenvolvimento de suas economias, que permitem a retomada do litoral enquanto área de importância econômica, em relação ao sertão, que durante muitos anos, foi visto como a imagem representativa da região. O desenvolvimento urbano das capitais nordestinas, juntamente com atividades ligadas ao lazer, vilegiatura e ao turismo litorâneo são elementos preponderantes para a construção/consolidação da imagética turística do Nordeste hodierno.

Em tempos pretéritos, o que se tinha era um imaginário social construído pelas antigas oligarquias agrárias que apontam a região como vítima de um quadro social perverso relacionado à seca e a semiaridez. Dessa forma, esse quadro natural é responsável pelos problemas de ordem econômica, social e regional como a miséria, subdesenvolvimento, fome e atraso da inserção nordestina à dinâmica econômica nacional/global (ALVES, 2013).

¹⁷Alusão e homenagem ao movimento *Manguebeat*, a Chico Science e Nação Zumbi. Música *A praieira* do álbum *Da Lama ao Caos* lançado em 1994.

A corrida para as ambiências litorâneas deu-se em virtude da mudança de mentalidade de uma sociedade que passa a valorizar as zonas de praia por meio de atividades ligadas ao lazer (caminhadas, nado, banhos de sol), vilegiatura marítima e mais recentemente ao turismo e esportes náuticos como o *kitesurf*, *Windsurf* o que Dantas (2011) denomina de práticas marítimas modernas, imprime-se nova dinâmica as zonas de costa. Os fatores históricos de uso do território brasileiro, seguiu tendência mundial, onde se ocupou peremptoriamente áreas próximas as zonas de praia.

Nesse sentido, ao se referir ao Brasil o censo demográfico do IBGE – 2011 enfatiza dado importante, ao mostrar que 26,58% da população concentra-se em municípios situados próximos a zona de costa. Parte significativa dessa população ocupa-se em atividades ligadas diretamente/indiretamente ao turismo, produção/extração de petróleo, gás natural, pesca e serviços que se enquadram dentro da lógica econômica dos municípios. Nesse contexto, Madruga (1992, p.14) utiliza o conceito de litoralização para definir essa “corrida para o mar, ampliando em dimensões o território desta zona, com ocupações provocadas pela urbanização, industrialização e pelo turismo”.

Cabe destacar que durante muitos anos, o litoral foi um espaço onde a população citadina tinha uma outra percepção, a apropriação das paragens litorâneas se dava sob outras perspectivas que eram mais ligadas ao trabalho. Urry (2001, p.52) afirma que nas aldeias antigas, a pesca constituía-se como principal atividade econômica, as casas eram construídas dando as costas para o mar que se apresentava como espaço do trabalho, da labuta e definitivamente não era ambiente valorizado pela elite. O mar efetivamente era para pescar, não

para se contemplar por meio das atividades de lazer, as zonas de praia eram o que Corbin (1989) definiu de “território do vazio” e do medo, o autor relata que entre três navegantes que se lançavam ao mar apenas um retornava, o mar se apresentava como elemento punitivo. Outra racionalidade que se percebe é que a urbe das cidades europeias da época tinha maior vínculo aos corpos hídricos fluviais do que marítimos, tendo por objetivo a internacionalização das viagens e do transporte de mercadorias. Nesse contexto, percebe-se outras nuances na contemporaneidade, fazendo Dantas e Pereira (2021, p.43) apontarem que “a praia nas Américas não é mais um território do vazio, ao contrário, é um território da reinvenção dos lazeres”.

Dessa forma, Dantas (2007, p.269) afirma que até o segundo quartel do século XX, as praias eram o reino quase que absoluto dos usuários e dos usos ligados à atividade pesqueira. No entanto, vale lembrar que paulatinamente as zonas de praia absorvem novos usos e usuários, passando a ser valorizada e ganhar notoriedade. Esta valorização, segundo o autor insere-se numa lógica mais ampla de transmutação de mentalidade que se origina no Velho Mundo (Europa), permitindo dessa forma a efetivação de novas práticas marítimas. O autor pontua que essas práticas, grosso modo, não impõem grandes transformações na paisagem, pois estão ligadas às práticas de tratamento da saúde, aos passeios em noite de lua cheia. A ocupação/urbanização das zonas de praia inicia-se a partir da adoção de novas práticas marítimas pela elite como lazer, vilegiatura marítima e o turismo. Dantas (2007, p.270) pontua que,

Com o advento de uma sociedade de lazer, o processo de incorporação das zonas de praia se amplia. De espaços tradicionalmente ocupados por pescadores e lugar de habitação dos pobres passa-se à sua valorização como espaços de lazer e de habitação das classes de alto poder aquisitivo, fato que culmina na construção de calçadões e de residências desse segmento da sociedade ao longo da praia.

Para Pereira, Dantas e Gomes (2016, p.13), a transição entre o fim do século XIX início do XX traz consigo o desejo pelo mar que ganha tônica verdadeira. Dá-se a implementação das práticas marítimas modernas no Brasil, o que possibilita aproximação gradativa da sociedade local as ambiências litorâneas. Os banhos de mar no ocidente inicialmente eram de cunho terapêutico, sufocação por imersão, no Brasil a ida à praia era pautada no bem respirar, os desdobramentos que imperam em território nacional, não se dá tal e qual aos do ocidente. Observa-se que a sociedade local se aproxima de forma tímida do litoral, paralelo a esse movimento, assiste-se ao da vilegiatura marítima e na década de 1990 temos o turismo litorâneo efetivado peremptoriamente em áreas intertropicais, associados aos banhos de sol e mar, ambientes quentes que tem suas temperaturas amenizadas pelos ventos alísios que sopram dos trópicos e encontram posição geográfica favorável do Nordeste brasileiro, para sua concretização.

No Brasil à atração pelos espaços idílicos litorâneos, pode ser explicada por mudanças ocorridas pelo novo desejo das elites europeias, posteriormente as americanas, manifestadas no final do século XVIII. Segundo Schossler (2010, p.67), na Europa do século XVIII difundiu-se entre os enfermos práticas

variadas de tratamento de doenças a partir das águas termais, com intuito de cura ou milagre. O tratamento era recomendado por médicos ou especialistas em hidrologia, com objetivo de atenuar reumatismos, tosses, gota ou tratar da saúde das mulheres.

Na figura 1, é possível vislumbrar a praia de *Palm Beach* - Flórida, em 1910. Mesmo com a chegada do século XX, percebe-se que as mulheres ainda não utilizam trajes que condizem a ida às ambiências litorâneas, mesmo estes terem sido inventados ainda no século XIX em 1890. Se observa população que se apropria dos espaços litorâneos, mais que ainda não nutre certa afinidade por um lugar ao sol. Na foto, nota-se homens de *shorts* e camisetas para adentrarem ao mar, mas se fossem única/exclusivamente acompanhar uma dama, utilizava-se terno.

Segundo Schossler (2010, p.67) pode-se dizer que “[...] os banhos praticados em águas de estâncias termais, sanatórios, casas de banho e balneários tiveram como pioneiros os ingleses, que foram, igualmente, os precursores na criação de estruturas balneárias, incorporadas, posteriormente, por alemães e franceses”. Boyer (2003, p.22), destaca que no início do século XVIII em Bath – Cornualha (Inglaterra), “tomar as águas não era mais uma obrigação, mas um prazer mundano”. O autor aponta a figura de Richard Nash como personagem que revolucionou o sucesso termal, “o valor das águas era atestado pelos médicos e pelas análises das águas; banhos, duchas e bebidas foram regulamentados, o tratamento durava vinte e um dias, a prática terapêutica consistia na sufocação por imersão”.

Figura 1 – Praia de Palm Beach (Florida – 1910)¹⁸



Fonte: Diário de Biologia, 2018.

¹⁸ Imagem oriunda do Diário de Biologia, administrado por Karlla Patrícia – Doutora em Biologia pela UFRJ. Link de acesso: <https://diariodebiologia.com/2018/08/praiavintageveja-como-era-ir-a-praiano-final-do-seculo-19/>.

Désert (1985, p.333), relata que no período entre 1820-1830, as práticas de banhos de mar também são difundidas nas praias da Normandia. Para tanto, o sucesso ocorre motivado pela extensão das areias e dos ventos constantes, que traz ar puro impregnado de sais alcalinos e iodados. O autor explica, para que os banhos sejam benéficos devem ser realizados em “litoral plano, arenoso e varrido pelos ventos”. Este ainda destaca que “o mundo banear permanece muito diverso e o mar oferece sempre aos que o desejam três grandes remédios: ar puro, água do mar e repouso”.

Pires (2001, p.4), diz ter sido “um certo Dr. Russel” que no século XVIII, torna-se figura central no que diz respeito aos méritos dos banhos de mar, fazendo com que posteriormente surja as estâncias costeiras como alternativa. No caso do Brasil o mar é descoberto à medida que ocorrem substanciais mudanças nos modos de viver ocidentais. A visita frequente às praias brasileiras como as do Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Natal, Fortaleza torna-se um fenômeno de massa pós-segunda guerra. Na obra do autor homônimo (2001, p56), pode-se destacar fragmento importante determinando que,

O início do prestígio das águas para saúde e dos banhos de mar começou com a própria vinda da Família Real e, ao que parece, foram seus membros os maiores propagandistas, na proporção em que, por exemplo, outros integrantes do Palácio e a população em geral, se dispuseram a tomar águas minerais e banhos salgados.

Essa apropriação/valorização do mar e do marítimo ocasiona desdobramentos no tempo-espaço, fazendo com que a Região Nordeste passa a investir em nova variável litorânea a partir da década de 1990, momento em que à atividade turística

ganha notoriedade, isso se deve as mudanças intensas de como conceber economia e política. Observa-se novas formas de atuação dos Estados, o que representa transformações significativas que guiam para uma nova trajetória da economia da região (PEREIRA; DANTAS; GOMES, 2016), vislumbra-se o turismo como tábua de salvação, uma solução aos entraves vivenciados no semiárido nordestino, obscurece-se a concepção de “região problema” fomentadas em décadas pretéritas do século XX (1950-1960) e abre-se espaço a um Nordeste virtuoso e de possibilidades.

Nas décadas de 1960-1970, percebe-se que a dinâmica dos lazes marítimos é pouco marcante sendo visualizadas apenas em Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro que representam de fato o que seria essa dinâmica dentro do território nacional. Imprime-se uma lógica pautada no turismo em âmbito nacional-internacional, no entanto, o turismo de caráter local-regional também é evidenciado. Essa realidade denota políticas de turismo eminentemente estaduais. Nessa perspectiva, é que o Rio de Janeiro adquire papel de destaque, será nesse estado que o Governo Federal direciona maior volume de investimentos e um conjunto de políticas que permitem a invocação/construção de uma imagem turística do estado, que culminou no tempo na caracterização do Rio de Janeiro enquanto “espelho”, a partir do qual o turista internacional poderia vislumbrar o Brasil (DANTAS, 2020).

É nesse cenário que emerge o divisor de águas que é o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE), financiado com recursos do BID e tendo o Banco do Nordeste como órgão executor. Nota-se injeção de razoáveis investimentos, cujo objetivo é melhorar infraestrutura das cidades, como saneamento, transportes, urbanização;

implantar projetos de proteção ambiental, do patrimônio histórico e cultural; capacitar profissionais, fortalecer as administrações de estados e municípios da região. De acordo com Silva *et al* (2006, p.24), na primeira fase do PRODETUR-NE entre os anos de 1995 a 2003, foi previsto investimento de 900 milhões de reais para os estados nordestinos, quantia distribuída diferencialmente entre os estados, Bahia fica com maior parcela 300 milhões, em seguida o Ceará com 160 milhões o que totaliza 51% do volume de recursos totais.

O Prodetur atua em escala regional, incorporando as zonas de praia dos municípios litorâneos à lógica de valorização turística. As capitais nordestinas têm papel preponderante no processo, pois acabam sendo transformadas em ponto de recepção e diluição dos fluxos turísticos, sofrendo intenso processo de urbanização/turistificação em seus interstícios litorâneos. Observa-se planejamento que se desenvolve em função das atividades de lazer que se concentram no litoral metropolitano nordestino, justamente quando o Prodetur-Ne investe centenas de milhões de dólares na produção de um espaço mais fluído capaz de inserir o Nordeste no circuito mundial dos lugares visitados por estrangeiros (PEREIRA, 2012).

Nesse sentido, institui-se quadro de conflitos nas zonas de praia e consoante embate entre dois gêneros de maritimidade forjadas no próprio país. Uma maritimidade tradicional *versus* uma maritimidade moderna. A primeira associada a demandas das populações tradicionais autóctones. A segunda resultante de práticas realizadas por elites locais e por uma classe média em ascensão (DANTAS; PEREIRA, 2021).

Até aqui, percebe-se que durante séculos a cana-de-
açúcar permitiu ao Nordeste posição de destaque no cenário
nacional, lógica que se inverte no início do século XX com o
processo de industrialização brasileiro, que não suscitou os
desdobramentos que se acreditava, fazendo com que a região
perca importância. Dessa forma percebe-se que a resposta para
reerguer a economia, estava dentro do seu próprio território, ou
seja, na difusão do turismo litorâneo. O litoral nordestino, possui
extensa linha de costa, que apresenta variados tipos de paisagens
e espaços singulares para a exploração da atividade, como
destaque temos os estados Bahia, Ceará, Pernambuco e Rio
Grande do Norte, que apresentam metrópoles mais dinâmicas e
processo de turistificação consolidado. A Região Metropolitana
de Salvador - BA apresenta maior extensão com 298 km; já os
litorais das Regiões Metropolitanas de Fortaleza - CE, Recife -
PE e Natal - Rio Grande do Norte apresentam respectivamente
159 km, 118 km e 78 km, evidencia-se a tessitura de uma
imagética, o Nordeste turístico.

Tessitura de uma imagem turística: Prodetur/Ne I - A valorização do mar e do marítimo

Na contemporaneidade, fala-se de uma política de
modernização e ordenamento do território, pautada na atividade
turística que muda enormemente a realidade geográfica do
Nordeste, que se apresenta com nova virtualidade à disposição
dos governantes e dos empresários do sol, cuja tônica não se
explica mais na lógica do trabalho, da produção de alimentos,
mas nas dinâmicas dos lazeres marítimos, na ânsia, no desejo
das populações mundiais em usufruir das ambiências litorâneas.

Muda-se completamente a percepção, interesses, pontos de vistas e as dimensões da agenda política nordestina, constrói-se imagética de um Nordeste que até então não conhecíamos.

O litoral nordestino possui extensão de cerca de 3 mil quilômetros, representando 45% da porção litorânea do território nacional, possui 9 dos 26 estados do país, dessa forma engloba 1,5 milhões de km² do território brasileiro. Observa-se múltiplos usos desse espaço, que possui diferentes atrativos, diversidade paisagística, ecossistêmica e que gradativamente é impactado pelos usos diversos, sobretudo, pela especulação imobiliária, atividades de lazer/ turismo, construção de imobiliário-turístico e complexos eólicos que afetam diretamente a qualidade ambiental desses espaços.

No que diz respeito ao turismo, Luchiarri (1999, p.10), destaca que é um fenômeno contemporâneo que se apresenta de forma contraditória e emblemática, “acentua a produção de lugares de consumo e o consumo dos lugares” e dentro dessa lógica, a região Nordeste passa a ser cobiçada por olhares atentos e sequiosos, denotando quadro diferente do passado, onde se tinha uma região de baixa influência, que atrai poucos recursos econômicos, mas que agora encontra no turismo condições de crescer, desenvolver, se reestruturar e produzir novos espaços por meio de incentivos do Governo Federal, estadual, municipal e iniciativa privada que paulatinamente buscam atender fluxos de visitantes. As políticas públicas tornam-se importantes para a invenção do lugar turístico, o Estado assume papel de “vetor da materialização do turismo no lugar”, a configuração territorial é modificada, (re) cria-se formas para atender as funções dessa atividade (ALMADA, 2018).

Barbosa (2017, p.69), aponta que no território brasileiro as primeiras medidas adotadas pelo estado para estimular o desenvolvimento do turismo datam de 1930/1940, quando ainda no Governo de Getúlio Vargas, se constrói a Divisão de Turismo, que fazia parte de um dos setores do Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP e edita a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, estabeleceu-se diretrizes como salário mínimo, redução da jornada de trabalho para 8 horas diárias, férias remuneradas, descanso semanal. Medidas que deram oportunidade de melhoria econômica aos trabalhadores e tempo livre, possibilitando realização de atividades de lazer e viagens. Para Delgado (2009, p.37), o principal marco do planejamento turístico no Brasil se deu com a criação da EMBRATUR e do Conselho Nacional de Turismo – CNTUR em 1966, constituindo-se no que se denominou de Sistema Nacional de Turismo.

Nessa perspectiva, o Prodetur/Ne I traz consigo importantes ações do ponto de vista logístico, alavanca significativas transformações no Nordeste, sobretudo, em sua zona costeira que se torna um verdadeiro espaço luminoso do turismo. Prepara-se a região para receber os fluxos turísticos em escala nacional/internacional e aperfeiçoar a infraestrutura regional. O programa é desenvolvido a partir de estudos encomendados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no início dos anos 1990, cujo objetivo principal é identificar atividades econômicas que apresentam vantagens competitivas a serem desenvolvidas. Definiu-se que o programa teria diversas fases, tendo o Banco do Nordeste como agente executor-financeiro. Os investimentos foram previstos para 5 anos no Prodetur/Ne I, o montante estava em torno de US\$ 800 milhões, divididos 50% BID e 50% dos governos estaduais/locais.

O Nordeste então passa a apostar no turismo como atividade propulsora da economia, a “tábua de salvação”. Nesse contexto, se obscurece mais uma vez a ideia de “região problema” para a de região desenvolvida que passa a valorizar, modernizar e reestruturar os espaços idílicos litorâneos. Para Butler (1980, p.5), não resta dúvidas que as zonas turísticas são dinâmicas, evoluem e mudam com o tempo. Evolução associada a diversos fatores como mudanças nas preferências turísticas, necessidades dos visitantes, modificações nas atrações naturais e culturais. Os estados nordestinos, tornam-se lugares estratégicos em busca de receber mais investimentos públicos do que outros, vislumbra-se que alguns estados têm tendência a concentrarem mais investimentos do que outros, a respeito disso Delgado (2009, p.41), faz importante reflexão, ao dizer que,

A atividade turística parece possuir uma tendência à concentração, esta “tendência” é própria do sistema capitalista. Assim áreas dinâmicas atraem naturalmente mais capital, ou seja, regiões turísticas que recebem grandes fluxos turísticos acabam por possuir uma tendência natural ao atraírem mais e mais turistas até atingir o ponto de saturação, onde seus recursos, em especial os ambientais, são degradados e torna-se impossível produzir o produto turístico já que sua ‘matéria-prima’ foi esgotada.

Para Araújo (2018, p.33), o Nordeste transmuta-se em um dos principais destinos turísticos do país, concentrando nas metrópoles os principais polos turísticos, fazendo com que nesse território haja concentração da infraestrutura urbana e turística, dessa forma as cidades, ganham papel preponderante na dinâmica de fluxos turísticos nacionais/internacionais. Para Luchiari (1999, p.118), nesse processo as cidades turísticas,

Representam uma nova e extraordinária forma de urbanização, porque elas são organizadas não para a produção, como foram as cidades industriais, mas para o consumo de bens, serviços e paisagens. Enquanto – desde a Revolução Urbana – as cidades eram construídas para a produção e para as necessidades básicas, estas cidades erguem-se unicamente voltadas para o consumo e para o lazer. Este é um dos motivos que levou alguns autores a considerarem as cidades turísticas como um exemplo expressivo de cidade pós-moderna.

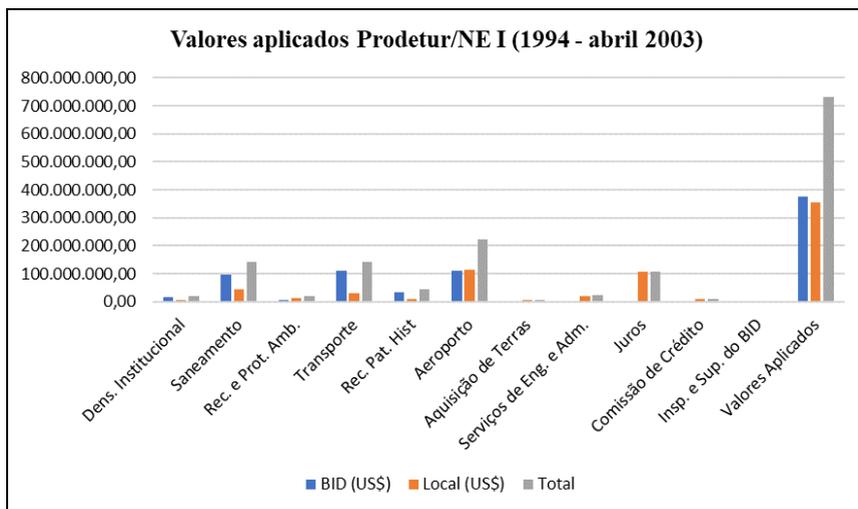
Luchiari (1999, p.118) define que no processo de urbanização turística o “consumo passa a ter mais visibilidade que a produção” não significa dizer que a produção perca sua importância, mas o consumo passa a ser mais “constitutivo das paisagens das cidades”. Isso se dá em decorrência que o “comércio, serviços, mercado informal embaralham-se aos consumidores nas ruas, nos hotéis, nas praias, nos parques, nos bares, restaurantes, nas feiras”, transforma-se o lugar turístico em um grande centro de consumo. Dessa forma, confirma-se a teoria de Boyer (2003, p.46), quando este aponta que “o turismo causou mudanças profundas, ele mudou nosso olhar sobre o mar, as montanhas, as paisagens, sobre os valores; os valores do ócio transmitiram-se através de gerações privilegiadas [...]”.

Voltando o debate para o Nordeste, é possível vislumbrar que em 1995 três estados aderem ao Prodetur, Rio Grande do Norte, Bahia e Sergipe, seguidos de Ceará, Pernambuco e município de Maceió em 1996; Paraíba e Maranhão são incluídos em 1997, Piauí em 1999, o estado de Alagoas se torna partícipe em 2002. Nessa dinâmica de captação de investimentos, a Bahia se destaca em relação aos demais estados

em termos de valores recebidos, não significa necessariamente aplicados, foram US\$ 254,9 milhões, depois vem Ceará com US\$ 165,40 milhões, os demais estados receberam investimentos que oscilaram entre US\$ 14,8 milhões a US\$ 61,1 milhões.

O programa propiciou melhoria na infraestrutura básica, saneamento, recuperação e proteção ambiental, assim como construção/recuperação de rodovias e aeroportos. Os investimentos também incidiram na recuperação do patrimônio histórico, disseminando oferta de turismo cultural na região. Em sua primeira fase entre os anos de 1994 até abril de 2003 investiu-se importância de US\$ 592 milhões que se concentraram em 346 projetos de desenvolvimento institucional (DI), assim como US\$ 22,1 milhões em serviços de engenharia (estudo, supervisão e administração), o que totaliza investimento de US\$ 614,1 milhões, contabiliza-se também investimentos de contrapartida, num valor de US\$ 117,4 milhões referente a custos financeiros (juros, comissão de crédito, inspeção e supervisão do BID). Nesse sentido, no gráfico 1 apresenta-se a distribuição dos valores aplicados no Prodetur/Ne I por componente, no gráfico 2 tem-se investimentos direcionados à cada estado.

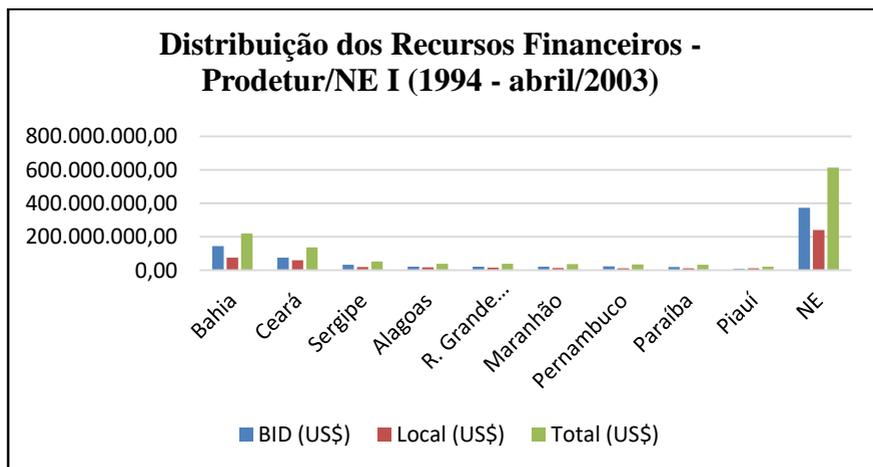
Gráfico 1 – Valores Aplicados PRODETUR/NE I por componente



Fonte: Tribunal de Contas da União – Relatório de Avaliação de Programa, 2004.

Organizado por RODRIGUES, F.N; DANTAS, E.W.C, 2018.

Gráfico 2 – Distribuição dos Recursos Financeiros – PRODETUR/NE
I



Fonte: Tribunal de Contas da União – Relatório de Avaliação de Programa, 2004.

Organizado por RODRIGUES, F.N e DANTAS, E.W.C, 2018.

Analisando os gráficos percebe-se que os investimentos foram realmente distribuídos de maneira desigual entre estados. Para Araújo (2018, p.166), fica bem claro que “há uma tentativa de promover uma urbanização ligada, prioritariamente, às grandes metrópoles”, ou seja, aos núcleos urbanos já consolidados e que possuem certa infraestrutura. Segundo o Tribunal de Contas da União (2004), em 2001 o BID apontou que por conta do Prodetur/Ne I foi possível realizar melhoria/expansão de 8 aeroportos internacionais em seis estados que foram modernizados, reformados e/ou ampliados facilitando acesso e fluxos de passageiros.

Pavimentou-se e/ou aprimorou-se 877 km de rodovias e estradas que permitiram acesso as zonas de praia. O programa investiu na ampliação e melhoramento dos serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto. Foram instalados mais de 700 km de rede de água e mais de 1.000 km de rede de coleta de esgotos, forneceu-se água potável e sistema de tratamento de esgoto para cerca de 1,13 milhão de pessoas; conservou-se 22 sítios históricos, totalizando mais de 94.000 m² de área construída e recuperada.

Iniciou-se processo de conservação de mais de 700 km² de ecossistemas costeiros e áreas de proteção ambiental. Foram criados 102.000 hectares de Área de Proteção Ambiental (APA) e seis unidades de conservação na Bahia, nos municípios onde se encontram os Polos Turísticos foram criados planos para gerenciamento de resíduos sólidos, associados aos Planos Diretores. Segundo avaliação realizada ao final da primeira fase concluiu-se que a operação conseguiu atrair US\$ 4 bilhões em investimentos privados e criação de 1 milhão de empregos (BID, 2011).

Estima-se que entre os anos de 1994 a 2000 o fluxo turístico no Nordeste cresceu de 6 para 12 milhões de visitantes, tem-se como exemplo a cidade de Natal que passou a receber 2 milhões de turistas por ano. Também é possível observar crescimento dos problemas sociais e ambientais, tendo em vista que se constrói e moderniza-se cidades que passam a receber maior número de pessoas, aumenta-se os fluxos nas zonas de praia, assim como a construção de imobiliário-turístico que atende à essa demanda, impacta-se a paisagem e gera-se conflitos sócio territoriais com comunidades litorâneas.

Nesse contexto, Butler (1980, p.6), lembra fato importante ao relatar que os “destinos turísticos transportam consigo as sementes potenciais de sua própria destruição”, de acordo com o autor “à medida que se deixam comercializar mais, perdem as suas qualidades que originalmente atraíam turistas”, torna-se necessário que haja investimentos em outros segmentos do turismo, para não saturar o turismo sol e praia, para que se possa equilibrar demanda de turistas para outros espaços não-litorâneos. Nesse sentido, Madruga (1992, p.29) aponta que “o afluxo de turistas para o mar acarretou uma ocupação desordenada dos sítios litorâneos, onde todo aquele que fazia um pedido de ocupação era atendido e se instalava onde bem entendia, de preferência o mais perto possível da costa”.

As políticas públicas de turismo, atendem aos clamores de uma elite, os “empresários do sol”, formada por investidores, empreendedores, governantes que veem na atividade uma forma de salvação da economia regional e alternativa de lucro. Nesse contexto, a população autóctone e problemas socioambientais são obscurecidos, o sucesso da primeira fase repercute na elaboração de nova etapa de investimentos denominada de Prodetur - Ne II.

Consolidação da imagem turística – Prodetur/Ne II: polos atrativos de lazer e turismo

O Prodetur/Ne II inicia-se em setembro de 2002 e caracteriza-se como consolidação do processo de ampliação das infraestruturas, voltando-se integralmente para ações qualitativas de desenvolvimento humano. De acordo como o

Mtur (2015, p.7), a segunda fase do Prodetur “inaugura lógica de atuação territorial nos polos turísticos,” ressalta-se que os componentes do programa ligados anteriormente aos investimentos em infraestrutura, cedem espaço para “previsão de ações de planejamento e fortalecimento da gestão do turismo”, o programa em sua segunda fase incorpora princípios de “Desenvolvimento Sustentável”. Para Krenak (2019, p.9), a sustentabilidade é um mito “inventando pelas corporações para justificar o assalto que fazem a nossa ideia de natureza”. De acordo com Diegues (2001, p.149), “a manutenção da biodiversidade apareceu como objetivo da conservação como resultado rápido do desaparecimento de espécies e ecossistemas particularmente a partir da década de 1960”.

Nesse segundo momento, mobiliza-se recursos da ordem de US\$ 800 milhões, sendo US\$ 400 milhões num primeiro momento, US\$ 240 milhões oriundos do Banco do Nordeste, com repasse do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Mais US\$ 160 milhões de contrapartida mínima, aportados conjuntamente pelos sub-mutuários e pela União. De acordo com Relatório TCU/PRODETUR os investimentos totalizam US\$ 1.025 bilhões injetados na região, tendo objetivo de manter, expandir e consolidar crescente “indústria turística” ampliando assim o desenvolvimento socioeconômico regional.

Vislumbra-se nessa fase, ampliação do espaço de abrangência para além da região Nordeste como Norte de Minas Gerais e Espírito Santo, áreas de atuação da Sudene. Dessa forma, são contemplados quinze polos turísticos: Costa dos Corais – AL, Salvador e entorno, Chapada Diamantina e Costa do Descobrimento – BA, Costa do Sol – CE, Costa do Marlim – ES, São Luís – MA, Vale Mineiro do São Francisco, Caminhos do Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha – MG, Costa das

Piscinas – PB, Costa dos Arrecifes – PE, Costa do Delta – PI, Costa das Dunas – RN e Costa dos Coqueiros – SE. O BID (2005), aponta que os Polos Turísticos são grupos formados por municipalidades contíguas “con atracciones turísticas similares o complementarias y unidos por un compromiso común de desarrollar la capacidad local para manejar los flujos de turismo de manera sostenible”.

Nessa fase, tem-se como objetivo principal melhorar a qualidade de vida da população autóctone nas áreas contempladas na fase anterior do Prodetur. Tendo como centralidade principal a “sustentabilidade”, otimização dos investimentos públicos e da atividade turística. Segundo Barbosa (2017, p.179), o foco dos investimentos na primeira fase do programa teve objetivo de reduzir déficit da infraestrutura turística nos Estados nordestinos, associados a melhorias e capacitação dos gestores públicos receptores dos financiamentos do programa.

Cabe destacar, outro fato que ocorre em decorrência da proximidade de alguns estados da região, o surgimento de roteiros turísticos integrados. Processo que ocorre paralelo a execução do Prodetur/Ne II, onde governos do Ceará, Piauí e Maranhão unem-se e criam outra ação de planejamento turístico entre os três territórios, complementando a política do Prodetur. A chamada “Rota das Emoções” ou “CEPIMA” é criada em 2008 com apoio do SEBRAE e do Ministério do Turismo, sendo considerada o primeiro consórcio estadual para o desenvolvimento do turismo. A Rota das Emoções contempla os Lençóis Maranhenses (MA), Delta do Parnaíba (PI) e Jericoacoara (CE). No ano de 2009 a rota foi eleita melhor destino turístico do país, título concedido pelo Ministério do Turismo durante o 4º Salão do Turismo.

Segundo o Mapa do Turismo Brasileiro (2019), evidencia-se que gradativamente há uma evolução dos números de municípios partícipes da atividade turística, fazendo emergir outros polos turísticos litorâneos e não-litorâneos. Durante as duas fases do Prodetur, verifica-se a consolidação de 13 polos turísticos, sendo 12 litorâneos e 1 não-litorâneo, Chapada Diamantina – BA. No mapa a seguir nota-se expansão para 29 polos turísticos litorâneos, prova de que na contemporaneidade, políticas, projetos e investimentos continuam cada vez mais pujantes e presentes na região, que de forma agressiva tem seus espaços turisticados. Percebe-se que o turismo de sol e mar, de caráter regional, efetivado no Nordeste não é praticado apenas nas ambiências litorâneas, mas surge nos demais espaços como as sub-regiões da Zonas da Mata, Agreste, Sertão e Meio-Norte que se apresentam como verdadeiros pontos luminosos possíveis de se vislumbrar no mapa 1.

Obviamente, a busca pelas ambiências litorâneas para prática de lazer, vilegiatura e turismo permanecem sob tônica mais agressiva do que em outras paragens, no entanto, o mapa apresenta de forma concisa uma busca pela atividade turística no interior do Nordeste, tendo em vista a existência de polos turísticos não-litorâneos. Vislumbra-se a busca por outros segmentos da atividade turística que estão para além do desejo pelo sol e mar, o que de certa maneira ressignifica a natureza semiárida, vista no passado com características geo-físicas limitantes como se pode evidenciar no trecho da música de *Jorge Du Peixe (Nação Zumbi)* que aponta que aqui no Nordeste existe um “sol que não dá trégua, onde conseguir água é linda, secura não é pouca, o céu desaba em conta-gotas”. Contrapondo-se a essa lógica perversa da semiaridez observa-se um Nordeste que passa a investir no turismo litorâneo e na produção de alimentos, por meio do agronegócio. De acordo

com dados do IBGE (2019) e Mtur (2019), a região Nordeste possui 156 municípios defrontes ao mar, desses, 137 fazem parte de 29 polos turísticos consolidados nos nove estados nordestinos, como é possível vislumbrar no mapa 2, que apresenta quantitativo de municípios litorâneos por estado e quantos estão inseridos nos polos turísticos.

Mapa 1 – Polos turísticos nordestinos (litorâneos e não-litorâneos)



Fonte: Ministério do Turismo (MTUR, 2019), INFRAERO (2020), Ministério da Infraestrutura (Minfra, 2020).

Organização: RODRIGUES, F.N e DANTAS, E.W.C, 2020.

Elaboração: SILVA, N.J.P, 2020.

“desenvolvimento acelerado e sustentável” (PAC, 2007). Para Araújo (2018, p.79), mesmo o PAC não sendo política específica voltado para o turismo, mostrou-se como programa de grande relevância para à atividade, em especial na inserção de infraestrutura rodoviária, construção/reforma de aeroportos e portos. No que tange a questão das rodovias federais dinamizou-se a fluidez do turismo regional, sobretudo, no Nordeste. De acordo com a autora, o PAC assim como o Prodetur II, tiveram objetivos similares de qualificar os territórios dos estados, objetivando-se a internacionalização dos destinos, o que a grosso modo, fez convergir fluxos turístico para à região, que vem sendo moldada geograficamente sob os auspícios de políticas de turismo que de forma agressiva, incide e modifica a estética das paisagens litorâneas, fazendo com que atividades ligadas ao lazer e ao turismo, tornem-se objeto de estudo para a geografia, a ciência do espaço.

Conclusão

O que se conclui até aqui é que o século XVIII-XIX foram pedra angular no que diz respeito as mudanças no comportamento da população ocidental, no que tange as formas de perceber o mar e o marítimo. Esse espaço antes visto como lugar do trabalho, do medo, da repulsa e das incertezas ganha novos usos e usuários, que passam a incorporar no cotidiano novas práticas com fins curativos e/ou de lazer, como os passeios à beira-mar, o bem respirar, banhos de sol e mar variáveis litorâneas recomendadas pelos médicos da época, cuja finalidade era os benefícios à saúde.

Essa realidade ocidental, incide sobre o Brasil no século XVIII com a vinda da família real portuguesa que institui os banhos salinos. No alvorecer do século XX, a valorização do mar e do marítimo se fortalece e imprime agressiva corrida das populações citadinas ao mar. Observa-se movimento de ocupação das ambiências litorâneas brasileiras, em específico as do Nordeste. Essa busca pelo lazer nas paragens litorâneas, ocasiona desdobramentos históricos, sociais e econômicos que fazem emergir políticas públicas/privadas de turismo como o Prodetur/Ne que direciona significativos investimentos para consolidação de práticas ligadas ao lazer/vilegiatura/turismo, que por meio da injeção de volumes de investimentos, acaba por produzir um espaço nordestino mais fluído, baseando em nova racionalidade que é o turismo litorâneo.

Observa-se um Nordeste que descobre o mar e investe de forma agressiva no turismo litorâneo, atividade que passa a ser a tábua de salvação da economia regional. Na primeira etapa do Prodetur/Ne, tem-se um ensaio para invocação do Nordeste turístico, na segunda fase do programa percebe-se de forma pujante a geografia dos espaços turísticos nordestinos, com a efetivação dos polos turísticos, que mudam a estética e a dinâmica no tecido urbano-litorâneo das principais metrópoles nordestinas.

O Prodetur/Ne, consolida na hodiernidade nova imagética da região, de um Nordeste ainda desconhecido, que não pode mais ser explicado pelas atividades tradicionais do passado, pelo trabalho, pela indústria, pela produção de alimentos, mais sim pela dinâmica dos lazers marítimos que gradativamente incidem com maior força nas zonas de costa brasileira. Os investimentos garantem melhoria e implantação de infraestruturas de apoio para o desenvolvimento da atividade

turística, o que faz convergir maior fluxo de pessoas à região, que agora passa a ser delineada sob os auspícios das políticas de turismo que regem a modernização e ordenamento do território, fazendo com que se altere a estética das paisagens litorâneas e o surgimento de conflitos socioambientais e socio territoriais. Percebe-se que as cidades na pós-modernidade se transformam, deixam de ser cidades industriais organizadas para a produção. Agora vislumbra-se o consumo de bens, serviços e paisagens, fazendo com que as metrópoles nordestinas sejam projetadas na contemporaneidade, quase única e exclusivamente para o consumo, lazer e turismo, por isso fala-se numa geografia urbana e regional dos lazers, que busca compreender esse Nordeste, distópico, plural, diverso e multifacetado.

Referências

ARAÚJO, Luana Lima Bandeira. *Turismo Regional no Litoral do Nordeste brasileiro*. 2018. 248 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Geografia, Universidade Federal do Ceará - UFC, Fortaleza, 2018.

ALVES, Larissa da Silva Ferreira. *Culturas de ordenamento territorial do turismo das Regiões Metropolitanas de Fortaleza - CE, Natal - RN, Recife - PE e Salvador - BA*. 2013. 297 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Geografia, Universidade Federal do Ceará - Ufc, Fortaleza, 2013.

ALMADA, José Alexandre Berto de. Lugar turístico e território usado: contribuições teóricas ao estudo do turismo a partir da geografia de milton santos. *Interespaço: Revista de Geografia e interdisciplinaridade*, Grajaú, v. 4, n. 15, p. 197-221, 02 set. 2020.

BOYER, Marc. *História do Turismo de Massa*. São Paulo: Edufba e Edusc, 2003. 168 p.

BARBOSA, Luciana Maciel. *Políticas Territoriais de Turismo: concepções e impactos do Prodetur no Nordeste Brasileiro*. 2017. 278 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Geografia, Universidade Estadual do Ceará - Uece, Fortaleza, 2017.

BRASIL, Ministério do Planejamento. *Sobre o PAC*. 2007. Disponível em: <http://pac.gov.br/sobre-o-pac>. Acesso em: 02 set. 2020.

BUTLER, R. W. The concept of a tourism area cycle of evolution: implications for management of resources. *Canadian Geographer*, Ontario, v. 1, n. 24, p. 5-12, jan. 1980.

BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento - (Brasil). *Turismo em alza*. 2011. Disponível em: <https://www.iadb.org/es/noticias/articulos/2011-11-01/apoyo-prodetur-en-brasil,9505.html>. Acesso em: 18 fev. 2019.

CORBIN, Alain. *O território do vazio: A praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 385 p.

DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001. 169 p.

DÉSERT, Gabriel. Banhos de Mar por receita médica. In: GOFF, Jacques Le *et al* (org.). *As doenças tem história*. Portugal: Terramar, 1985. p. 5-362.

DELGADO, Anna Karenina Chaves. As ações do PRODETUR/NE I e suas implicações para o desenvolvimento da Paraíba com base no turismo. *Caderno Virtual de Turismo*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p.32-43, nov. 2009.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. *Mar à vista: Estudo da Maritimidade em Fortaleza*. 2. ed. Fortaleza: Edições Ufc, 2011. 103 p.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. O pescador na terra. In: BORZACCHIELLO, José; CAVALCANTE, Tércia; DANTAS, Eustógio. *Ceará: novo olhar geográfico*. 2. ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2007. p. 263-279.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. *Políticas Públicas de Turismo no Nordeste*. Canal do Eustógio Dantas no Youtube, 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=asQv7A1ol_Q. Acesso em 20/08/2020.

DU PEIXE, Jorge. *Mormaço (2002)*. Nação Zumbi. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-zV0826qm2k>. Acesso em: set. 16 de 2020.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Atlas geográfico das zonas costeiras e oceânicas do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Geociências, 2011. 177 p.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - 2019. *Municípios defrontantes com o mar*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/24072-municipios-defrontantes-com-o-mar.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 20 ago. 2020.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. *O lugar no mundo contemporâneo: turismo e urbanização em Ubatuba - SP*. 1999. 227 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Geografia, Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, São Paulo, 1999.

MADRUGA, Antônio Moacyr. *Litoralização: da fantasia de liberdade à modernidade autofágica*. 1992. 155 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Geografia, Universidade de São Paulo - Usp, São Paulo, 1992.

MTUR, Ministério do Turismo. *Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo –PRODETUR: Documento Referencial*. Brasília: Mtur, 2015. 62 p.

MTUR, Ministério do Turismo. *Mapa do turismo brasileiro 2019*. Brasília: Mtur, 2019. 27 p.

PEREIRA, Alexandre Queiroz; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; GOMES, Iara Rafaela. *Lazer na praia: segunda residência e imobiliário turístico no Nordeste*. Fortaleza: Edições Ufc, 2016. 103 p.

PEREIRA, Alexandre Queiroz. *A urbanização vai à praia: contribuições da vilegiatura marítima à metropolização no Nordeste do Brasil*. 2012. 350 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Geografia, Universidade Federal do Ceará - Ufc, Fortaleza, 2012.

PEREIRA, Alexandre Queiroz; DANTAS, Eustógio W. C. *Espacialidades Turísticas: do regional ao global*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2021. 294 p.

PATRÍCIA, Karlla. *Praia Vintage: veja como era ir à praia no final do século 19. veja como era ir à praia no final do Século 19*. 2018. Disponível em: <https://diariodebiologia.com/2018/08/praiavintageveja-como-era-ir-a-praia-no-final-do-seculo-19/>. Acesso em: 02 set. 2020.

PIRES, Mário Jorge. *Raízes do Turismo no Brasil*. São Paulo: Manole, 2001. 236 p.

SILVA, José Borzacchiello da et al. *Litoral e sertão: natureza e sociedade no nordeste brasileiro*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006. 446 p.

SCIENCE, Chico e Nação Zumbi. *Da Lama ao Caos (1994)*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jE6p22nz7CU>. Acesso em 16 set. 2020.

SCHOSSLER, Joana Carolina. "Ir às curas": Discurso terapêutico versus práticas de lazer. *Oficina do Historiador*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p.65-77, jun. 2010.

TCU, Tribunal de Contas da União. *Avaliação do TCU sobre o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste*. Brasília: Tribunal de Contas, 2004. 26 p.

URRY, John. *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. 3. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001. 231 p.

ESTRATÉGIAS PRATICADAS PELOS AGRICULTORES FAMILIARES FRENTE AO COVID-19 NO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA (MG)

*Alessandra Rodrigues Guimarães
Sibeli Fernandes*

Introdução

A agricultura é o resultado das atividades de cultivo e criação desenvolvidas por grupos humanos, com aplicação de algum tipo de técnica, sobre um determinado espaço. No Brasil temos os espaços da agricultura empresarial, conhecido como agronegócio e os espaços da agricultura familiar, neste, pode-se observar algumas características principais que a definem, tais como: predominância do trabalho familiar, propriedade individual da terra, constituindo o patrimônio da família, produção para o autoconsumo e semiespecializada para o mercado e, por fim, a propriedade rural como o lugar de morar, produzir e trabalhar.

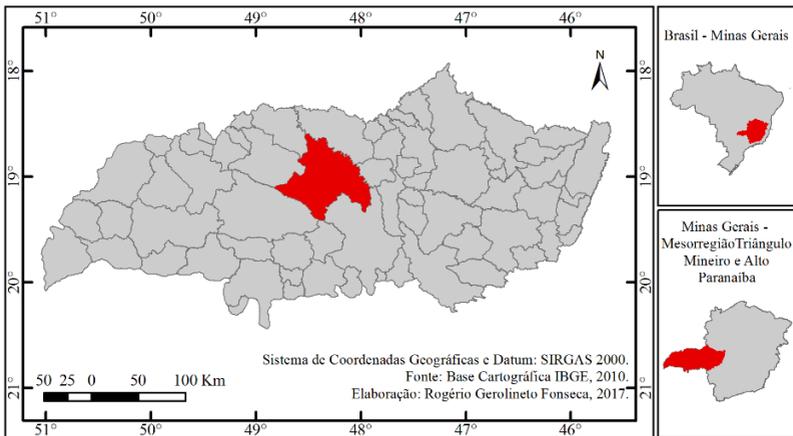
A agricultura familiar brasileira, possui protagonismo na produção de alimentos destinadas ao abastecimento interno (CORONA; FERREIRA, 2012). É o principal pilar econômico de 90% dos municípios brasileiros que possuem até 20 mil habitantes. Uma de suas marcas além da sua diversidade produtiva é a sua resistência e adaptabilidade perante os desafios impostos pelas dinâmicas sociais e não foi diferente nesse período pandêmico.

Sabe-se que o atual governo, não apresentou propostas de investimento, com a ausência de um Plano Safra específico a Agricultura Familiar. Neste ano, teve um corte no orçamento feito pelo Congresso Nacional (Projeto de Lei Orçamentária para o ano de 2021). Foram 1,3 bilhão de subsídios do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) que ficaram de fora. Um verdadeiro descaso para aqueles que são responsáveis por cerca de 70% dos alimentos que chegam à mesa da população brasileira.

Em Uberlândia (MG) (Mapa 1), a produção familiar possui relevância. No censo agropecuário, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2017, foram recenseados 2.182 estabelecimentos agropecuários onde residiam agricultores familiares, demonstrando que o município não é somente produtor de *commodities*, mas também é considerado um grande produtor de alimentos.

Uberlândia (MG) é um dos municípios com o maior número de assentamentos rurais (Mapa 2) do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, totalizando 15 dos 87 existentes em toda mesorregião (INCRA, 2019). Em 1998, foi criado o primeiro projeto de assentamento de reforma agrária em Uberlândia, o PA Rio das Pedras. Em 1999, foram criados mais três assentamentos, os PAs Zumbi dos Palmares, Palma da Babilônia e Nova Palma. A partir de 2003, foram criados mais onze: Nova Tangará, Canudos, Flávia Nunes, Emiliano Zapata, Florestan Fernandez, José dos Anjos, Paciência, Eldorado dos Carajás, Valci dos Santos, Dom José Mauro e Celso Lúcio.

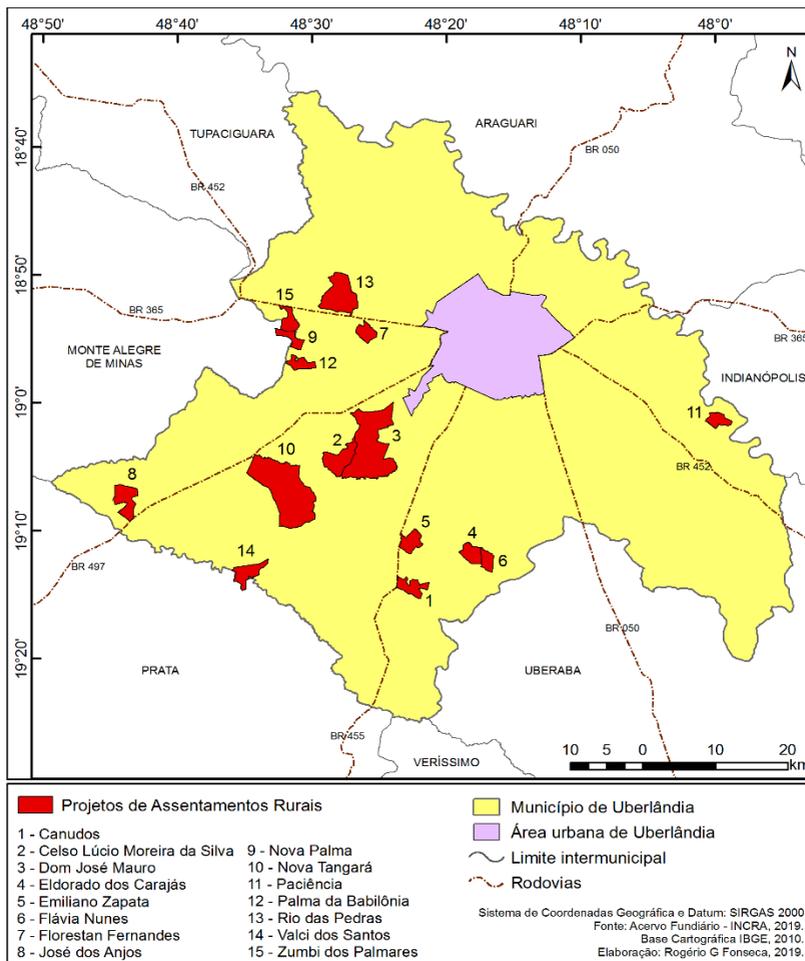
Mapa 1: Localização Geográfica do município de Uberlândia (MG)



Fonte: Base Cartográfica IBGE, 2010. Elaboração: FONSECA, Rogério Gerolineto, 2017.

Os agricultores familiares, além de serem fundamentais para o desenvolvimento do país, também possuem uma função importante para a sociedade, que é a continuidade da tradição e da forma de viver do homem simples, das pessoas ligadas à terra. Para essas famílias a terra tem um sentido amplo, pois é através dela que desenvolvem as atividades essenciais para a vida, como moradia, produção de alimentos, geração dos recursos econômicos necessários à sua existência, realização da cultura e sua constante reprodução e resistência (MARTINS, 2000). Portanto, a ligação que os agricultores familiares possuem com a terra comporta as funções de moradia, trabalho e vida.

Mapa 2: Localização dos Projetos de Assentamentos Rurais no município de Uberlândia (MG)



Fonte: Acervo Fundiário – INCRA, 2017. Elaboração: FONSECA, Rogério Gerolineto, 2017.

Diante do contexto que estamos vivendo por causa da pandemia do COVID-19, os agricultores familiares assentados desenvolveram algumas estratégias para continuarem produzindo alimentos e realizarem a comercialização e o escoamento de seus produtos. Com isso, o intuito principal deste trabalho, é demonstrar quais foram as estratégias adotadas pelos agricultores familiares para permanecerem em suas terras e continuarem sua (re)produção no campo.

Agricultura Familiar: breves considerações

Apoiados na importância social, econômica e política da agricultura familiar, existem autores que discutem a capacidade de adaptação desse segmento às novas realidades sociais e a sua permanência como forma de resistência aos ditames do capital. Afirma-se que a agricultura familiar é dotada de uma lógica específica, voltada para princípios internos da propriedade rural, para fazer frente à racionalidade do mercado. Em consonância com Mota, Schmitz e Freitas (2007) destaca-se cinco vantagens ao se tratar de agricultura familiar:

- 1)É responsável pela maior diversificação dos sistemas de produção e da conservação da biodiversidade;
- 2)Pode contribuir, assim, para um manejo adequado dos recursos naturais;
- 3)Apresenta, em geral, maior produtividade em áreas menores;
- 4)Valoriza a coexistência das diferenças culturais pela “personalidade” que cada estabelecimento tem; e

5) Apresenta a possibilidade de maior proximidade entre consumidor e produtores na identificação da origem dos alimentos, uma das tendências em cursos nos novos padrões de consumo (MOTA; SCHMITZ; FREITAS, 2007, p.129).

Dessa forma, é a lógica do agricultor familiar em estabelecer estratégias de reprodução social e de sobrevivência, que explica o fato da permanência da produção familiar dentro dos padrões modernos de produção no interior da economia capitalista. Por exemplo, o agricultor procura produzir, então, produtos cujo caráter alternativo permitisse que fossem tanto consumidos quanto vendidos (PAULILO, 1990). É possível compreender por que esta produção não desaparece, ao contrário, se reproduz e permite a permanência desses atores como os responsáveis pela produção e abastecimento de alimentos dos centros urbanos. Em contexto pandêmico, percebe-se que a agricultura familiar se ressignifica de diversas formas, gerando estratégias de reprodução social e comercial, tanto no que se refere ao escoamento de sua produção quanto na produção alimentar.

O protagonismo da Agricultura Familiar está no cumprimento do papel social da terra, que é a produção de alimentos, um outro objetivo está na comercialização de produtos agrícolas e semiespecializados para o mercado. De acordo com Salamoni e Flores (2020),

a agricultura familiar é a principal responsável pelo abastecimento de produtos alimentares destinados para o consumo nacional, daí a necessidade de garantir a permanência desse segmento da agricultura brasileira, sob pena de serem inviabilizadas as metas de erradicação da fome e da

pobreza, tanto no campo quanto nas cidades (p. 142).

Em se tratando de alimentação, durante a pandemia, itens essenciais da cesta básica de alimentos registraram altas ainda mais expressivas do que o índice de alimentos, de 14,1%. Em 2020, o feijão preto, por exemplo, subiu 45,4%; o leite, 26,9%; o arroz, 76,0%; a carne, 18,0%; e a batata, 67,3%. Esses e vários outros itens básicos da dieta brasileira encareceram o acesso à alimentação em contexto de perda de rendimentos do trabalho por efeito da pandemia (IPEA, 2021). Em consequência, as famílias brasileiras tiveram uma redução significativa no consumo de alimentos saudáveis como carne, frutas, queijos, hortaliças e legumes durante a pandemia. A pesquisa realizada pela Nutri Net USP, aponta que os brasileiros estão consumindo mais alimentos ultraprocessados. Esse consumo concentra-se na faixa etária dos 45 aos 55 anos, que aumentou de 9% para 16% em 2021. Apontam ainda que o consumo desse tipo de alimento aumentou nas regiões Norte e Nordeste e naquela população que possui o estrato de menor escolaridade.

Sabe-se que os alimentos ultra processados “enganam” o cérebro e o estômago, além disso, não contém valor nutricional. As pesquisas no campo da agricultura já comprovaram que soluções tecnológicas que envenenam o ambiente ou degradem a estrutura social e o próprio homem não são benéficas.

O aumento dos casos de contaminação do coronavírus, afeta principalmente as pessoas que possuem comorbidades como as doenças crônicas. Tal fato evidencia o papel crucial dos sistemas alimentares e a importância da produção de alimentos saudáveis por meio da agricultura familiar. Produção de alimentos saudáveis necessária ao enfrentamento da pandemia e

do conjunto das doenças crônicas, que tem consequências na saúde da população.

Mesmo com esse cenário preocupante, em resposta a essas dificuldades, a agricultura familiar se ressignifica de diversas formas, gerando estratégias de reprodução social e comercial. Apesar do não funcionamento das feiras, os agricultores conseguiram permanecer com os circuitos curtos de comercialização, ampliaram o acesso à seus consumidores por meio dos aplicativos (*Facebook*, *Instagram* e o *WhatsApp*). A produção é destinada diretamente ao consumidor final pelas cestas de frutas e hortaliças, as entregas feitas pelo próprio grupo familiar, gerou ocupações, aumentou a circulação de dinheiro e envolveu a juventude rural no processo de *delivery*. A relação entre agricultor e o consumidor ficou mais visível.

Projeto Cesta Semeando Agrofloresta em Uberlândia (MG)

No projeto Cesta Semeando Agroflorestas (dados referentes ao ano de 2020), as cestas são produzidas e comercializadas por agricultores familiares que fazem parte dos Núcleos Agroecológicos dos assentamentos Canudos, Florestan Fernandes e Emiliano Zapata, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e associados à Cooperativa Camponesa de Produção da Reforma Agrária.

O sistema de produção dos alimentos das cestas segue preceitos da agroecologia, o que inclui um cultivo sem o uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos, além disso, os produtos são provenientes de sistemas agroflorestais (SAF's), os quais, aliam produção de alimentos à preservação do ambiente.

Para comercializar os alimentos cultivados, uma das alternativas adotadas pelos agricultores, é a compra e venda baseadas em relações de ética e transparência entre produtores e consumidores, formando os Grupos de Consumo, que consiste em um grupo de pessoas que decidem organizar-se para comprar determinados produtos, de uma forma diferente da que ocorre no mercado convencional.

Dessa forma, as pessoas que compõem os Grupos de Consumo se tornam coprodutores. O objetivo dos grupos vai além do ato de consumir, buscando promover a troca de saberes entre os participantes, a reflexão e a transformação de hábitos alimentares e costumes, tornando possível para o consumidor assumir ativamente sua responsabilidade na dinâmica das relações sociais que acontecem desde a produção até o consumo dos alimentos e produtos em geral.

Para ser um coprodutor, é necessário fazer a adesão anual, realizar pagamento mensal no decorrer do ano. O preço (em 2020) das cestas variam de acordo com o tamanho: para a cesta pequena o valor é de R\$90,00, para a cesta média é de R\$135,00, e para a cesta grande o valor é de R\$180,00. Este preço é definido para que as cestas possam oferecer renda fixa para os produtores ao longo do ano, possibilitando ao agricultor familiar planejar suas atividades e os possíveis investimentos que possam ser realizados em seus estabelecimentos.

Os itens que compõem as cestas são escolhidos na sexta-feira anterior à semana que elas serão entregues, sendo que a cesta grande pesa em média 8 kg (por semana) e contém em torno de 11 itens, dentre eles, folhosas, chá/temperos, PANC's (Plantas Alimentícias Não Convencionais), legumes e frutas. A cesta média pesa em média 5 kg (por semana) contendo 8 itens e, a cesta pequena pesa em média 3 kg (por semana) contendo 5

itens. A composição das cestas variam dependendo dos alimentos/produtos disponíveis no momento.

Diante do contexto atual que estamos vivendo por causa da pandemia do COVID-19, os agricultores familiares assentados desenvolveram algumas estratégias para continuarem produzindo alimentos e realizarem a comercialização e o escoamento de seus produtos.

A entrega das cestas eram realizadas todas terças-feiras em locais específicos, onde o coprodutor pudesse retirar a cesta com os produtos da semana. Antes de ocorrer as medidas de prevenção ao corona vírus, a Cesta Semeando Agroflorestas disponibilizava 8 locais para a retirada das cestas, além de estarem presentes em 3 feiras livres, mas, devido ao distanciamento social, os agricultores se organizaram para efetuar a entrega em domicílio aos coprodutores.

Para continuarem o escoamento da produção, a alternativa encontrada pelos agricultores familiares foi a entrega da cesta em domicílio, tendo um acréscimo de R\$7,00 como taxa para este serviço. Com isso, tanto os agricultores quanto os coprodutores, não ficaram prejudicados pelas medidas adotadas no município para conter o avanço do corona vírus, pois ambos continuaram a produzir e receber os alimentos. Entretanto, tiveram que adaptar as medidas de prevenção propostas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), como o uso de máscaras, higienização das mãos e dos alimentos ao serem manipulados.

As ferramentas utilizadas pela Cesta Semeando Agrofloresta para divulgar seu trabalho e entrarem em contato com os coprodutores e também com outras pessoas que desejam participar dos grupos de consumo, são principalmente as redes

sociais (*Facebook, Instagram e Whatsapp*), onde mantêm atualizadas todas informações sobre a produção, sobre os agricultores familiares, o compartilhamento de dados sobre a produção agroflorestal, receitas que podem ser feitas com os alimentos, dentre outros conhecimentos que os usuários dessas redes sociais podem ter acesso. Percebemos que a integração tecnológica dos agricultores familiares facilitou o contato e a comercialização de seus produtos, podendo vender os alimentos sem precisar de terceiros para efetuar o acordo. Diante o momento que estamos passando, na qual as pessoas estão mais conectadas à *internet* e também se encontram em distanciamento social, foi constatado um aumento significativo no número de coprodutores, sendo que antes da pandemia ocorria a entrega de 120 cestas semanais e, em junho/2020 estavam sendo entregues 190 cestas semanais.

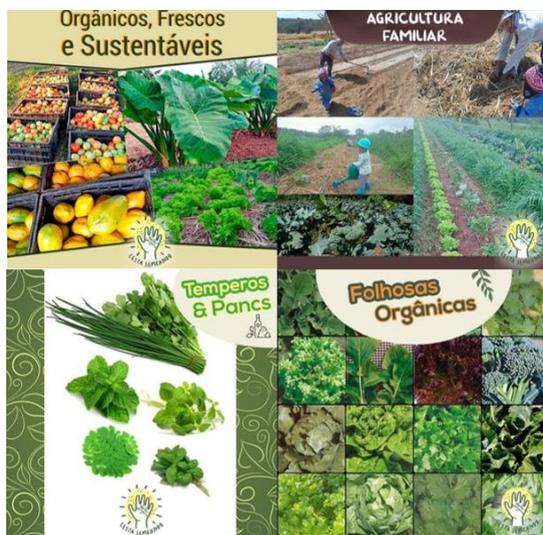
Este projeto demonstra que a população, de modo geral, pode praticar uma série de atuações mais coerentes com o mundo, pois beneficia o pequeno produtor, privilegia a economia local, favorece um tipo de produção de alimentos que não degrada o meio ambiente, pelo contrário, ajuda a preservar ainda mais. Esta forma de produção, comercialização e consumo, é um exemplo de que podemos consumir alimentos de forma consciente, aos preceitos da agroecologia e do sistema agroflorestal.

Tendo em vista a população que se encontra em vulnerabilidade social, a Cesta Semeando Agrofloresta também desenvolveu uma ação para beneficiar essas pessoas, fazendo doação de alimentos para as famílias que estão passando por dificuldades nesse momento de pandemia. A proposta da ação era que os coprodutores, que puderem ajudar, façam a doação de 50% do valor (R\$12,00) referente a cesta pequena e o restante

foi custeado pelos agricultores que fazem parte do projeto, totalizando a doação de 50 cestas a famílias em vulnerabilidade social. Este tipo de ação demonstra que a Cesta Semeando Agrofloresta é um projeto que consegue alcançar várias camadas da sociedade, promovendo uma alimentação segura e de qualidade.

Na imagem 1 podemos visualizar os alimentos cultivados e produzidos pelos agricultores familiares que integram o projeto Cesta Semeando Agrofloresta, mostrando a diversidade de alimentos que eles cultivam em seus estabelecimentos.

Imagem 1: Produção de alimentos pela Cesta Semeando Agrofloresta.



Fonte: Reprodução de fotos pelo Instagram da Cesta

Semeando, 2020.

As famílias que residem no meio rural, de um modo geral, estão procurando diversificar cada vez mais sua produção e comercializar seus produtos diretamente com seus fregueses. Esse fator é tido como estratégia para assegurar os rendimentos necessários para sustentar sua família e fazer a manutenção de seu estabelecimento.

Considerações finais

Os agricultores familiares articulam uma combinação de produção para o autoconsumo e para a comercialização, como a criação de bovinos, suínos, aves, leite, ovos, queijos, polvilho, doces, quitandas, pimenta, hortaliças, mandioca, maracujá, milho verde, dentre outros alimentos, como estratégia de sobrevivência do estabelecimento rural e da família.

Com essas breves reflexões, reforça-se que a agricultura familiar consegue se ressignificar e resistir aos desafios impostos pela pandemia e pelos governos que não enchem as suas potencialidades e seu protagonismo. É preciso pensar, com urgência, estrategicamente o papel da agricultura familiar dentro das políticas públicas no pós pandemia. Por meio do incentivo de produção de alimentos saudáveis com preço acessível, conseguiremos reverter o consumo de alimentos ultra processados, levando a mesa dos brasileiros comida de verdade.

Referências

CORONA, Hieda Maria Pagliosa; FERREIRA, Angela Duarte Damasceno. As estratégias de reprodução social da agricultura familiar em suas múltiplas inter-relações. In: FERREIRA, Angela Duarte Damasceno et al. *Do rural invisível ao rural que se reconhece: dilemas socioambientais na agricultura familiar*. Curitiba: Ed: UFPR, 2012.

ESTUDO NUTRINET - Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde da Universidade de São Paulo (Nupens/USP). Disponível em: <https://nutrinetbrasil.fsp.usp.br/> Acesso em: 01 set. 2021.

IBGE – *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Censo Agropecuário. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>. Acesso em: 25 jun. 2020.

INCRA – *Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária*, 2019. Disponível em: <http://www.incra.gov.br>. Acesso em: 25 jun. 2020.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise*. Brasília: Ipea, 2021. Disponível em: <https://nutrinetbrasil.fsp.usp.br/>. Acesso em: 01 set. 2021.

LAMARCHE, Hugues (Coord.). *Agricultura familiar: do mito à realidade*. Tradução de Jehovanira C. de Souza. Campinas/SP: Ed: UNICAMP, 1993.

MARTINS, José de Souza. *Sociologia da fotografia e da imagem*. São Paulo: Contexto, 2009.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça; ALMEIDA, Maria Geralda de; DEUS, José Antônio Souza de (org.). *Novos usos do Espaço Rural e suas Resiliências: Transformações e Ruralidades em Goiás, Minas Gerais e Sergipe*. 1. ed. Aracaju, SE: Criação Editora, 2020. E Book (PDF). ISBN 978-65-88593-22-6.

MOTA, Dalva Maria da; SCHMITZ, Heribert; FREITAS, Minelvina Nascimento. *Pesquisa e agricultura familiar: contribuição para o debate*. Raízes, Campina Grande, PB, v.26, n. 1, p. 128-139, jan./dez. 2007.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. *Produtor e agroindústria: Consensos e Dissensos o caso de Santa Catarina*. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação e do esporte, 1990.

SALAMONI, Giancarla; FLORES, Carmen Rejane. Reflexões Teórico-metodológicas sobre a agricultura familiar: algumas perspectivas de estudo para o rural brasileiro. In: MARAFON, Glaucio José; CHELOTTI, Marcelo Cervo; PESSÔA, Vera Salazar. *Temas em Geografia Rural*. 2ed, EdUERJ, 2020. (p. 141-163).

A MERCANTILIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR ENQUANTO ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO SÓCIOECONOMICA

*Zenicléia Angelita Deggerone
Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad*

Introdução

A temática do desenvolvimento implica em compreender que os mercados fazem parte dos processos sociais de produção e reprodução das atividades econômicas desenvolvidas nas unidades de produção familiares, e estas assumem um papel decisivo na organização do cotidiano econômico e da sociabilidade, influenciando as atitudes, os valores e a ação dos indivíduos e grupos sociais, embora a inserção dos agricultores nos mercados é muito diversa e não ocorre de um mesmo modo ou na mesma intensidade, nem segue um caminho único ou uma direção predeterminada. Isso se deve pelo fato dos mercados não serem homogêneos e a forma de inserção dos agricultores familiares nos mesmos ser muito diversificada (SCHNEIDER, 2016).

As formas familiares de produção englobam uma diversidade de modos de fazer agricultura que se diferenciam por diferentes contextos históricos, sociais, culturais e sua interação com distintos ecossistemas. Como característica primordial, ela possui o trabalho assentado na propriedade rural, a condução dos trabalhos e a gestão do estabelecimento são

realizados pela família, além disso, ela possui outra particularidade, atrelada ao modo de vida que é centrado em torno de vínculos sociais comunitários e de parentesco.

Mas esta forma de organização social das famílias e do trabalho agrícola, na medida em que foi submetido a um conjunto variado de pressões sociais e econômicas, desencadearam transformações nos marcos das relações de troca de mercadorias. A produção agrícola que era destinada ao abastecimento da propriedade rural, com a geração de excedentes, agora também passa a ser direcionada a diferentes mercados.

Estas transformações na lógica do trabalho e na organização do processo produtivo, e das relações sociais dos agricultores familiares, caracterizam um amplo processo de mercantilização da agricultura. A mercantilização é um processo pelo qual a agricultura vai sendo crescentemente incorporada aos mercados, tornando-se estruturas centrais na reprodução da unidade de produção familiar (PLOEG, 1992). Mas ela não ocorre de forma homogênea, porque cada agricultor tende a estabelecer distintas formas de relações com os circuitos mercantis, devido à alta flexibilidade de adaptação a diferentes processos de produção e distintos mercados, o que vem a praticar diferentes estilos de agricultura.

Ploeg (2003) considera que os mercados representam uma arena na qual várias posições, isto é, vários estilos de agricultura, são possíveis de serem alcançados, na busca por diversificação das estratégias de reprodução social. Dessa forma, Ellis (2000) identifica que os agricultores familiares perseguem diferentes estratégias, de resistência ou reação, para ampliar seus meios de vida e autonomia. E dentre estas estratégias, as formas familiares de produção podem criar novos mercados, ou ampliar

a utilização dos canais de comercialização já existentes, como uma das formas de diversificação das opções e estratégias de trabalho e renda, estimulando assim, sua resiliência em face das crises econômicas ou das vulnerabilidades climáticas, que conformam o ambiente em que vivem os agricultores familiares.

Dessa forma, o presente ensaio se estrutura com base na seguinte problemática: Qual é o papel dos mercados na reprodução socioeconômica dos agricultores familiares? Na tentativa de responder este questionamento, este trabalho tem por objetivo discutir como a mercantilização da agricultura familiar pode conduzir os agricultores a utilizarem distintos estilos de agricultura, e como os diferentes mercados se constituem em importantes estratégias de reprodução socioeconômica para os agricultores familiares.

Para atender o propósito deste estudo, o ensaio foi organizado em três seções. A primeira seção traz uma breve discussão teórica acerca dos processos de mercantilização e estilos da agricultura com base nos estudos de Ploeg. Na segunda seção, é apresentado os distintos tipos de mercados acessados pelos agricultores familiares, assentadas nas pesquisas de Wilkinson e Schneider. E por fim, apresenta-se, uma análise de como estas perspectivas sobre os mercados contribuem para a diversificação das estratégias de reprodução socioeconômica dos agricultores familiares, articuladas a abordagem dos meios de vida, proposta por Ellis.

A realização deste artigo foi estruturada com base nos temas: mercantilização, mercados e diversificação das estratégias de reprodução socioeconômicas, que vem de encontro com as temáticas estudadas nas aulas, sobre: a) *Agricultura familiar no moderno capitalismo – a emergência da familyfarming*; b) *Recampesinização e mercantilização da*

agricultura familiar; c) *Os mercados e a agricultura familiar*; e d) *Diferenciação e diversidade da agricultura familiar*. Além disso, a construção deste artigo se justifica pela necessidade de compreender como ocorre a relação entre os processos de mercantilização, com as estratégias de reprodução socioeconômicas adotadas pelos agricultores familiares.

A metodologia utilizada para a construção deste artigo parte de uma pesquisa bibliográfica que foi elaborada a partir do levantamento de referências teóricas publicadas em meios escritos (livros), eletrônicos (artigos científicos).

A mercantilização e os diferentes estilos de agricultura

As formas familiares de produção criaram um sistema produtivo característico, em geral assentado no trabalho da terra pela família e na produção primária destinada, prioritariamente, à satisfação das necessidades internas da propriedade e da unidade doméstica e, um modo de vida centrado em torno de vínculos sociais comunitários e de parentesco (NIERDELE, SCHNEIDER, 2010). Porém, esta forma de organização social das famílias e do trabalho agrícola, na medida em que o sistema produtivo foi submetido a um conjunto variado de pressões sociais e econômicas externas, desencadearam transformações nos marcos das relações de troca de mercadorias.

As transformações na lógica e na organização do processo produtivo, e das relações sociais dos agricultores familiares, caracterizam um amplo processo de mercantilização da agricultura. Segundo Ploeg (1992) por mercantilização da agricultura se entende um processo pelo qual a agricultura vai sendo crescentemente incorporada aos mercados, tornando-se

estruturas centrais na reprodução da unidade de produção familiar.

A relação entre os mercados e os agricultores não é recente. Eles sempre utilizaram estes espaços para vender parte da produção e/ou adquirir outros produtos necessários para a reprodução social da família ou do empreendimento agrícola. E como consequências desse processo, a mercantilização da agricultura implicou na regulação da produção agrícola pelo mercado e pelas relações de preços, acentuando a crescente externalização da produção (PLOEG, 1990).

Segundo Ploeg (1992) os processos de externalização referem-se à separação de um número crescente de tarefas do processo de trabalho agrícola, as quais são designadas de organismos externos. Sendo que os insumos, os instrumentos, as tecnologias e o próprio trabalho agrícola tornam-se mercadorias mobilizadas em diversos circuitos mercantis. E, por isso, esta crescente mercantilização da vida social e econômica levou a uma maior dependência do mercado, fazendo com que as estratégias de reprodução social se tornassem cada vez mais subordinadas e dependentes, em relação ao exterior.

Contudo, existem vários graus e estágios na mercantilização, e isto não se constitui como um processo linear e previsível (PLOEG, 1990). A mercantilização não ocorre de forma homogênea, porque cada agricultor tende a estabelecer distintas formas de relações com os circuitos mercantis. Por isso, este processo leva à diferenciação social e econômica dos agricultores, e neste processo, os agricultores possuem um papel ativo, pois, cotidianamente desenvolvem uma série de estratégias para modificar, neutralizar, resistir e, por vezes, até acelerar os resultados da mercantilização, de acordo com a condição

socioeconômica da unidade familiar (NIERDELE, SCHNEIDER, 2010).

Nesta perspectiva, Ploeg e Long (1994) destacam que os agricultores estabeleceram trajetórias distintas frente a contextos estruturais similares. Estas respostas diferentes fazem da mercantilização um processo multifacetado e heterogêneo. Para Ploeg (1994), a heterogeneidade de retornos criados pelos agricultores está associada à existência do que o autor chama de distintos “estilos de agricultura”, que se refere: a) um conjunto de noções estratégicas, valores e percepções que um grupo particular de agricultores utiliza para organizar sua unidade de produção em um determinado caminho; b) uma estruturação específica da prática agrícola que corresponde a um repertório cultural; e c; um conjunto específico de inter-relações entre a unidade de produção e os mercados.

Para Schneider, Conterato e Waquil (2010), os estilos de agricultura representam as diferentes maneiras através das quais os agricultores organizam os recursos sociais e materiais existentes em nível local (unidade de produção e consumo), sem eliminarem relações com os agentes externos (instituições financeiras, cooperativas, associações, etc.).

Conforme Ploeg (2006) os vários estilos de agricultura podem internalizar as relações características do regime prevalecente sustentado pelo paradigma da modernização, aproximando-se do que Ploeg chama de uma “forma empresarial de agricultura familiar”. Estes estilos têm se mostrado cada vez mais dependentes da especialização produtiva, do uso de recursos externos, das flutuações dos preços internacionais e dos custos de produção e transação. Já outros estilos operam um distanciamento em relação a este modelo, na qual os agricultores constroem novas e múltiplas formas de diversificar os circuitos

de troca em que estão inseridos, criando alternativas que lhes permitem contrapor as formas de governança que controlam o mercado de *commodities* (NIERDELE, SCHNEIDER, 2010).

Marsden (1995) também destaca que vários espaços rurais não essencialmente produtivos, referindo-se a aqueles espaços não destinados a produção de alimentos e matérias-primas, têm sido mercantilizados através do desenvolvimento de algumas das “novas funções” do meio rural. Frequentemente, estas representam um conjunto de bens materiais e simbólicos como a paisagem, a gastronomia local, eventos culturais, aos quais os agricultores passam a atribuir valor de troca.

Neste sentido, estes estilos de agricultura têm emergido da capacidade de resistência dos agricultores familiares, em que “os agricultores usam a maleabilidade do processo de produção e o espaço de manobra contido nos mercados e tecnologia, para construir novas respostas congruentes para o projeto dominante de modernização” (PLOEG, 2003, p.115).

Dessa forma, isso possibilita à agricultura familiar uma grande capacidade de adaptação aos diversos contextos históricos. Segundo Wanderley (2009), a heterogeneidade das formas sociais concretas da agricultura familiar resulta, mais do que das diferenças de renda, da diferenciação de estratégias adotadas pelos atores, mas da capacidade de se moldar-se frente às diversas situações econômicas, sociais, ambientais e culturais.

Nesse sentido, a mercantilização não conduz necessariamente a um único padrão de relação dos agricultores familiares com os mercados, pois os mesmos podem adotar diferentes estratégias de relação comercial, utilizando distintos estilos de agricultura para diversificar suas estratégias de

reprodução social. Assim, a próxima seção busca apresentar os distintos mercados acessados pelos agricultores familiares.

Os distintos mercados acessados pelos agricultores familiares

No conjunto das transformações que atingiram o sistema agroalimentar, como a desregulamentação e a globalização dos mercados, a transnacionalização dos atores dominantes e as mudanças nos padrões de consumo, a agricultura familiar sempre busca estratégias, para se inserir em diferentes circuitos mercadológicos.

Para Maluf (2004) a agricultura familiar se vincula de duas formas gerais de mercados. Uma delas, está relacionada às cadeias globais de produção, e a outra forma, aos mercados locais de produção, distribuição e consumos de alimentos. A primeira forma de vínculo, está voltada para alguns produtos como grãos, animais, leite e frutas destinadas a agroindústria processadora, por meio das cadeias longas. Já segunda forma de vinculação ao mercado é a inserção dos agricultores familiares em mercados imersos, representados pelas cadeias alimentares curtas, as agroindústrias familiares, as redes de associação e cooperação (comércio justo e solidário, certificação solidária, central de cooperativas, e cooperativas locais) (SCHNEIDER & ESCHER, 2011).

Contudo, esta distinção pode subdividida em pelo menos quatro outras formas de acesso ao mercado, como Wilkinson (2008) apresenta. Para o autor, os agricultores familiares podem comercializar a produção através do acesso direto, sobretudo no caso do mercado local (informal); da intermediação via

atravessador; por meio da integração com a agroindústria; e pelas compras institucionais realizadas por parte do poder público.

Nestes mercados algumas barreiras ou condicionadores foram estabelecidos, para regular estes espaços de interação mercantil. Na forma de acesso local aos produtos, estes possuem requisitos institucionais a ser atendimentos, decorrentes dos órgãos fiscalizadores, que exigem que os produtos sejam atestados por inspeções oficiais. Os atravessadores ainda existem, mas em alguns casos eles estão sendo substituídos pelos supermercados, que realizam contratos diretos com os produtores, exigindo volume e regularidade constante para atuar neste tipo de mercado. A agroindústria, por sua vez, exige patamares mais altos de qualidade e volume, para atender os mercados globais. As compras institucionais realizadas pelos Governos estão dependentes dos orçamentos direcionados a estas políticas, e também da visão de cada governo entender que estes mercados são importantes ao desenvolvimento da agricultura familiar (WILKINSON, 2008).

Entretanto, existem outros tipos de mercados que estão além dessas formas de interação mercantil, quantificados por Wilkinson. Devido a existência de outros tipos de mercados e canais de comercialização, Schneider(2016) apresenta uma tipologia de mercados, que permite identificar além dos processos de compra e venda dos produtos e mercadorias, as dinâmicas existentes de interação e processos de diferenciação entre as categorias sociais dos agricultores familiares.

A tipologia elaborada pelo autor classifica os mercados em quatro tipos, sendo estes: os mercados de proximidade;os mercados locais e territoriais;os mercados convencionais e

mercados públicos/institucionais, em que os agricultores familiares podem participar (SCHNEIDER, 2016).

Os mercados de proximidade estabelecem relações que envolvem trocas interpessoais, que podem mobilizar-se via relações de parentesco, interconhecimento e reciprocidade, e valorizam aspectos valorativos e a qualidade dos bens trocados. Nestes espaços de intercâmbio, os agricultores atuam com base em trocas diretas, e os exemplos desse mercado, são as iniciativas de venda de produtos realizadas nas propriedades rurais, na beira das entradas, em entregas diretas, em feira locais, e através de grupos de consumo(SCHNEIDER, 2016).

Nos mercados locais e territoriais, Schneider (2016) enfatiza que as trocas passam a ser monetizadas e se configura uma situação de intercâmbio cada vez mais orientada pela oferta e demanda, e utilizam critérios qualitativos e indicadores quantitativos. Estes mercados mantêm um *locus* ligado a determinados espaços, mas o seu local de atuação e os canais de comercialização já não ficam confinados a um único local, pois na medida em que cresce a demanda por produtos agroalimentares, o território de atuação desses mercados se expande para fora de um lugar determinado. Os exemplos desse tipo de mercado são as feiras regionais e nacionais, as redes de vendas, as lojas especializadas e restaurantes.

Os mercados convencionais se caracterizam pela venda de produtos, bens e mercadorias que se orienta pela oferta e demanda comandados por agentes privados. O campo de atuação desse tipo de espaço de intercâmbio abrange as esferas de distribuição e circulação em níveis nacionais e globais. Neste tipo de mercado os canais de comercialização são os atravessadores, as cooperativas, as agroindústrias, as empresas privadas, a internet e os supermercados(SCHNEIDER, 2016).

E os mercados públicos e institucionais são espaços de troca em que o principal agente passa a ser o Estado ou algum organismo público, ou alguma organização pública não governamental, como aquelas que praticam o comércio justo, *fair trade*. Schneider (2016) destaca que os mercados públicos não possuem um lócus ou espaço específico de atuação. Em geral, eles são criados para atender a demanda, como a alimentação escolar ou compras de produtos para cestas básicas, ou ainda atender a instituições públicas como os hospitais, as universidades, as agências penitenciárias, e outras.

Com base na tipologia elaborada por Schneider é possível identificar os distintos canais de comercialização utilizados pelos agricultores familiares para comercializar as suas produções, e revela o grau de autonomia ou de dependência que alguns espaços de interação mercantil podem representar aos agricultores familiares. Para Schneider (2016), os mercados representam espaços de interação social em que existem assimetrias, há os que ganham e os que perdem, há os que tem poder e aqueles que são dominados, mas que a inserção dos agricultores nestes espaços, constitui um processo dinâmico, que muda conforme os sujeitos/atores envolvidos e os condicionantes espaciais.

Plein (2010) destaca que existe uma visão dominante de que os agricultores são totalmente dependentes destes mercados, e por outro, existe um olhar alternativo de que os mercados são construções sociais. Dessa forma, o autor afirma que o mercado não é uma criação do capitalismo, ou seja, as pessoas sempre trocaram mercadorias e serviços (PLEIN, 2010). Portanto, o mercado não é uma expressão unicamente do modo de produção capitalista, e pelo qual Polanyi (2012), infere que estas distintas “formas de integração” de agricultores ou atores sociais com os

mercados podem coexistir, mesmo em uma economia capitalista.

Chayanov (1974) também acreditava na adaptação do agricultor ao sistema capitalista, sendo que este seria capaz de reproduzir com ele indefinidamente, respondendo à sua maneira, às tensões próprias do capitalismo industrial. Para o autor, os agricultores familiares possuem capacidade de adaptação, às regras do capital, e além disso, as formas familiares de produção sobrevivem ao sistema devido ao apego a terra, e sobretudo, ao seu modo de vida. Ademais, Chayanov destaca que em um sistema capitalista de produção, as cooperativas constituíam um dos meios para uma melhor inserção dos camponeses nos mercados agroalimentares (CHAYANOV, 2017).

Para Ploeg (2003), a inserção dos agricultores aos mercados representa uma arena na qual, vários estilos de agricultura, são possíveis de serem desenvolvidos, em busca por autonomia e diversificação das estratégias de reprodução social. Segundo Maluf (2004), os agricultores familiares podem estabelecer, ao mesmo tempo, mais de um vínculo com o mercado, seja ele integrado às cadeias nacionais e internacionais ou com os circuitos regionais de produção, distribuição e consumo de alimentos.

Sturgeon (2013) destaca que a incorporação dos agricultores familiares em cadeias globais de valor pode representar maiores índices de produtividade, preços competitivos, e os contratos estabelecidos garantem uma estabilidade de renda aos produtores integrados. Já a participação de agricultores familiares em mercados imersos, segundo Gazolla (2017) resulta em uma remuneração maior pelos produtos comercializados, decorrentes do encurtamento dos elos da cadeia de produção. As vendas se baseiam em relações de

proximidade social, interconhecimento e confiança mútua dos atores. Já os autores Baletti e Marescotti (2017) ressaltam que neste tipo de mercado, ocorre a inclusão social e econômica dos agricultores que foram excluídos das modelos de cadeias longas, além da possibilidade de aumento do preço e o valor agregado, através do processamento e beneficiamento dos produtos, e também o regate da socialização e orgulho e da satisfação do trabalho e da condição de agricultor.

Dessa forma, o atual sistema agroalimentar caracteriza-se pela coexistência desses mercados. De um lado, assiste-se a continuidade da concentração do processamento agroindustrial para fazer frente aos requisitos da produção em grande escala, por meio das cadeias globais de valor. E de outro lado, os mercados imersos, que buscam valorizar os produtos com atributos diferenciados, e que acabam recriando novas oportunidades de mercados. Diante a esta dualidade, o próximo item a ser abordado por este ensaio, apresenta como o acesso a diferentes mercados podem representar a diversificação das estratégias de reprodução socioeconômica das famílias no meio rural.

Os mercados enquanto condição para a diversificação das estratégias de reprodução sócioeconômicas

Os empreendimentos de base familiar constituem uma categoria social com expressiva importância e representatividade, e por isso, fazem o uso de diferentes meios para alcançar e manter a reprodução social e econômica. Segundo Ellis (2000), os agricultores familiares perseguem diferentes estratégias, de resistência ou reação, para ampliar seus

meios de vida e autonomia. E dentre estas estratégias, as formas familiares de produção podem criar novos mercados, ou ampliar a utilização dos canais de comercialização já existentes.

Para Ellis (1988) o ingresso dos agricultores nos mercados pode ampliar o nível de bem-estar ou diversificar o acesso a bens de consumo, porém, ao mesmo tempo isso expõem os agricultores familiares aos problemas de preços e as condições desiguais de poder existente nestes espaços. Porém, Ploeg (2006) defende que os agricultores familiares devem estar interligados aos mercados, pois a sua reprodução social está condicionada as relações estabelecidas com estes.

As relações estabelecidas entre os agricultores com os mercados podem ser as mais diversas visando a diversificação de reprodução socioeconômica das famílias. Segundo, Schneider (2010) é preciso fortalecer os meios de vida (*livelihoods*) através da criação de mecanismos de diversificação das opções e estratégias de trabalho e renda, estimulando assim, sua resiliência em face das crises, dos choques ou das vulnerabilidades, que conformam o ambiente em que vivem os agricultores.

A diversificação das atividades produtivas impõe novas formas de relações com os espaços de interação mercantil. Para Abramovay (2009), as relações existentes entre agricultores familiares com os mercados envolvem desde a integração por meio das redes sociais, da cultura informal, dos códigos implícitos, dos acordos tácitos, dos laços de lealdade, dos compromissos feitos, dos vínculos afetivos que são elementos importantes para se concretizarem experiências de diversificação.

Já para Fligstein (2007) nos espaços de interação mercantil essas relações são estabelecidas pelas práticas sociais preexistentes, que incluem leis, definições de recursos e regras relevantes, que estão imersas nas relações de poder entre os agricultores familiares.

Para Granovetter (1985), existe uma interação social entre os atores que tecem uma rede de contatos nos processos de comercialização. E nesta situação os agricultores utilizam diversas tentativas de realizar ações com propósitos imersos em sistemas concretos e contínuos de relações sociais relacionadas as esferas sociais, financeiras, políticas e científicas.

E também é importante considerar a visão de Polanyi (2012) que estabelece que os atores sociais estão *embedded* ou ‘enraizados’ em regras, normas, convenções, hábitos, etc... que condicionam o comportamento social dos indivíduos perante aos mercados. Dessa forma, através de processos politicamente orientados, é possível a criação de padrões de troca e distribuição, sendo que as características destes mercados estão assentadas em relações de reciprocidade, redistribuição e de intercâmbio. Estas três formas de integração social não são excludentes e podem coexistir em condições de espaço e tempo distintas, e muitas vezes pode ser até complementares.

Assim, a diversidade de relações que norteiam a existência de mercados, também remete a diversificação das opções e estratégias de trabalho e renda, que os agricultores familiares utilizam para serem mais resilientes em frente as crises, dos choques ou das vulnerabilidades que o meio rural apresenta. Diante disso, os agricultores podem se dedicar a produção de *commodities* agrícolas, conectado a mercados globais, como também, adotarem ou criarem novas formas de produção e inserção mercantil, dada a partir das relações entre agricultores e

atores locais, por meio da lógica da formação de mercados imersos.

Nesse sentido, a diversificação das formas de trabalho e renda vem de encontro ao que preconiza a abordagem das *livelihoods* desenvolvida por Frank Ellis. Essa abordagem procura demonstrar que a diversificação dos meios de vida, possibilita uma maior diversidade em processos sociais e econômicos, pressionado e oportunizando às famílias para que diversifiquem suas rendas e a economia local (ELLIS, 2000).

Segundo Ellis (1998) as famílias rurais constroem um diversificado portfólio de atividades e de capacidades de apoio social para sobreviver e melhorar o seu padrão de vida. Nessa situação, a diversidade é mais um agregado dos meios de vida num contexto mais amplo, podendo ser, inclusive, um indicador de desenvolvimento rural.

Para Schneider (2017) a diversificação das atividades produtivas pode representar a redução da dependência das flutuações setoriais de preços, geram inovações e mudanças técnicas dentro da propriedade que poupam recursos, além disso, geram novas formas de cooperação e interação local que repercutem sobre ganhos de escala e redução de custos de transação nas propriedades rurais.

Ellis (2000) defende que em contextos marcados por uma crescente coerção, vulnerabilidade e condicionantes adversos a diversificação pode ser entendida tanto como uma estratégia de reação a uma situação de crise, precariedade ou necessidade assim como uma estratégia de adaptação ou escolha, que ocorre quando há uma busca proativa por alternativas ou novos investimentos.

Dessa forma, Schneider (2010) apresenta algumas estratégias de diversificação e de reprodução social e econômica que os agricultores familiares têm utilizado: a) da migração dos agricultores para outras Regiões; b) da diversificação as propriedades rurais por meio de atividades agrícolas e não agrícolas. E dentre estas estratégias podem ser elucidadas; as *rendas agrícolas* proveniente da produção agropecuária; da *agregação de valor* à produção, por meio do beneficiamento e produção de alimentos, através de agroindústrias familiares; das *transferências governamentais*, por meio de benefícios sociais (aposentadorias, pensões e bolsa família); das *rendas do trabalho não agrícola* por meio do desenvolvimento de atividades pluriativas externas ao empreendimento familiar; *de aluguéis ou outras fontes de rendas*(arrendamentos), e das *outras rendas do trabalho*, por meio da venda da mão de obra para atividades agrícolas nas propriedades rurais próximas. E por fim, a terceira estratégia de diversificação seria a integração agroindustrial, onde os agricultores participariam das cadeias globais de produção, através de sistemas de produção de aves, suínos, e de algumas *commodities*.

Essas estratégias utilizadas, segundo Ellis (2000), se tornam um conjunto de ativos que o indivíduo ou a propriedade rural dispõe, mediado por fatores endógenos e exógenos. Os fatores endógenos relacionam-se às normas sociais e estruturas das quais as unidades familiares e os indivíduos fazem parte (relações sociais, instituições e organizações). Já os elementos exógenos são os fatores representados pelas tendências econômicas, políticas e choques, os quais causam importantes consequências para a viabilidade do sustento, não podendo ser controlado pelos indivíduos (ELLIS, 2000).

A análise da diversificação dos meios de vida implica o que Ploeg (2008) destaca como a capacidade de “luta constante por autonomia e liberdade” para permanecerem trabalhando e residindo no meio rural. Entretanto, entre as opções de mercados acessados pelos agricultores, nem todos os espaços de interação mercantil são locais que privilegiem a autonomia dos atores, como é o exemplo dos mercados de *commodities* globais que interligam agricultores e agroindústrias em relações desiguais de informações e governança. Esta situação é diferente da governança exercida nos mercados imersos, em que os atores participam na autogestão dos recursos e processos produtivos, e as informações são simétricas aos atores envolvidos.

Dessa forma, dada esta dualidade mercadológica, como pensar que os mercados globais podem gerar processos de desenvolvimento para as famílias de agricultores familiares. Utiliza-se como argumento, parte da afirmação de Ellis (2000) que por conta do elevado grau de interação e dependência das relações mercantis em algumas Regiões, a agricultura familiar pode adotar estratégias de adaptação ao contexto social e econômico em que está se inserida. As famílias nestas situações, buscam diversificar e incrementar as estratégias produtivas já estabelecidas (como pode ser o caso das *commodities*), e gradativamente, elas podem iniciar um processo de transição para mercados imersos, através da identificação das atividades com potencial, e gradualmente ela vai se inserindo nestes espaços de interação mercantil, até a familiar conseguir apresentar condições socioeconômicas para sobreviver e comercializar seus produtos através dos mercados socialmente construídos.

Dessa forma, as estratégias construídas e utilizadas pelos agricultores familiares são resultados da adoção e adaptação, ao longo do tempo, da composição das estratégias de sustentabilidade que família buscou implementar. Ou seja, as unidades familiares possuem a capacidade de se adaptarem ao objetivo de sobreviver, ou de mudarem suas fontes de sustento em função das mudanças conjunturais desencadeadas pelos fatores exógenos. Por isso, para cada situação econômica, social ou cultural, é possível identificar diferentes estilos de agricultura sendo utilizados pelos agricultores familiares, e conjuntamente participando de diferentes de mercados. Isso representa as distintas estratégias de reprodução socioeconômica ou os “espaços de manobra”, que os agricultores utilizam para sobreviver e se manterem enquanto categoria social.

Considerações Finais

A realização deste ensaio permitiu verificar que a mercantilização pode conduzir os agricultores familiares a utilizar diferentes estilos de agricultura. Nesse contexto, a mercantilização se constitui em um processo, na qual a agricultura vai sendo crescentemente incorporada aos mercados, tornando-se em estruturas centrais na reprodução das propriedades rurais familiares.

Verificou-se que os agricultores sempre utilizaram estes espaços para vender parte da produção e/ou adquirir outros produtos necessários para a reprodução social da família ou da propriedade rural. E as consequências desse processo, culminaram na regulação da produção agrícola pelo mercado e pelas relações de preços. Decorrente disso, houve uma maior

dependência do mercado, fazendo com que as estratégias de reprodução social se tornassem cada vez mais subordinadas e dependentes as condições de mercado.

Porém, a mercantilização não ocorre de forma homogênea, pois cada agricultor busca estabelecer distintas relações com os circuitos mercantis, e desenvolvem uma série de estratégias para modificar, neutralizar, resistir e, até acelerar os resultados da mercantilização, de acordo com a condição socioeconômica da unidade familiar. Por isso, a mercantilização se constitui um processo multifacetado e heterogêneo, e está associado aos diferentes “estilos de agricultura”, que os agricultores utilizam para organizar sua unidade de produção em relação aos mercados. Dessa forma, identificou-se que alguns estilos de agricultura estão assentados pelo mercado de cadeias globais de produção agropecuária, e outros, os agricultores constroem novas e múltiplas formas de diversificar os circuitos de troca em que estão inseridos.

Assim, foi possível identificar que a mercantilização não conduz necessariamente a um único padrão de relação dos agricultores familiares com os mercados, pois os mesmos podem adotar diferentes estratégias de relação comercial, utilizando distintos estilos de agricultura para diversificar suas estratégias de reprodução social.

Constatou-se que a agricultura familiar se vincula através de duas formas gerais de mercados, sendo uma delas, relacionada às cadeias globais de produção, e a outra forma, junto aos mercados imersos. Porém, esta forma de classificação, pode ser ampliada, pois, os agricultores utilizam outros espaços de interação mercantil e canais de comercialização. De tal modo, Schneider elaborou uma tipologia de mercados que permite identificar além dos processos de compra e venda dos produtos e

mercadorias, as dinâmicas existentes de interação e processos de diferenciação entre as categorias sociais dos agricultores familiares, sendo estes classificados, da seguinte forma: mercados de proximidade; mercados locais e territoriais; mercados convencionais e mercados públicos/institucionais.

Verificou-se também que o sistema agroalimentar se caracteriza pela coexistência desses mercados, e que estas distintas “formas de integração” de agricultores com estes espaços de interação mercantil podem coexistir, mesmo em uma economia capitalista, conforme pontuou Polanyi. Do mesmo modo, estes mercados representam uma arena na qual vários estilos de agricultura, são possíveis de serem desenvolvidos, na busca por diversificação das estratégias de reprodução social. E dentre estas estratégias, as formas familiares de produção podem criar novos mercados, ou ampliar a utilização dos canais de comercialização já existentes.

E dessa forma, as relações estabelecidas entre os agricultores com os mercados podem ser as mais diversas visando a diversificação das opções e estratégias de trabalho e renda, estimulando assim, a resiliência dos agricultores em face das crises econômicas e das vulnerabilidades climáticas, que conformam o ambiente em que vivem os agricultores. Dessa forma, as famílias rurais constroem um diversificado portfólio de atividades e de capacidades de apoio social para sobreviver e melhorar o seu padrão de vida, e estas podem estar assentadas na migração para outras Regiões em busca de trabalho e renda; na combinação de atividades agrícolas e não agrícolas nas propriedades rurais e na integração agroindustrial, por meio das *commodities*.

Verificou-se que existe uma dualidade mercadológica, e que nem todos os mercados permite o agricultor atuar com autonomia. Diante desta constatação, utiliza-se como argumento as análises de Ellis, que enfatiza que por conta do elevado grau de interação e dependência das relações mercantis em algumas Regiões, a agricultura familiar pode adotar estratégias de adaptação ao contexto social e econômico em que está se inserida. As famílias nestas situações, buscam diversificar e incrementar as estratégias produtivas já estabelecidas (como pode ser o caso das *commodities*), e gradativamente, elas podem iniciar um processo de transição para mercados imersos.

Por fim, as estratégias construídas e utilizadas pelos agricultores familiares são resultados da adoção e adaptação, ao longo do tempo, com o objetivo de sobreviver, ou de mudarem suas fontes de sustento em função das mudanças conjunturais desencadeadas pelos fatores exógenos. Por isso, para cada situação econômica, social ou cultural, é possível identificar diferentes estilos de agricultura sendo utilizados pelos agricultores familiares, e conjuntamente participando de diferentes de mercados. Isso representa as distintas estratégias de reprodução socioeconômica ou os “espaços de manobra”, que os agricultores utilizam para sobreviver e se manterem enquanto categoria social.

Referências

ABRAMOVAY, R. Anticapitalismo e inserção social dos mercados. *Tempo Social*, v. 21, n. 1, p. 65–87, 2009.

BELLETTI, G.; MARESCOTTI, A. Inovações econômicas em cadeias curtas de abastecimento alimentar. In: GAZOLLA, M.;

SCHNEIDER, S (Org). *Cadeias Curtas e Redes Agroalimentares Alternativos*. POA, Ed. UFRGS, 2017, pag. 129-145.

CHAYANOV, A.V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CHAYANOV, A. V. *Teoria das cooperativas camponesas*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2017.

SCHNEIDER, S. Mercados e Agricultura Familiar. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (Org.). *Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. pp. 93 -135.

ELLIS, F. *Rural livelihoods and diversity in developing countries*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

ELLIS, F. Household strategies and rural livelihood diversification. *The Journal of Development Studies*, v. 35, n.1, oct. 1998. p. 1-38.

FLIGSTEIN, N. Habilidade social e a teoria dos campos. *Revista de Administração de Empresas*, v. 47, n. 2, p.61-80, 2007. Disponível em: <<http://www.fgv.br/rae/artigos/revista-rae-vol-47-num-2-ano-2007-nid-45534/>> Acesso em: 22 dez. 2017.

GAZOLLA, M. Cadeias curtas agroalimentares na agroindústria familiar: dinâmicas e atores sociais envolvidos. In: GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S (Org). *Cadeias Curtas e Redes Agroalimentares Alternativos*. POA, Ed. UFRGS, 2017, pag. 175-194.

GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*,

Volume 91, Issue 3, Nov. 1985, 481-510. Disponível em: <https://sociology.stanford.edu/sites/default/files/publications/economic_action_and_social_structure.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2017.

LONG, N.; PLOEG, J. D. V. Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure. In: BOOTH, D. (Org.). *Rethinking social development: theory, research and practice*. Harlow: Longman, p. 62-90, 1994.

MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. *Revista Ensaios FEE*. v. 25, n.º 1 p. 299-322, abr. 2004.

MARSDEN, T. Beyond agriculture? Regulating the new spaces. *Journal of Rural Studies*, London, v. 3, n. 11, p. 285-296, 1995.

PLEIN, C. Capitalismo, agricultura familiar e mercantilização. *Informe Gepec*, Toledo, v. 14, n. 2, p. 96-111, jul./dez. 2010. Disponível

em: <<http://erevista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/4008>>. Acesso em 12 jan. 2018.

PLOEG, J. D. V. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In E. S. Guzman (ed.), *Ecología, campesinado y historia*, Espanha, Las Ediciones de la Piqueta, 1992.

PLOEG, J. D. V. *Labor, markets, and agricultural production*. Boulder: Westview, 1990.

PLOEG, J. D. V. Styles of farming: an introductory note on concepts and methodology. In: PLOEG, J. D. V.; LONG, N. A. *Born from within: practices and perspectives of endogenous rural development*. Assen: Van Gorcum, 1994, p. 7-30.

PLOEG, J. D. V. *The virtual farmer: past, present and future of the dutch peasantry*. Assen: Van Gorcum, 2003.

PLOEG, J. D. V. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org). *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 15-58, 2006.

PLOEG, J. D. V. Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

POLANYI, K. *A grande transformação*. Trad. Fanny Wrobel. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

SCHNEIDER, S.; CONTERATO, M. A.; WAQUIL, P.D. Estilos de Agricultura: uma perspectiva para a análise da diversidade da agricultura familiar. *Ensaio FEE*, v. 31, p. 149-186, 2010.

SCHNEIDER, S; NIEDERLE, P. A. Estratégias de articulação aos mercados da agricultura familiar. In: MANZANAL, M.; NEINAM, G. (Org.). *Las agriculturas familiares del Mercosur: trayectorias, amenazas y desafíos*. Buenos Aires: Ediciones Ciccus, 2010, v. 1, p. 209-225.

SCHNEIDER, S. Mercados e Agricultura Familiar. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (Org.). *Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. pp. 93 -135.

SCHNEIDER, S. *Notas de aula: Diferenciação e diversidade da agricultura familiar – metodologias para o estudo da diversidade da agricultura familiar e análise da heterogeneidade rural*, 2017.

SCHNEIDER, S. Reflexões sobre diversidade e diversificação: Agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. *Ruris*, v. 4, n. 1, p. 85–132, 2010.

STURGEON, T. et al. O Brasil nas Cadeias Globais de Valor. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, n. 115, p. 26-41, 2013.

WANDERLEY, M. N. B. *O mundo rural como um espaço de vida*. Porto Alegre: UFRGS, 2009

WILKINSON, J. *Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

(IN)ACESSIBILIDADE AO TRANSPORTE PÚBLICO POR HOMENS OBESOS MÓRBIDOS

*Francisco Ricardo Miranda Pinto
Carlos Antonio Bruno da Silva*

Introdução

Abordamos, neste texto, os fenômenos da obesidade mórbida e as dificuldades no uso do transporte público da capital cearense, Fortaleza, por homens obesos mórbidos. Trata-se de uma seção da dissertação de mestrado em Saúde Coletiva da Universidade de Fortaleza (UNIFOR) intitulada *Desvelando a sexualidade do homem obeso mórbido*.

O transporte público, por si só já apresenta inúmeros gargalos que comprometem a qualidade do que é ofertado para as pessoas com Índice de Massa Corporal (IMC) dentro dos padrões desejados. Assim, buscamos responder a pergunta ‘Como é o uso do transporte público de Fortaleza-Ceará, por homens obesos mórbidos em suas locomoções diárias, inclusive para acesso aos serviços de saúde?’.

O texto desponta-se relevante por abordar as experiências de vida de homens obesos mórbido em seu processo de locomoção dentro do espaço urbanístico, e apontar como o homem, potencialmente, perde o direito à cidade por não poder usufruir do que é público de maneira satisfatória, pois o que há estruturado está apto aos corpos ditos padronizados.

Objetivamos identificar as barreiras de acessibilidade vividas por homens obesos mórbidos no uso do transporte público municipal de Fortaleza-Ceará.

O fenômeno obesidade

A obesidade é tratada como sério problema de saúde pública. Em 2025, segundo estimativas, serão, em média 2,3 bilhões de adultos com sobrepeso e 700 milhões de obesos. De etiologia multifatorial, e grau determinado pela media do *Body Index Mass* (BMI – Índice de Massa Corporal – IMC), é apontada como fator de risco para a morte por Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) em função dos outros estados deletérios de saúde a que condiciona (WHO, 2011; ABESO *online*)

A qualidade de vida para a situação de obesidade tipo III - IMC $>35\text{kg/m}^2$, ou IMC $>40\text{kg/m}^2$ e $<50\text{kg/m}^2$ - tem comprometimento em função das comorbidades de ordem musculoesqueléticas, genitourinário, endócrinas, cardiovasculares e/ou gastrointestinais (PINTO; SILVA, 2016).

Nestes casos quando as técnicas convencionais falharam na redução de peso, a melhor intervenção a ser aplicada é a cirurgia bariátrica, instrumento a oportunizar a reinserção no mundo social em face das muitas situações de discriminação, preconceito e exclusão ocasionadas pela obesidade mórbida (SILVA, 2012).

A obesidade mórbida suscita refletir, para além dos deletérios anatomofisiológicos, os *illness* mentais decorrentes do estado dos corpos e as múltiplas resistências no convívio social.

Estes fenômenos que nem todas as ciências conseguem dar conta de estudá-los em seu ponto real, buscam, na Fenomenologia, subsídios para compreendê-los, em suas essências.

Merleau-Ponty propõe um homem multidimensional, conectado as suas vivências e as exprime, através de linguagens subjetivas, carregadas de sentimentos que, por muitas vezes, a linguagem comum não consegue expor. Assim, são desveladas pela linguagem corporal expressas nas relações sociais, individuais (PINTO; SILVA, 2016).

Para Merleau-Ponty (2011) os reflexos da vida social existem antes que haja um autoconhecimento e com isso o homem deixa de ser apenas objeto passando a ser essência e todos os seus contextos corroboram para a percepção dos comportamentos expressos na linguagem corporal.

Essa expressão corporal e os aspectos apontados na subjetividade do outro não podem ser apropriados exclusivamente pelo observador, mas que seja possível o afastamento da concepção individualista e assim a percepção de todos os comportamentos em todos os contextos compreendendo as interferências sociais no ser e no existir.

Métodos

A pesquisa é do tipo fenomenológica e abordagem qualitativa. Fenomenológica por tratar da própria experiência do homem e sua rede de relações pessoais e sociais, atribuindo ‘significados’ à situações e relações que fogem a ideia das variáveis de mensuração (MINAYO, 2010).

Foi desenvolvida no recorte temporal de outubro a dezembro/2016 em um hospital da Rede de Saúde da Secretaria Estadual da Saúde (SESA), referência nos serviços bariátricos. O universo da pesquisa constituiu-se dos pacientes do sexo masculino, obesos mórbidos em acompanhamento, naquele período, no Ambulatório de Cirurgia Bariátrica daquela instituição de saúde.

Seguindo a perspectiva das pesquisas fenomenológicas, qualitativas, a amostra seguiu o protocolo do ‘ponto de saturação’, momento em que os discursos se tornam repetitivos e não conseguem trazer novos temas, para determinar a amostra (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013).

Foram eleitos como critérios de inclusão o IMC >35 associado a morbidade ou IMC > 40 , ≥ 18 anos de idade e foi(ram) excluído(s) o(s) participante(s) que por alguma razão apresentaram desorientação temporal ou espacial posterior a assinatura do TCLE.

O protocolo de pesquisa, considerou os princípios metodológicos fenomenológicos da entrevista em profundidade. Iniciamos com um diálogo livre, para recolha dos dados sociodemográficos, seguido da pergunta disparadora **“Como é a vida de um homem obeso mórbido?”**. Esta técnica tem maior poder de flexibilidade, o participante fica mais a vontade nos relatos próprios (POLITZ; BECK; HUNGLER, 2004).

As variáveis sociodemográficas, apresentadas sucintamente na seção *Resultados e Discussão*, consideraram a estatística descritiva simples. As transcrições de falas não sofreram omissão/alteração, previsto no protocolo. Os dados respeitaram o anonimato da identidade dos participantes.

A interpretação dos resultados baseia-se na Teoria da Fenomenologia da Percepção de Merleau-Ponty (2011) que busca compreender um fenômeno a partir das vivências e experiências inferidas no dia-a-dia que preconiza ser o corpo um objeto, mas não este distante do eu, mas que pode ser meio de diálogo e de comunicação (PATTON, 2015; GIL, 2010). Contudo, a discussão dos resultados apresenta-se baseada na literatura vigente sobre a temática.

O estudo recebeu pareceres favoráveis dos Comitês de Ética e Pesquisa com Seres Humanos (CEP) sob N° 1.666.792 (instituição proponente) e N° 1.714.797 de 06/09/2016 (instituição co-participante), conforme dirime a Resolução 466/2012 (BRASIL, 2012).

Resultados e Discussão

Participaram 17 homens obesos mórbidos: 7 (41%) tinham idades de 25 a 30 e 31 a 40 anos, respectivamente, 2 (11%) de 41 a 50 anos, 1 (3,5%) de 51 a 60 anos, 1 (3,5%) não referiu idade. Quanto a etnia 06 (35%) se autodenominam pardos e brancos, respectivamente, 04 (25%) morenos e 1 (5%) negro; Para a variável estado civil 8 (47%) se consideram como solteiro, 4 (24%) relatam união estável e 5 (29%) são casados.

A obesidade mórbida, enquanto patologia multifatorial, provoca inúmeras condições de saúde e comorbidades, dentre estas as questões de mobilidade física e urbana reduzidas. Entenda-se por físicas aquelas relacionadas as Atividades da Vida Diária (AVD) e atividades físicas. As urbanas fazem referência ao movimento de ir e vir entre espaços geográficos

Contudo a ser necessária aos homens obesos mórbidos para solucionar demandas de saúde, a mobilidade urbana utilizando o transporte público municipal foi apontada como mecanismo excludente, que promove ou reitera o preconceito e a discriminação, se torna ações complicadoras da qualidade de vida.

Os relatos, dos participantes, revelam desrespeito aos homens obesos mórbidos e aos direitos humanos. São situações que fissuram a autoestima, provocam traumas ao buscar usar o transporte público na grande Fortaleza e região metropolitana.

[...] muitas vezes o motorista não abre a porta da frente lhe dando o direito de subir pela frente por conta de você não conseguir poder passar na catraca [...]. (*Osvaldo*)

O uso do transporte urbano público data, ainda da primeira metade do século XVI quando na França surgiu o primeiro ônibus. É um meio de locomoção barata, acessível à população menos favorecida economicamente, mas também é alvo de inúmeras críticas pela má qualidade do serviço e das frotas, além de questões ergonômicas e arquitetônicas dos veículos.

No caso dos homens obesos mórbidos, o ficar preso nas catracas é uma condição que mina sua autoestima, considerando o transtorno causado. De um lado, uma pessoa que está presa, sem poder ir ou voltar, do outro pessoas que não conseguem compreender, ofendem ou agredem verbalmente. Consoante, Calsavara (2018) aduz que há o risco de machucar-se na tentativas que outros invidam para ajudar.

Em um país que tem como ponto chave a importância atribuída ao corpo escultural, que segue os padrões estereotipados ditados pela cultura, movimentado pela mídia que dita os corpos, os meios de transporte, sejam públicos ou privados, os estabelecimentos e eventos parecem desconhecerem que estão fora desse padrão.

Não que esta seja uma opção, inclusive é doloroso abordar estas questões. Francisco relata [...] *you enter the bus a chair is not for the obese, the bus chair is not **pro** obese [...]*”. Percebe-se aí a inefetividade arquitetônica dos ônibus para acolher e oferecer respeito e dignidade humana aos homens obesos mórbidos.

As catracas que não foram adequadas à massa corpórea destes sujeitos, são assentos que não estão adequados ao espaço por m^2 que eles ocupam e isso faz com que seus corpos fiquem ‘sobrando’ para além das bordas do banco. Importante destacar o que Calsavara (2018) menciona sobre as cadeiras que são devidamente estreitas até para algumas pessoas não obesas.

Assim, pessoas obesas mórbidas não conseguem utilizar apenas um dos assentos dos ônibus. A realidade se repete em bancos de metrô, trens e até mesmo aeronaves. O preconceito contra o obeso mórbido e o desrespeito ao direito de uso dos transportes como qualquer outro, a dor que se passa ao ser rejeitado, a partir das relações com a família são situações extremas e de difícil tato pelos obesos. A sensação é relatada também por João:

[...], dói, por mais que a gente não, não ver ou ouvir, mas dói, porque é complicado, você chega em um ônibus a pessoa olha para você e saí, sabe é muito dolorido, muito dolorido, [...]. Eu não faço questão de sentar em uma cadeira com uma pessoa magra, mesmo que eu fique sobrando na cadeira, aí eu vou e sento, mas uma pessoa magra, ela não quer sentar do lado do gordo, entendeu?!, não senta, em uma ocasião de uma mulher assim e eu estava lá na frente e minha mulher estava passando na catraca, aí ela chegou e ‘ei cobrador aquele homem ali pagou duas passagens foi? Ele está em duas cadeiras sozinho’, desse jeito e a minha mulher vinha passando bem na hora que ela falou, aí já viu né, a confusão que deu, entendeu?!

A experiência mencionada extrapola as situações de preconceito, de racismo e de discriminação com o homem obeso mórbido e fere, diretamente, os direitos e deveres dos Diplomas legislativos. A Constituição Federal (CF) de 1988 assegura o direito de ir e vir a todos em seu “Art. 5. – É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou sair com seus bens” (BRASIL, 2012, p. 5).

A Lei 13146/2015, inclui as pessoas obesas como aquelas com mobilidade reduzida, mesmo que esta mesma lei não os reconheça. E ela quem altera a redação do Art. 1º da Lei 10048/2000, vigorando a seguinte escrita “As pessoas com deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com

crianças de colo e os obesos terão atendimento prioritário, nos termos desta” (BRASIL, 2015, p. 55).

Segundo as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), orientadas pela Norma Brasileira Regulatória (NBR), NBR 14022, os veículos devem ter adaptações específicas para aqueles que têm mobilidade reduzida, o transporte público deve ter acessibilidade favorável a todos que tenham mobilidade reduzida e/ou deficiência.

Além da promoção da facilidade de acesso ao veículo há, também, indicado naquela norma que os bancos devem, de seu total, ter percentual para aqueles que têm deficiência e/ou mobilidade reduzida e principalmente devem ser sinalizados para identificar que aqueles tem usuários específicos quando necessário (BRASIL, 2009).

De forma análoga, a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro havia instituído, em 2014, o Estatuto dos Portadores de Obesidade da Cidade do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO, 2014). Em uma nova pesquisa, a referida lei sofreu vetos nos artigos que mencionavam o transporte público

Uggioni e Benedete (2012) em um estudo realizado em Criciúma denotam a complexidade que é sentar nas cadeiras de ônibus que não estão adequadas a massa corpórea de pessoas obesas mórbidas. A senadora Zenaide Maia, aponta que os usuários do serviço aéreo só conseguem usufruir de mais espaço se adquirirem duas passagens (SENADO FEDERAL, 2019).

O desrespeito aos homens obesos mórbidos é ampliado quando, mesmo existindo a reserva, os mesmos não têm respeitados seus direitos quanto ao assento preferencial. Para além da questão jurídica, é empático, não apenas contra o obeso, mas contra as pessoas da terceira idade, lactantes, crianças de

colo e outras, ferindo o que preconiza o item 7.3.2.1 da NBR 14022 que em seu texto diz

7.3.2.1 Os assentos preferenciais, destinados aos obesos, gestantes, pessoas com criança de colo, idosos e pessoas com deficiência, devem ser identificados pela cor amarela (referência Munsell 5Y 8/12 ou similar), aplicada no mínimo na parte frontal do encosto do banco, no protetor de cabeça e no pega-mão. (BRASIL, 2011, p. 18).

Tramita no Senado o Projeto de Lei Nº 4809/2019, de autoria da mesma senadora Zenaide Maia, que prevê 3% de reservas especiais para pessoas obesas mórbidas em quaisquer veículos coletivos, públicos ou privados. O ponto negativo da pauta seja, provavelmente, o valor a ser cobrado por essa reserva, considerando que ela altera a arquitetura dos veículos já disponíveis.

De toda forma se procurou na literatura alguma referência quanto ao tratamento dado aos deficientes e pessoas com mobilidade reduzida e não se encontrou qualquer menção ao respeito e direito do obeso em adentrar o ônibus pela frente, uma vez que a sua passagem na catraca é limitada pelo seu excesso de massa corporal.

Assim o sendo, os direitos existem, estão fixados por lei e violados, na prática. A dificuldade de mobilidade nos transportes urbanos e públicos da capital do Ceará é um dos gargalos do ser obeso mórbido neste estado. Para Font et al (2010), a qualidade no acesso ao transporte coletivo é um gatilho cultural que reverbera positivamente na vida e na saúde do homem obeso mórbido

Ser obeso mórbido, não ter acomodações adequadas, com parte de seu corpo projetado para fora é predisponente às complicações na qualidade de vida e de conflitos com o corpo e imagem corporal. Não obstante a desproporcionalidade de sua massa corpórea, o usuário do serviço de transporte público se lança a projetos ousados como o caso de Esmerino que diz “[...], acho que fiz besteira, comprei um carro, mesmo sem poder [...]” com o propósito único de ter sua mobilidade facilitada.

Estas situações, classificadas como mobilidade reduzida ferem o Estatuto da Pessoa com Deficiência e encontram eco com o estudo de Marcuzzo, Pich e Dittrich (2012) que encontrou as dificuldades de acessibilidade dos ambientes e a ausência de planejamento e urbanismo voltado aos portadores de obesidade mórbida.

Os relatos estão carregados de significados negativos, são reveladores da forma excludente que passageiros e motoristas veem o homem obeso mórbido. A dificuldade do uso do transporte público pode funcionar, também, como um preditor de que há a necessidade da mudança de vida, como aconteceu com Osvaldo que identificou a necessidade de realizar a cirurgia após ficar imobilizado na catraca do ônibus.

Considerações finais ou conclusão

O estudo reforça as dificuldades encontradas pelos homens obesos mórbidos no viver social ratificando o processo excludente a que eles estão expostos na sua vida diária desde as pequenas atividades da vida diária até as dificuldades de

mobilidade usando o transporte público a aquisição de produtos manufaturados que possam atender as suas necessidades básicas.

A obesidade morbida não é, apenas, uma questão de saúde pública, envolve pessoas dotadas de sentimentos, que vivem este fenômeno nos micro e macrogrupos sociais de forma negativa. É importante destacar que homens e mulheres obesos mórbidos precisam, a todo custo, utilizar o transporte público, inclusive para o traslado para consultas, exames.

É muito mais uma questão urbanística de direito ao espaço da cidade, adequação e adaptação dos veículos de transporte público de Fortaleza-CE que, drasticamente é o mesmo de todas as outras cidades do país. Estas condições acabam dificultando a chegada as unidades hospitalares e desestimulando a continuidade da frequência nos serviços de saúde.

Referências

ABESO. Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica. *Dia Mundial de Luta Contra a Obesidade*. Disponível em <http://www.abeso.org.br/uploads/downloads/91/572a58480cbd8.pdf>.

BRASIL. Associação Brasileira de Normas Técnicas. *ABNT NBR 14022.3*. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. *Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012*. Recuperado desde <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil*: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional nº 105/2019. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020. *E-book*. Disponível em https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/566968/CF88_EC105_livro.pdf. Acesso em 22 jan. 2021.

BRASIL. Senado Federal. *Estatuto da pessoa com deficiência*. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2015.

BRASIL. Senado Federal. *Pessoas com obesidade mórbida poderão ter assentos reservados em coletivo*. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/12/05/pessoas-com-obesidade-morbida-poderao-ter-assentos-reservados-em-coletivos>. Acesso em 20 dez., 2021.

CALSAVARA, P. G. Transporte público e indivíduos com obesidade: contribuições para uma análise da usabilidade. Projeto de Pesquisa, 90f. Universidade Federal de Pernambuco. Núcleo de Design e Comunicação. Caruaru: UFPB, 2018. Disponível em <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/35168/1/CALSAVARA%20Priscila%20Gabriele.pdf>. Acesso em 20 dez., 2021.

FONT, J. C.; FABRI, D.; GIL, J. Decomposing cross-country differences in levels of obesity and overweight: does the social environment matter? *Social Science & Medicine*, [S.l.], v. 70, n. 8, p. 1185-1193, 2010.

GIL, A. C. *O projeto na pesquisa fenomenológica*. 2010. Recuperado de <http://www.sepq.org.br/IVsipeq/anais/artigos/44.pdf>

MARCUZZO, M.; PICH, S.; DITTRICH, M.G. A construção da imagem corporal de sujeitos obesos e sua relação com os imperativos contemporâneos de embelezamento corporal. *Interface - Comunic., Saude, Educ.*, v.16, n.43, p.943-54, out./dez., 2012.

MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da Percepção*. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Mousa. 4. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 12. ed. São Paulo: HUCITEC, 2010.

PATTON, M. Q. *Qualitative research & Evaluation methods*. 4.ed. United States of America: SAGE, 2015.

PINTO, F. R. M.; SILVA, C. A. B. *Desvelando a percepção do homem obeso mórbido sobre sua sexualidade*. Dissertação. 175f. Mestrado em Saúde Coletiva. Centro de Ciências da Saúde. UNIFOR. Ceará, 2016.

POLITZ, D. F.; BECK, C. T.; HUNGLER, B. P. *Fundamentos de Pesquisa em Enfermagem: métodos, avaliação e utilização*. Tradução de Ana Thorell. 9. ed. Porto Alegre: Artmed, 2018.

RIO DE JANEIRO. Lei nº 5766, de 30 de junho de 2014. Institui o Estatuto dos Portadores de Obesidade no âmbito do Município e dá outras providências. *Diário Oficial [do Município do Rio de Janeiro]*, Rio de Janeiro, RJ, ano. XXVIII, n. 71, 01 jul. 2014. Recuperado de http://doweb.rio.rj.gov.br/visualizar_pdf.php?reload=ok&edi_id=00002466&page=3&search=obesos.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. (2013). *Métodos de Pesquisa*. 5.ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SILVA, V. T. B. L. (2012). *Cirurgia Bariátrica - fatores motivacionais e a vida cotidiana de homens obesos*. 85f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Centro de Ciências da Saúde. Universidade de Fortaleza, Fortaleza.

UGGIONI, D.; BENEDET, M. S. *Acessibilidade e mobilidade no sistema de transporte coletivo de Criciúma*. Recuperado de https://administracaopublica.files.wordpress.com/2012/09/4du_problemas-urbanos.pdf.

WHO. World Health Organization *Obesity and overweight*. Recuperado de http://www.mclveganway.org.uk/publications/who_obesity_and_overweight.pdf

EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA OS RECURSOS HÍDRICOS NO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA: UMA BREVE ANÁLISE SOBRE O ESTADO DA ARTE

Joacir Aparecido Lourenzoni

Nubia Deborah Araújo Caramello

Patrícia Soares de Maria de Medeiros

Introdução

A produção agrícola nacional, também conhecida como Agronegócio, possui importante papel na economia nacional, porém seu desenvolvimento é acompanhado pela preocupação com os impactos provocados pela agricultura e pecuária nos recursos naturais, em especial aos recursos hídricos (GOMES, 2019).

De acordo com Mota, Oliveira e Medina (2020), a água é bem essencial em todas as esferas da vida humana e imprescindível para a sobrevivência; também é um recurso finito, de maneira que a atenção quanto à preservação, uso e gestão, deve ser prioridade em qualquer sociedade.

Embora o Brasil esteja entre os países com maior reserva de água doce do mundo, sua distribuição no território nacional não ocorre de maneira igualitária. Consequentemente, em algumas regiões do país, há maior risco de escassez desse recurso. (LIMA, 2018; RICARTE E SILVA, 2017; ZUFFO *et al.*, 2013).

Para Caramello (2016), ainda que a região amazônica seja conhecida pelo reservatório de água doce que é, já se

encontra presente o impacto tanto na qualidade quanto na quantidade nesse território fluvial.

De acordo com Gonçalves (2020), práticas como a remoção das áreas de preservação permanentes (APPs), com o objetivo de aumentar a área de produção, comprometem as nascentes, enquanto o uso indiscriminado de agrotóxicos e defensivos agrícolas contaminam as águas de rios e lagos, assim como o preparo do solo para o plantio, sem o uso de práticas conservacionistas, pode provocar o assoreamento dos corpos de água.

Por utilizar principalmente a terra e os recursos naturais em seus processos produtivos, os impactos ambientais dos setores do agronegócio afetam direta ou indiretamente o ciclo hidrológico, o clima e a qualidade dos recursos naturais (SAMBUICHI et al., 2012).

Outro fator extremamente relevante para o setor de recursos hídricos é a irrigação voltada para a produção de grãos, atividade crescente no estado de Rondônia, fronteira agrícola amazônica (CARAMELLO, 2016). De acordo com a Agência Nacional de Águas - ANA (2018), esta é uma das práticas da agricultura que mais consomem água no mundo, sendo que o Brasil, atualmente, está entre os países com maior área irrigada do planeta.

Neste sentido, o grande desafio contemporâneo é conciliar a produção agrícola em grande escala, suprimindo a demanda atual, assegurando à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos sem prejudicar o abastecimento de água potável, conforme um dos objetivos da Lei Federal

9.433/97 (BRASIL, 1997), a qual estabelece a Política Nacional dos Recursos Hídricos.

Com a expansão da produção agrícola e pecuária, cresceu também a demanda por mão de obra qualificada, contexto no qual está inserido o profissional Técnico em Agropecuária.

De acordo com o catálogo nacional de cursos técnicos do Ministério da Educação, o profissional Técnico em Agropecuária será habilitado para, dentre outras atividades, aplicar práticas sustentáveis no manejo de conservação do solo e da água, além de planejar, organizar, dirigir e controlar a produção agropecuária de forma sustentável, analisando as características econômicas, sociais e ambientais (MEC, 2021).

Segundo Altoé, Souza e Martinez (2018), a formação de profissionais técnicos em agropecuária ganhou relevância por serem estes profissionais o elo entre a propagação dos conhecimentos técnicos sistematizados e o desenvolvimento das atividades produtivas.

Para Aquino (2012), este profissional vivencia um mundo agrícola promissor, e ao mesmo tempo problemático, pois se de um lado o avanço do Agronegócio reforça a importância do setor primário na economia nacional, por outro lado, este profissional se depara cada vez mais com danos ambientais decorrentes deste sistema produtivo.

Para entender a importância da Educação Ambiental- EA para o ensino técnico de nível médio, Silva, Abílio e Lopes (2021) afirmam que esse tipo de formação se define como uma combinação de conhecimentos teóricos e práticos, cujo propósito é habilitação técnica e consequente ingresso no mercado de trabalho de maneira mais rápida.

Neste contexto, a EA torna-se um dos instrumentos essenciais para a atuação profissional e cidadã, uma vez que incentiva o uso consciente de recursos naturais e a prática de ações ecologicamente corretas em todos os ambientes, ou seja, o desenvolvimento humano de uma forma que preserve o ambiente em que todos estão inseridos (AQUINO, 2012).

Embora não exista na educação formal um componente curricular específico para tratar EA, a nova Base Nacional Comum Curricular - BNCC sugere que a temática seja abordada de maneira transversal. Sob esta ótica, Carvalho e Barcelos (2017) contribuem dizendo que a questão ambiental é um dever de todos os educadores, em todas as modalidades de ensino.

Neste contexto, é extremamente importante que a temática ambiental possa ser trabalhada de maneira crítica nos cursos técnicos em agropecuária, de maneira a problematizar de forma transversal para melhor compreensão das ações danosas decorrentes da sua atividade.

Seguindo essa diretriz, Silva, Abílio e Lopes (2021), corroboram dizendo que o profissional técnico que tem a oportunidade de presenciar a educação ambiental na sua formação remete a um profissional que sabe se posicionar de maneira crítica e reflexiva, seja no seu ambiente de trabalho ou no convívio social.

A despeito da atuação do profissional técnico em agropecuária, Aquino, (2012) afirma que para amenizar os impactos ambientais decorrentes do agronegócio é necessário adotar práticas de manejo sustentáveis, métodos que envolvam a diversificação e a rotação de culturas, bem como o uso de insumos agrícolas ou defensivos alternativos e pouco agressivos para o controle de pragas.

Neste cenário, no qual se destaca a importância da atuação do profissional técnico em agropecuária, bem como seu importante papel perante à sociedade, o objetivo do presente estudo é realizar um levantamento sobre o estado da arte relacionado à EA, de forma a contribuir para o conhecimento de como esta se faz presente nos cursos Técnico em Agropecuária integrados ao Ensino Médio.

A pesquisa apresenta caráter relevante, uma vez que dentre os dez cursos profissionalizantes com maior número de matrículas na rede Federal de Educação, o curso Técnico em Agropecuária ocupa a segunda posição, (ALTOÉ, SOUZA E MARTÍNEZ, 2018).

Trata-se de uma investigação de natureza qualitativa e exploratória, cujas principais fontes de busca utilizadas foram as bibliotecas digitais Scientific Electronic Library Online (SciELO) e o portal Periódicos CAPES, bem como o repositório Google Acadêmico. A busca foi realizada a partir dos termos: “Educação Ambiental” e “Técnico em Agropecuária”.

Com a finalidade de delimitar a quantidade de publicações, utilizou-se como recorte temporal o período entre 2011 e 2021.

Resultados e discussão

A partir do filtro realizado para a pesquisa bibliográfica, cuja temática envolvia a EA no Ensino Técnico em Agropecuária, foram identificados 11 (onze) trabalhos científicos vinculados ao objetivo deste estudo, dos quais 03 (três) deles foram objetos de dissertação de mestrado, sendo os

demais objetos de publicações nos diversos eventos científicos, no formato de artigo científico. Os trabalhos utilizados estão descritos na tabela abaixo:

Tabela 1: Resultado do levantamento bibliográfico, por ordem de publicação:

Nº	TÍTULO DO TRABALHO	MODALIDADE	AUTORES	ANO
01	Aspectos psicossociais da Educação Ambiental no curso Técnico em Agropecuária do campus Colorado do Oeste-RO.	Dissertação	AQUINO, R. N. de	2012
02	Metodologia de projetos para Educação Ambiental com ênfase em recursos hídricos: uma abordagem para o ensino agrícola	Dissertação	LOPES, A.G.	2014
03	Os valores da Educação Ambiental com estudantes do curso Técnico de Nível Médio em Agropecuária do IFAM- campus Humaitá.	Dissertação	COSTA, S. S. da	2017
04	Compreensões sobre sustentabilidade ambiental em documentos curriculares nacionais do Ensino Técnico	Artigo	SOUZA, L.C.A. B. <i>et al.</i>	2017
05	Percepção ambiental de estudantes do Ensino Técnico Federal em Agropecuária e a contribuição da Educação Ambiental na formação profissional.	Artigo	SANTOS, A.M.; LOPES, E.R.N.; JUNIOR, M.F da S.	2017
06	A pesquisa em Educação Ambiental nos Institutos Federais: um panorama dos trabalhos apresentados nos ENPECS (2013 a 2017).	Artigo	MOTA, H.S; CARVALHO, E.A de; MELO, N.A de	2018
07	Influência dos cursos técnicos do eixo de recursos naturais no desenvolvimento da consciência ambiental dos alunos do Instituto Federal Fluminense, campus avançado Cambuci.	Artigo	LIMA, K.F. <i>et al.</i>	2018
08	O papel do Técnico Agrícola como um Educador Ambiental	Artigo	CAETANO, C.B; PEREIRA, C.T; SANTOS, C.B.	2018
09	Estudos sobre os currículos dos cursos Técnicos em Agropecuária: momentos de mudanças?	Artigo	ALTOÉ, D.S.S; SOUZA, P.M de; MARTINEZ, S. A.	2018
10	Percepção Ambiental de estudantes do Ensino Médio de uma escola no sul do Estado do Amazonas	Artigo	VIANA, A.L. <i>et al.</i>	2020
11	Percepções de meio ambiente em estudantes de instituição de ensino geograficamente e culturalmente distintas.	Artigo	FARIAS, D. F; PUCHETA, F. N; PEREIRA, C. A	2021

Fonte: Elaborado pelos autores

Com a finalidade de identificar os valores ambientais que os estudantes do curso Técnico em Agropecuária do IFRO – Câmpus Colorado do Oeste têm a respeito da sua profissão e a problemática da atividade agropecuária em relação aos impactos ambientais na região, Aquino (2012) observou que a instituição não trata sobre a relação dos impactos ambientais provenientes

da atividade agropecuária, preparando o estudante somente para às questões agropecuárias sem relação com a natureza.

Por sua vez, Lopes (2014), ao investigar a aplicação da Metodologia de Projetos na abordagem de temas relacionados à EA visando à apropriação de conhecimentos dos estudantes do 3º ano do Ensino Médio Integrado, do curso Técnico em Agropecuária da Escola Família Agrícola Padre Ezequiel Ramin, no município de Cacoal-RO, avaliou os resultados de sua pesquisa como positivos. Segundo o autor, ficou evidenciado junto aos alunos que a EA, enquanto recurso ambiental, deve ser “explorado” como uma maravilhosa ferramenta de apoio educacional.

Na mesma perspectiva, Costa (2017) buscou identificar quais os conhecimentos os estudantes do curso Técnico de Nível Médio em Agropecuária do IFAM, *Campus* Humaitá possuíam a respeito dos valores e dos problemas ambientais existentes na Amazônia. De acordo com a pesquisadora, os estudantes ampliaram seus conhecimentos sobre essa temática, compreendendo a importância dos valores ambientais e sua participação social e crítica, isto é, política. Sendo assim, avaliou os resultados como positivos, do ponto de vista da EA.

Em trabalho realizado por Farias, Pucheta e Pereira(2021), no qual se propuseram a investigar as apropriações de significados de conceitos de Meio Ambiente por parte de estudantes do ensino médio separados geográfica e culturalmente, as recomendações da PNEA, segundo os autores, ainda não se materializaram nas práticas pedagógicas no cotidiano dos cursos por eles estudados.

Situação semelhante foi encontrada por Caetano, Pereira e Santos (2018), ao investigarem quais saberes e conhecimentos

relacionados com a EA estariam sendo abordados no currículo do curso Técnico em Agropecuária da E.M.E.B. Lauro Ribeiro – RS. Os resultados da pesquisa da intervenção pedagógica realizada por estes autores sugeriram que a (EA) no Curso não estaria conseguindo proporcionar uma formação profissional crítica e emancipatória.

Sobre essa questão, Carvalho e Barcelos, (2017) afirmam que mesmo sancionada e difundida, a EA nas instituições do país ainda é extremamente deficiente, precisando de grandes esforços por parte das escolas, em especial na geração de saberes para potencializar o estudo da transversalidade deste assunto nas diferentes disciplinas presentes no currículo.

Embora notadamente se perceba a deficiência das instituições em trabalhar e difundir a EA em seus respectivos ambientes, a situação é ainda mais complexa do que se pode imaginar.

Ao analisarem as compreensões sobre sustentabilidade ambiental em documentos curriculares do Ensino Técnico, Souza *et al.* (2017) identificaram que essa triste realidade perpassa os muros da escola. Segundo os autores, tais documentos, além de não apresentarem preocupações com a discussão de aspectos sociais e ambientais, quando trata das funções a serem desenvolvidas pelo técnico agrícola, apontam para um itinerário formativo estritamente técnico e preocupado em atender demandas de mercado.

Esses resultados vão de encontro ao que de fato objetiva a EA nos cursos técnicos. Lima *et al* (2018), afirma que em escolas cuja modalidade é o ensino técnico profissionalizante integrado ao ensino médio, a responsabilidade de se promover

E A é imensa, visto que esta pode contribuir para a formação de profissionais mais conscientes em relação as questões socioambientais.

Por fim, Santos, Lopes e Junior (2017), realizaram um trabalho junto aos estudantes do Ensino Técnico em Agropecuária do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, cujo objetivo foi analisar a percepção ambiental destes em relação à EA, bem como sua importância para a formação profissional. Ao término, os autores concluíram que a compreensão de meio ambiente dos estudantes pesquisados necessita ser ampliada para despertar um olhar sistêmico capaz de evidenciar a sua inter-relação com o setor agropecuário, visando mitigar os danos ambientais oriundo de tais práticas e estimular a mudança de atitude dos futuros profissionais técnicos em agropecuária.

Considerações finais

A partir da análise dos trabalhos publicados, objetos desta pesquisa, fica evidente que embora tenha ocorrido grandes avanços no tocante à inserção da EA como tema transversal, faz-se mister intensificar sua prática junto aos cursos técnicos em agropecuária.

Merece destaque o fato de que mesmo o curso técnico em agropecuária sendo um dos mais importantes na modalidade de ensino, não existem muitas publicações acerca da temática ambiental para esses cursos.

Embora em algumas instituições de ensino os resultados tenham sido positivos, do ponto de vista da EA, foi possível

evidenciar que as mudanças necessárias devem ocorrer desde os documentos que norteiam a educação técnica profissional no país, capacitação de professores, bem como as práticas cotidianas que ocorrem dentro dos muros da escola.

Neste sentido, urge a necessidade de potencializar a disseminação e a difusão, de maneira a promover a EA nos cursos técnicos em agropecuária e a sensibilização para a preservação do meio ambiente, de modo a despertar os alunos e toda sociedade para o reconhecimento da problemática ambiental atual, bem como direcioná-los para o uso de práticas alinhadas com os princípios e valores da educação ambiental.

Agradecimentos

Agradecemos ao Programa de Mestrado Profissional em Rede Nacional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos - ProfÁgua, Projeto CAPES/ANA AUXPE nº 2717/2015.

Referências

ALTOÉ, D.S.S; SOUZA P. M de; MARTÍNEZ, S. A. Estudos sobre os currículos dos cursos técnicos em agropecuária: momentos de mudanças? 2018.

ANA, Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico . Conjuntura Recursos Hídricos, 2020.

AQUINO, R. N. de. Aspectos psicossociais da educação ambiental no curso Técnico em Agropecuária do Câmpus

Colorado do Oeste – RO. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, 2012.

BRASIL. Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

CAETANO, C. B; PEREIRA, C.T; SANTOS, C.B. O Papel do Técnico Agrícola como um Educador Ambiental. RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade. 2018.

CARMELLO, N. D. A. La Historia ambiental de un río no se cuenta solamente por sus aguas: Estudio de caso del Rio Branco y Colorado – Rondônia/ Brasil. Tese apresentada para obtenção do título de Doutora em Geografia pela Universidade Autônoma de Barcelona.2016.

CARVALHO, N. L. de; BARCELOS, A. L. Educação ambiental: importância na preservação dos solos e da água. Revista Monografias Ambientais - REMOA Santa Maria, v. 16, 2017.

COSTA, S.S. da. Os valores da Educação Ambiental com estudantes do curso Técnico de Nível Médio em Agropecuária do IFAM- campus Humaitá. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, 2017.

FARIAS; D. F; PUCHETA, F. N; PEREIRA, C. A. Percepções de meio ambiente em estudantes de instituições de ensino geográfica e culturalmente distintas. Revista Prática Docente, v. 6, n. 2, e034, 2021.

GOMES, C. S. Impactos da expansão do agronegócio brasileiro na conservação dos recursos naturais. Cadernos do Leste. Vol.19 BeloHorizonte , 2019.

GONÇALVES, C. W. P. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. Revista Inter thesis, 2004.

LIMA, K.F; MACHADO, T.A; MATOS, M.B de; RABELLO, W.S. Influência dos cursos técnicos do eixo de recursos naturais no desenvolvimento da consciência ambiental dos alunos do Instituto Federal Fluminense, campus avançado Cambuci. Revbea. V. 13. São Paulo, 2018.

LOPES, A. G. Metodologia de projetos para educação ambiental com ênfase em recursos hídricos: uma abordagem para o ensino agrícola. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, 2014.

MEC. Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Ministério da Educação, 4ª ed. Brasília, DF, 2021.

MOTA, H.S; CARVALHO, E.A de; MELO, N.A. de. A pesquisa em educação ambiental nos institutos federais: um panorama dos trabalhos apresentados nos ENPECS (2013 A 2017). III Congresso Ibero-Americano de Humanidades, Ciências e Educação.

MOTA, L.L.C. da; OLIVEIRA, G.P.T. de C; MEDINA, P.A gestão dos recursos hídricos no Brasil: Educação Ambiental e Democracia Participativa na promoção do desenvolvimento sustentável. Revista Humanidades e Inovação, v. 7, 2020.

RICARTE, C.A de A; SILVA, R.G. da C. Agrohidronegócio e dinâmicas territoriais em Rondônia. Revista Geonorte, V.08 , 2017.

SAMBUICHI, R. H. R; OLIVEIRA, M. A. C; SILVA, A. P. M da; LUEDEMANN, G. A sustentabilidade ambiental da

agropecuária brasileira: impactos, políticas públicas e desafios. IPEA, 2012.

SANTOS, A.M; LOPES, E.R. do N; JUNIOR, M.F. da.S. Percepção ambiental de estudantes do ensino técnico federal em agropecuária e a contribuição da educação ambiental na formação profissional. 2017.

SILVA, K. da; ABÍLIO, F. J. P; LOPES, T. da S. Saberes ambientais dos alunos dos cursos técnicos de nível médio da Escola Técnica de Saúde da Universidade Federal da Paraíba. Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade, 2021.

SOUZA, L.C.A.B; MARCELINO, L.V; ROLOFF, F.B; MARQUES, C.A. Compreensões sobre sustentabilidade ambiental em documentos curriculares nacionais do ensino técnico. Revista Mundi, 2017.

VIANA, A.L; SANTOS, R.M da S; OLIVEIRA, A.B. de; SILVA, N.M. da; NETO, N.F. de A.L; NEVES, R.K.R; SILVA, J.R.C. da; SOUZA, A.C.B. de. Percepção ambiental de estudantes do Ensino Médio de uma escola no sul do estado do Amazonas. Research, Society and Development, v. 9, 2020.

ZUFFO, C. E.; NASCIMENTO, G. F.; ABREU Francisco A. M.; CAVALCANTE, I. N. 2013. Caracterização da Qualidade de Águas Superficiais em Rondônia. Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ. Vol. 36, 2013.

ENSINO DE GEOGRAFIA URBANA E O ESTADO COMO PRODUTOR CONSUMIDOR DE ESPAÇO: O CASO DA UFCAT

*Gustavo Henrique Camargo Eufrásio
Carmem Lúcia Costa*

Introdução

A educação se direciona, além da compreensão, para a necessidade de construção dos conhecimentos, papel fundamental enquanto um campo de trocas e aprendizagens capazes de transformar o mundo e as pessoas (FREIRE, 1996). Enxergar esta visão social, humanista e libertadora que o campo educacional pode vir a protagonizar é importante para construir elementos práticos de intervenção material, sobretudo no cotidiano escolar e/ou universitário.

Todavia, a realidade brasileira está posta na contramão deste ideal, sobretudo, a partir de 2016, com o impeachment de Dilma Rousseff da Presidência da República Federativa do Brasil. Os marcos legais que materializam a ofensiva que a educação sofre são: na educação básica, a Reforma do Ensino Médio (BRASIL, 2017) e a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), responsáveis pelo esvaziamento, flexibilização e desmonte da Geografia na educação básica; no plano da educação superior está a Base Nacional Comum para Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BRASIL, 2020); e de modo geral, está o congelamento dos gastos públicos por vinte anos (BRASIL, 2016).

Tais apontamentos institucionais são uma ofensiva à existência de uma educação popular e, não obstante, da presença da Geografia nas escolas e universidades brasileiras. Como forma de confrontar a realidade posta e pensar contribuições para (re)existência desta ciência, enquanto potencial transformador na compreensão espacial, buscou-se, partindo dos elementos resultantes de pesquisas de iniciação científica, através do PIVIC (2019-2020) e PROLICEN (2020-2021), e do trabalho de conclusão de curso, apresentar contribuições teórico-metodológicas reconhecendo a Universidade Federal de Catalão (UFCAT) como importante instrumento estatal para produção do espaço urbano, assim como potencial didático nas aulas de Geografia Urbana.

Para tal, a construção metodológica segue um cunho qualitativo, respaldando-se em contribuições de Minayo (1994), que propõe pensar para além de dados quantitativos, contextualizando-os. Deste modo, o capítulo possui uma revisão teórico-conceitual acerca da pedagogia histórico-crítica e o ensino de Geografia, especialmente em Cavalcanti (1998), Freire (1996), Guedes (2011) e Lacoste (1993), elementos da produção do espaço urbano e do direito à cidade são agregados a partir de Carlos (2018) e Lefebvre (2001). Além disso, serão revisados e apresentados dados referentes à região universitária a fim de popularizar e fomentar seus usos para fins educacionais. Esta construção visa contribuir para melhoria do ensino de Geografia Urbana, trazendo um olhar dialético, crítico e baseado na realidade discente.

Os caminhos do ensino de Geografia

A educação, desde a Constituição Federal (BRASIL, 1988), apresenta a formação cidadã enquanto um de seus objetivos principais, senão o maior deles. A partir da literatura se observa o mesmo, em Cavalcanti (1998) é possível identificar essa preocupação de tornar o espaço escolar um *locus* de possibilidades de transformação social, assim como um campo fértil da educação, visto que “investir teórica e praticamente no ensino escolar, em suas múltiplas facetas, é, pois, investir nas formas de promoção da democracia, da vida, da justiça e da igualdade social” (CAVALCANTI, 1998, p. 10).

A Geografia caminha neste sentido, enquanto ciência e disciplina escolar fundamental para construção cidadã. Ao buscar compreender o mundo, através do espaço geográfico, a/o estudante adentra um universo de pensar para além daquilo que apresenta visualmente, ele parte para pensar que o espaço está imbricado às práticas sociais e, por consequência, estas são fundamentais para sua organização e produção (CAVALCANTI, 1998).

Para chegar nesta compreensão de ensino e de possibilidades que a Geografia proporciona, é preciso retomar a construção do ensino de Geografia. Em Guedes (2011) isto é apresentado, para o autor as correntes geográficas, bem como seus métodos e formas de manusear o objeto de análise da ciência, orientam o modo de ensinar. Uma forma disto é a renovação na forma de ensinar e aprender Geografia a partir da década de 1970, com a insurgência da Geografia Crítica, um marco é Lacoste (1993), autor do clássico *A Geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*.

Na referida obra o autor nos apresenta a existência de duas formas de conceber e praticar a ciência geográfica, uma ligada aos preceitos potentes, sobretudo ligados ao poder tácito e/ou bélico, e a outra forma é de pensar a Geografia escolar, um modo desinteressante e desestimulante de apresentar esta ciência (LACOSTE, 1993). A partir desta proposição levantada, enxerga-se que a Geografia e seus movimentos seguem um jogo intencional, cuja forma de construir conhecimentos aponta para preservação ou superação desse modo enfadonho de Geografia nas salas de aula.

Autorias do ensino de Geografia vão apresentar isto em suas obras, como: Cavalcanti (1998) ao tentar apresentar o que está para além das representações socioespaciais; Callai (2001) ao tecer sobre tornar a/o estudante um ser cidadão no/do mundo; e Straforini (2018), que vê pelo ensino geográfico um modo de apresentar um olhar multifocal sobre o espaço. Estas são algumas das contribuições para se pensar um ensino pela contextualização, pela reconstrução do modo de pensar a Geografia, possibilitando caminhos que elevem o olhar analítico desta ciência.

Uma forma de conceber isto, é através de uma educação cotidiana, proposta amparada por Freire (1996), cuja/o discente assume o protagonismo de seu conhecimento, ao passo que a mesma já vem amparada em seus saberes adquiridos para além da escola e os interliga com os conteúdos em sala de aula. Isto nos assegura a inexistência de uma transmissão de conhecimentos, mas o que há é uma construção, mediante troca, entre docentes e discentes, confirmando que: “Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem

aprende ensina ao aprender. Quem ensina, ensina alguma coisa a alguém” (FREIRE, 1996, p. 25).

Estes empreendimentos para se pensar a educação encaminha a valorização do cotidiano nas abordagens didáticas, especialmente na Geografia, pensando que construir conhecimento ultrapassa as quatro paredes de uma sala de aula, endossando que “o ensino deve propiciar ao aluno a compreensão do espaço geográfico na sua concretude, nas suas contradições” (CAVALCANTI, 1998, p. 20). Assim, pensar na educação geográfica é pensar no potencial crítico que ela vem a possuir, atualizando, reelaborando e contextualizando ao que propõe, privilegiando o que é vivido pela/o discente.

A partir de leituras em Levy Vygotsky, Cavalcanti (1998, p. 28) expõe que: “os conceitos científicos têm o papel de propiciar a formação de estruturas para a conscientização e ampliação de conceitos cotidianos, possibilitando, assim, o desenvolvimento intelectual”. Isto encaminha ao raciocínio geográfico, cujo modo de pensar o ensino deve estar articulado, não significa apenas apresentar e definir conceitos, mas evidenciar sua potencialidade, relacionando com a realidade apresentada (STRAFORINI, 2018). A ideia central não é confrontar o saber popular *versus* conhecimento, mas buscar uma conexão entre ambos, partindo do vivido ao científico, da experiência à teoria, e por consequência, o reverse.

O desafio que se apresenta a ciência geográfica e as salas de aula de Geografia, sobretudo da educação básica, é proporcionar um ensino significativo e interessante e, ao mesmo tempo, devido às reformas contemporâneas educacionais, garantir - aos trancos e barrancos - sua presença enquanto disciplina, vital para o desenvolvimento discente. Desde o século passado, Vesentini (1995) vinha alertando sobre a

necessidade de renovar a Geografia nas escolas, trazendo um ensino transformador à turma, como também em termos de metodologia.

Ainda hoje, vê-se as mesmas necessidades, como nos apresenta Pereira e Fonseca (2020) sobre as práticas didáticas estarem submissas em uma tradição livresca e esvaziada de significados para a realidade discente. Por vezes, o que está proposto no livro didático, em questão de imagem, texto-base e afins, não dialoga com a realidade da turma, ou é distante do imaginário. Pensar para além da escala local é importante, mas atribuir sentido ao conhecimento é vital para que se consiga atingir outras dimensões do raciocínio geográfico.

Neste caminho, a atualidade desafia o ensino de Geografia, seja ações simples, como brincadeiras e/ou jogos educativos, até mesmo saídas de campo e estudos do meio, enquanto momentos profícuos para trazer novos arranjos e possibilidades de trabalhar a ciência geográfica. Pereira e Fonseca (2020) trazem apontamentos nesta direção e aguçam o que propomos neste capítulo, de pensar meios para trabalhar a Geografia nas salas de aula, utilizando recursos didáticos simples, efetivos e próximos da realidade discente.

Produção do espaço urbano e direito à cidade: potencialidades didáticas

O que propomos é apresentar o espaço urbano em seu processo de produção e reprodução, recorrendo em Carlos (2018) e Lefebvre (2001) para conceituar este modo de produzir o urbano e sua necessidade de reinvenção a fim de manter a ordem capitalista. Enunciar este movimento é o que se objetiva

nesta seção do capítulo, assim como através das proposições didáticas a seguir.

Pensar a cidade é pensar na multiplicidade de acontecimentos que a cercam, agentes que comercializam, consomem, habitam e se divertem nela, mas, pensar a cidade é também entender que ela significa a materialização das forças produtivas de um espaço, este urbano. Tal visão é apresentada em Carlos (2018), que confirma uma produção do espaço alinhada à produção de condições vitais para o processo humano, deste modo o caráter social está diretamente ligado ao processo histórico e espacial.

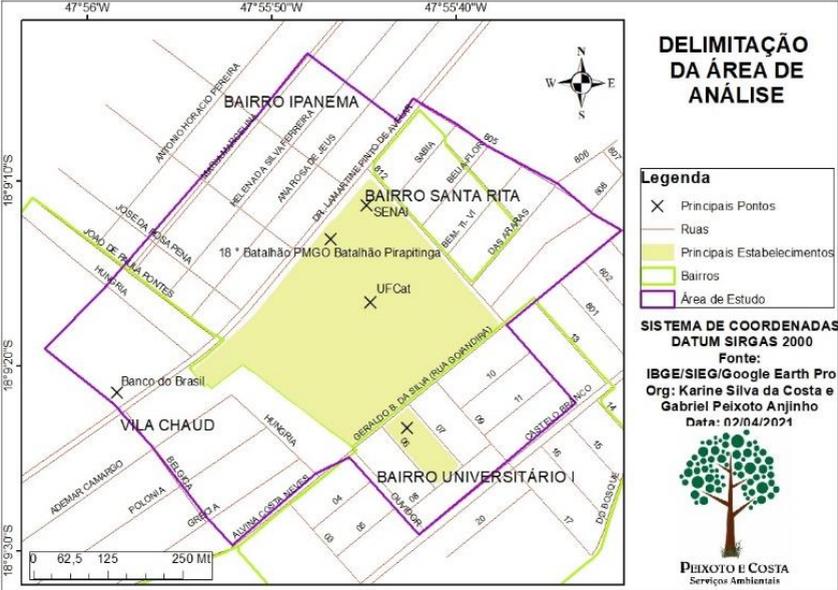
Sociedade e espaço estão associados, isto direciona ao conceito de espacialidade, que é: “simultaneamente produto social e uma condição da prática individual e social” (CAVALCANTI, 1998, p. 18). Isto posto, enxerga-se o espaço como um resultado de práticas sociais individuais e coletivas, de modo que sua materialização direciona também um olhar histórico, evidenciando a existência do modo de produção que encaminha as relações socioespaciais, no caso a partir do capitalismo (LEFEBVRE, 2013).

A cidade de Catalão-GO pode ser compreendida a partir desta perspectiva. Na história recente do município, a produção de seu espaço urbano é marcada por movimentos de promoção espacial, de modo que investimentos se apresentam como articuladores para o crescimento da malha urbana e seu adensamento populacional, além da intensificação em seu dinamismo econômico (COSTA, 2010; LIMA, 2019).

Uma das materialidades disto é a Universidade Federal de Catalão, empreendimento estatal que possui sua presença na cidade desde a década de 1980, inicialmente enquanto

Universidade Federal de Goiás (UFG), mas - desde de 2018 - teve sua emancipação regulamentada (BRASIL, 2018a). A importância deste polo universitário está para além da contribuição acadêmica e intelectual, sua presença gera consequências que afetam os movimentos de produção e reprodução do espaço na região de impacto imediato, isto nos é apresentado por Eufrásio (2021) e pode ser vislumbrado no mapa seguinte:

Mapa 1. Delimitação da Universidade Federal de Catalão e a região universitária, em 2021.



FONTE: Eufrásio (2021).

Pelo Mapa 1, enxerga-se os bairros que delimitam o campus principal da UFCAT e por ele é possível inferir que a produção espacial é sinônimo de renda, de modo que são reconhecidos movimentos espaciais que direcionam a efetivação do ciclo do capital, permitindo a acumulação, a propriedade privada e o lucro, elementos vitais para reprodução do modo de produção capitalista. Em Carlos (2018) isto é apresentado na forma de espaço-mercadoria:

No primeiro momento o espaço produzido se torna mercadoria, assentado na expansão da propriedade privada do solo urbano no conjunto da riqueza. Trata-se, de um lado, do espaço fragmentado pelo setor imobiliário, que entra no circuito de produção da riqueza criando o espaço material (construído). O resultado é a cidade como mercadoria a ser consumida e, nessa direção, seus fragmentos são comprados e vendidos no mercado imobiliário, sendo que a moradia é uma mercadoria essencial à reprodução da vida (CARLOS, 2018, p. 120).

Tais mecanismos de valorização espacial estão comprovados na região universitária da UFCAT, sobretudo no processo de moradia. Eufrásio (2021) corrobora para isso, apresentando que o atrativo estudantil por intermédio de políticas públicas para educação superior, implementadas nos governos petistas de Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016), foram relevantes para que o espaço urbano se desenvolvesse e, também, valorizasse.

Ainda assim, enxerga-se uma desigualdade quando se analisa o espaço, proposta que reafirma a tese de Carlos (2018) acerca de uma desigualdade espacial em seu uso e apropriação, sobretudo quando se analisa as vias de acesso à UFCAT, a

Avenida Doutor Lamartine Pinto de Avelar e a Rua Alvina Neves. A primeira é caracterizada enquanto um importante articulador comercial e institucional para o município como um todo, com alto fluxo de pessoas, veículos, além da presença de estabelecimentos públicos e privados, por outro lado, a segunda via se apresenta com uma baixa rotatividade de pessoas, assim como um número ínfimo de aparelhos comerciais e estatais. As imagens seguintes ilustram isto:

Figura 1: Avenida Dr. Lamartine P. de Avelar, em Catalão-GO (março de 2021).



Figura 2: Rua Alvina Neves, em Catalão-GO (março de 2020).



Fonte: Acervo de pesquisa de Eufrásio, G. H. C. (2021).

Tais recursos visuais foram obtidos no mesmo dia, em horários próximos, a fim de tentar retratar a realidade das vias de circulação. Tais elementos corroboram para uma valorização regional, em que a parte superior à Universidade tem um desenvolvimento acelerado se comparado à inferior que, por consequência, nos é proposto por Carlos (2018) como meios possíveis de rentabilidade.

Buscar pensar a realidade urbana por uma perspectiva crítica é endossar a proposta que Cavalcanti (1998) apresenta, cuja intencionalidade é empregada a representação, seja ela intra ou extraescolar. Por isto é necessário o exercício do desvelamento das dinâmicas intencionais que o capital impera sobre o espaço. Tais elementos apresentados, teóricos e visuais, visam a construção de um ensino que propicie uma nova forma de pensar a prática em sala de aula.

Cavalcanti (1998) vai buscar trazer a necessidade de romper com as representações pois, muitas vezes, elas direcionam uma concepção que foge do protagonismo construtivo da/o discente, para ela “uma das funções das representações sociais seria efetivamente a de permitir a dominação de umas ideias sobre outras” (CAVALCANTI, 1998, p. 31). Isto posto, questionar aquilo que se propõe em sala de aula, através de um conteúdo pré-estabelecido, é o pontapé inicial na busca por construir um novo imaginário, um novo modo de ensinar Geografia.

Isto endossa a importância de pensar uma construção de conhecimento que caminhe pelo cotidiano discente, buscando enunciar que o vivido está interligado ao conceito, cuja teoria e prática são aliadas e próximas, não antagônicas. Este modo de pensar encaminha a intencionalidade da sala de aula e dos recursos didáticos utilizados, retomando em Pereira e Fonseca (2021), atualizar a Geografia é também atualizar os meios de trabalhar em sala de aula.

Em concordância com isto, enxerga-se que o exercício crítico da Geografia Urbana é vital para pensar um espaço urbano que, por vezes, é menosprezado pela ciência em questão, ainda mais quando se busca uma base radical e revolucionária, como Carlos (2018). Não obstante, pensar em uma prática

pedagógica emancipatória e crítica para ensinar questões urbanas é levar a luta pelo direito à cidade para o ambiente escolar, visto que como Lefebvre apresenta (2001), este é um projeto utópico, uma forma de pensar o possível para uma nova cidade, uma nova sociedade. Fato que se inicia nas salas de aula, nos municípios.

Considerações finais

A partir deste capítulo compreendemos que, o percurso do ensino de Geografia é marcado profundamente pelo viés ideológico de como ensinar e qual objetivo desta ciência, sobretudo nas escolas. Quebrar o paradigma de um modo desinteressante que permeia a Geografia é o primeiro passo para construir um novo modo de ensinar, um modo que caminhe pelo potencial crítico e libertador, enxergando o espaço em suas minúcias.

Este feito é possível quando há compromisso político-ideológico, visto que todo espaço se dinamiza tendo forças que o movimentam, não obstante a sala de aula. Assim, enxerga-se como vital para o progresso revolucionário da Geografia pensar um ensino comprometido com as libertações de opressões. Neste caminho o que propomos foi trazer contribuições acerca da Geografia Urbana Crítica, tendo a Universidade Federal de Catalão e os agentes produtores do espaço urbano da região universitária como foco central, para subsidiar futuras aulas e aplicações, em vias teóricas e metodológicas.

Ao pensar em abordar um conteúdo e construir o processo de ensino e aprendizagem a partir da vivência cotidiana, entendemos que a experiência corrobora para a

educação e para fomentar teorias que encaminham futuros possíveis. Quando se pensa o espaço urbano e evidencia sua produção capitalista, desigual e classista, entendemos que, esta é uma forma de contribuir, ainda que seja uma proposição utópica, na luta em prol do direito à cidade. Espera-se que os resultados venham a se materializar nas salas de aula do município, sejam elas da educação básica ou não, visto que pensar o ensino é pensar as diversas etapas e formas da educação. Portanto, que essas contribuições venham aguçar práticas significativas, cotidianas e transformadoras.

Agradecimentos

Agradecemos às Universidades Federais de Goiás e de Catalão, bem como ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que nos apoiou com o financiamento da pesquisa através dos programas de bolsas para iniciação científica.

Referências

BRASIL. *Constituição Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1988.

BRASIL. Presidência da República. *Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016*. Altera o ato das disposições constitucionais transitórias, para instituir o novo regime fiscal, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2016.

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 13.634, de 20 de março de 2018*. Cria a Universidade Federal de Catalão, por desmembramento da Universidade Federal de Goiás. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2018a.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Resolução CNE/CP 2/2019*. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2020.

CALLAI, Helena. A Geografia e a escola: muda a Geografia? muda o ensino?. *Terra Livre*, São Paulo, n. 16, p. 133-152, 2001.

CARLOS, Ana Fani. *A condição espacial*. São Paulo: Contexto, 2018.

CAVALCANTI, Lana. *Geografia, escola e construção de conhecimentos*. Campinas: Papirus, 1998.

COSTA, Carmem. Cultura, religiosidade e comércio na cidade: a festa em louvor a Nossa Senhora do Rosário em Catalão-Goiás. 2010. **Tese** (doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010. 230 f.

EUFRÁSIO, Gustavo. “EU QUERO UM TETO NÃO SÓ PRA MORAR”: segregação socioespacial e moradia universitária em Catalão-Goiás. *Trabalho de Conclusão de Curso* – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Goiás. Catalão, 2021. 76 f.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GUEDES, Ivan Claudio. Reflexões sobre a metodologia do ensino de Geografia no século XXI. *Dialogia*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 191-198, 2010.

LACOSTE, Yves. *A Geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas, SP: Papirus, 1993.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. *La producción del espacio*. Tradução de Emilio Martínez Gutiérrez. Madrid: Capitán Swing, 2013.

LIMA, Lucas Francisco. Especulação imobiliária em Catalão (GO): a inserção urbana para moradores dos bairros localizados a sudeste da BR-050 (2000-2017). 2019. *Dissertação* (mestrado em Geografia) - Unidade Acadêmica Especial de Geografia, Universidade Federal de Goiás. Catalão, 2019. 138 f.

MINAYO, Maria Cecília. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

PEREIRA, Ana Paula; FONSECA, Rafael Oliveira. Geografia e prática pedagógica: análises e experiências a partir da produção de materiais didáticos. *Revista Brasileira de Educação em Geografia*, Campinas, v. 10, n. 20, p. 318-336, 2020.

STRAFORINI, Rafael. O ensino de Geografia como prática espacial de significação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 32, n. 93, p. 175-195, 2018.



Sobre os organizadores e autores

SOBRE OS ORGANIZADORES

Anderson Pereira Portugal

Licenciado em Geografia pela Universidade Federal do Espírito Santo (1993); Mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (1998); Doutor em Geografia Humana pela Universidad Complutense de Madrid (Espanha, 2010), Pós-Doutorado em Geografia Cultural e Geografia do Sagrado pela Universidade de Brasília (2018). Professor Associado III do curso de Geografia do Instituto de Ciências Humanas do Pontal e do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Pontal – Universidade Federal de Uberlândia.

E-mail: *portuguez.andersonpereira@gmail.com*

Jean Carlos Vieira Santos

Professor e Pesquisador dos Mestrados Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER/UEG/Anápolis) e Geografia (PPGEO/UEG/Campus Cora Coralina). Pós-doutor em Turismo pela Universidade do Algarve/Portugal e Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (IGUFU).

Email: *jean.vieira@ueg.br*

SOBRE OS AUTORES

Alessandra Rodrigues Guimarães

Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP/ Rio Claro (SP). Professora Substituta no Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM) – Campus Ituiutaba.

E-mail: *alessandraufu@gmail.com*

Carlos Alberto Póvoa

Doutor em Geografia pela USP e Pós-Doutor em Geografia pela USP e Ben Gurion University of the Negev BGU– Israel. Professor Associado no Departamento de Geografia – UFTM.

E-mail: *carlpovoa@gmail.com*

Carlos Antonio Bruno da Silva

Doutor em Ciências da Saúde pela Universidade de Brasília. Professora do curso de Medicina e do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade de Fortaleza.

E-mail: *carlosbruno@unifor.br*

Carmem Lúcia Costa

Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Professora do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Catalão e colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Geografia da mesma instituição. Integra, como docente permanente, o Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em

Direitos Humanos da Universidade Federal de Goiás. Membro do DIALOGUS – Estudos Interdisciplinares em Gênero, Cultura e Trabalho (CNPq/UFCAT).

E-mail: *clcgeo@gmail.com*

Diego Correia Machado

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Acre (PPGE/UFAC).

E-mail: *dc18.dcm@gmail.com*

Eustógio W. C Dantas

Professor Titular da Universidade Federal do Ceará – UFC.

Flávio Rodrigues do Nascimento

Professor dos Programas de Pós-graduação da Universidade federal do Ceará - UFC e

Universidade Federal Fluminense - UFF

E-mail: *flaviorn@yahoo.com.br*

Francisco Ricardo Miranda Pinto

Doutor em Saúde Coletiva pela Universidade de Fortaleza. Coordenador do Curso de Pedagogia EaD e Professor do Curso de Enfermagem da Faculdade 5 de Julho, Professor do Curso de Pedagogia EaD do Centro Universitário INTA - UNINTA.

Professor da Prefeitura Municipal de Varjota

E-mail: *ricardomiranda195@gmail.com*

Frederico do Nascimento Rodrigues

Graduado em Gestão de Negócio em Turismo e Hotelaria, pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA (2004-2006). Bacharel em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará - UECE (2010-2013), Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Ceará - UFC (2014 - 2016), Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Ceará - UFC; área de concentração: Dinâmica Socioambiental da Zona Costeira. Professor temporário da Universidade Estadual do Ceará - UECE, Departamento de Geografia - Centro de Ciências e Tecnologia (CCT).

E-mail: *fredericonettur@gmail.com*

Gabrielle Rodrigues Cunha Silva

Mestranda em Geografia da UEG - Universidade Estadual de Goiás, Campus Cora Coralina, Cidade de Goiás (GO)

E-mail: *gabriellercsilva@gmail.com*

Gustavo Henrique Camargo Eufrásio

Graduado no curso de licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Catalão. Membro do DIALOGUS – Estudos Interdisciplinares em Gênero, Cultura e Trabalho (CNPq/UFCAT).

E-mail: *gustavocamargo_11@outlook.com*

Gustavo Luis Schacht

Doutor em Geografia Física pela Universidade de São Paulo.
Professor do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Ambientais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
E-mail: *schacht@ufrb.edu.br*

Hana Nusbaum

Graduanda em Geografia pela FFLCH/USP, pesquisadora do LABOPLAN – USP.

Jardel Silva França

Mestrando em Letras: Linguagem e Identidade pela Universidade Federal do Acre (Ufac). Especialista em Educação Especial Inclusiva pela Faculdade de Educação Superior Euclides da Cunha (Inec). Licenciado em História (Ufac). Aperfeiçoado Uniafro em Políticas de Promoção de Igualdade Racial na Escola (2016); Bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência (Pibid) (2016-2018). Residente Pedagógico no Curso de Licenciatura em História (08/2018 á 02/2019). Membro do corpo editorial da Revista Em Favor de Igualdade Racial e Revista Das Amazônias / Revista Discente de História da Ufac. Filiado à Associação Brasileira de Pesquisadores Negros e Negras (ABPN). Membro do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac). E-mail: *jardelfranca2509@gmail.com*
E-mail: *jardelfranca2509@gmail.com*

Joacir Aparecido Lourenzoni

Mestrando em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos pelo Profágua 2021, da Universidade Federal de Rondônia-UNIR, *campus Ji-Paraná.*

E-mail: *joacirlourenzoni@gmail.com*

João Paulo Miros neves

Graduado em Educação Física pela UEMG – Ituiutaba;
Mestrando em Geografia pelo PPGEPI-ICHPO/UFU.

E-mail: *joao.neves@educacao.mg.gov.br*

Marcus Vinicius Costa Almeida Junior

Doutor em Geologia pela Universidade Federal da Bahia.
Professor do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Ambientais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

E-mail: *mvcajr@ufrb.edu.br*

Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad

Possui graduação em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1990), graduação em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1999), graduação em Ciências Sociais pela Universidade Luterana do Brasil (2007); graduação em Agricultura Familiar e Sustentabilidade pela Universidade Federal de Santa Maria (2017), graduação em Geografia pela Universidade Luterana do Brasil (2017), graduação em Serviço Social pela Universidade Luterana do Brasil (2018), graduação em Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional (2019), graduação em Letras pelo Centro Universitário Internacional (2020), graduação em Licenciatura em Educação do Campo pela Universidade Federal de Santa Maria (2020), graduação em Filosofia pelo Centro Universitário Internacional (2021),

graduação em Ciência Política pelo Centro Universitário Internacional (2022). Mestrado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2002), mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (2015), mestrado em Políticas Públicas e Gestão Educacional pela Universidade Federal de Santa Maria (2021), doutorado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2008) e doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (2019).

Maria do Socorro Ferreira da Silva

É Professora Associada do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Sergipe e da Pós-Graduação Mestrado Profissional em Rede para o Ensino das Ciências Ambientais (PROFCIAMB/UFS). Foi Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UFS) entre 2015 e 2020. Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UnB (POSGEA/UnB).

Possui Graduação em Geografia Licenciatura Plena e Bacharelado, Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado em Geografia. E-mail: *ms.ferreira.s@hotmail.com*

Nubia Deborah Araújo Caramello

Doutora em Geografia pela Universidade Autônoma de Barcelona. Professora do Programa de Mestrado Profissional em Rede Nacional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos - ProfÁgua. Campus Ji-Paraná - Universidade Federal de Rondônia.

E-mail: *geocaramellofrj@gmail.com*

Patrícia Soares de Maria de Medeiros

Doutora em Biologia Experimental pela Universidade Federal de Rondônia -UNIR. Professora do curso de Engenharia Ambiental e Sanitária da UNIR, campus de Ji-Paraná.

E-mail: *patricia@unir.br*

Paulo Roberto Palhares Reis Junior

Doutorando em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ.

Tutor a distância no Curso de Licenciatura em Geografia do CEDERJ/UERJ.

E-mail: *palhares.geo@gmail.com*

Rodrigo Elias Cardoso

Graduando em Geografia-UFTM.

Rosana Márcia da Costa Silva Herculano

Mestranda em Geografia da UEG - Universidade Estadual de Goiás, Campus Cora Coralina, Cidade de Goiás (GO)

E-mail: *rosanaherculano2010@gmail.com*

Sandy Maria Gomes de Andrade

Pós-graduanda em Ensino de História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas).
Professora de disciplinas pedagógicas no Ensino Medio no Colégio Sigma.

E-mail: *sandy.ufac@gmail.com*

Sibeli Fernandes

Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP/ Rio Claro (SP). Professora no Curso de Graduação em Geografia, na Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) – Campus Cornélio Procópio

E-mail: *sibelifernandes@gmail.com*

Vandervilson Alves Carneiro

Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UEG
- Universidade Estadual de Goiás, Campus Cora Coralina,
Cidade de Goiás (GO)

E-mail: *vandervilson.carneiro@ueg.br*

Vicentina Socorro Da Anunciação

Possui graduação em Geografia Licenciatura Plena e Bacharelado pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1996), mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2001), doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2009), Pós-doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2014) e especialização em Educação do Campo pela Universidade

Federal de Mato Grosso do Sul (2016).Atualmente é professora associado da Universidade Federal da Paraíba.

Vanderlei da Conceição Veloso Júnior

Doutor em Ecologia pela Universidade Federal da Bahia.
Professor do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Ambientais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
E-mail: *vanderlei.veloso@ufrb.edu.br*

Vandervilson Alves Carneiro

Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UEG
- Universidade Estadual de Goiás, Campus Cora Coralina,
Cidade de Goiás (GO)
E-mail: *vandervilson.carneiro@ueg.br*

Zenicléia Angelita Deggerone

Atua como Professora Adjunta na área de Administração e Desenvolvimento na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - Unidade em Erechim. Doutora em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (2021); Mestra em Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES (2014); Especialista em Gestão Estratégica do Agronegócio (2018), Docência no Ensino Superior (2015) e Gestão e Manejo Ambiental em Agroindústrias (2010); Técnica Ambiental (2008); Graduada em Administração pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS (2007); Graduada em Ciências Econômicas pela UniRitter (2022). Atuou como Extensionista Social Rural na Emater/RS-ASCAR entre 2012 a 2014; e,

Professora Bolsista pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - Campus Erechim (2013/2014). Atualmente pesquisa nas seguintes áreas: mercados agroalimentares, agricultura familiar, desenvolvimento rural, sistemas agroalimentares sustentáveis, políticas públicas de desenvolvimento rural, sociologia econômica e nova sociologia econômica.

